

JORNAL DO BRASIL

MARCUS IANONI

BRASIL.

em transe (2014-2015)



BRASIL.

em transe (2014-2015)

Reitor

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

Vice-Reitor

Fábio Barboza Passos

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP-UFF)

Coordenador

Marcus Ianoni

Professores

Adriano Freixo

Brand Arenari

Carlos Henrique Aguiar Serra

Carlos Sávio

Cesar Kiraly

Christy Pato

Cláudio de Farias Augusto

Eduardo Rodrigues Gomes

Gisálio Filho

Luís Alves Falcão Luís Alves Falcão

Marcial Alécio Garcia Suarez

Marcus Ianoni

Maria Antonieta Leopoldi

Roberta R. Marques da Silva

Soraia Marcelino Vieira

Secretário

Manoel Joaquim Pereira Filho

MARCUS IANONI

BRASIL.

em transe (2014-2015)



TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte.



Diretora da MC&G Editorial

Maria Clara Costa

Secretaria do Conselho Editorial

Helena dos Santos

Seção de Edição e Revisão de Textos

Carlos Otávio Flexa | Kdu Sena|

Roberto Azul | Joyce Guimarães

Seção de Design

Glaucio Coelho | Victória Sacagami |

Conselho Editorial

Alexandra Santos Pinheiro | UFGD | Brasil

Angélica Ferrarez de Almeida | UERJ | Brasil

Antonio Liberac C. Simões Pires | UFRB | Brasil

Arlindo Nkadibuala | UniRovuma | Moçambique

Juan Miguel González Velasco | UMSA | Bolívia

Luciano Brito | UFRB | Brasil

Maria Alice Resende | UFRB | Brasil

Núria Lorenzo Ramírez | UB-GREC | Barcelona

Rosy de Oliveira | UFRB | Brasil

Sidimara de Souza | UFF | Brasil

Thayse Figueira Guimarães | UFGD | Brasil

Preparação de texto

Carlos Otávio Flexa

Projeto gráfico

MC&G Editorial

Diagramação e capa

Glaucio Coelho

Maria Clara Costa

Revisão de texto

Thaís Souza

Fotografia da capa banco imagem

Shutterstock

Esta obra foi composta com as famílias tipográficas Alegreya Sans e Recluta

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

I11 Ianoni, Marcus.
Brasil em transe I (2014-2015) [recurso eletrônico] / Marcus
Ianoni – Rio de Janeiro : UFF : MC&G, 2023.
Dados eletrônicos (e-Book) .

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-89369-45-5

1. Ciência política 2. Brasil - Política e governo - 2011-2015. 3.
Rousseff, Dilma, 1947-. 4. Brasil - Política econômica. 5. Brasil -
Reforma política. I. Ianoni, Marcus. II. Título.

CDD23: 320 . 981

Bibliotecária Priscila Pena Machado – CRB - 7/6971

Direitos desta edição cedidos à Universidade Federal Fluminense
Rua Miguel de Frias, 9 - Icaraí - Niterói - RJ
CEP 24.220-008 - Brasil
Tel.: +55 21 2629-5000
www.uff.br

CONTEÚDO

APRESENTAÇÃO	7
ELEIÇÕES GERAIS DE 2014: O PAÍS EM DEBATE	11
O QUE É UM ESTADO DESENVOLVIMENTISTA?	15
ESTADO E COALIZÕES PRÓ-DESENVOLVIMENTO	19
NOVOS E VELHOS ATORES SOCIAIS AVIVAM A CENA DEMOCRÁTICA: POR QUÊ?	23
FULANIZAÇÃO DO VOTO: A DUPLA FACE DESSA MOEDA COROA E CARA	27
O ESTADO, O CAPITALISMO E A ESQUERDA NA COALIZÃO GOVERNANTE	31
MARCO CIVIL DA INTERNET: REDE DA CIDADANIA OU DAS CORPORações CAPITALISTAS?	35
PERSISTÊNCIAS DO AUTORITARISMO EM REGIME DEMOCRÁTICO	39
O DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES ESTATAIS DE LULA A DILMA	41
REFORMA E CONTRARREFORMA: QUEM ATACA DILMA E POR QUÊ?	45
A CLASSE TRABALHADORA COMO ATOR POLÍTICO NA CONJUNTURA	49
IDEOLOGIA? A POPULAÇÃO QUER ESTADO	53
O QUE FAZER? GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA	57
A LUTA PELA REFORMA POLÍTICA	61
A POPULAÇÃO QUER “MAIS MÉDICOS”	65
REPRESENTANTES <i>VERSUS</i> REPRESENTADOS	69
CAMPOS DA POLÍTICA E A POLÍTICA DE CAMPOS	73
A POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA DO GOVERNO DILMA E O EMPRESARIADO (1)	77
A POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA DO GOVERNO DILMA E O EMPRESARIADO (2)	81
A POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA DO GOVERNO DILMA E O EMPRESARIADO (3)	85
A POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA DO GOVERNO DILMA E O EMPRESARIADO (FINAL) JORNAL DO BRASIL – 1º/7/2014	89
A POLÍTICA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL	93
ESTADO REPUBLICANO, DEMOCRÁTICO E A SERVIÇO DO INTERESSE COLETIVO	97
A OFENSIVA POLÍTICA DOS INTERESSES NEOLIBERAIS CONTRA A CANDIDATURA DE DILMA ROUSSEFF	101
INTERESSES ECONÔMICOS NA DISPUTA ELEITORAL	105
ENTRE O ELEITOR E OS CANDIDATOS ELEITOS ESTÁ O PODER ECONÔMICO	109
A IMPORTÂNCIA DO VOTO NAS ELEIÇÕES PARA O PODER LEGISLATIVO	113
POR ENTRE IDEIAS E CARGOS, NÃO SERÁ QUE A IDEOLOGIA AVANÇA?	117
A CONVERGÊNCIA LIBERAL DOS PRINCIPAIS CANDIDATOS DE OPOSIÇÃO	119
O IMPERIALISMO AINDA EXISTE	123
SOBRE O SENADO	127
DECISÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO	129
A LÓGICA POLÍTICA DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO TURNO	131
O SOCIAL-DESENVOLVIMENTISMO E O SEGUNDO TURNO	133
O PARTIDARISMO NA GRANDE IMPRENSA	137
CONSERVADORES, REACIONÁRIOS E DIREITISTAS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS	141
CONCERTAÇÃO POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO	145
REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA <i>VERSUS</i> ELITISMO CONSERVADOR	149
A REFORMA POLÍTICA DEPENDE DE DISPUTA POLÍTICA	153
O NOVO MINISTÉRIO E O CAPITAL	157
DESAFIO POLÍTICO DA ESQUERDA DESENVOLVIMENTISTA	161

CORRUPÇÃO: GEORGIA E BRASIL	165
REVITALIZAR O “CONSELHÃO”	169
QUAL DESENVOLVIMENTISMO?	173
ESTADO, REGIME E POLÍTICA NO GOVERNO DILMA	177
DUAS REFORMAS DEMOCRÁTICAS	181
AMNÉSIA ELEITORAL E OUTROS MALES	185
DEMISSÕES NAS MONTADORAS: VITÓRIA NA VOLKSWAGEN E MOBILIZAÇÃO NA MERCEDES-BENZ	191
MOROSIDADE E PRESSÃO: ANDAMENTOS CONSERVADORES	195
TERRA EM TRANSE: CAPÍTULOS DE UMA CONJUNTURA CRÍTICA	199
A OFENSIVA DIREITISTA-LIBERAL CONTRA O ESTADO INTERVENCIONISTA E SOCIAL E SUA LIDERANÇA POLÍTICA	203
O PACOTE ANTICORRUPÇÃO DE DILMA	209
CRISE: FATO E ARTEFATO	213
E AGORA PT?	219
IMPACTO POLÍTICO-ESTRUTURAL DA COALIZÃO DO AJUSTE FISCAL	225
UMA DECISÃO ESTRATÉGICA DO PT	229
ONDA CONSERVADORA: NEM TSUNAMI NEM MAROLINHA	233
A CIDADE EM RETALHOS: O VOTO DISTRIAL	237
BATALHA DAS IDEIAS OU DO DESENVOLVIMENTO?	241
REGULAÇÃO ECONÔMICA DA MÍDIA E DEMOCRACIA	247
MANIFESTO DESENVOLVIMENTISTA DA ESQUERDA	251
REPRESENTANTES DO POVO OU DOS FINANCIADORES?	255
AS FORÇAS DESENVOLVIMENTISTAS E A POLÍTICA ECONÔMICA	259
5º CONGRESSO DO PT, GOVERNO DILMA E A CRISE	263
AVALIAÇÃO DO GOVERNO DILMA: PRIORIDADE É A ECONOMIA	269
GREGOS DIZEM “NÃO” À AUSTERIDADE	273
QUE CRISE É ESSA?	275
OPERAÇÃO LAVA JATO GOLPEIA UMA CUNHA OPOSICIONISTA-CONSERVADORA	281
PSDB: DE PROGRESSISTA A CONSERVADOR	285
CRISE POLÍTICA E DEMOCRACIA: BRASIL E AMÉRICA LATINA	291
AGOSTO DE DESGOSTO E ALÍVIO PARA DILMA, ATÉ AQUI!	299
AS GOVERNANÇAS DE LULA E DILMA	305
MUJICA E A FRENTE AMPLA	309
A COALIZÃO DA AUSTERIDADE	313
(NÃO)DEPOSIÇÃO E/OU (ANTI)AUSTERIDADE	319
POLÍTICA, INSTITUIÇÕES, CRISE	323
IGUALDADE POLÍTICA EM RISCO?	329
MÍDIA E GOLPE BRANCO	333
COALIZÃO ANTI-IMPEACHMENT	339
PARA A RECONSTRUÇÃO DA COALIZÃO DESENVOLVIMENTISTA	343
LIMITES DE CULTURA POLÍTICA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA	349
A ENTREVISTA DE LULA AO SBT	353
ESPERANÇA NA FAZENDA?	357
PMDB E O FUTURO	361
O LIMITE DO QUANTO PIOR, MELHOR	365
DUPLA VIRADA?	369

APRESENTAÇÃO

Os fatos e processos abordados nestas duas coletâneas de artigos referem-se a um período histórico recente, que gestou a emergência de um Brasil simultaneamente profundo e surpreendente. Quase todos os textos do primeiro volume, referente aos idos de 2014 e 2015, salvo duas exceções, foram publicados no *Jornal do Brasil*. No segundo volume, sobre o período de 2016 a 2018, dez artigos não foram publicados no referido jornal.

Em alguma medida, os avanços democráticos promovidos nos governos federais encabeçados pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff haviam alterado a paisagem política nacional. Respirava-se um ar de renovação, de participação, de inclusão social, por meio do mercado de trabalho e das políticas públicas, em um contexto de maior protagonismo do Estado nas arenas interna e internacional. Esses governos tentaram encontrar brechas de ação para não serem exclusivamente reprodutores da disciplina dos mercados.

Até 2013, o cenário internacional de boom das commodities favoreceu as apostas da esquerda petista, que liderava um governo de coalizão com o PMDB e com partidos e parlamentares do chamado Centrão. No entanto, uma reviravolta começou a germinar nas manifestações de junho de 2013. Uma inesperada e inusual apropriação política das cores verde e amarela da bandeira nacional manifestou-se nas ruas, colocando-se contra as bandeiras vermelhas dos partidos e movimentos sociais de esquerda. Entre as palavras de ordem desses novos manifestantes, destacou-se um slogan: “O gigante

voltou!”. Mas não foi imediatamente que se revelou quem exatamente era esse suposto gigante.

Após breve intervalo, retomou-se, ao longo de 2014, em um contexto que aproximava, com claras intenções políticas, o escândalo midiático de corrupção em torno da Operação Lava Jato e as eleições presidenciais, a paulatina continuidade da conformação do conteúdo do gigante, de perfil monstruoso, efetivamente profundo e surpreendente. Cada vez mais, ele revelava anti-herói antipetista. Profundo por exibir velhas raízes do Brasil, entranhadas nas relações sociais brasileiras, como o autoritarismo, o punitivismo, o ódio, a violência, o preconceito social e racial, a intolerância, a desigualdade política entre quem tem privilégios e entre quem não tem direitos. E surpreendente pela força e rapidez com que começou a ser parido, como se estivesse apressado e determinado a remover um obstáculo político que, mais e mais, passou a ser visto como o inimigo público número um.

Logo após ser derrotado nas eleições presidenciais, no segundo turno, para Dilma Rousseff, Aécio Neves afirmou que havia perdido o pleito para uma organização criminosa, e não para um partido político.

O gigante veio das profundezas e surpreendeu, devido à imensa tarefa a que se propôs a executar, sem perda de tempo: desdemocratizar o país, livrar-se do PT, sobretudo, de imediato, de Dilma Rousseff, e, em seguida, de Lula; manter as direitas emergentes nas ruas, para mudar a relação de forças, depor a presidente, submeter a política fiscal à austeridade, jogar o custo da crise nas costas dos trabalhadores, abrir novas oportunidades de negócios para as multinacionais estrangeiras e para os bancos brasileiros, criminalizar a política econômica de inspiração social-desenvolvimentista etc.

Em 2015, as tendências acima delineadas se aprofundaram. Em julho, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), rompeu com o governo Dilma. Em setembro, já havia 37 pedidos de *impeachment* protocolados. Em outubro, o PMDB, partido cujo presidente, Michel Temer, ocupava a vice-presidência da República, publicou o documento *Ponte para o Futuro*, de conteúdo neoliberal. Em dezembro, Cunha aceitou um dos pedidos de deposição presidencial mantido em sua gaveta e, rapidamente, recebeu apoio da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) para levá-lo adiante.

Na verdade, em 2016, houve um golpe de Estado, fantasiado juridicamente de processo de impeachment, no mínimo, pelo seu caráter altamente duvidoso. Nas eleições gerais de 2018, o monstro gigantesco foi para cima dos

dirigentes, militantes e eleitores petistas, com o apoio do grande empresário de todos os setores de atividade, incluindo a mídia. Hoje, oito anos após, o gigante verde-amarelo está cada vez mais monstruoso. Os ataques contra a democracia tornaram-se moeda corrente e, nesses dias de maio de 2022, concentram-se no questionamento infundado da urna eletrônica e na capacidade do TSE realizar eleições confiáveis. Embora sejam ataques de Bolsonaro e de seus apoiadores, entre eles estão as Forças Armadas, que, no mínimo, colocam-se com muita ambiguidade e falta de clareza em relação às acusações de intuito golpista do presidente da República contra a lisura do pleito eleitoral. Enfim, vários militares graduados ocupando postos no governo compartilham as dúvidas que o bolsonarismo produz artificialmente contra as urnas eletrônicas.

Enfim, o absurdo banalizou-se na política brasileira. Voltar às origens do caos político, econômico e social nacional é um exercício mais que necessário. Os artigos deste livro, escritos no calor dos acontecimentos, permitem revisitar a fabricação do gigante neofascista que o país precisa derrotar para sair do transe e voltar a transitar no desenvolvimento democrático.

Marcus Ianoni

15 de maio de 2022.



ELEIÇÕES GERAIS DE 2014: O PAÍS EM DEBATE

Jornal do Brasil - 11/2/2014

Conforme vem ocorrendo regularmente desde a promulgação da Constituição de 1988, teremos, em 2014, eleições gerais em todo o país para a escolha dos representantes populares na Presidência da República, Câmara dos Deputados e Senado Federal, governos estaduais e assembleias legislativas. Deverá ser debatido o que vem sendo feito pelos políticos eleitos ocupantes desses cargos e os propósitos das futuras candidaturas.

Um exercício importante para a reflexão política é identificar os atores e projetos sociopolíticos e político-institucionais efetivamente em disputa. Na Corrida Internacional de São Silvestre, realizada anualmente na cidade de São Paulo, vários candidatos se inscrevem, mas os participantes e espectadores bem-informados por fontes confiáveis sabem identificar os concorrentes que realmente estão no páreo, mais bem preparados e com mais chance de vencer. Uma análise política criteriosa deve tentar cumprir função análoga visando mapear as relações de força.

Os dois mandatos de Lula e o atual mandato de Dilma Rousseff operaram mudanças importantes nas esferas econômica, social e política. Em síntese, essas três grandes mudanças podem ser identificadas, respectivamente, na retomada do crescimento, na mobilidade social ascendente e na ampliação da democracia. Conjugadas, tais mudanças conformam um projeto que alguns analistas, inclusive o que aqui escreve, têm caracterizado como social-desenvolvimentista.

Tal projeto pressupõe um papel mais ativo do Estado na indução do crescimento e na redistribuição de renda – buscando um desenvolvimento simultaneamente econômico e social – e pressupõe mais democracia, tanto por haver mais diálogo entre capital e trabalho na implementação das políticas públicas voltadas às atividades produtivas da economia capitalista como também pelo estímulo à inclusão política de novos atores em arranjos participativos destinados à ampliação de direitos sociais e de cidadania (gênero, raça, direitos humanos etc.).

As forças sociopolíticas e político-institucionais vinculadas ao social-desenvolvimentismo são amplas e heterogêneas, o que ajuda a explicar o vigor e a amplitude do processo de mudança, assim como seus limites e contradições. Reúnem, sobretudo, o capital produtivo e o trabalho assalariado, ou seja, os setores socioeconômicos dedicados às atividades e investimentos produtivos e uma série de estratos sociais populares. Na esfera político-institucional, a aliança social-desenvolvimentista apoia-se, principalmente, na coligação PT-PMDB.

O outro grande projeto em disputa na sociedade brasileira é o neoliberal. Representantes desse projeto estiveram no governo federal nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Eles defendem a redução do papel do Estado na indução do crescimento, priorizam a liberdade de ação autorregulada dos agentes nos diversos mercados, dão pouca importância à política industrial e concebem de modo mais limitado as políticas sociais, embora a presença delas na agenda pública tenha vindo, de certo modo, para ficar, o que faz com que hoje quase todas as forças políticas advoguem, de alguma maneira, o Bolsa Família, por exemplo. Em relação à política externa, defendem os acordos bilaterais de comércio e criticam o multilateralismo implementado a partir de Lula. Em termos sociopolíticos, entre as forças neoliberais destacam-se as instituições financeiras de grande porte, os rentistas e os oligopólios dos meios de comunicação. Em boa medida, estão vinculados à financeirização, ou seja, à inversão especulativa do capital financeiro. No plano político-institucional, estão na oposição, no PSDB, DEM e PPS.

Um terceiro projeto, cuja viabilidade sociopolítica ainda está para ser confirmada ou negada, busca afirmar-se com a aliança partidária entre PSB e Rede Sustentabilidade. Suas linhas programáticas gerais, traçadas recentemente, propõem uma Reforma do Estado, o fortalecimento do recrutamento meritocrático da burocracia pública, a diminuição dos cargos em comissão e um novo pacto federativo. Suas diretrizes econômicas ainda não estão claras. As eleições de 2014 servirão de termômetro da capacidade desse novo projeto

político tornar-se uma terceira via. Porém, o que predomina em vários países e regiões do mundo é a disputa entre as variantes nacionalmente específicas dos modelos desenvolvimentista e neoliberal. A América do Sul, nesse século XXI, tem sido um espaço geopolítico de resistência ao neoliberalismo e de afirmação de experiências nacionais social-desenvolvimentistas.



O QUE É UM ESTADO DESENVOLVIMENTISTA?

Jornal do Brasil - 18/2/2014

A crise das políticas neoliberais na América do Sul, executadas enfaticamente em vários países do subcontinente nos anos 1990, ensejou vitórias eleitorais de partidos ou coalizões que constituíram governos com algum tipo de perfil de esquerda, em geral moderada, como na Venezuela, Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Chile e Uruguai. Tais governos promoveram políticas caracterizadas por um maior ativismo do Estado, visando tanto ao crescimento como à distribuição de renda e à redução das desigualdades.

Assim, reemerge na região o debate sobre o desenvolvimento, no qual a clássica questão das suas relações com o Estado ganha destaque. Então, discutir o significado de Estado desenvolvimentista é uma necessidade.

O conceito de Estado desenvolvimentista (ED) surgiu aplicado ao Japão, paradigma da industrialização retardatária, depois se estendeu a outros dois países do Leste da Ásia (Coreia do Sul e Taiwan), para, enfim, ganhar uma generalização abstrata, mas passível de aplicação a casos particulares. Em termos ideais, o ED distingue-se do Estado regulador (ER). No ER os negócios são conduzidos pela racionalidade de mercado, preocupada somente com a forma e os procedimentos da competição econômica, como leis antitrustes, por exemplo, ao passo que o ED, que persegue o alto crescimento e, em alguns casos, metas de bem-estar social, preocupa-se com matérias substantivas, especialmente a

política industrial, considerando de interesse estratégico a indústria nacional e a competitividade internacional da nação. De modo diferente, o ED e o ER promovem a acumulação de capital e podem promover outras funções do desenvolvimento. Um terceiro tipo é o Estado predador, mas nele a preocupação com o desenvolvimento não existe. Um quarto tipo é aquele que promove um sistema econômico de inspiração socialista.

A política industrial do ED é ativa, não se limita à concessão de subsídios a firmas ou setores industriais em dificuldade. Ela dispõe de recursos financeiros públicos vultosos para alavancar os investimentos empresariais. As elites da burocracia estatal que formulam a política industrial dão sinal verde para que os bancos públicos de desenvolvimento concedam empréstimos elevados e de longo prazo. Ela também é muito seletiva, foca nos setores estratégicos e no impulso do progresso tecnológico. Os setores contemplados têm que cumprir metas, submeter-se a rigoroso monitoramento, expor-se à competição nos mercados e serão premiados ou penalizados conforme seu desempenho. Elemento-chave do ED é a existência de uma ou mais agências públicas fundamentais da área econômica incumbidas de elevar a política industrial à condição estratégica.

A burocracia pública é um componente muito presente nas análises do ED, sobretudo no que se refere às suas capacidades e vínculos com os atores da sociedade civil na promoção do desenvolvimento. Nas capacidades burocráticas, destacam-se o recrutamento meritocrático, a competência técnica, eficiência, especialização, estímulos como plano de carreira e de aposentadoria, prestígio social etc. Em relação aos vínculos, a burocracia pública precisa gozar de uma autonomia inserida, no sentido de que os projetos sejam formulados em arranjos institucionais que propiciem a interação com o empresariado e, nos casos de nexos políticos mais amplos do Estado com outros agentes produtivos, essa interlocução frutífera abrange os trabalhadores, camponeses, microempreendedores etc. Em síntese, nos EDs há coordenação e cooperação nas relações entre Estado e agentes econômicos nas políticas de desenvolvimento.

Os vínculos entre Estado e sociedade remetem a duas outras questões: a coalizão política que suporta o ED e o regime político. No Leste da Ásia, nas décadas iniciais, o ED, construído em contextos autoritários, ensejou coalizões estruturadas basicamente pelas elites da burocracia pública e pelo empresariado industrial. Há também experiências desenvolvimentistas de corte social-democrata, vinculando capital e trabalho assalariado, mas não

necessariamente inibindo os conflitos entre as classes, uma vez que ocorrem em regimes democráticos. Nesses casos, além do crescimento, visam-se objetivos redistributivos, sociais etc.

De 1930 a 1980, o Estado brasileiro, sob dois regimes autoritários (Estado Novo e Ditadura Militar) e um democrático (Democracia Populista), já tomou a forma de ED mais bem-sucedido da América Latina, liderando um crescimento acelerado durante décadas, até entrar em crise. Nos últimos anos, ele ressurgiu meio que das cinzas geradas pelo incêndio das políticas neoliberais. Mas ainda hoje – agora na maior experiência democrática da história nacional e em contexto de uma coalizão política ampliada – a retomada de um ED é um imperativo estrutural para países de industrialização retardatária, conforme atestam várias experiências históricas e atuais.



ESTADO E COALIZÕES PRÓ-DESENVOLVIMENTO

Jornal do Brasil - 25/2/2014

Diante do desafio histórico do desenvolvimento nacional de um país emergente, em contexto de globalização, o exame do Estado é um imperativo intelectual. Uma adequada compreensão do Estado requer a mobilização de duas grandes dimensões de análise, a sociopolítica e a político-institucional. Elas não são compartimentos estanques, mas, em todo o caso, é importante identificar algumas das principais características de cada uma delas.

Do ponto de vista político-institucional, a análise do Estado destaca o regime político (democracia, autoritarismo, fascismo etc.), a organização interna de seu aparelho, as capacidades da burocracia pública, fiscais, financeiras etc. Em termos sociopolíticos, a questão-chave está na relação estrutural de sustentação política do Estado nos estratos sociais, nas classes e frações (terminologia marxista), grupos de interesse (escola pluralista), elites sociais e econômicas (teoria das elites). Este artigo aborda a dimensão sociopolítica do Estado.

O Estado expressa um pacto de dominação e, ao mesmo tempo, nele participa como ator corporativo. A sustentação sociopolítica do Estado remete às coalizões que estruturam o pacto de dominação. Se o Estado, como ator corporativo, compõe o pacto de dominação, a estruturação desse pacto envolve simultaneamente as esferas sociopolítica e político-institucional, mas a ênfase aqui

está na primeira dessas duas dimensões, para destacar seu impacto em algumas tendências gerais das políticas do Estado.

Há diversos tipos de relação do Estado com a economia capitalista. Interessam ao artigo não as economias que tendem a ser conduzidas basicamente pela racionalidade de mercado, sendo o papel do Estado meramente o de propiciar as formas e procedimentos da competição econômica, mas as economias nas quais há uma ação substantiva do Estado, especialmente visando ao crescimento e, em alguns casos, metas sociais. A industrialização retardatária possui exemplos clássicos de economias coordenadas por uma racionalidade de projetos, cujos Estados são considerados desenvolvimentistas. Que coalizões sustentam o Estado desenvolvimentista (ED)?

Os três casos clássicos de ED do século XX são o Japão, a Coreia e Taiwan. Em um primeiro momento, a ação industrializante foi impulsionada em regimes autoritários e, no caso do Japão, fascista. A coalizão foi basicamente entre as elites do Estado e o empresariado industrial, ou seja, uma coalizão restrita, da qual os assalariados estavam excluídos. Há coalizão quando há certa coerência de propósitos e capacidade de mobilização para a implementação de determinadas ações políticas. No Leste da Ásia, a coalizão sociopolítica desenvolvimentista traduziu-se em acordos políticos explícitos ou implícitos entre Estado e empresariado que forneceram a base política para o crescimento acelerado. Um processo importante nos países mencionados foi a ocorrência de reforma agrária, que excluiu do arco de alianças a necessidade funcional de proteção do atraso na mudança social e econômica. Por outro lado, há que se levar em conta que essa tarefa foi executada pelas forças de ocupação que puseram fim às guerras então em curso (Segunda Guerra Mundial e Guerra da Coreia), embora com o apoio de lideranças locais.

Outra clássica experiência de desenvolvimento com protagonismo do Estado ocorre em contextos democráticos, mais especificamente social-democráticos, tendo, assim, origem distinta da associada aos EDs do Leste da Ásia. Nas experiências social-democratas, os governos participam da implementação de um compromisso de classe e de uma coalizão entre capital e trabalho, estes representados por suas organizações (sindicatos e partidos). O arranjo econômico do compromisso envolve políticas sociais visando à equidade, eficiência econômica, dinamismo tecnológico, ação do Estado garantindo atividades não lucrativas, mas necessárias à economia, e políticas anticíclicas.

Em linhas gerais, no Brasil atual há um ambiente político de alteração das relações de força, em comparação com o período neoliberal. Nesse novo

contexto, tenta-se combinar iniciativas desenvolvimentistas do Estado com iniciativas de constituição de uma coalizão entre capital e trabalho, para que o desenvolvimento tenha dimensões econômicas e sociais. Entre outras expressões desse social-desenvolvimentismo, destacam-se a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social, em 2003, o PAC, as políticas industriais, assim como o reconhecimento das centrais sindicais e as conferências nacionais de políticas públicas e de direitos.

No governo Dilma, a taxa de crescimento do PIB tem diminuído, mas o ambiente social-desenvolvimentista prossegue. Indicadores de nível de emprego, distribuição de renda e equidade social têm evoluído para melhor. Fica ainda em pé o desafio da coalizão social-desenvolvimentista promover mais efetivamente a atividade produtiva, mesmo levando em conta as dificuldades do cenário internacional.



NOVOS E VELHOS ATORES SOCIAIS AVIVAM A CENA DEMOCRÁTICA: POR QUÊ?

Jornal do Brasil - 4/3/2014

Desde 2003, o Brasil passa por mudanças importantes nas esferas econômica, social e política, que podem ser sintetizadas, respectivamente, em termos de crescimento econômico, mobilidade social e ampliação da democracia. Embora no governo Dilma o crescimento econômico tenha diminuído em relação ao ocorrido nos governos de Lula, as mudanças prosseguem. Na esfera econômica, o nível de desemprego é muito baixo, configurando praticamente o pleno emprego. A mobilidade social prossegue, havendo avanços expressivos no combate à miséria e a democracia se desenvolve com a emergência de novos atores e novas formas de mobilização e participação. Enfim, o Brasil está se desenvolvendo em uma acepção ampla do conceito.

Uma alavanca estrutural dessa ampla mudança social é a alteração da relação de forças entre as classes e frações em curso desde a vitória de Lula, em 2002. A crise das políticas neoliberais no Brasil abriu espaço para a vitória do PT e para um rearranjo, costurado pelas novas políticas governamentais pró-crescimento e distributivas, das relações entre capital produtivo e trabalho assalariado. Forças expressivas do empresariado produtivo, até então a reboque dos rentistas e financistas, foram atraídas para o projeto cujo conteúdo geral pode ser denominado de social-desenvolvimentista.

O novo modelo de desenvolvimento com inclusão social produziu efeitos e resultados expressivos, como a emergência social da nova classe trabalhadora, um aumento significativo das greves por aumentos salariais, em contexto de aquecimento do mercado de trabalho, o salto das matrículas no ensino superior, que cresceu 81% entre 2003 e 2012, passando de 3,8 para 7 milhões, o maior ritmo de crescimento das cidades pequenas e médias em relação às de grande porte, a conquista de novos direitos por negros, mulheres, empregados domésticos, camponeses, juventude etc. Enfim, além de ter havido avanços na produção, emprego e renda, as políticas sociais e de direitos deram um salto de qualidade.

A história da Idade Contemporânea, período intensamente caracterizado pela modernização (industrialização, urbanização e secularização), é rica em processos de mudança social que se fazem acompanhar pelo surgimento de novos atores na participação política. O Brasil ingressou na modernização, sobretudo, nos anos 1930. A estratégia que orientou a primeira grande onda de mudanças foi o nacional-desenvolvimentismo, que alavancou o desenvolvimento da burguesia industrial, de capital nacional e estrangeiro, e do proletariado urbano. Após lograr industrializar e urbanizar o país, o nacional-desenvolvimentismo entrou em crise na década de 1980. A alternativa liberal, dos anos 1990, não entregou ao país o que prometera em matéria de desenvolvimento, pelo contrário, fracassou, promoveu mudança social regressiva, desemprego, exclusão e precarização do mercado de trabalho. O período histórico atual caracteriza-se pelo esforço governamental, desde 2003, amparado em uma coalizão sociopolítica heterogênea, que tem em seu centro o capital produtivo e o trabalho assalariado, para coordenar um modelo de capitalismo alternativo à financeirização neoliberal, baseado na acumulação de capital produtivo, geração de emprego e renda e em políticas sociais e de direitos inclusivas. Mas há também uma expressiva oposição neoliberal à aliança social-desenvolvimentista.

O novo contexto modernizante, processado em ambiente democrático-popular, ou seja, não elitista, enseja, por meio de mediações estruturais e conjunturais específicas, a emersão da velha (tradicional) e da nova classe trabalhadora, assim como de outros atores sociais, como o Movimento Passe Livre (MPL), a juventude, os *black blocs*, os adolescentes dos *rolezinhos*, grupos das classes médias de orientação ideológica liberal, ativistas de última ou primeira hora das redes sociais etc. Uma renovada democracia de massas chega às ruas e novas tecnologias vinculam as pessoas em redes. As palavras de ordem não são mais exclusivas, como ocorreu outrora – “abaixo a ditadura”, “diretas já” ou “fora Collor”

–, mas múltiplas, “passe livre” para muitos, “abaixo a corrupção” para outros, “abaixo a Copa do Mundo”, “abaixo a homofobia” e assim por diante. O caráter pluralista é bem mais acentuado que no passado, embora sem excluir pontos de unanimidade, como a rejeição ao péssimo sistema de transporte coletivo das cidades grandes e médias. Trata-se da emergência aqui de uma sociedade civil típica do mundo globalizado, multifacetada, complexa, usuária das novas tecnologias.

No entanto, exaltam alguns anseios, seja pela afirmação de um idealizado interesse nacional coletivo, em oposição ao patrimonialismo antirrepublicano, às oligarquias e aos privilégios, seja por mais participação nas decisões públicas e nas prioridades governamentais, seja por melhores serviços públicos em áreas essenciais, como mobilidade urbana, educação, saúde etc.

Uma grande reflexão que a emergência dessa nova democracia de massas suscita é sobre a necessidade de renovação das instituições políticas, governos, parlamentos e partidos. Urge que tais instituições dialoguem com as ruas, incorporando à democracia representativa mecanismos participativos e diretos, conforme previstos na Constituição de 1988, sejam os conselhos de políticas públicas (transportes, educação, saúde, segurança etc.), ou a consulta direta, facilitada pelas novas tecnologias, como a revogação popular dos mandatos dos políticos eleitos que quebrarem a confiança na qual deve se assentar a relação de representação política. Os partidos que estão se oligarquizando precisam também aprender com o clamor das massas por uma efetiva democracia.



FULANIZAÇÃO DO VOTO: A DUPLA FACE DESSA MOEDA COROA E CARA

Jornal do Brasil - 11/3/2014

Em outubro, o eleitorado votará em candidatos a cargos políticos cujas cadeiras preenchem-se ou com base no sistema eleitoral majoritário (presidente da República, governadores e senadores) ou pelo sistema proporcional (deputados federais e estaduais). Nas eleições majoritárias, vencem os mais votados. Nas proporcionais, os cargos são ocupados conforme a proporcionalidade de votos de cada partido ou coligação. Desde 1994, as eleições para presidente e governadores têm polarizado dois grandes blocos político-partidários: PT e aliados e PSDB e aliados. Isso significa que o eleitorado tem compreendido, nessas disputas majoritárias, quem são as principais forças concorrentes. Mas a situação é diferente nas eleições proporcionais. É disso que este artigo trata.

Apesar das cadeiras para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas Estaduais serem ocupadas pelos partidos ou coligações segundo a proporção dos votos dos eleitores nessas agremiações, a grande maioria dos escrutínios é nos candidatos nominalmente identificados, e não nas legendas partidárias. Em 2010, por exemplo, 751 candidatos concorreram para apenas 46 cadeiras que o Rio de Janeiro ocupa na Câmara dos Deputados. 93% dos eleitores optaram pelo voto nominal, somente 7% em legendas partidárias. Isso ocorre por que o

sistema proporcional brasileiro é de lista aberta. Os partidos apresentam uma lista de candidatos em ordem alfabética e o eleitor pode votar no candidato de sua preferência, e majoritariamente o faz, ou na legenda, o que ele faz com pouca frequência.

E qual é o problema disso? Há uma dupla face. Em primeiro lugar, a prevalência do voto nominal circunscreve-se não em relações entre partidos e eleitores, mas em laços políticos personalistas entre indivíduos, candidatos (cuja partido é de somenos) e eleitores. E daí? O eleitorado, sejam pobres ou de outros estratos sociais, é incentivado a uma relação clientelista com seus padrinhos políticos, através de redes de clientelas tecidas em relações que, cada vez mais, vinculam os candidatos individuais (e seus apoiadores) às diversas comunidades ou grupos de eleitores, criando-se lealdades pessoais de conveniência entre uns e outros, materializadas em empregos, favores variados, promessas de serviços públicos, contratos com empresários (o financiamento eleitoral é privado) etc. Sendo o voto disputado não no campo da ideologia, mas no campo dos imediatos interesses individuais ou de pequenos grupos, as lealdades pessoais dos eleitores aos candidatos e vice-versa são feitas, desfeitas e refeitas conforme as conveniências e circunstâncias configuradas nesse mercado político fulanizado, no qual o partido é só um detalhe formal, juridicamente necessário para a candidatura, mas que é, de fato, pressionado a não ter valia substantiva enquanto organização produtora de ideias e propostas para a sociedade. Um dos efeitos da lista aberta é a concorrência entre candidatos do mesmo partido pelo voto do mesmo eleitor. Além da concorrência entre partidos diferentes, a lista aberta é tão fomentadora da concorrência que até os que, por motivo de coerência organizacional coletiva, deveriam se apresentar unidos entram em campo, sempre que necessário, jogando contra os jogadores de seu próprio time. Ao final, quem faz gols e vence não são os partidos, mas os políticos individuais, que, nos parlamentos, mantêm esse mercado político pragmático com o Executivo eleito, quando estão na situação, ou, em caso de oposição, aguardam melhor oportunidade nas próximas eleições.

Por outro lado, as legislaturas da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas ficam compostas por muitos partidos. Mesmo que a maioria dos eleitos apoie o candidato a Presidente ou a governador vitorioso, esses parlamentos se tornam um problema político, pois, havendo muita fragmentação partidária, somente ao custo de uma forte e permanente tendência à patronagem e ao clientelismo será possível constituir e manter a coalizão governista necessária para a governabilidade nas relações entre Executivo e Legislativo.

Não à toa os partidos políticos e o Congresso Nacional ocupam as últimas posições no ranking de confiança dos eleitores em relação às instituições. É urgente livrar a Câmara dos Deputados e as Assembleias Legislativas dessa condição política que torna o interesse público algo difícil de ser costurado, pela predominância de interesses individuais de parlamentares apenas formalmente membros de partidos. Claro que há variações conforme o Executivo, o partido, o parlamento e o parlamentar em questão. E é urgente reformar o padrão clientelista de relações entre eleitores e candidatos que a lista aberta constrói. A alternativa é a proposta de reforma política que institui ou a lista fechada ou a flexível. Na grande maioria dos países com sistema proporcional, predominam tais listas, e não a aberta, sendo o eleitor convocado a votar em programas partidários, e não a participar de barganhas interpessoais entre votos e favores. Cidadão não recebe favores, possui direitos. Direitos são universais, favores, não. A lista aberta é uma jabuticaba, foi inventada no Brasil, onde é experimentada desde 1945. Mas se a fruta é doce, sua metáfora política é amarga.



O ESTADO, O CAPITALISMO E A ESQUERDA NA COALIZÃO GOVERNANTE

Jornal do Brasil - 18/3/2014

Economistas têm discutido as causas do pleno emprego no governo Dilma, indicador que se apresenta mesmo quando a média de crescimento caiu em relação à verificada nos governos Lula. Explicações à parte, outro fato positivo do período atual é o aumento no volume de gastos públicos do governo federal com políticas sociais. Pleno emprego e políticas de bem-estar, que programa é esse? Há uma semelhança estrutural com o que se passou em países europeus no segundo pós-Guerra, quando a relação de forças entre as classes e frações conformou, inicialmente via governos social-democratas, um compromisso de classe entre capital e trabalho, que se tornou, no processo histórico dos trinta anos dourados do capitalismo, uma base fundamental das transformações do Estado, até a irrupção da contrarreforma neoliberal.

O ponto de partida da análise deve ser a alteração da relação de forças e seu impacto sobre a estrutura do Estado. Nos anos dourados e no Brasil atual, o Estado não deixou de ser capitalista. Apesar das mudanças na relação de forças reconfigurarem, de modo importante, as posições políticas relativas do trabalho e do capital, não alteraram as relações de produção, a persistência da propriedade privada dos meios de produção. Mantido o caráter capitalista da sociedade, o Estado segue submetido ao constrangimento estrutural de

reproduzir as relações de produção capitalistas. Sem acumulação de capital não há lucro, emprego, salário e nem receita pública para financiar o Estado, seus funcionários e suas políticas públicas. Dada uma relação de forças que mantém características estruturais fundamentais da formação social capitalista, a tarefa primeira do Estado é propiciar as condições gerais para a reprodução das relações de produção. Os governantes do Estado, antes de tudo, são encarregados dessa responsabilidade.

A formulação das políticas anticíclicas keynesianas ocorreu no contexto da Grande Depressão, que gerou um desemprego fenomenal. A teoria econômica de Keynes contribuiu decisivamente para explicar e legitimar a necessidade da intervenção governamental na economia. Ela serviu como uma das bases programáticas dos governos social-democratas, já nos anos 1930, mas, sobretudo, após 1945. As políticas sociais foram a outra face da plataforma eleitoral que ensejou governos eleitos democraticamente nos quais as organizações dos trabalhadores (partidos e sindicatos) constituíam uma força social e política estruturante. Ou seja, essas vitórias eleitorais não se apoiaram em programas revolucionários anticapitalistas, mas, sim, em um modelo de economia mista, no qual não só o mercado jogava um papel importante, mas também o Estado, sobretudo visando evitar e combater crises cíclicas e promover políticas de bem-estar social, então alçadas à condição de direitos de cidadania. O motivo do distanciamento em relação ao programa revolucionário foi basicamente duplo. Em todos os países o proletariado era minoria numérica, sendo assim, uma vez feita a escolha de participar nas eleições para ganhar, e não apenas para registrar presença, um governo de maioria só seria possível com o apoio de outras classes, o que implicava atenuar o discurso classista e, uma vez eleito, implementar políticas de compromisso de classe. Por outro lado, certa dose de práticas e valores burgueses entre os operários, como a competição e o individualismo, também complicaram os planos socialistas de suas organizações.

Políticas social-desenvolvimentistas vêm sendo implementadas no Brasil desde a vitória do candidato do PT, Lula, em 2002. Elas se desenham no bojo da alteração da relação de forças entre capital e trabalho e têm sido uma alternativa ao capitalismo neoliberal, que se apoia na financeirização da economia, em detrimento dos investimentos produtivos, que geram emprego, salário e acumulação de capital produtivo. Além do incentivo às atividades produtivas, a coalizão social-desenvolvimentista demanda políticas sociais e de direitos, que requerem um Estado capacitado, em termos fiscais, organizacionais e de recursos humanos, para enfrentar o desafio de superar as desigualdades.

Pode-se exigir muito menos ou muito mais de Dilma, a depender das preferências ideológicas. A direita pode desejar a contrarreforma neoliberal, que melhor atenderia aos interesses da coalizão de rentistas e financistas. A minoritária oposição de esquerda pode sonhar, irracionalmente, com a revolução socialista clássica, afinal, a democracia está em plena forma. Mas, entre uns e outros, é fato que, com todas as dificuldades, a começar pela heterogeneidade da coalizão de governo, a aliança social-desenvolvimentista à qual Dilma se vincula está fazendo a história, com políticas públicas que visam ao crescimento, à inclusão social e ao interesse nacional nas relações internacionais, políticas que reconstroem o Estado como pacto de dominação, regime e aparelho. O novo Estado social-desenvolvimentista representa um espectro mais amplo de interesses, estimula o aquecimento do mercado de trabalho e a acumulação de capital produtivo, busca, com resistências e contradições, enfrentar os interesses neoliberais e combater a desigualdade social. Isso tudo não é pouco. As urnas, em outubro, dirão se o eleitorado, que em 2006 pediu bis para Lula, o fará também em 2014 para Dilma.



MARCO CIVIL DA INTERNET: REDE DA CIDADANIA OU DAS CORPORAÇÕES CAPITALISTAS?

Jornal do Brasil - 25/3/2014

Um espectro ronda a Internet: seu domínio pelas grandes corporações capitalistas provedoras de infraestrutura, os cabos para transmissão de dados, começando pela indústria que opera as telecomunicações. Trata-se de um problema internacional e também brasileiro. Ele demarca a tentativa de mudar o modelo de Internet aberta, até aqui existente, para um modelo fechado, que propicie uma captura extraordinária do ciberespaço pelo grande capital.

Está para ser votado, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 2.126/2011, que trata do Marco Civil da Internet. Esse projeto vai estabelecer a política regulatória do tráfego na rede, ou seja, a regulamentação dos fluxos de conteúdo de informação da Internet. Alguns têm chamado o Marco Civil de “Constituição da Internet”.

O projeto originou-se no Poder Executivo e seu substitutivo foi relatado pelo deputado federal Alessandro Mollon (PT-RJ), que enfrentou, embora com coragem, poderosas pressões de grupos empresariais. O projeto inicial foi considerado avançado, mas seu substitutivo sofreu algumas alterações importantes, entre elas a de que a neutralidade da rede será regulamentada por decreto presidencial, após a aprovação da nova lei.

Para entender o que está em jogo, pensemos na distinção entre TV aberta e TV a cabo (fechada). Quem tem somente energia elétrica e aparelho de TV usufrui

apenas da TV aberta, ao passo que só possui TV a cabo quem paga por esse serviço às grandes empresas provedoras. Os contratos dos serviços de TV a cabo podem ser de vários tipos, com mais ou menos canais, conforme o pacote adquirido. Fazendo uma analogia, a Internet, hoje, em alguma medida, tem o formato de TV aberta, bastando que o usuário contrate um provedor. O preço do serviço varia conforme a maior ou menor velocidade de conexão contratada, porém, ao navegar, o usuário acessa livremente os conteúdos. No contexto atual, ainda vigora o princípio da neutralidade da rede, segundo o qual “os provedores de serviços de Internet e governos devem tratar todos os dados na Internet do mesmo modo, não discriminando ou cobrando diferencialmente por usuário, conteúdo, site, plataforma, aplicativo, tipo de equipamento conectado e modos de comunicação”. Em outras palavras, todo o tráfego de Internet deve ser tratado igualmente.

Mas, não havendo mais a neutralidade da rede, as operadoras de Telecom poderão controlar os fluxos de conteúdo e cobrar dos usuários conforme os serviços acessados, delimitando os sites e redes sociais em que se terá ou não o direito de navegar, os downloads de textos, áudio e vídeo que poderão ou não ser feitos, as taxas extras por usos não contratados etc. As corporações exercem um poderoso lobby nesse sentido, apoiando-se em seu controle estratégico da infraestrutura de cabos de transmissão. Como esclarece o sociólogo e especialista Sergio Amadeu da Silveira, as operadoras de telecomunicação estão fazendo um poderoso lobby para que o sistema de pedágios seja introduzido na Internet. Controlando a infraestrutura em um ambiente regulatório de não neutralidade da rede, elas poderão filtrar e distribuir os fluxos de conteúdo conforme seus interesses comerciais. No caso do acesso a vídeos, por exemplo, a mudança desejada pelas Telecom provavelmente criará a esdrúxula figura dos sem-vídeo, ou seja, os pobres.

O governo federal não pretende acabar com a neutralidade da rede, mas, devido ao lobby das Telecom, o substitutivo prevê que casos específicos em que a neutralidade esteja em questão serão regulamentados por decreto presidencial. Isso tem gerado um justificado receio de que a responsabilidade técnica pela definição da neutralidade ou não da rede caia nas mãos da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), agência reguladora que, teme-se, possa ser capturada pelos regulados. Nos EUA, há um movimento denominado “salve a Internet”, em defesa da neutralidade, que lá foi provisoriamente quebrada por decisão do Tribunal de Apelação de Washington, tomada em janeiro desse ano. Por outro lado, a Holanda e o Parlamento Europeu aprovaram decisões em defesa da neutralidade da Internet.

Outra possibilidade de privatização, incorporada ao substitutivo por lobby empresarial, relaciona-se às medidas de proteção à indústria do direito autoral. Foi incluído um dispositivo que abre espaço para a retirada de conteúdo da Internet sem necessidade de autorização judicial, sempre que o conteúdo seja visto como violador de direitos autorais. Por exemplo, essa medida, se aprovada, vai tornar criminosos dezenas de milhões de brasileiros que baixam músicas.

Enfim, cabe à sociedade civil acompanhar essa votação que definirá o futuro da rede mundial de computadores no Brasil. É uma decisão que tem implicações econômicas, políticas e culturais, pois se trata, por um lado, de manter uma Internet criativa e interativa, pluralista, com desigualdades de baixo teor cumulativo ou, por outro, da Internet tornar-se elitista, alavancando desigualdades cumulativas entre os cidadãos e servindo às grandes corporações proprietárias de sua infraestrutura.



PERSISTÊNCIAS DO AUTORITARISMO EM REGIME DEMOCRÁTICO

Jornal do Brasil - 1º/4/2014

Passados 50 anos da ocorrência do golpe militar que conduziu ao regime ditatorial de 21 anos de duração, é importante que a cidadania, ora em contexto de regime democrático, reflita sobre os significados de autoritarismo e democracia.

Autoritarismo e democracia não aparecem, na política prática e teórica, apenas como regimes. São também ideologias, tendências psicológicas e culturas políticas distintas. Mesmo em um regime democrático, pode-se identificar a persistência do autoritarismo no plano ideológico, na personalidade individual e na cultura política. É disso que este artigo trata, especialmente da recalcitrante dimensão cultural do autoritarismo.

As lutas sociais de resistência ao regime militar e pela ordem institucional democrática propiciaram inúmeras conquistas, que podem ser sintetizadas referindo-se ao início do texto da Constituição de 1988, que qualifica a República Federativa do Brasil como um Estado Democrático de Direito. Ao definir os fundamentos desse Estado, a Carta Magna destaca, entre outros, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

Se a duras penas temos um regime democrático, ainda há muito a percorrer para termos uma sociedade democrática. Esta depende do desenvolvimento

e da manutenção permanentes de uma cultura democrática. Lamentavelmente, ainda convivemos, na vida cotidiana, com muita violência ilegítima, de diversos tipos, emanada de fontes e relações autoritárias, nas famílias, nas relações interpessoais, nos locais de trabalho, no campo e na cidade, nas ruas e comunidades, nas favelas, periferias ou subúrbios, por parte de policiais militares e criminosos, nas instituições públicas que deveriam zelar pelos direitos da cidadania (escolas, delegacias policiais, presídios, hospitais), nos mais diversos tipos de organização associativa etc. Violência contra crianças e adolescentes, jovens, mulheres, negros, pobres e excluídos, trabalhadores, índios, homoafetivos, idosos, pessoas com deficiência, grupos religiosos, consumidores, enfim, seres humanos. Um breve acesso aos meios de comunicação, diariamente, basta para que uma enxurrada de casos dessa violência cotidiana nos afogue e nos faça perder o fôlego.

A cidadania ativa emergida na luta democrática, expressão maior da cultura democrática organizada, conquistou vários direitos e, em áreas importantes, cravou transformações nos aparatos do Estado para lograr garanti-los. Em 2003, na esfera do governo federal, por exemplo, a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) adquiriu o status de ministério, assim como foram criadas a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria de Políticas para as Mulheres, ambas com o mesmo status da SDH.

Porém, ainda há muito que se avançar no âmbito das instituições públicas no sentido de garantir a efetividade dos direitos de cidadania e, entre os cidadãos, no sentido da emergência de práticas e relações que aprofundem a marcha rumo a uma sociedade democrática, alicerçada em uma cultura democrática. Um caminho fundamental para a efetividade dos fundamentos da cidadania e da dignidade da pessoa humana, afirmados pela Constituição Federal, é o aprofundamento das conexões institucionais democrático-participativas entre Estado e sociedade civil. A cultura autoritária é violenta, ela atenta contra todos os direitos humanos e sociais, a começar pelo direito à vida.

O DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES ESTATAIS DE LULA A DILMA

Jornal do Brasil - 8/4/2014

Nas pesquisas atuais sobre o desenvolvimento, o tema das capacidades estatais tem ocupado um lugar de destaque. A ideia básica é que o papel desenvolvimentista do Estado depende da posse de capacidades. De Lula a Dilma tem havido uma melhora importante das capacidades estatais. As capacidades estatais são uma das principais dimensões da autonomia do Estado. Há dois grandes olhares sobre a autonomia e as capacidades estatais, o estadocêntrico e o sociocêntrico. Eles podem ser complementares.

O enfoque estadocêntrico forte, no que diz respeito à autonomia, interessa-se por situações em que o Estado formula metas e implementa ações independentes dos interesses dos grupos sociais e, quanto às capacidades estatais, importam os recursos do Estado, especialmente os financeiros, e as aptidões da burocracia. Há uma abordagem estadocêntrica fraca, que destaca os vínculos do Estado com os agentes econômicos e a sociedade civil. Os vínculos sociais da burocracia fazem uma ponte entre as abordagens estadocêntrica e sociocêntrica. Esta última tem estado menos presente na literatura, embora tenha o mérito de enxergar a burocracia em uma perspectiva mais ampla, que recorre aos nexos mais profundos entre o Estado e as classes e frações. No limite, enquanto na abordagem estadocêntrica a autonomia do Estado e suas capacidades são

concebidas como variáveis endógenas do sistema estatal, a abordagem sociocêntrica trabalha com a hipótese de autonomia relativa do Estado. Nessa perspectiva, não daria para compreender a autonomia e a capacidade do Estado apenas e principalmente como uma variável endógena. A autonomia é relativa, pois o Estado é capitalista e, nessa medida, se defronta com constrangimentos estruturais para garantir e promover as relações de produção e a acumulação de capital. Por mais que haja dinâmicas endógenas importantes para o desenvolvimento das capacidades estatais, uma fonte causal inexorável das (in)aptidões do Estado se encontra no pacto de dominação que ele simultaneamente expressa e no qual participa enquanto ator corporativo.

O governo de Juscelino Kubitschek, por exemplo, se capacitou institucionalmente para implementar o Plano de Metas, um dos mais importantes programas de industrialização da história do país, que alavancou cinco anos de crescimento acelerado, sob regime democrático. Seu governo agregou legitimidade ao Estado e primou pela estabilidade política. Ele se apoiou em bases sociopolíticas amplas, o que, na esfera político-institucional, traduziu-se na aliança PSD-PTB, expressão de um compromisso de classes, na democracia populista, no qual organizações representativas dos trabalhadores, partidárias e sindicais, se envolveram, ocupando posição subordinada, embora conquistando direitos (emprego, acesso ao consumo e participação política). Essa aliança vinha sendo estruturada desde a Era Vargas, a princípio em contexto autoritário, depois em regime democrático, entre 1951-1954.

A burocracia é um elemento muito presente na análise das ações desenvolvimentistas do Estado brasileiro. Usando a metáfora de Edson Nunes, o clientelismo, por um lado, e o insulamento burocrático, por outro, são gramáticas que estruturam as ações e relações do Estado com a sociedade e os atores sociais no Brasil. O clientelismo serve mais à construção das bases de apoio dos governos e aos interesses políticos dos financiadores privados das campanhas eleitorais do que propriamente ao desígnio do desenvolvimento, que frequentemente é atravessado e prejudicado pela prática arraigada desse procedimento. Uma das manifestações do clientelismo, entre outras, é o excessivo número de cargos comissionados e contratações apenas politicamente motivadas, sem o respaldo do critério meritocrático. Por outro lado, o insulamento burocrático, abrigo da tecnocracia, mesmo em regimes democráticos, tem sido um dos principais mecanismos utilizados por importantes agências estatais da área econômica para tentar escapar do clientelismo demandado pelos partidos políticos e promover as ações econômicas que julgam capazes de modernizar

o país, sejam desenvolvimentistas ou liberais. Alguns autores falam em “ilhas de excelência” para se referir a certas agências públicas altamente eficientes, com burocracia recrutada segundo critérios weberianos, que se destacam do “continente” do empreguismo, ineficiência e descompromisso, realidade que inibe a efetiva afirmação da ideia de república. É possível também identificar arranjos que combinam excelência tecnocrática e parceria com agentes econômicos e outras forças sociais para a implementação de políticas de crescimento e equidade social, em contexto de fortalecimento do Estado e de democracia.

Em termos gerais, a vitória de Lula, em 2002, altera a relação de forças entre capital e trabalho, deslocando, em alguma medida, setores do capital produtivo da zona de influência do bloco neoliberal, de modo a conformar um campo sociopolítico social-desenvolvimentista, respaldado por organizações populares e dos trabalhadores da cidade e do campo (PT, PCdoB, CUT, MST, UNE etc.). A nova relação de forças, construída nas relações e disputas entre os atores, fornece bases sociopolíticas para uma mudança no sentido da ação e das capacidades do Estado. O poder público conquista graus de autonomia relativa decorrentes do maior equilíbrio de forças em que se circunscreve sua intervenção.

No período atual, apesar das dificuldades oriundas do cenário internacional, pode-se constatar um relativo fortalecimento de agências como o Ministério da Fazenda, os bancos públicos federais – BNDES (essencial no financiamento da política industrial), BB e CEF –, a Casa Civil, que gerenciou o PAC, cuja ideia básica originou-se no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). O Ministério da Ciência e Tecnologia destaca-se na política de inovação e o Ministério das Relações Exteriores, na condução da nova política externa, que fortalece a integração sul-americana e tem conteúdo universalista. Nessa lista não pode estar ausente o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que implementa o maior programa de transferência de renda do mundo, internacionalmente premiado, o Bolsa Família, bem como a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União. Pesquisas recentes (e.g. Bersh, Taylor e Praça, 2013) mostram que, nos últimos anos, está havendo uma ampliação do número de agências federais com alta capacidade burocrática.

Enfim, como escreveu Peter Evans, em 1992, o Estado é solução, e não problema, mas o Estado dotado de capacidades e democrático, representativo de um amplo leque de forças, que conduza as transformações com políticas que estimulem a geração de empregos e de renda, a inclusão social e a equidade. Lula e Dilma caminharam nesse sentido.



REFORMA E CONTRARREFORMA: QUEM ATACA DILMA E POR QUÊ?

Jornal do Brasil - 15/4/2014

Desde 2003, com Lula, o Brasil ingressou na fase mais importante de sua história. Pela primeira vez, as transformações modernizadoras se dão não apenas em contexto democrático, pois isso ocorreu também no período entre 1946 e 1964, mas, sobretudo, em um ambiente político no qual as organizações efetivamente próprias dos trabalhadores, a começar pelo PT e pela CUT, fazem parte da liderança do processo de mudança social. Dilma deu prosseguimento às mudanças iniciadas com Lula, mas vem sendo objeto de ataques variados. Quem ataca a presidente e por que motivo o faz? A resposta requer identificar os interesses em disputa e os atores envolvidos.

Todo processo de desenvolvimento apoia-se em coalizões. Assim foi desde o mercantilismo, política econômica implementada durante as Revoluções Inglesas do século XVII (Puritana e Gloriosa), que conduziram a Inglaterra à Revolução Industrial pioneira e à condição de principal potência mundial no século XIX, passando pela coalizão bismarckiana, que industrializou a então atrasada Alemanha. Na Inglaterra mercantilista, a coalizão envolveu grandes proprietários de terras e a classe média urbano-comercial, incluindo os interesses financeiros. Na Alemanha, a aliança foi entre elites da burocracia governamental civil e militar, grandes proprietários rurais e a nascente burguesia

industrial. Os exemplos prosseguem no século XX, nas experiências dos Estados desenvolvimentistas do Leste da Ásia, nas quais, grosso modo, em um primeiro momento, as coalizões vincularam a burocracia governamental aos empresários. Os regimes políticos (democracia, autoritarismo, fascismo) têm muito a ver com as alianças e relações de força existentes no percurso dessas rotas. Nos três grandes casos mencionados, um perdedor claro foi o interesse agrário pré-capitalista, feudal, as relações senhoriais no campo, o uso não capitalista da terra. Por outro lado, um ganhador foi o interesse industrialista da burguesia. Toda transformação social, como é o caso da revolução burguesa, envolve lutas entre classes e frações, resistências contrarrevolucionárias, mudança social progressiva e regressiva, reforma e contrarreforma, enfim, contradições.

No Brasil atual, após duas décadas perdidas (anos 1980 e 1990), a crise das políticas neoliberais – implementadas como alternativa ao falido nacional-desenvolvimentismo – e a existência do PT, da CUT e de demais organizações e partidos populares, como MST, UNE, PCdoB etc., presentes na cena política desde a redemocratização, ensejaram a vitória de Lula e a mudança na relação de forças. As políticas governamentais, não sem dificuldades e contradições, passaram a perseguir o investimento produtivo do capital, para gerar emprego e renda, e o combate às desigualdades sociais e à exclusão, estas últimas através de um amplo leque de políticas, como o aumento do salário mínimo, Bolsa Família, Reuni, Prouni, Minha Casa, Minha Vida, Luz para Todos, Territórios da Cidadania, Mais Médicos, Pronatec e assim por diante. Na verdade, Lula e Dilma implementaram políticas de reforma, com base em uma coalizão entre capital produtivo e trabalho assalariado. Mas, à reforma opõem-se as forças da contrarreforma.

Na campanha eleitoral de 2002 e no início de seu mandato, Lula foi vítima de um conjunto de preconceitos, pela sua origem social pobre e nordestina, por não ter diploma de nível superior, por não falar inglês, por sua posição ideológica (petista) etc. Os feitos de seu governo, sua reeleição e grande popularidade, a ponto de ser considerado um mito da política, fizeram com que a face mais visível desse preconceito, ainda existente, recuasse. Mas agora, em 2014, quando haverá novas eleições gerais e um quarto mandato governamental social-desenvolvimentista poderá existir, a artilharia é direcionada contra Dilma, que, na campanha de 2010, já havia sido bombardeada com a preconceituosa imagem de que seria um “poste” de Lula. O preconceito maior é contra o PT.

Quem é o exército da contrarreforma que atacou Lula e agora ataca Dilma? Em primeiro lugar, são os rentistas que investem nos ativos financeiros, entre os quais (mas não só) estão os títulos da dívida pública, que são indexados pela

taxa básica de juros, a Selic. Se nos anos FHC a média da Selic ficou acima dos 20%, caiu para 15% nos anos Lula e para 10%, com Dilma. Ou seja, no balanço geral, o rentismo com os títulos do Tesouro Nacional perdeu terreno, embora ele ainda seja muito forte, pois, apesar da crise que o neoliberalismo causou, em 2008, na economia internacional, os interesses da financeirização ainda têm bases estruturais no capitalismo mundial e nacional, sobretudo devido à globalização financeira, que mantém o livre fluxo de capitais e se opõe aos mecanismos de controle e regulamentação. O Brasil também está inserido no circuito de valorização financeirizada e especulativa do capital. As ações de Dilma visando implementar gradualmente uma política macroeconômica mais favorável ao social-desenvolvimentismo, a começar pelo maior alinhamento do Banco Central com os objetivos de geração de emprego e renda, embora sem descuidar do controle da inflação, mobilizam a ira dos rentistas e de seus aliados na grande mídia e em estratos das classes médias ideologicamente apegados às ideias neoliberais e individualistas.

Além dos rentistas, grande mídia e estratos neoliberais das classes médias, quem mais compõe a coalizão da contrarreforma? Os grupos financistas, que intermedeiam a riqueza dos rentistas, ou seja, as instituições financeiras que ainda apostam no caminho do ganho fácil, com os recursos dos cofres públicos, a começar pelos grandes bancos. Lula e Dilma não puderam acabar com a financeirização, pois ela é um fenômeno estrutural do capitalismo e sua superação não depende apenas de atos isolados de vontade política de governantes nacionais, mesmo considerando que há alguma margem de manobra para os países agirem. Mas eles avançaram, entre outros, induzindo as instituições financeiras à maior oferta de crédito para o consumo das famílias e a produção, pessoas físicas e jurídicas, colocando à frente dessa perspectiva os bancos públicos federais (BNDES, BB e CEF). A oferta de crédito entre junho de 2003 e junho de 2013 cresceu 564%, tendo ido a relação crédito/PIB, no mesmo período, de 24,7% para 55,2%, ao passo que a inadimplência caiu 5,2%.

Não por motivos contrarreformistas, mas por aspirações socialistas de curto prazo e insustentáveis, os esquerdistas também criticam Dilma. Querem mais e mais (e quem não quer?) e desprezam o que é feito. Por exemplo, na educação universitária, são contra o REUNI, que expandiu muito o ensino federal superior no Brasil. Acabam fazendo coro com a oposição institucional, com PSDB, DEM, PPS e, agora, com a coligação PSB-Rede. Como nunca antes na história do Brasil, o ótimo é tão inimigo do bom. Mesmo em um contexto de crise internacional, em 2013, o Brasil alcançou o terceiro lugar em crescimento econômico, em um

ranking envolvendo 13 países desenvolvidos e emergentes. Cresceu 2,3%, abaixo apenas de China (7,7%) e Coreia do Sul (2,6%).

No fundo, há uma disputa pelos recursos orçamentários, humanos e organizacionais do Estado: eles devem servir a quais interesses e a qual modelo econômico? Dilma é atacada, principalmente, para que a reforma social já feita e que os manifestantes de junho desejam aprofundar seja interrompida e algumas minorias milionárias possam apostar nos ganhos propiciados pela contrarreforma neoliberal.

A CLASSE TRABALHADORA COMO ATOR POLÍTICO NA CONJUNTURA

Jornal do Brasil - 22/4/2014

Em um contexto no qual, desde 2003, os mandatos presidenciais têm sido encabeçados por lideranças do Partido dos Trabalhadores (PT), é relevante avaliar o papel desempenhado pela classe trabalhadora na conjuntura.

A vitória de Lula em 2002, a maior liderança legítima da classe trabalhadora na história do país, sua posse em 2003 e as novas políticas governamentais inserem-se em um processo político de mudança na estrutura da relação de forças entre as classes e frações, que também impacta na esfera político-institucional. Em linhas gerais, frações e grupos da burguesia interessada nos investimentos produtivos do capital, e não meramente na inversão especulativa da financeirização, antes envolvidos na coalizão neoliberal, foram atraídos para um campo sociopolítico social-desenvolvimentista, no qual a classe trabalhadora participa, interessada em mais políticas sociais, em políticas de geração de emprego e renda salarial e no aprofundamento da democracia. Na coalizão social-desenvolvimentista, que reúne classes e frações do capital e do trabalho, há pontos convergentes, mas também divergência, inexistindo uma situação de ausência de conflitos democráticos entre as forças que a compõe. Trata-se de história, dinâmica, e não estática, de relações sociais, não de essências imutáveis.

A existência das classes sociais se evidencia através de suas organizações (partidos, sindicatos, movimentos populares variados, associações civis) e de ações (campanhas, greves, manifestações, fóruns deliberativos, debates públicos, pronunciamentos de suas lideranças, comportamento eleitoral, meios de comunicação com as bases e a sociedade etc.). Pode-se falar em uma classe trabalhadora quando há organização e ação vinculadas aos interesses próprios dos assalariados, traduzidos em demandas comuns e específicas, estas correspondentes às diversidades internas de um imenso segmento social, simultaneamente homogêneo e heterogêneo – por motivos profissionais ou corporativos, regionais, de faixa etária, de gênero, raciais, religiosos, opção sexual etc.

No Brasil, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), maior central sindical do país e quarta maior do mundo, é uma síntese da complexidade sociopolítica da classe trabalhadora. Ela é uma estrutura que serve à organização e à ação de classe, aos interesses comuns e específicos. Mas há ainda outras cinco centrais sindicais, e, na nova conjuntura, elas têm feito atividades conjuntas, como a Marcha das Centrais Sindicais, ação que defende uma “Agenda pelo Desenvolvimento”, visando “garantir um desenvolvimento sustentado, com geração de emprego de qualidade e distribuição da riqueza”, e desdobra-se uma pauta comum que inclui, entre outros, a manutenção da política de valorização do salário mínimo, a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, o fim do fator previdenciário, 10% do PIB para a educação, 10% do Orçamento da União para a saúde, a reforma agrária e a igualdade de oportunidades e de salários entre homens e mulheres.

Evidentemente, a mudança na estrutura da relação de forças entre as classes e frações não alterou o caráter capitalista das relações de produção e propriedade, mas colocou a classe trabalhadora em uma situação política relativamente melhor para se organizar e agir. O maior equilíbrio entre as classes impactou no Estado, que teve sua autonomia relativa aumentada em comparação com o período neoliberal, no qual a captura da política macroeconômica e de outras políticas públicas era bem maior.

Entre as conquistas da nova conjuntura desenvolvida a partir de 2003, menciono as seguintes (apoio-me em artigo de Artur Henrique, ex-presidente da CUT): a política permanente de valorização do salário mínimo, que é a renda de 48 milhões de pessoas e, por isso, nas palavras de Vagner Freitas, atual presidente da CUT, é “uma das mais importantes políticas sociais da história do Brasil”, fruto de um processo de negociação coletiva de imensa envergadura, inclusive em perspectiva comparada internacionalmente; a retomada da ofensiva sindical,

com campanhas salariais e greves que implicaram aumento real de salários, em um ambiente econômico de elevado nível de emprego; o reconhecimento das centrais sindicais; o veto do presidente Lula, por pressão das centrais sindicais, contra a Emenda 3 ao PL nº 6.272/2005 (da Super-Receita), que, circunscrita na perspectiva de flexibilização das relações trabalhistas, previa que os empresários pudessem contratar trabalhadores na forma de pessoa jurídica; diversas ações no sentido de garantir emprego e salário diante da deflagração da crise internacional de 2008, como a concertação de protocolos de entendimento da CUT com a Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos e com o Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias que teve também desdobramentos no Amazonas, nas indústrias de motocicletas e plásticas.

Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgado em 2013, ao se referir à atuação da CUT no último período, em comparação com outras organizações de trabalhadores na América Latina, diz o seguinte: “Talvez tenha sido o único exemplo de resistência vitoriosa da classe trabalhadora em escala global”. Por meio da participação da representação da CUT no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), instituído por Lula em 2003 para propiciar a concertação, entre diversos setores da sociedade nele representados, direcionada às políticas e diretrizes do projeto social-desenvolvimentista, aprovaram-se dois compromissos nacionais, um para aperfeiçoar as condições de trabalho dos canavieiros e outro, com o mesmo objetivo, para os trabalhadores da construção civil. O desenvolvimento com equidade e inclusão social é um princípio do CDES e do governo federal e ele tem a ver com as bases sociais de representação específicas de Lula e do PT, as classes trabalhadoras, velhas e novas, e os camponeses pobres.

Na verdade, além da CUT, solista fundamental, a presença marcante da orquestra dos trabalhadores na cena política tem como regente o PT. Não se ignora que partido, governo e sindicatos têm papéis distintos. As lideranças da classe trabalhadora têm essa consciência. Na esfera político-institucional, é um governo de coalizão, com a espinha dorsal na aliança PT-PMDB. A composição do Congresso Nacional não expressa a estrutura de classes. Mesmo havendo outros partidos com representação na classe trabalhadora, como PCdoB, PDT e PSOL, o universo do trabalho é minoritário no Congresso. Segundo estudo do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, resultou das eleições de 2010 que os interesses empresariais abrangem 45% dos representantes do Congresso, quase 48% da Câmara dos Deputados e mais de 33% do Senado. Avalia-se que o próprio crescimento da atuação das centrais sindicais, a partir de 2003, levou

o empresariado a reagir jogando peso na eleição de seus representantes, com volumoso financiamento eleitoral privado. Por mais heterogêneos que sejam os interesses empresariais, eles se unem nas matérias trabalhistas e tributárias. Por outro lado, a força parlamentar dos interesses sindicais é apenas um terço da dos empresariais.

O método usado para analisar a mudança nas relações de força e a presença da classe trabalhadora na conjuntura é histórico e indutivo. Muitos elementos empíricos e analíticos foram deixados de fora. Mas a tese aqui defendida é a seguinte: a conjuntura mudou em relação aos anos 1990, e a classe trabalhadora, através de suas organizações e ações e apesar das limitações, participa ativamente, com suas visões de mundo e propostas, na construção democrática do desenvolvimento e influencia as políticas do Estado mais que antes.

IDEOLOGIA? A POPULAÇÃO QUER ESTADO

Jornal do Brasil - 29/4/2014

Desde a posse de Lula, em 2003, tem havido, da parte do governo federal, ações que evidenciam uma retomada da presença do Estado em políticas públicas destinadas às áreas social e econômica. Essa nova postura governamental, implementada em contexto de regime democrático, tem ensejado também a retomada do clássico debate político-ideológico sobre os meios de transformação da sociedade, que opõe dois grandes campos: intervencionistas e liberais. Tais campos ideológicos, quando configurados na democracia, correspondem a uma das principais formas de expressão da divisão, respectivamente, entre esquerda e direita, ambas de teor moderado, que poderíamos caracterizar como centro-esquerda e centro-direita. Há evidências políticas que indicam haver condições para um novo avanço da esquerda reformista no Brasil, cuja concretização, a médio prazo, depende dos rumos da disputa política e eleitoral.

Pesquisa recente, por exemplo, realizada pelo Instituto Data Popular (IDP) e bastante divulgada na imprensa, intitulada “A Relação dos Brasileiros com os Serviços Públicos”, mostra que dois terços dos entrevistados associam fortemente a qualidade de vida da população ao provimento de benefícios públicos. Nesse aspecto, o resultado difere do coletado pelo Datafolha em dezembro de 2013, que registrou um empate entre 47% de pessoas que consideram que quanto mais benefícios receberem do governo, melhor (no Nordeste, 53%), e, por outro

lado, o mesmo número avalia que quanto menos depender do governo, melhor. Ou seja, na correlação entre ação governamental em geral e melhoria das condições de vida, as duas pesquisas mencionadas diferem: na primeira, vence a esquerda, na segunda, há empate entre as duas preferências ideológicas. Mas, quando o Datafolha pergunta especificamente sobre a ideologia dos entrevistados, há uma leve preferência para a esquerda e centro-esquerda, que somam 41%, ao passo que direita e centro-direita somam 39%. O centro abocanha 20% das preferências, configurando-se como uma reserva ideológica que pode vir a ser o fiel da balança na disputa político-eleitoral.

Por outro lado, as duas pesquisas apontam preferência pelos valores ideológicos de esquerda na esfera econômica. Segundo o IDP, 61% da população acham que o governo deve atuar com força na economia para evitar abusos das empresas e a pesquisa do Datafolha concluiu, então, que o brasileiro médio tende à esquerda no campo econômico: 70%, por exemplo, pensam que o crescimento econômico deve ser, sobretudo, um objetivo de responsabilidade do governo, e não do setor privado, e 54% veem as leis trabalhistas como importantes para a defesa dos trabalhadores, e não como o empecilho às empresas, concebido pela direita.

O levantamento do IDP também favorece a ideologia de esquerda em relação aos impostos: 81% desejam mais a melhora dos serviços públicos do que a redução dos impostos, mesmo avaliando que a carga tributária brasileira é alta. Ou seja, a grande maioria quer serviço público de qualidade, está insatisfeita com a oferta atual, quer que o Estado tenha recursos fiscais para provê-los e está disposta a arcar com os custos da política social. Parece que a concepção de cidadania, que envolve direitos e deveres, está avançando no país ou, ao menos, tem condições político-ideológicas para avançar.

Realmente, o grande trunfo para a esquerda reformista está nas políticas sociais. Os entrevistados querem Estado, querem a oferta gratuita de serviços públicos: 91%, por exemplo, desejam saúde e educação públicas e 56%, transporte custeado pelo Estado. A amostra da pesquisa abrangeu 53 cidades de todas as regiões do país, sendo que 81% são usuários de educação pública, 75%, de saúde pública e 59%, de transporte público. 56% acreditam que os direitos de cidadania dependem de decisões de políticas públicas.

Enfim, a pesquisa coletou outras informações, como a seguinte: entre os 67% que consideram que a vida melhorou, 52% atribuem essa melhora ao esforço pessoal e 31%, a Deus. Mas, a hipótese aqui formulada é que há um espaço político-ideológico propício para aprofundar o avanço da esquerda

reformista no Brasil. As manifestações de rua, em junho de 2013, demandaram serviços públicos e políticas sociais. O programa Mais Médicos avançou nessa direção. A política de valorização do salário mínimo e o Bolsa Família já vinham alavancando suporte político para um grande contingente eleitoral que André Singer interpretou com base no conceito de “lulismo”. A população quer Estado nas áreas social e econômica, ou seja, o social-desenvolvimentismo tem uma consistente base sociopolítica. O difícil sucesso dos liberais dependerá de sua capacidade de navegar contra essa onda histórica. O processo eleitoral precisa aprofundar esse debate político-ideológico.



O QUE FAZER? GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA

Jornal do Brasil - 6/5/2014

As manifestações de junho colocaram nas ruas quase dois milhões de pessoas. Expressaram a emergência de uma renovada democracia de massas, alimentada pelas transformações econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas em curso no país. Seu caráter pluralista abrangeu diferentes e nuançadas motivações de participação nas decisões públicas democráticas e uma variedade de demandas de conteúdo (transporte, saúde, educação, gênero, raça etc.). Dois elementos comuns sobressaíram: a crítica aos limites dos resultados da ação governamental em geral, estruturada a partir da representação democrática, e a vontade de participar mais nas decisões políticas municipais, estaduais e nacionais, e não apenas de votar nas eleições. Diante disso, o que fazer?

Se os limites do processo decisório da democracia representativa brasileira estão postos em xeque e se o que se quer é mais participação, então a discussão a se fazer é se convém haver um investimento político das lideranças políticas e da sociedade nas instituições democráticas diretas e participativas, que podem se combinar com a representação e complementá-la. A democracia direta, segundo a Constituição de 1988, contém três mecanismos: o plebiscito, o referendo e a lei de iniciativa popular. No Brasil, não há o mecanismo de revogação dos mandatos dos representantes eleitos. A democracia participativa diz respeito às instituições nas quais um determinado curso decisório de políticas

públicas envolve conselhos, deliberativos ou consultivos, nos quais a sociedade civil participa, através de representantes eleitos, compartilhando, assim, as decisões com a burocracia pública. A mobilização das organizações da sociedade civil no processo da Assembleia Constituinte, em 1987-88, foi o que garantiu a aprovação dos mecanismos de democracia direta e participativa na Carta Magna. A redemocratização, construída no anseio de extinguir o autoritarismo em crise, ensejou um salto de qualidade na disposição participativa da sociedade civil.

Note-se que, já nos anos 1970, debatia-se a crise da democracia representativa nos países desenvolvidos, na Europa e América do Norte, expressa na queda da confiança dos cidadãos nas instituições eleitorais e partidárias, no absenteísmo, na não filiação a partidos políticos e na insatisfação com a ação governamental em geral. Essa discussão ainda é atual, pois a desconfiança no regime democrático perdura. A crise internacional de 2008 só agravou o problema, uma vez que, cada vez mais, se percebe que quem efetivamente governa são os agentes dos mercados financeiros. Se um dos principais pilares do Estado e da ordem política é a legitimidade, a crise de confiança na democracia representativa é uma crise de legitimação.

Mas a crise também tem ensejado a emergência de ideias, práticas e instituições alternativas, como, entre outros, os “partidos piratas” na Suécia, Alemanha, Áustria, Suíça etc. e a discussão sobre democracia participativa e deliberativa, realizada até mesmo em instâncias da União Europeia. A democracia está historicamente convocada à reinvenção diante da crise de legitimidade que atingiu sua forma representativa, daí a importância de se investir em outros mecanismos de participação, além do comparecimento às urnas de votação.

O Brasil é considerado um laboratório da invenção democrática no campo da democracia participativa. No final do século XX, o invencionismo brasileiro localizava-se nos municípios, com destaque para o orçamento participativo, que, até 2004, havia sido experimentado em 194 cidades, tendo tido especial êxito em Porto Alegre e Belo Horizonte, nos anos 1990. Com a posse de Lula, em 2003, ou seja, no início do século XXI, a democracia participativa chegou à esfera da União. Até 2012, 86 conferências nacionais de políticas públicas e de direitos foram realizadas, ensejando a criação de muitos novos conselhos nacionais, além dos que já existiam há mais tempo, como o de saúde. Essa experiência mostrou que a participação pode propiciar ganhos de legitimidade ao sistema político e melhorar a qualidade das políticas públicas, como ocorreu em experiências nas áreas de saúde, assistência social e execução orçamentária. Mas, no campo do desenvolvimento, cujas políticas envolvem também os agentes econômicos,

capital e trabalho, experiências participativas têm sido relevantes, no Brasil e mundo afora. Aqui, pode-se citar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, criado por Lula em 2003, fórum que fabricou ideias-chave, entre outras as que se desdobraram no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no Minha Casa, Minha Vida, no Programa Universidade para Todos (Prouni), no Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat).

É muito importante que as eleições de 2014 debatam sobre a invenção democrática, que diz respeito à gestão pública participativa. O anseio por mais participação é real. É também verdade que a disposição para participar varia em intensidade e conteúdo, conforme os sujeitos. Se, por exemplo, ativistas dos movimentos sociais têm uma expectativa avançada de participação, cidadãos aposentados podem demandar formas participativas mais apropriadas às suas condições de existência e de motivação política. Por isso, formas de democracia direta e participativa, que combinem com a democracia representativa e fortaleçam-na, podem e devem ser articuladas em um sistema de gestão pública participativa. É importante entender democracia como cultura democrática, e não meramente como regime democrático. Uma cultura democrática construída com base na ação facultada e concreta dos cidadãos na práxis política da república, e não meramente através do voto obrigatório nas eleições, pode fazer frente à crise de legitimidade, que também atinge parlamentos e partidos no Brasil, como vimos em junho de 2013.

Pode ter chegado a hora de se avançar na construção institucional da participação democrática nos governos estaduais. No pioneiro Rio Grande do Sul, há o “Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã”, pelo qual mais de um milhão de cidadãos têm participado, por consulta popular, na formulação de políticas e em decisões orçamentárias posteriormente sancionadas pelo Legislativo Estadual. Na Bahia, o governo de Jaques Wagner instituiu o Plano Plurianual Participativo, envolvendo cidadãos de várias regiões do estado.

Como resido no estado do Rio de Janeiro, farei um breve comentário sobre a participação nessa unidade da federação. Há aqui os conselhos estaduais de saúde, educação, direitos da mulher, defesa da criança e do adolescente, juventude, direitos da pessoa idosa, tecnologia da informação, os conselhos comunitários de segurança, o conselho penitenciário, o conselho deliberativo da região metropolitana do Rio de Janeiro, enfim, diversos conselhos participativos. A Constituição estadual, seguindo a federal, também prevê a manifestação da soberania popular através do plebiscito, referendo e iniciativa popular legislativa. No entanto, não há efetivamente uma gestão pública participativa no

estado, uma concepção de que a porta de saída virtuosa da crise de legitimidade é a porta de entrada no universo institucional do controle social do Estado, pelo qual a cidadania poderá não ser meramente um público espectador, distante e passivo, mas público soberano e ativo no funcionamento da pólis, da coisa pública, da república.

Trata-se, então, de implantar, no Rio de Janeiro e onde mais for possível, um efetivo sistema estadual de gestão pública participativa, que combine diversos mecanismos de participação, deliberação e consulta popular, para que cada cidadão, conforme sua disposição ou capacidade de contribuição para as decisões cotidianas da república, tenha o direito político de ser cogovernante do bem comum. Digamos adeus à crise de legitimidade e sejamos mais felizes!

A LUTA PELA REFORMA POLÍTICA

Jornal do Brasil - 13/5/2014

Não é novidade que, desde os anos 1990, tem havido iniciativas, provenientes do Congresso Nacional, do Executivo Federal e das organizações da sociedade civil, para realizar uma reforma política. Apesar de sua relativamente longa trajetória e da representatividade das forças reformistas progressistas, a reforma política avançou muito pouco, e nas principais questões não avançou nada. Isso ocorre porque os contrarreformistas também têm base, na sociedade e no Congresso, onde há, inclusive, quem queira retroceder, introduzindo o sistema eleitoral majoritário e retomando a ofensiva para manter o padrão de financiamento privado, um dos principais males da política no Brasil e em muitas outras democracias. Mas como anda a luta pela reforma política ultimamente?

O principal marco atual nessa matéria está na resposta da presidenta Dilma às manifestações de junho. Ela, então, se comprometeu com cinco metas: responsabilidade fiscal e controle da inflação, saúde, educação, transportes e o plebiscito para consultar a população sobre a proposta de realização da Assembleia Constituinte Exclusiva da Reforma Política. Na ocasião, as pesquisas de opinião pública mostraram que a maioria da população apoiava o plebiscito e um número ainda um pouco maior referendava a realização da reforma política por um grupo de representantes eleitos para esse fim. Mas mesmo assim o Congresso Nacional enterrou a proposta de plebiscito feita por Dilma, virando as costas não

meramente para o Palácio do Planalto, mas para a grande maioria dos representados. Os representantes do povo, mais especificamente o PMDB e a oposição, preferiram o caminho conservador e contrarreformista de constituir um grupo de trabalho, nomeado pelo presidente da Câmara, o peemedebista Henrique Eduardo Alves, para apresentar uma proposta de reforma política. Um deputado petista, Cândido Vaccarezza, contrariando a grande maioria dos seus pares nessa legenda, participou da articulação que gerou o grupo de trabalho e foi nomeado seu coordenador. Encerrados os trabalhos, essa comissão fez propostas que parecem dificultar ainda mais a obtenção do necessário consenso para se conseguir aprovar a reforma. Elas estão formuladas na PEC nº 353/2013 e, entre outros pontos, sugerem que cada partido possa aderir ao tipo de financiamento eleitoral de sua preferência (privado, público ou misto) e um sistema eleitoral “proporcional distrital”, pelo qual os candidatos a deputado federal e estadual seriam eleitos não mais pelo voto potencial dos eleitores de todo o Estado, mas em circunscrições eleitorais de magnitude menor, constituídas a partir da divisão das atuais circunscrições eleitorais de âmbito estadual em regiões intraestaduais ou distritos. Enquanto o campo democrático-popular se move no sentido de instituir, no atual sistema eleitoral proporcional, mecanismos que se contraponham ao personalismo e fortaleçam os partidos, essa proposta de distritalizar o sistema proporcional caminha na contramão, sob a alegação de aproximar representantes e representados.

Por outro lado, no final de 2013, a “Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas”, composta por 95 organizações e movimentos da sociedade civil, entre os quais a CNBB e a OAB, divulgou seu “Projeto de Iniciativa Popular de Reforma Política e Eleições Limpas” (reformapoliticademocratica.com.br). Trata-se de uma campanha em curso que visa coletar 1,5 milhão de assinaturas, até agosto desse ano, a serem em seguida encaminhadas ao Congresso Nacional para que essa instituição discuta e coloque em votação as propostas de reforma política da coalizão. Outra campanha importante também está em andamento, apoiada por 69 organizações, entre elas a ABONG, CUT, MST e PT: o “Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político” (plebiscitoconstituente.org.br). Como dito, o Congresso Nacional, que constitucionalmente tem a competência para convocar um plebiscito, não o fez. Em resposta, essa campanha do campo democrático-popular está organizando um plebiscito popular, que ocorrerá em setembro desse ano. Já que ainda não se convocou o plebiscito oficial, vai haver, então, o plebiscito popular, que, embora não tenha respaldo constitucional, é um instrumento de luta e pressão das forças sociais

que pleiteiam que os representantes no Congresso Nacional respeitem o que querem os representados. Como referido, a proposta de plebiscito pela Constituinte Exclusiva da Reforma Política foi feita pela presidenta Dilma, em junho de 2013, no contexto das manifestações de rua, quando a população mostrou suas insatisfações com o sistema político e com alguns resultados e prioridades das políticas governamentais, tendo as pesquisas de opinião registrado a adesão popular a esse encaminhamento da questão.

Outro marco importante da luta pela reforma política envolve o STF, que está julgando uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI), com pedido de medida cautelar, de autoria da OAB. A ADI 4650/2001 questiona os dispositivos de financiamento privado de campanhas eleitorais previstos na lei dos partidos políticos e na legislação eleitoral. Recorrendo aos princípios constitucionais de igualdade, democracia e República, a petição da OAB coloca em xeque a constitucionalidade das referidas legislações, pois, possibilitando elas o financiamento eleitoral privado, que vem cada vez mais determinando os resultados eleitorais, abrem as portas para a desigualdade de participação entre os candidatos, dificultam e não estimulam o lançamento de candidaturas desprovidas de recursos, distorcem a relação democrático-representativa entre representantes e representados, em benefício das empresas financiadoras, e maculam a República com a privatização da coisa pública por interesses privados e a corrupção. A votação no STF está 6 votos a 1 a favor da ADI da OAB, mas se encontra parada, desde 2 de abril, nas mãos do ministro Gilmar Mendes, que pediu vista na ação.

Como o resultado final não tem mais como ser alterado e dará a vitória à petição da OAB, os movimentos sociais estão levantando a bandeira “Devolve, Gilmar”, que deverá inspirar as próximas manifestações da luta pela reforma política. Será que, às vésperas de eleições gerais que serão financiadas com muito dinheiro das empresas privadas, o magistrado não tem interesse em apressar a oficialização de um resultado que será desfavorável aos que sustentam politicamente e economicamente o desgastado padrão privado de financiamento das campanhas, que se caracteriza pelo fato de os recursos das firmas serem extremamente mais volumosos que a soma dos recursos dos doadores individuais e públicos? Enquanto o ministro examina a ação em passos lentos, os parlamentares privatistas andam às pressas. Estão preparando uma resposta ao resultado negativo que virá do STF: a constitucionalização do financiamento empresarial privado. Vamos ver.

Está traçado um breve panorama atual da luta pela reforma política. O nó do tema é complicadíssimo de desatar, sobretudo por que os

privilégios adquiridos com o status quo têm força nas instituições públicas e na sociedade e os reformistas ainda precisam acumular forças. Por outro lado, o tema ganhou maior relevância nacional desde junho de 2013, ensejando novos desdobramentos de mobilização, que acirraram a disputa política em torno da reforma política.

A POPULAÇÃO QUER “MAIS MÉDICOS”

Jornal do Brasil - 20/5/2014

Saúde pública é a primeira prioridade da população. Os eleitores priorizam melhores serviços públicos também nas áreas de educação, transporte e segurança. Se houve um avanço na oferta de políticas sociais a partir da Constituição de 1988 e, principalmente, desde o primeiro governo Lula, é certo também que a opinião pública, como ficou evidenciado nas manifestações de junho, quer que a agenda política coloque em primeiro plano as políticas de bem-estar, para que novas conquistas sejam efetivadas. Visando responder a essas demandas, o governo federal implementou o Programa Mais Médicos, que merece ser abordado, em razão de polêmicas que suscita.

Em julho de 2013, o governo Dilma editou a Medida Provisória nº 621, depois convertida na Lei nº 12.871/2013, que instituiu o Programa Mais Médicos. Ele se insere em um pacto pela melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), que inclui a melhoria da infraestrutura e dos equipamentos – os investimentos nessas rubricas têm crescido anualmente, sendo de R\$ 18 bilhões a previsão para 2014 –, o aumento das vagas tanto de graduação como de residência médica em medicina, a melhoria da formação médica e a contratação de profissionais para trabalhar nas regiões carentes, que são o interior do país e as periferias das grandes cidades. Essas medidas têm objetivos tanto emergenciais como estruturais.

Por que o programa foi criado? O diagnóstico é que o Brasil precisa de médicos. A taxa média de médico por habitante no país é baixa, 1,8/1000 habitantes (sendo que o ideal são os 2,7 existentes na Inglaterra) e mal distribuída no território, com as regiões e cidades mais ricas tendo mais suprimento de profissionais que as regiões pobres, como mostram dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), da Fundação Getúlio Vargas e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No Maranhão, por exemplo, essa média é de 0,58, sendo que só o Distrito Federal e o Rio de Janeiro superam o ideal de 2,7 e 22 estados estão abaixo da média nacional de 1,8. Essa oferta insuficiente de profissionais impede a expansão da atenção básica. O alcance da meta de que os municípios tenham pelo menos 75% da população coberta por equipes de saúde da família, que é o número recomendado pelo Ministério da Saúde, depende do aumento do número de médicos. Ou seja, não se trata meramente de um problema de má distribuição, embora isso ocorra e precise ser resolvido, mas também de necessidade de formação de mais médicos para dar conta da demanda. Nesse sentido, o programa prevê a criação de 11,4 mil novas vagas de graduação em medicina e mais que 12 novas vagas para a residência médica.

O Programa Mais Médicos partiu também da avaliação de que há necessidade de ação imediata e emergencial para suprir a demanda por profissionais de medicina na rede pública. Nesse sentido, em dez meses, incorporou 14 mil profissionais ao serviço de atenção básica de saúde, fazendo prevenção e cuidando das doenças mais prevalentes, como hipertensão e diabetes, em áreas geográficas cujo contingente populacional abrange 49 milhões de pessoas. Desse total, 11.400 são cubanos intercambiados, com base em cooperação internacional entre Brasil, Cuba e a Organização Panamericana de Saúde. A previsão inicial é que esses profissionais atuarão durante três anos. A atuação dos médicos cubanos tem sido essencial, uma vez que eles se alocaram nos rincões do país e têm tradição na ajuda humanitária.

Os impactos iniciais em termos de aumento do atendimento já se fazem sentir. Mais de quatro mil municípios, cujos prefeitos são de partidos variados, inclusive da oposição ao governo federal, aderiram ao programa. E diversas pesquisas apontam que a população brasileira aprovou os fundamentos do Programa Mais Médicos, especialmente a priorização da distribuição dos profissionais nas regiões carentes e a atração de médicos estrangeiros qualificados. Os entrevistados creem na capacitação dos médicos intercambiados. O apoio ao programa situa-se entre 70,3% (Instituto Paraná de Pesquisa) e 84,3% (CNT/MDA) da população.

Mas organizações de representação de interesse dos médicos, como a Associação Médica Brasileira (AMB) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Universitários Regulamentados (CNTU), questionaram judicialmente o programa, basicamente por motivos relacionados aos médicos estrangeiros. Elas são contrárias à inexigência de revalidação de seus diplomas e se opõem ao contrato de bolsista pelo qual foram incorporados ao programa. Por isso, ajuizaram duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra o Programa Mais Médicos. Enquanto a população apoia o programa, representações da categoria médica o criticam. É um caso para a reflexão.

Como cidadão que participou nas manifestações de junho de 2013, creio que o Mais Médicos foi uma resposta positiva. Se ele não é a panaceia, ou seja, a cura para todos os males da saúde pública, ele é reformista, aprofunda as medidas de reforma social, mesmo que através de mudança gradualista. As pressões dos rentistas e financistas são muito grandes. Eles se respaldam intelectualmente na ideologia neoliberal propagada pela grande mídia, o principal partido que possuem. Querem combater a inflação à custa de juros altos, que oneram a dívida pública, ao mesmo tempo que se opõem às políticas de desenvolvimento, à política industrial e à ampliação das políticas sociais, por considerarem que a iniciativa privada é o caminho de acesso aos serviços essenciais para a cidadania. Nessa difícil relação de forças, medidas reformistas como o Programa Mais Médicos fortalecem o campo político antineoliberal, pois respondem às necessidades da população pobre, que precisa de bons serviços públicos.



REPRESENTANTES *VERSUS* REPRESENTADOS

Jornal do Brasil - 27/5/2014

Impressiona o quanto uma parcela expressiva dos parlamentares federais, ou seja, dos representantes do povo, tem a capacidade de virar as costas para os representados, para o povo que eles supostamente representam. Na reforma política, que tem sido chamada de mãe de todas as reformas, isso é muito evidente. Vejamos.

Nos protestos e manifestações de rua, ocorridos em junho de 2013, que abriram uma nova conjuntura, uma das principais insatisfações que se expressou foi com o próprio sistema político, visto como situado na contramão do anseio por mudanças nos processos e nos resultados políticos. Quanto aos processos, há uma demanda contra a corrupção e contra o empreguismo nos cargos públicos. Quanto aos resultados, requerem-se melhores serviços públicos, especialmente em saúde, educação, transporte, segurança e moradia.

Ora, entre as instituições mais associadas à insatisfação e desconfiança da população estão os partidos políticos e os parlamentares. Coerentemente, as pesquisas de opinião pública mostram que a grande maioria dos eleitores apoia a realização de uma reforma das instituições políticas. Para enfrentar esse problema, a presidenta Dilma propôs, em junho de 2013, entre outros, um pacto pela reforma política. Mais especificamente, ela sugeriu ao Congresso Nacional, aos partidos e ao conjunto da sociedade civil a realização de um plebiscito para

que a nação se posicionasse sobre se quer ou não que haja uma Assembleia Constituinte Exclusiva para tratar da Reforma Política. Esse caminho de realização da reforma política foi proposto porque o Congresso Nacional, desde os anos 1990, tem tido enorme dificuldade para fazer essa reforma. Todas as inúmeras tentativas de realizá-la não surtiram efeito. Se os representantes do povo não conseguem encaminhar a reforma política, nada mais legítimo que o próprio povo exerça a sua soberania e destrave o impasse em que os representantes e as instituições representativas envolveram-se no trato dessa matéria relevante para o funcionamento da República Democrática.

Pena que não é assim que a maioria dos parlamentares pensa. Enquanto os eleitores se posicionaram, nas pesquisas de opinião pública, majoritariamente a favor do plebiscito e da Constituinte Exclusiva da Reforma Política, os representantes ignoraram os representados, discordando desses caminhos de mudança. O Poder Executivo fica, assim, em uma situação difícil no que diz respeito à reforma política. Entre os que lideraram a discordância em relação ao plebiscito e à Constituinte Exclusiva destacam-se nomes do alto escalão peemedebista, como o vice-presidente da República, Michel Temer, e o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves. Eles insistem em, por assim dizer, tirar leite de pedra, que é o que tem sido até aqui o intuito de se fazer a reforma política no Congresso Nacional. O PMDB é o principal aliado da coalizão governista, porém, dada certa heterogeneidade entre as forças dessa coalizão e sendo a reforma política uma matéria altamente controversa, os dois principais partidos de sustentação de Dilma têm posições divergentes sobre o tema. O PT a apoia, o PMDB é contrário. A dificuldade de consenso na reforma política tem a ver com o fato de que muitos parlamentares que têm se beneficiado das atuais regras do jogo – sobretudo o padrão privado-empresarial de financiamento de campanhas eleitorais e o sistema de voto proporcional baseado no personalismo, e não nas propostas das legendas partidárias – não querem alterá-las, o que significa que eles colocam os interesses de suas carreiras políticas acima da vontade popular. Não querem mudar as regras do jogo, porque elas têm sido boas para a eleição deles e de seus aliados nos partidos aos quais pertencem.

Nesse contexto, considerando que a população quer reforma política e apoia as propostas de Dilma, mas quem tem a competência constitucional para convocar o plebiscito nega-se a fazê-lo, há duas principais alternativas para destravar a matéria, no médio prazo: por um lado, a mobilização das forças sociais que querem a reforma política e, por outro, a eleição de parlamentares comprometidos com as mudanças institucionais propostas por Dilma.

Há dois grandes movimentos das organizações da sociedade civil em curso. Um é a campanha da Coalizão Democrática, que está coletando assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular a ser encaminhado ao Congresso Nacional, cujo conteúdo tem propostas de reforma política. Outro é o plebiscito popular pela Constituinte Exclusiva, que ocorrerá em setembro, pelo qual os movimentos sociais, extraoficialmente, consultarão a população sobre a proposta de Dilma. Essa iniciativa visa pressionar o Congresso para que ele convoque o plebiscito proposto pela presidenta. Se os representantes não atendem aos interesses dos representados, resta a estes o caminho da organização, da mobilização e da democracia direta prevista na Constituição. Ademais, nas eleições de outubro, os eleitores estão convocados a identificar os partidos e candidatos que querem a reforma política e os que não querem.



CAMPOS DA POLÍTICA E A POLÍTICA DE CAMPOS

Jornal do Brasil - 3/6/2014

Desde as eleições de 1989, dois grandes campos políticos têm disputado o governo federal: a direita neoliberal e a esquerda, inicialmente socialista, depois, moderada, de orientação social-desenvolvimentista. Foi assim em 1989, entre Collor e Lula, em 1994, com Fernando Henrique Cardoso e Lula, nomes que disputaram novamente em 1998; foi assim em 2002, no confronto em Lula e Serra, em 2006, com Lula e Alckmin e em 2010, com Dilma e Serra. Sabemos que os vencedores nessas seis eleições foram os seguintes: Collor, seguido por duas vitórias de Fernando Henrique Cardoso; após isso, duas vitórias de Lula e a de Dilma Rousseff, em 2010. Com exceção de Collor, todos os demais candidatos do campo neoliberal foram do PSDB. E todos os candidatos da esquerda social-desenvolvimentista têm sido petistas. É possível um terceiro campo político, conforme Eduardo Campos pretende constituir? Com todas as ressalvas que as previsões nas disputas eleitorais devem ter, sobretudo quando oficialmente a campanha nem sequer começou, passo a alinhar uma resposta.

Em primeiro lugar, por que Eduardo Campos se tornou candidato? Desde 1989, o PSB vinha compondo, nacionalmente, a aliança popular com o PT, na qual o PCdoB também sempre esteve presente, sendo que o PDT nela ingressou após as eleições presidenciais de 1994. Nas eleições municipais de 2012, o

PSB conquistou algumas vitórias importantes. Embora tal resultado não tenha impactado na alteração da relação de forças entre os partidos da base aliada e de fora dela, passou-se a cogitar, já naquele ano, que o então governador de Pernambuco, principal liderança emergente do PSB, seria candidato. Na ocasião, ele logo negou e confirmou taxativamente seu apoio a Dilma em 2014: “não é o momento de adesões baratas e nem de arrebatamentos de oposição oportunista”. Em setembro de 2013, no entanto, o PSB entregou os cargos em Brasília, rompeu com o governo federal e a aliança nacional com o PT, o que se seguiu em vários estados, embora não em todos. No mês seguinte, Eduardo Campos e Marina Silva anunciaram aliança, em razão da Rede Sustentabilidade, partido liderado pela acriana, não ter conseguido o registro que lhe permitiria disputar as eleições do ano que vem. A avaliação positiva do então governador de Pernambuco, a possibilidade, real ou imaginária, de capturar votos da base eleitoral petista no Nordeste, a ocorrência das manifestações de junho, a aliança com Marina Silva, que recebeu 20 milhões de votos em 2010, enfim, levaram Eduardo Campos a mudar em cento e oitenta graus a sua posição, a declarar-se candidato e a se colocar na oposição a Dilma. Respondo à questão formulada no início do parágrafo com uma pergunta ao leitor: será arrebatamento oportunista, como o próprio Eduardo Campos qualificou, em 2012, a eventual possibilidade de uma candidatura de oposição a Dilma?

Em segundo lugar, quais são as suas propostas? Nesse terreno, o programa econômico, a começar pelo ambiente macroeconômico, conta muito, pois identifica os principais interlocutores. Os assessores econômicos mais qualificados da coalizão PSB-Rede – que atraiu também o PPS, tradicional partido de oposição aos governos do PT – são André Lara Resende e Eduardo Giannetti da Fonseca, publicamente reconhecidos pelas suas posições neoliberais. Campos tem defendido a formalização, através de lei, da independência operacional do Banco Central, que hoje existe informalmente. O BCB teria um presidente com mandato fixo e não coincidente com o do Executivo em exercício. As metas de inflação seriam conduzidas visando, gradualmente, focar o centro da meta e esse centro seria reduzido. Tal objetivo seria perseguido gradualmente, chegando a 3% no início de seu eventual segundo mandato, estando hoje em 4,5% o centro da meta. Essas duas medidas têm sido destacadas e ambas dialogam com os rentistas e as instituições financeiras, ou seja, são medidas de clara sinalização neoliberal, que, se implementadas, tenderiam a inviabilizar a adoção de uma política monetária que buscasse equacionar duas variáveis, o nível de emprego e o controle da inflação. Ainda no âmbito da política macroeconômica,

essa pré-candidatura propõe criar um conselho de responsabilidade fiscal. Ou seja, coerentemente com o maior aperto monetário, haveria mais aperto fiscal. Novamente, o conteúdo neoliberal forte se revela.

Ao mesmo tempo, Eduardo Campos se apresenta como de esquerda e progressista. Diz que vai incentivar o diálogo e a participação, combater a corrupção e o fisiologismo, reduzir o número de ministérios, que não vai promover privatizações, que vai manter a política social, mas não com base no aumento dos gastos, e, sim, a partir da arrecadação, que supostamente aumentaria com a retomada do crescimento em níveis maiores.

Na disputa presidencial de 1989, delinearam-se três principais campos políticos: a direita neoliberal (Collor), a centro-esquerda (Brizola) e a esquerda (Lula). O segundo turno foi disputado entre Collor e Lula. Hoje, segundo os dados mais recentes do Datafolha, os principais campos políticos que disputam o país desde 1994 continuam nos dois primeiros lugares das preferências eleitorais nas pesquisas de opinião, mas uma terceira candidatura, a de Eduardo Campos, reúne 11% das intenções de voto. Em primeiro lugar – e até aqui capaz de vencer no primeiro turno – está a candidatura de centro-esquerda, encabeçada por Dilma (38%), seguida pela de Aécio Neves, com 20%. A questão que se coloca é a seguinte: será possível evoluir nas preferências do eleitorado e das classes e frações burguesas uma candidatura neoliberal mais de centro, em matéria de propostas de política econômica e demais políticas públicas, e menos direitista em relação ao que o PSDB realmente representa como portador histórico do projeto e dos interesses sociopolíticos de uma minoria rentista e financeirista descompromissada com a equidade? Só acontecendo isso, haverá segundo turno. De qualquer modo, pelo que se observa até o momento, os dois principais campos políticos estruturais, o social-desenvolvimentismo, institucionalizado na aliança PT-PMDB, e o neoliberalismo, polarizam a disputa, podendo apenas o último emergir com aparência renovada, com um “d” a menos na legenda partidária principal e fantasiado de progressista, mas comprometido muito mais com o rentismo e a financeirização do que com o desenvolvimento produtivo e a justiça social. Parece que a confluência entre, por um lado, a crise do neoliberalismo no Brasil, que tem seus interesses relativamente afetados com os esforços, desde Lula, para constituir e consolidar o campo político social-desenvolvimentista, e, por outro, as dificuldades, na gestão Dilma, da coalizão de centro-esquerda entre capital e trabalho avançar em termos de crescimento enseja a oportunidade de se investir não exatamente em uma terceira via, mas em um neoliberalismo renovado. Isso terá fôlego? A conferir.



A POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA DO GOVERNO DILMA E O EMPRESARIADO (1)

Jornal do Brasil - 10/6/2014

A média de crescimento do produto nos três primeiros anos do governo Dilma (o quarto ano ainda está em andamento) foi de 2,1%, ou seja, baixa, tendo esse indicador sido de 4,5% nos oito anos dos governos de Lula. Não obstante, trata-se de um governo desenvolvimentista, em alguns aspectos até mais ousado do que o do grande líder petista, como, por exemplo, em certo deslocamento do foco dinâmico do consumo para o investimento. Por que setores do empresariado reclamam? Examinemos a questão.

É importante distinguir entre uma estrutura de relação de forças de tendência desenvolvimentista e a conversão dessa condição estrutural em instituições desenvolvimentistas. Não há uma relação imediata entre uma dimensão e outra, e sim uma relação mediada pela disputa política e outros elementos conjunturais, estruturais e institucionais. Pode haver uma defasagem entre as tendências estruturais e a sua implementação institucional, como também pode haver contradições e ambiguidades na relação de forças que acabam por impactar nos mecanismos de transformação de um projeto virtual em ações efetivas, dificultando que o programa desenvolvimentista seja executado em uma intensidade mais consistente. A defasagem, aliás, pode ser decorrente das ambiguidades, embora outros fatores estruturais, além

da relação de forças, possam também intervir na situação, como a economia internacional. Insuficiências institucionais, sobretudo de capacidade estatal, podem também atrapalhar a vontade desenvolvimentista dos atores. A análise sociopolítica da transformação econômica deve levar em conta os seguintes elementos: ação, instituição, estrutura e conjuntura. Na verdade, todos esses singulares são ou tendem a ser plurais. Além disso, a referida tendência desenvolvimentista pode ser impulsionada por uma coalizão cujo interior abriga forças contraditórias, sendo difícil, embora não impossível, como inúmeras virtudes do social-desenvolvimentismo em curso têm demonstrado, ajustar as políticas públicas a essa situação.

A vitória de Lula, nas eleições de 2002, propiciou uma alteração na relação de forças no sentido de um maior equilíbrio de classes, uma vez que o PT tem nos assalariados uma base importante, haja vista, sobretudo, a proximidade política entre esse partido e a CUT, assim como com outras organizações da sociedade civil vinculadas aos trabalhadores, sobretudo o MST. Obviamente, uma demanda básica da classe trabalhadora é emprego e salário. O atendimento dessa demanda depende de condições econômicas que propiciem as atividades produtivas. Uma das principais alavancas estruturais da atual ação estatal desenvolvimentista foi institucionalizada com a formação, desde 2003, de governos federais encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores. Essa origem proletária do impulso desenvolvimentista pode incomodar o empresariado, sobretudo quando as demandas redistributivas estão em alguma medida descompassadas em relação às forças que promovem o crescimento, como ocorre na conjuntura atual.

Além do trabalho, a coalizão desenvolvimentista tem o outro lado, o do capital. Importantes frações de classe da burguesia mais propensas aos investimentos produtivos – ou seja, os grupos empresariais que podem acumular mediante a elevação da formação bruta de capital fixo, a contratação de mão de obra, a venda de seus produtos e serviços e a geração de renda salarial e lucros – estavam insatisfeitas com a agenda neoliberal e foram atraídas pelas medidas de indução do crescimento iniciadas no primeiro governo Lula. Assim, na própria atração da burguesia produtiva pelos trabalhadores evidencia-se o zigue-zague do comportamento político da primeira. De uma situação na qual estava a reboque de rentistas e financistas, a burguesia produtiva (industriais e agronegócio) assim como setores da burguesia que geram mais-valia, ou seja, valorizam o capital, mas não propriamente o produzem na forma de capital fixo (setores de transportes, comércio, educação privada etc.) foram, em relativa medida, atraídos pelo governo petista.

Na verdade, a burguesia é heterogênea e funcionalmente inter-relacionada e interdependente. Um caso clássico foi a conversão de alguns grandes cafeicultores paulistas em industriais, durante a Primeira República. Vários grupos empresariais atuais são diversificados, lidam com diversas áreas de atividade, sobretudo os transnacionais. Não há exclusivamente uma burguesia com vocação nacional nem uma burguesia geneticamente entreguista. As condições estruturais e conjunturais têm um peso importante na definição das inclinações do empresariado. A partir do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, por exemplo, e principalmente com o golpe militar de 1964, foi avançando o capitalismo dependente associado teorizado pelo então sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Por outro lado, abordando o governo Lula, Armando Boito tem argumentado que a grande burguesia interna seria a força dirigente do que ela chama de frente neodesenvolvimentista. Nesse sentido, a tentativa de promover as campeãs nacionais, ou seja, a internacionalização de empresas brasileiras seria um dos processos do reposicionamento das classes e frações diante do Estado. Resumo com uma grande caricatura: o capital privado nacional é heterogêneo, mas inter-relacionado e, em relação ao capital estrangeiro, ambíguo, com tendência a não vetar a associação de capitais com os grupos internacionais e de efetivá-la sempre que for conveniente, podendo essa tendência ser maior ou menor, a depender das condições estruturais e conjunturais. Ademais, as condições estruturais muitas vezes dificultam, sobretudo nos grandes grupos empresariais, distinguir entre as acumulações produtiva e especulativa.

Feita essa introdução, a ação desenvolvimentista de Dilma pode ser examinada com base nas seguintes políticas: política macroeconômica, política industrial, política externa, política social e política de concertação social. Passemos a esse exame para tentar avançar no entendimento dos encontros e desencontros entre o governo Dilma e o empresariado. (Continuo na próxima semana.)



A POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA DO GOVERNO DILMA E O EMPRESARIADO (2)

Jornal do Brasil - 17/6/2014

A primeira parte deste texto, publicada na semana passada, encerrou afirmando que a ação desenvolvimentista de Dilma pode ser examinada com base nas políticas macroeconômica, industrial, externa, social e de concertação sociopolítica. Esse exame não é exaustivo. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa de Investimentos em Logística (PIL), por exemplo, são importantes e necessárias ações desenvolvimentistas e estratégicas, que atravessam e respaldam as políticas mencionadas, e aqui não serão especificamente consideradas. Mas os pontos escolhidos podem ajudar a esclarecer os encontros e desencontros entre o governo Dilma e o empresariado. Tratarei hoje da política macroeconômica.

Desde 1999, o arranjo institucional da política macroeconômica baseia-se em metas de inflação, câmbio flutuante e arrecadação de superávit primário. No entanto, já no governo Lula e mais ainda no governo Dilma, mesmo mantido esse arranjo, as decisões de política macroeconômica mudaram, não são mais direcionadas exclusivamente para o combate à inflação, e sim tem múltiplos objetivos, como a expansão do emprego, via crescimento (PAC, PIL, pré-sal etc.), a redução da vulnerabilidade externa e o equilíbrio fiscal das finanças públicas. No governo Dilma, tem havido uma maior coordenação envolvendo a ação da

Presidência, por um lado, e por outro, a Fazenda, Planejamento e BCB, ou seja, o Conselho Monetário Nacional. A taxa média da Selic desceu para os 10%, menor que a de Lula, que havia sido na faixa dos 15%, sendo que a de FHC foi de quase 25%. Embora a taxa básica de juros ainda esteja alta em relação aos padrões internacionais, é importante não se ignorar a trajetória descendente. A redução da taxa básica impacta positivamente na dívida líquida do setor público consolidado, que estava em 2002 nos 60,4% do PIB, terminou 2010 nos 39,1% e, em 2013, desceu aos 33,6%.

Por outro lado, em seu mandato, Dilma depreciou o câmbio em quase 20%, para incentivar as exportações da indústria de transformação. As mudanças foram feitas preservando-se a estabilidade da moeda. Nos anos FHC, a taxa média de inflação foi de 9,1%, caindo para 5,8% nos anos Lula e alcançou 6,1% nos três primeiros anos de Dilma, ou seja, pouco acima da de Lula e muito abaixo da de FHC. Além disso, entre 2003 e 2013, a relação crédito/PIB saltou de 24,7% para 55,2%, ou seja, a política governamental de incentivo ao crédito às pessoas físicas e jurídicas deu resultados importantes, inclusive no governo Dilma, fazendo a intermediação financeira avançar no cumprimento de sua função, ainda insuficiente do Brasil, de alavancar a atividade econômica através de operações de risco, ao invés de apenas acomodar-se na transação com os títulos públicos.

Há uma política macroeconômica de orientação desenvolvimentista, embora não na intensidade que seria necessária para alavancar resultados mais consistentes. Os interesses neoliberais ainda determinam características estruturais da economia internacional. Os investidores externos e internos pressionam, em nome da credibilidade, contra um ambiente econômico nacional mais desenvolvimentista, pois isto demanda mais Estado e tendencialmente implica reduzir a captura do orçamento público pelos rentistas, credores da dívida pública. A volatilidade financeira e cambial é um perigo permanente na globalização. À medida que Dilma buscou ser relativamente mais efetiva na redução da taxa básica de juros e dos spreads bancários e na depreciação cambial, ela passou a receber críticas que a seu antecessor foram feitas em menor intensidade. Por outro lado, os melhores resultados em matéria de crescimento apresentados por Lula devem-se, em boa medida, à conjuntura internacional, sobretudo ao *boom* exportador, ao passo que em 2011, ano de posse de Dilma, ocorria baixo crescimento nos EUA e Europa e diminuição do ritmo de crescimento da China, o que alterava as condições do comércio exterior. Para enfrentar essa situação desfavorável, o governo Dilma, que em 2011 havia freado as medidas anticíclicas tomadas por Lula em 2009 e 2010, opta, em 2012, por uma política fiscal

mais expansionista. Entre outras medidas, reajusta significativamente o salário mínimo e aumenta os investimentos públicos, sobretudo os destinados ao Programa Minha Casa, Minha Vida.

Alguns economistas desenvolvimentistas avaliam que um dos erros da política econômica do governo Dilma tenha sido a excessiva retração da economia implementada em 2011, quando a presidente tomou posse. Naquela ocasião, o então presidente da Fiesp, Paulo Skaf, declarou: “Em ano como o de 2011, em que o governo anuncia um crescimento de 5% e termina com metade disso, podemos dizer que, ou o governo errou, ou exagerou na dose das medidas para esfriar a economia. Na nossa visão, poderíamos ter tido um resultado muito melhor neste ano. O País não avançou, só marcou passo”.

O empresariado liberal-desenvolvimentista oscila, ora critica as medidas macroeconômicas mais restritivas, ora discorda das respostas mais expansivas, deseja e teme o Estado, parece não se sentir exercendo adequadamente o poder sociopolítico e nem influenciando a contento as decisões tomadas na esfera político-institucional. Por outro lado, o governo Dilma fica politicamente dividido entre o desenvolvimentismo, que ele defende e implementa como pode, e as enormes pressões neoliberais que dificultam seus planos, a começar na política macroeconômica. (Continuo na próxima semana, quando abordarei a política industrial.)



A POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA DO GOVERNO DILMA E O EMPRESARIADO (3)

Jornal do Brasil - 24/6/2014

A política industrial para os quatro anos do mandato de Dilma Rousseff está formulada no Plano Brasil Maior. Apesar das condições macroeconômicas, nas áreas cambial e monetária, não serem das melhores, a presidenta, que é economista de formação desenvolvimentista, o ministro Mantega e o alto escalão da burocracia pública econômica afinada com o governo sabem da importância da indústria para o desenvolvimento e a elevação da renda. Um modelo desenvolvimentista não pode prescindir do impulso à indústria. Em fevereiro desse ano, o ministro Mauro Borges, à frente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, escreveu na imprensa: “Os números do desempenho industrial do último triênio são preocupantes. Por isso, o governo da presidenta Dilma implementou um vigoroso conjunto de medidas”.

Em 2004, Lula havia lançado a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior e, em 2008, a Política de Desenvolvimento Produtivo. Essas políticas deram um destaque especial à inovação tecnológica e à produtividade, visando propiciar competitividade aos produtos e serviços das empresas brasileiras. No entanto, a crise internacional trouxe novas dificuldades e recolocou a necessidade de enfrentar os desafios para a produção industrial brasileira no século XXI.

O Plano Brasil Maior dá continuidade às políticas de Lula. Ele surge em um contexto externo e interno difícil para a indústria, quando há pressões estruturais e conjunturais no sentido da desindustrialização e de manutenção da arriscada dependência das commodities. A balança comercial de manufaturados tem apresentado, desde 2010, déficits volumosos e crescentes. Ele tem uma estrutura de três eixos: reduzir custos e promover a formalização, fortalecer as cadeias produtivas e a inovação e, por fim, defender o mercado interno e as exportações.

As desonerações do governo Dilma, que se iniciaram em 2011, têm sido uma das faces mais visíveis do Brasil Maior (embora haja outras, como a capacitação da mão de obra, via Pronatec). Elas se aplicam a encargos na folha de pagamentos (reduzindo custos trabalhistas, excluindo os salários), IPI para material de construção e bens de capital, a custos da energia e a impostos incidentes sobre as exportações, que são reintegrados, transformando-se em crédito tributário. Até o final de 2013, a redução de IPI destinou-se também a automóveis e produtos da linha branca. A desoneração dos produtos federais sobre a cesta básica ampliada, que foram zerados, destina-se mais às famílias mais pobres, mas também beneficia a indústria de alimentos e de produtos de higiene pessoal, assim como contribui para a política de estabilidade macroeconômica. A desoneração da folha de pagamentos abrange hoje 56 setores da indústria, serviços e comércio varejista, inclusive a exportação. O critério de seleção dos setores é a existência de problemas de competitividade, como os relacionados à valorização cambial e à concorrência com produtos importados.

Várias dessas medidas atendem a demandas do empresariado. Na semana passada, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que em maio reunira-se com 35 líderes empresariais que haviam pedido, entre outras coisas, a permanência indefinida da desoneração da folha, confirmou o atendimento desse e de outros pleitos, e foi elogiado por várias lideranças empresariais, a começar pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o empresário mineiro Robson Braga. A desoneração da folha visa, entre outros, à defesa do mercado interno dos produtos e serviços importados, oferecendo mais competitividade às empresas brasileiras. Além disso, Mantega renovou até 2015 o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), financiado pelo BNDES, com linhas de crédito a baixo custo para a aquisição de caminhões, ônibus, máquinas agrícolas e bens de capital. O governo vai também ampliar os estímulos do Refis (programa de parcelamento de dívidas tributárias vencidas até 2013).

Para citar um exemplo da magnitude da política industrial, a redução dos custos de capital foi garantida pela forte entrada do BNDES (presidido pelo desenvolvimentista Luciano Coutinho), através do PSI, que concedeu mais de R\$ 83 bilhões em crédito, a taxas de juro negativas. As desonerações implicam renúncia fiscal de R\$ 21,6 bilhões anuais aos cofres do Tesouro Nacional. As críticas neoliberais alegam que elas diminuem a receita sem que haja corte de despesas. Sem desonerações, provavelmente, não estaríamos em uma situação de quase pleno emprego, como a própria CUT reconhece, e de aumento da formalização do mercado de trabalho. Mas falta uma melhor definição das contrapartidas empresariais, como há no caso dos usuários do Programa Bolsa Família, que recebem o benefício mediante certas condicionalidades.

Apesar da importância da política industrial de Dilma, havia, até recentemente, uma ambiguidade do empresariado em relação a ela, que parece ter relação com o baixo crescimento desde 2011, entre outros fatores. Se as medidas recentes vão amenizar ou não as ambiguidades e implicar aumento dos investimentos, é um caso a se acompanhar. Paulo Skaf, presidente licenciado da Fiesp, tem defendido a adoção de medidas mais horizontais. Em vez de desonerações pontuais, setoriais e temporárias, propõe medidas mais estruturais, como a redução dos preços do gás e da energia elétrica, dos encargos sobre a folha de pagamento, a depreciação cambial e a redução dos juros, ou seja, algo próximo daquilo que Luiz Carlos Bresser-Pereira tem denominado de macroeconomia do desenvolvimento. Dentre as reformas de impacto econômico, ele defende a tributária e a trabalhista.

Mas, em uma medida significativa, ainda que não seja suficiente, Dilma tem avançado no sentido das demandas formuladas por Skaf, como a desoneração permanente da folha. A análise da política macroeconômica de Dilma pode revelar que houve um esforço no sentido de uma maior compatibilidade entre as políticas industrial e macroeconômica. Uma chave para entender alguns desencontros entre Dilma e o empresariado é que se, por um lado, ele está na coalizão sociopolítica social-desenvolvimentista, esta não é a coalizão de seus sonhos, por sua base operário-sindical e tendência de esquerda, ainda que, na esfera político-institucional, penda para o centro, sobretudo devido ao PMDB. Por outro lado, a combinação entre baixo crescimento, investimentos insuficientes, pressões sobre a indústria, conjuntura eleitoral e mobilizações sociais por demandas redistributivas faz emergir queixas, não só da oposição neoliberal, mas também do ziguezagueante empresariado desenvolvimentista. O governo reage, mostra que é sensível às demandas desenvolvimentistas. Será que a

oscilação do empresariado significa que ele está, como um todo, tão distante da política desenvolvimentista de Dilma quanto pode parecer ou, na verdade, suas críticas, que não são novidade, são apropriadas pela grande mídia, na disputa política, como se fossem vozes absolutamente oposicionistas? Sendo os industriais estruturalmente ambíguos, estarão eles, em bloco, em debandada do campo social-desenvolvimentista? Parece que não. Por que alguns grandes empresários andaram ecoando o “Volta, Lula!”, sendo o ex-presidente um dos principais articuladores do referido campo político? Manifestações públicas da Fiesp, por exemplo, têm avaliado que uma estratégia de desenvolvimento deve buscar a reindustrialização, o aumento do investimento produtivo e a redução do Custo Brasil, como o encarnado no câmbio baixo e nos juros elevados. Quem melhor pode realizar essa plataforma desenvolvimentista do empresariado produtivo, se não uma coalizão dele com os trabalhadores – que demandam, em primeiro lugar, emprego e salário –, desdobrada em políticas governamentais comprometidas com a produção e a inclusão social? A história do país já mostrou que o desenvolvimentismo, quando se dá em contexto democrático, envolve compromisso entre elites políticas e lideranças do capital e do trabalho assalariado. (A conclusão fica para a semana que vem.)

A POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA DO GOVERNO DILMA E O EMPRESARIADO (FINAL) JORNAL DO BRASIL – 1º/7/2014

Após ter abordado as políticas macroeconômica e industrial, farei breves referências às políticas externa, social e de concertação político-social para, então, concluir a reflexão sobre as relações entre o desenvolvimentismo de Dilma e o empresariado.

A alteração na relação de forças entre as classes e frações, decorrente da vitória de Lula, em 2002, e a conformação do campo sociopolítico e político institucional social-desenvolvimentista, tendo como principal força propulsora as decisões governamentais tomadas desde o primeiro mandato do líder petista, impactaram na política interna e na externa. A política interna, sustentada politicamente, sobretudo, por forças do capital produtivo e do trabalho assalariado, passou a perseguir um modelo de desenvolvimento que combinasse crescimento e inclusão social, esta não só pela via do mercado de trabalho, mas também através da política social. Nesse modelo, a política externa, especialmente a política comercial, entre outros objetivos, visa alavancar interesses de comércio e de investimentos externos da burguesia produtiva no mercado internacional, ou seja, exportações e internacionalização das empresas brasileiras. Esses interesses constituem a face empresarial-trabalhista da coalizão social-desenvolvimentista, a que persegue o crescimento e a inclusão social através do fortalecimento das relações de produção para que eles propiciem poupança, investimento, emprego, salário e lucro. A outra face é a social, que combate a desigualdade por ações de desmercantilização.

Uma das principais manifestações da nova política comercial foi a aproximação em relação aos países do Sul, seja através da agenda sul-americana (que, nesse caso, tem também um escopo político), como em relação a fóruns de emergentes – sobretudo, o G20 dos países em desenvolvimento, o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e o ainda informal Brics (Brasil, Rússia, Índia e China). Especialmente após a crise de 2008, as relações Sul-Sul têm propiciado aumento do comércio internacional e dos investimentos nos países dessas regiões. Um exemplo dessa tendência é o avanço na integração da infraestrutura na América do Sul, no qual grandes construtoras brasileiras estão envolvidas. Houve também todo um esforço da diplomacia brasileira no sentido de aprofundar a negociação multilateral nos foros internacionais, como a Rodada Doha, que ainda não foi concluída. Na América Latina, a política externa social-desenvolvimentista brasileira, de defesa dos interesses comerciais nos mercados interno e externo, implicou a rejeição da proposta dos EUA de criação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), em 2005, posição que recebeu o apoio de grupos empresariais importantes em setores industriais, como, por exemplo, papel e celulose, química, eletroeletrônicos, bens de capital e alimentos, assim como da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), fórum informal organizado por iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Por outro lado, a depreciação cambial de 20%, no governo Dilma, foi promovida com o objetivo de estimular as exportações brasileiras, medida demandada pelo empresariado. Em todo o caso, há setores do empresariado que preferem que o governo promova acordos bilaterais de comércio, sobretudo com os EUA e a Europa, em vez de priorizar o multilateralismo e as coalizões Sul-Sul.

Desde Lula, a política social também se insere na perspectiva desenvolvimentista e Dilma tem dado continuidade ao modelo que visa combinar crescimento e inclusão social. Uma vez que o mercado gera desigualdades e, por si só, não supera o subdesenvolvimento, o combate à fome e à pobreza, através do gasto social do Estado, é visto como fundamental, mas não por motivos assistencialistas, e sim como integrado à perspectiva de incorporar para dinamizar a economia pelo fortalecimento do consumo e do mercado interno. Nesse sentido, o investimento no Estado de bem-estar tem uma função econômica. Essa perspectiva social-desenvolvimentista foi aprovada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), em 2007. E aqui, então, entro na política de concertação social.

O ambiente político impulsionado pelas forças convergentes e divergentes que compõem a coalizão social-desenvolvimentista tem propiciado um

avanço da democracia, sendo o fortalecimento das instituições participativas, que vinculam atores do governo e da sociedade civil na proposição de políticas públicas, uma de suas principais expressões. Visando especificamente incentivar a concertação social-desenvolvimentista entre capital produtivo e trabalho assalariado, mas envolvendo também intelectuais, religiosos, ONGs e outras personalidades, criou-se, em 2003, o CDES, composto por membros com representatividade ou reconhecimento social em suas áreas de atuação. Sua estrutura é composta por 90 conselheiros da sociedade civil e 18 conselheiros do governo (ministros), sendo presidido pelo Presidente da República. Uma das produções importantes do CDES foi a formulação da Agenda Nacional de Desenvolvimento. Os “âmbitos problemáticos” então identificados foram os seguintes: a desigualdade, a insuficiente dinâmica econômica, a infraestrutura logística, o financiamento dos investimentos e vários problemas de capacidades estatais. Enfim, a concertação pública e democrática é uma das frentes de ação da coalizão social-desenvolvimentista, envolvendo políticos no Executivo e no Legislativo, partidos, burocracia pública, classes e frações.

Arriscando-me em uma conclusão, penso que as relações entre Dilma e o empresariado têm pontos convergentes e divergentes. O próprio empresariado não é um todo coeso. Os atuais pontos de convergência se constituíram à medida que a insatisfação do empresariado com as políticas neoliberais (política macroeconômica, liberalização comercial, ausência de política industrial) encontrou guarida nas novas políticas governamentais de Lula, que foram costurando a coalizão social-desenvolvimentista, em uma conjuntura internacional favorável, com a China a todo o vapor. Mas tal aliança não deve ser vista como consolidada, e sim como dependente de condições estruturais e conjunturais difíceis, e também desafiada pelo campo neoliberal e por divergências e deserções internas.

Dilma deu alguns passos importantes na política macroeconômica e na política industrial, mas seu estilo mais tecnocrático e menos negociador diminuiu o impulso de concertação verificado nos governos de Lula. Considerando que historicamente o empresariado brasileiro não tem tradição de envolvimento em pactos e negociações, a iniciativa governamental de um governo petista na postura dialógica precisa ser clara. As desonerações mais recentes, apesar das contrapartidas pouco explicitadas, podem ser positivas na reconstrução de uma aproximação que parecia momentaneamente ter enfraquecido. O propósito mais ousado da presidenta no sentido de baixar os juros e spreads bancários também não soa afinado ao diapasão liberal de

poderosas elites econômicas, a começar pelos rentistas, que possuem muita base na grande mídia. O crescimento baixo, e não importa às oposições que há uma crise internacional, alimenta insatisfações, sobretudo quando se está em um cenário eleitoral no qual cresce a disposição de alternância no poder por parte dos que se colocam como alternativa ao campo social-desenvolvimentista. A heterogênea coalizão institucional dificulta a aprovação de medidas de interesse do governo, como a reforma política.

Os encontros e desencontros entre Dilma e os empresários têm a ver com as tensões típicas dos sistemas de alianças, com o jogo dinâmico e estratégico de interesses, com os resultados bons ou maus alcançados, as expectativas e os recursos dos atores. O campo neoliberal quer retomar o leme do Estado e o campo social-desenvolvimentista está, assim, desafiado tanto por dentro quanto por fora, a reinventar-se para seguir em frente. Uma dessas reinvenções parece ser o fortalecimento da indústria diante das ameaças à competitividade existentes nos mercados interno e externo. De maneira nenhuma dá para dizer que o empresariado industrial, ao menos como um todo, está pulando fora do barco, pois vários setores têm sido favorecidos com as oportunidades de negócios ensejadas pelas políticas públicas; tampouco que esteja se sentindo bem acomodado nele, afinal, por exemplo, seu destino envolve horizontes redistributivos cujo financiamento é objeto de intensa disputa política. Como dito, a coalizão de governo tem duas faces a serem equacionadas, a empresarial-trabalhista e a social. Eis alguns dilemas shakespearianos típicos da burguesia desenvolvimentista brasileira: aliar-se aos trabalhadores ou aos neoliberais, apostar em uma sociedade mais justa ou acomodar-se à desigualdade, ser nacionalista ou contentar-se com a condição de dependente e associada?

A POLÍTICA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Jornal do Brasil - 8/7/2014

Em 23 de maio último, o *Diário Oficial* publicou o Decreto Presidencial nº 8.243, de Dilma Rousseff, que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS). Essa política tem “o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil”. Por estranho que pareça para os que pensam em valores democráticos mais profundos, esse decreto vem sendo combatido, e não só pelos conservadores da oposição, mas também por líderes do PMDB, partido da bancada governista, que tem a palavra democracia em seu nome. O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), quer colocar em votação um projeto de decreto legislativo para derrubar o decreto presidencial. Entre outros motivos, ele alega que o decreto fere a legislação e também a separação de poderes.

O decreto define dez conceitos: sociedade civil, conselho de políticas públicas, comissão de políticas públicas, conferência nacional, ouvidoria pública federal, mesa de diálogo, fórum interconselhos, audiência pública, consulta pública e ambiente virtual de participação social. Excetuando a sociedade civil, que é um conceito, por assim dizer, teórico, correspondente à esfera não estatal, cujos atores, no caso brasileiro pós-1988, felizmente, têm se relacionado democraticamente com as agências do poder público, os demais conceitos

dizem respeito a instâncias e mecanismos de participação social, que podemos, também, denominar de instituições participativas. A PNPS busca racionalizar e estimular os dispositivos e organismos já existentes de democracia participativa, para que, em todas as fases das políticas públicas (formulação, implementação, monitoramento e avaliação), sejam levados em conta objetivos tais como a consolidação do método de governar através da participação social e o aprimoramento das relações do governo federal com a sociedade civil, respeitando a autonomia das partes. Nesse sentido, ela institui o Sistema Nacional de Participação Social (composto pelos supracitados conselhos, comissões, conferências e ouvidorias) e o Comitê Governamental de Participação Social, para assessorar a Secretaria-Geral da Presidência da República no monitoramento e na implementação da complexa arquitetura institucional democrático-participativa. O decreto recomenda que os órgãos do governo levem em conta, sempre que possível, os mecanismos de participação social.

As relações entre o Estado e a sociedade civil são inevitáveis, mesmo em regimes autoritários. O sociólogo Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, formulou, ao analisar o regime militar, o conceito de anéis burocráticos, que teve um impacto importante na literatura especializada das ciências sociais. Através desse conceito, Fernando Henrique argumentou que, na inexistência ou insuficiência de mecanismos de interação formais entre as elites do Estado e o empresariado, no contexto do autoritarismo, alguns interesses eram encaminhados por elos informais, os anéis burocráticos. Se, por um lado, tais anéis constituíam-se em mecanismos políticos não transparentes, por outro, eu os evoquei para ilustrar a inevitabilidade das relações entre Estado e sociedade civil, que, em contextos democráticos, são especialmente acentuadas, embora as formas concretas dessa interação variem de país para país e ao longo do tempo. Recentemente, por demanda empresarial, ou seja, a partir de relações democráticas com o setor produtivo, o governo Dilma manteve várias desonerações, por exemplo, na folha de pagamentos, para incentivar a atividade industrial. Tal decisão será encaminhada ao Legislativo através de Medida Provisória. Mas está totalmente fora de cogitação a possibilidade de Henrique Eduardo Alves desejar derrubar a própria legalidade das desonerações na Câmara dos Deputados, por considerá-las invasivas ao Legislativo ou infringentes à legislação por algum vício de origem. No debate acadêmico sobre desenvolvimento, uma das principais ideias é a de autonomia inserida, formulada por Peter Evans, segundo a qual a efetividade das políticas do Estado para promover o crescimento depende de projetos feitos em parceria com os agentes econômicos, ou seja, de capacitação política,

de cooperação entre as partes envolvidas, e não apenas de capacitação técnica de uma burocracia pública insulada.

É um equívoco sonhar com a utopia liberal de uma democracia minimalista na qual, nas eleições, há apenas candidatos e eleitores em contato mútuo no mercado eleitoral e, findo o pleito, tudo o mais começa e acaba no Poder Legislativo eleito, através das bancadas partidárias e parlamentares lá atuantes, inexistindo interações democráticas entre as agências e burocracias do Executivo e os atores da sociedade civil. Onde há tal sistema político minimalista no qual a única instituição estatal protagonista é o Legislativo e os únicos e efetivos atores são os parlamentares eleitos pelos diversos partidos? Se assim fosse, a atual ordem constitucional deveria também ser desfeita por decreto legislativo, pois ela existe não só como resultado da pressão popular, mas, mais que isso, pela efetiva presença popular no mecanismo decisório da Assembleia Nacional Constituinte, através da instituição, em seu regimento interno, da possibilidade de apresentação de emendas populares ao projeto de Constituição. Vários artigos da Constituição de 1988 têm conteúdo proveniente das emendas populares, relacionados a matérias como reforma agrária, função social da propriedade, sistema de saúde, direitos trabalhistas e diversos outros direitos de cidadania, individuais e coletivos.

Na Constituinte, direita e esquerda, ou conservadores e progressistas, se dividiram exatamente em relação ao tema da participação popular no próprio processo de elaboração da nova Constituição, que seria posteriormente, em outubro de 1988, promulgada. O espírito participativo dos anos 1980, após ter sido um tanto quanto constrangido na década neoliberal, os anos 1990, ressurgiu na primeira década do século XXI, sobretudo desde que a posse do presidente Lula, em 2003, passa a demarcar uma virada histórica na conjuntura. As dezenas de conferências nacionais de políticas públicas realizadas nos últimos doze anos são uma expressão rica da vontade de participação dos atores da sociedade civil no processo decisório, e isso não se contrapõe ao papel institucional do Poder Legislativo, pelo contrário, é um complemento. Os conselhos de políticas públicas mostram que a vontade de participação não se contenta apenas com o processo das conferências, mas anseia se institucionalizar e permanecer atuante. Importantes políticas públicas foram aprovadas a partir de mecanismos participativos, dos quais provieram propostas que foram encaminhadas ao Legislativo e convertidas em lei, como é o caso do Programa Minha Casa, Minha Vida, que tem relação com o processo das conferências nacionais das Cidades. Na agricultura familiar, políticas como o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento

da Agricultura Familiar) e o Plano Safra foram geradas a partir de mecanismos de democracia participativa envolvendo o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e as organizações da sociedade civil vinculadas à luta pela terra. A democracia participativa não é exclusividade de nenhuma classe social ou fração de classe (como mostra, por exemplo, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social), assim como não é a negação da democracia representativa, mas sua complementação, no sentido de dar vazão ao anseio de participação e de propiciar ideias sociopoliticamente respaldadas para o enfrentamento das questões de interesse público. Isso propicia um incremento da legitimidade do Estado, conforme inúmeras experiências têm demonstrado. As manifestações de junho de 2013 reafirmaram que votar nas eleições não supre a demanda por participação política.

Cabe à opinião pública acompanhar os desdobramentos institucionais da PNPS, pois ela visa reconhecer, racionalizar, dar maior transparência e estimular as práticas interativas entre Estado e sociedade, que, em contextos democráticos, mais que meramente inevitáveis, são virtualmente bem-vindas para o aprimoramento da boa governança. Pena que Dilma não publicou esse decreto no início de seu governo, para que sua gestão tivesse avançado mais nas práticas participativas.

A reação contra a PNPS repete a prática elitista dos que, na Constituinte, foram contra a participação popular e as emendas populares. Há quem tenha uma concepção oligárquica de democracia, vendo-a apenas como um meio de eleição de representantes. Vários dos políticos que estão contra a PNPS também se opuseram à proposta de plebiscito, feita por Dilma, em junho de 2013, para consultar a população sobre a ideia de realizar uma Constituinte Exclusiva da Reforma Política. (Excepcionalmente, não publicarei na semana que vem.)

ESTADO REPUBLICANO, DEMOCRÁTICO E A SERVIÇO DO INTERESSE COLETIVO

Jornal do Brasil - 22/7/2014

Entre as transformações necessárias para que o país possa avançar no caminho do desenvolvimento sustentável e com justiça social, está a melhoria da capacitação do Estado. Áreas de conhecimento como a economia política, ciência política e sociologia política têm enfatizado que as capacidades estatais são estratégicas para a ação desenvolvimentista do poder público. O Brasil possui algumas instituições públicas exemplares, como o BNDES, o BCB, o BB e a CEF, a Petrobras, a Embrapa, o Ministério da Fazenda, a Casa Civil, o Itamaraty, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Mas as prefeituras, governos estaduais e várias áreas de atuação do governo federal ainda carecem de estruturas de funcionamento e ação mais efetivas para serem agentes de transformação à altura dos grandes desafios nacionais, como o crescimento, a distribuição de renda, a melhoria dos serviços públicos e o desenvolvimento da cidadania.

Há inúmeros desafios para o Estado. Quero aqui destacar três ideias-força, sem excluir outras, para as três esferas da federação: mais republicanismo, mais democracia e mais comprometimento com o interesse coletivo. O nome do país é República Federativa do Brasil. República, como se sabe, significa coisa pública. O teor de patrimonialismo – ou, a rigor, neopatrimonialismo, pois, formalmente,

somos um Estado de Direito – ainda é muito alto. Não sou liberal em matéria de pensamento econômico, sou social-desenvolvimentista e minha utopia é o socialismo. Acho que o Estado é necessário, pois o mercado produz desigualdades e não cumpre funções importantes para alavancar as transformações do desenvolvimento. Mas, por exemplo, o excessivo número de cargos de confiança, sem critério meritocrático, é um indicador de neopatrimonialismo, atentando contra o caráter republicano do Estado. A burocracia moderna, conforme bem analisada por Max Weber, tem uma racionalidade meritocrática. A meritocracia, que corresponde à contratação através de concurso público, corresponde a uma perspectiva liberal, mas o (neo)patrimonialismo não é uma alternativa a ela, não tem nada de socialista e democrático, muito pelo contrário, é conservador, apoia-se no privilégio. As políticas sociais e de direitos, estas, sim, são uma das alternativas, como é o caso, por exemplo, das políticas de cotas para negros no serviço público. Da mesma forma, inúmeras outras ações, dirigidas a contingentes mais amplos da sociedade, para combater as desigualdades sociais, de gênero e racial, ao incluir os desfavorecidos, servem de contrapeso às injustiças do mercado e avançam no sentido da igualdade de condições, embora não necessariamente de resultados.

Como se não bastasse, mesmo entre os cargos de ingresso por concurso público, encontramos tendências de descompromisso, de posse neopatrimonialista da função pública empregatícia, que é vista por alguns setores do funcionalismo público como privilégio corporativo, e não como um direito da cidadania ao qual estão associados deveres para com os cidadãos. Estou me referindo à cultura que se preocupa muito mais com o direito de acesso ao serviço público que com o dever correspondente ao cargo. Nesse caso, direito sem dever é privilégio. Um exemplo é o descumprimento do horário de trabalho, fenômeno evidenciado em várias repartições públicas, sendo que as autoridades responsáveis acabam convivendo com essa desigualdade, um privilégio que atenta contra o direito da cidadania aos serviços públicos. As avaliações de desempenho parecem não ser sérias, tendo sido capturadas pela formalidade vazia. A estabilidade no emprego não se faz acompanhar das necessárias contrapartidas. Outro aspecto são os abusos no direito de greve dos servidores públicos, que não raramente vinculam os interesses de uma extrema esquerda com volição revolucionária aos de um contingente de funcionários alienados ou descompromissados com um efetivo cumprimento de seu dever. Deseja-se o justo salário, mas, diferentemente do setor privado, não querem o desconto dos dias parados e não focam no aprimoramento dos serviços que prestam aos cidadãos. Resultado: greves, algumas

delas de longa duração, que prejudicam os usuários dos serviços públicos, sendo grande parte deles os pobres. Uma coisa é direito de greve, algo diferente é esse princípio democrático abrigar privilégios injustificados e descompromisso com a coisa pública. O direito de greve do funcionalismo público, justamente garantido na Constituição, precisa ser regulamentado para que se preserve apenas o bebê e seja jogada fora a água do banho. Por outro lado, os governos têm a responsabilidade de propiciar as devidas condições de trabalho aos funcionários, institucionalizar canais democráticos de interlocução com as organizações representativas dos servidores, como ocorre, por exemplo, na Alemanha e Dinamarca, e oferecer bons serviços aos usuários.

Para se avançar no caráter republicano do Estado, há que se apostar na sua dimensão democrática. O controle social do Estado, através de instituições participativas de vários tipos, conforme as listadas na Política Nacional de Participação Social, formulada pelo governo de Dilma Rousseff, é uma perspectiva de modernização capaz de se contrapor ao neopatrimonialismo. Desde 2003, o país avançou em criar instituições participativas no governo federal, como os conselhos e as conferências nacionais de políticas públicas e de direitos. Nesse sentido, a implementação de sistemas de democracia participativa nas três esferas da federação é uma dimensão estratégica para o aprofundamento das transformações no caráter do Estado.

Não há solução política para os problemas do Estado democrático a não ser através de medidas que propiciem o aumento de sua legitimidade. Na Grécia Antiga, Platão, embora tenha sido um filósofo idealista, já equacionou o problema: o Estado (o Rei) deve ser não só racional, mas justo. A racionalidade a serviço da injustiça gera problemas de legitimidade (por exemplo, o “rouba, mas faz”), assim como uma vontade bem-intencionada de promover o interesse público e coletivo, mas desprovida de capacidade, também acarreta dificuldades políticas, desperdícios, descontentamentos etc.

O fortalecimento do compromisso do Estado com o interesse coletivo, para que ele minimize em seu seio os males da república oligárquica, requer o fim do neopatrimonialismo e o aprofundamento da democracia participativa. As agências públicas que hoje são ilhas de excelência precisam ser a regra, e não a exceção. Os recursos humanos constituídos pela burocracia pública são um dos recursos que nutrem essa perspectiva de valorização do Estado. As manifestações de junho de 2013 mostraram que a população quer Estado.



A OFENSIVA POLÍTICA DOS INTERESSES NEOLIBERAIS CONTRA A CANDIDATURA DE DILMA ROUSSEFF

Matéria inédita, não publicada, escrita em 25 de julho de 2014

O mercado está na oposição à candidatura de Dilma. Por mercado entenda-se o partido neoliberal internacional. Em 1947, em contexto de Guerra Fria, o então Partido Comunista do Brasil (PCB) teve seu registro cancelado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Motivo: o termo “do Brasil” e outras características indicariam que esse partido seria membro de uma rede partidária internacional. As leis atuais não permitiriam cassar o partido neoliberal internacional – afinal, o leitor sabe, esse partido é uma metáfora política – e tampouco haveria um Judiciário propenso a fazê-lo. Mas, em matéria de efetividade política e econômica, ou seja, de influência sobre os rumos políticos e econômicos nacionais, o suposto partido comunista internacional era, no máximo, amador em comparação com as forças globais do interesse neoliberal. A globalização, sobretudo na esfera financeira, faculta que o mercado nacional seja um espaço econômico para investidores do mundo todo.

Há uma onda de críticas à administração da presidente Dilma Rousseff e de apostas em sua derrota na disputa eleitoral à reeleição. Essas pressões provêm da fusão entre interesses econômicos e políticos, ou, mais exatamente, da vontade de que interesses econômicos de rentistas e instituições financeiras se tornem

força política oposicionista suficientemente capaz de mudar a atual composição de centro-esquerda do governo brasileiro, o que significa, em matéria eleitoral, derrotar a reeleição de Dilma e empossar a oposição neoliberal (Aécio Neves) ou, pelo menos, lograr que o novo governo, qualquer que seja ele, siga o mais possível os preceitos dos interesses neoliberais, a começar pela política macroeconômica (monetária, fiscal e cambial). O mau humor do mercado com o Brasil é, em uma medida relativamente significativa, a produção política de uma ação para deteriorar a confiança em Dilma. Se há deterioração da confiança em Dilma, isso está longe de ser um mero processo de natureza econômica. Essa é a questão central a se observar.

Não se trata de teoria da conspiração. As evidências são públicas, vejamos algumas. A imprensa noticiou recentemente que o diretor-executivo da gestora do JPMorgan, poderosa instituição financeira multinacional, avalia que está ocorrendo no Brasil uma “relativa estagflação” e que o mercado “vê com bons olhos a eleição da oposição”. A ofensiva contra o social-desenvolvimentismo aposta no quanto pior, melhor: quanto mais Dilma cair nas pesquisas eleitorais, melhor para o mercado e vice-versa. “Qualquer recuperação da candidatura de Dilma durante a campanha pode voltar a trazer estresse para o mercado”, diz a mesma fonte. Manchete recente de *O Globo*: “Ações da Petrobras se valorizam mais de 4% com rumores de pesquisa desfavorável a Dilma”. Semana passada, o Santander se destacou no âmbito dessa ação política orquestrada pelas forças externas e internas de oposição às políticas de conteúdo mais intervencionista em curso no país. O Banco Santander Brasil, subsidiária do banco espanhol, disse, em texto dirigido aos seus clientes ricos, que o sucesso de Dilma deteriorava a economia nacional. Devido à repercussão do fato, o banco voltou atrás, pediu desculpas aos clientes e afirmou que confia na economia brasileira. Enfim, os exemplos poderiam continuar com *The Economist*, CBN, Jornal da Globo etc., mas vou parar por aqui para entrar na análise.

Uma perspectiva teórica elucidativa argumenta que o capital e os capitalistas têm poder público estrutural, ou seja, têm capacidade de influenciar o conteúdo das decisões do Estado, que são decisões políticas, independentemente do governo em exercício. Por mais autonomia que o Estado tenha, será sempre uma autonomia relativa, dependendo sua amplitude da relação de forças entre as classes e frações e da coalizão política na qual as elites burocráticas e políticas do Estado estão inseridas. O Estado, no capitalismo, depende das relações de produção capitalistas. Dessas relações provêm o lucro, que é uma renda do capital, e o salário, remuneração do trabalho assalariado, assim como

os impostos arrecadados pelo Estado. Mas o exercício do poder público do capital mudou com o neoliberalismo e com a financeirização. Passa a haver um grande foco na primazia dos mercados e na valorização dos ativos financeiros e uma oposição à intervenção do Estado, que deve implementar uma política macroeconômica restritiva em termos fiscais e monetários e manter o câmbio flutuante. Resultado: o ambiente produtivo é prejudicado.

Dilma prosseguiu na perspectiva social-desenvolvimentista iniciada com Lula, que, além de se preocupar com investimentos produtivos, lucros, empregos e salários, enfatizou a inclusão social e a distribuição de renda. Porém, a média de crescimento, de 2011 até hoje, caiu em relação à verificada nos dois governos de seu antecessor. Por outro lado, não se pode ignorar que, antes de tudo, a crise financeira internacional não foi superada, pressionando todos os emergentes, embora algumas decisões do governo Dilma possam ter dificultado a retomada dos investimentos. Assim, a combinação, por um lado, de crescimento baixo, juros em alta e inflação batendo no teto da meta e, por outro, eleições presidenciais agendadas para outubro propicia uma oportunidade para que os interesses vinculados à financeirização, o modelo derrotado no país em 2002, partam para a ofensiva política. O cenário montado indica que a disputa presidencial desse ano será bem mais acirrada que a de 2010. Mais que o arremesso forjado de “bolinhas de papel”, o terrorismo ideológico, por assim dizer, contra a candidatura de Dilma pode produzir verdadeiras bombas políticas.

Uma das principais determinações do exercício da função estatal é a legitimidade, que depende muito do desempenho econômico, da acumulação de capital, embora não só. O neoliberalismo – o chamado “pensamento único” – está em relativa crise, por ter levado o mundo à recessão, por ter enorme dificuldade de conduzir à recuperação da atividade econômica e por ser o responsável pela promoção do aumento da desigualdade social até mesmo nos EUA, país desenvolvido onde ela mais cresce. Nesse contexto, os interesses neoliberais, com dificuldades no cenário externo e tendo que conviver no Brasil, há quase doze anos, com governos social-desenvolvimentistas – que não seguem o ideário da economia neoclássica e que não estimulam um modelo de gestão empresarial voltado à valorização das ações a qualquer custo, inclusive da atividade produtiva – precisam entrar com vontade na disputa política para tentar deslegitimar e derrotar eleitoralmente o modelo de capitalismo produtivo e inclusivo e de regime político democrático-participativo que tenta se afirmar no principal país da América Latina como alternativa civilizada ao capitalismo selvagem, que recentemente levou o mundo quase que a uma nova Grande Depressão.

O que está em jogo é a disputa entre dois tipos de capitalismo e, portanto, de exercício do poder público do capital: o capitalismo neoliberal e o capitalismo social-desenvolvimentista. Ambos têm interesses distintos em relação ao Estado. A ofensiva contra Dilma visa deslegitimar seu governo e derrotar sua candidatura para dar vez, novamente, à coalizão política neoliberal entre forças da sociedade e do Estado.

A disputa política em torno do desenvolvimento é recorrente na história do capitalismo e do Brasil. Aqui, levou um presidente ao suicídio, em 1954, implicou redução dos investimentos, entre 1961 e 1963, ao golpe militar de 1964 e à redemocratização nos anos 1980, a ameaças empresariais nas eleições presidenciais, em 1989, e à fuga de capitais nas eleições de 2002.

INTERESSES ECONÔMICOS NA DISPUTA ELEITORAL

Jornal do Brasil - 29/7/2014

Há uma onda de críticas à administração da presidente Dilma Rousseff e de apostas em sua derrota na disputa eleitoral à reeleição. Essas pressões provêm da fusão entre interesses econômicos e políticos, ou, mais exatamente, da vontade de que interesses econômicos de rentistas e instituições financeiras se tornem força política opositora suficientemente capaz de mudar a atual composição do governo brasileiro e empossar a oposição neoliberal ou, pelo menos, lograr que o novo governo, qualquer que seja ele, siga o mais possível os preceitos dos interesses mercadorocêntricos, a começar pela política macroeconômica (monetária, fiscal e cambial).

O mau humor do mercado com o Brasil é, em uma medida relativamente significativa, a produção política de uma ação para interferir no resultado das eleições. Se há deterioração da confiança no Brasil, isso está longe de ser um mero processo de natureza econômica. O exercício dessa oposição é um direito democrático. Mas a questão central a se observar é o caráter político-interessado das avaliações que se faz da economia brasileira e das consequências de uma eventual vitória da candidata oficial. Esse caráter político, obviamente, extrapola qualquer pretensa neutralidade técnica.

As evidências são públicas, vejamos algumas. A imprensa noticiou recentemente que o diretor-executivo da gestora do JPMorgan, poderosa instituição

financeira multinacional, avalia que está ocorrendo no Brasil uma “relativa estagflação” e que o mercado “vê com bons olhos a eleição da oposição”. A ofensiva contra o social-desenvolvimentismo visualiza um cenário de quanto pior, melhor: quanto mais Dilma cair nas pesquisas eleitorais, melhor para o mercado e vice-versa. “Qualquer recuperação da candidatura de Dilma durante a campanha pode voltar a trazer estresse para o mercado”, diz a mesma fonte. Manchete recente de *O Globo*: “Ações da Petrobras se valorizam mais de 4% com rumores de pesquisa desfavorável a Dilma”. Semana passada, o Santander foi notícia. O Banco Santander Brasil, subsidiária do banco espanhol, disse, em texto dirigido aos seus clientes ricos, que o sucesso de Dilma deteriorava a economia nacional. Devido à repercussão do fato, o banco voltou atrás, pediu desculpas aos clientes e afirmou que confia na economia brasileira. Enfim, os exemplos poderiam continuar com *The Economist*, CBN, Jornal da Globo etc., mas preciso entrar na análise.

Uma perspectiva teórica elucidativa argumenta que o capital e os capitalistas têm poder público estrutural, ou seja, têm capacidade de influenciar o conteúdo das decisões do Estado, que são decisões políticas, independentemente do governo em exercício. Por mais autonomia que o Estado tenha, será sempre uma autonomia relativa, dependendo sua amplitude da relação de forças entre as classes e frações e da coalizão política na qual as elites burocráticas e políticas do Estado estão inseridas. O Estado, no capitalismo, depende das relações de produção capitalistas. Dessas relações provêm o lucro, que é uma renda do capital, e o salário, remuneração do trabalho assalariado, assim como os impostos arrecadados pelo Estado. Mas o exercício do poder público do capital mudou com o neoliberalismo e com a financeirização. Passa a haver um grande foco na primazia dos mercados e na valorização dos ativos financeiros e uma oposição à intervenção do Estado, que deve implementar uma política macroeconômica restritiva em termos fiscais e monetários e manter o câmbio flutuante. Resultado: o ambiente produtivo é prejudicado, como se verifica hoje em vários países desenvolvidos.

Dilma procurou prosseguir na perspectiva social-desenvolvimentista iniciada com Lula, que, além de se preocupar com investimentos produtivos, lucros, empregos e salários, enfatizou a inclusão social e a distribuição de renda. Porém, a média de crescimento, de 2011 até hoje, caiu em relação à verificada nos dois governos de seu antecessor. Por um lado, não se pode ignorar que, antes de tudo, a crise financeira internacional não foi superada, pressionando todos os emergentes. Por outro, algumas decisões do governo Dilma parecem ter

dificultado a retomada dos investimentos. Assim, a combinação, por um lado, de crescimento baixo, juros em alta e inflação batendo no teto da meta e, por outro, eleições presidenciais agendadas para outubro propicia uma oportunidade para que os interesses vinculados à financeirização, o modelo derrotado no país em 2002, partam para a ofensiva política. O cenário montado indica que a disputa presidencial desse ano será bem mais acirrada que a de 2010.

Uma das principais determinações do exercício da função estatal é a legitimidade, que depende muito do desempenho econômico, da acumulação de capital, embora não só. O neoliberalismo – o chamado “pensamento único” – está em relativa crise, por ter levado o mundo à recessão, por ter enorme dificuldade de conduzir à recuperação da atividade econômica e por ser o responsável pela promoção do aumento da desigualdade social até mesmo nos EUA, país desenvolvido onde ela mais cresce. Nesse contexto, os interesses neoliberais, com dificuldades no cenário externo e tendo que conviver no Brasil, há quase doze anos, com governos que não seguem o ideário da economia neoclássica e que não estimulam um modelo de gestão empresarial voltado à valorização das ações a qualquer custo, inclusive da atividade produtiva, estão intervindo na disputa política para tentar deslegitimar e derrotar eleitoralmente o modelo de capitalismo social-desenvolvimentista que, com dificuldades, acertos e erros, tenta se afirmar no principal país da América Latina como alternativa ao padrão de capitalismo desregulamentado que recentemente levou o mundo quase que a uma nova Grande Depressão, uma crise cujos efeitos ainda se fazem sentir internacionalmente.

O que está em jogo no país é, sobretudo, a disputa entre dois tipos de capitalismo e, portanto, de exercício do poder público do capital: o capitalismo neoliberal e o capitalismo social-desenvolvimentista. Ambos têm interesses distintos em relação ao Estado. A disputa política em torno do desenvolvimento é recorrente na história do capitalismo e do Brasil. Aqui, levou um presidente ao suicídio, em 1954, implicou redução dos investimentos, entre 1961 e 1963, ao golpe militar de 1964 e à redemocratização nos anos 1980, a ameaças empresariais nas eleições presidenciais, em 1989, e à fuga de capitais nas eleições de 2002.



ENTRE O ELEITOR E OS CANDIDATOS ELEITOS ESTÁ O PODER ECONÔMICO

Jornal do Brasil - 5/8/2014

Iniciada a prestação de contas mensal dos candidatos aos cargos eletivos em disputa na atual campanha eleitoral, explicita-se novamente algo que tem sido familiar ao sistema político brasileiro: a tendência à onipresença do financiamento privado empresarial, que doa alguns bilhões de reais em eleições como a desse ano. Não vou aqui dar dados sobre essa realidade. Eles são muitos e têm sido divulgados por várias fontes. Meu objetivo é fazer uma rápida reflexão sobre algumas implicações do financiamento político empresarial para a representação política e sobre o que pode ser feito para mudá-lo.

Financiamento político é o recurso destinado a financiar duas instituições políticas, os partidos e as eleições. No Brasil, o financiamento político é misto, público e privado, mas a presença dos recursos provenientes de fontes privadas, sobretudo as empresas, é desproporcional em relação ao montante público. Os partidos e as campanhas eleitorais recebem, de maneira direta ou indireta, financiamento público, seja através do fundo partidário ou do horário eleitoral gratuito. Mas pessoas físicas e jurídicas também podem contribuir para os partidos políticos e para os candidatos a todos os cargos. As pessoas físicas podem contribuir até o limite de dez por cento dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior à eleição. O limite das pessoas jurídicas é de dois por cento

do faturamento bruto do ano anterior à eleição. Além disso, os candidatos podem dispor de recursos próprios, mas também dentro de certos limites.

Na prática, essas regras têm ensejado a privatização do processo eleitoral e do resultado das eleições. O que significa dizer isso? Significa que as campanhas eleitorais mais visíveis e os vencedores são os que mais arrecadam recursos privados. ação direta de inconstitucionalidade (ADI), com pedido de medida cautelar, de autoria da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) considera que o financiamento de campanhas por empresas, facultado na legislação partidária e eleitoral, fere os princípios constitucionais de igualdade, democracia e República. Como pensar em igualdade de participação dos candidatos nas eleições se a regra é que vencem os que arrecadam mais dinheiro dos empresários? Como pensar em democracia representativa enquanto poder do povo, exercido por meio dos representantes, se os candidatos mais ricos em recursos provenientes de fontes empresariais vencem as eleições, ou seja, se o que predomina é o poder dos mais ricos? E como pensar em República se a representação popular dá lugar à representação do poder privado das empresas, em detrimento da coisa pública? Desde abril, a votação da petição da OAB está em mãos do ministro Gilmar Mendes, que pediu vistas na ação. No entanto, a votação está em 6 a 1 a favor da medida da OAB, de modo que não há mais como alterar esse resultado e, ao que tudo indica, as legislações partidária e eleitoral terão que ser alteradas em relação ao financiamento por parte das empresas. Se as empresas querem contribuir, um meio de fazê-lo seria doarem para um fundo público, administrado pelo Tribunal Superior Eleitoral, e distribuído aos partidos com base em algum critério de proporcionalidade, tal como ocorre, por exemplo, com o fundo partidário. Há propostas institucionais nesse sentido.

Reclama-se muito da corrupção, e deve-se mesmo reclamar. Porém, além de reclamar, é preciso combatê-la. Uma porta de entrada principal da corrupção é o financiamento privado empresarial. Como diz a expressão de origem inglesa, “não existe almoço grátis”. Os doadores demandam, em troca, benesses, favores, obras superfaturadas, privilégios na oferta de serviços, tratamento especial etc. Mas a grande mídia, que grita contra a corrupção, aborda muito pouco a reforma política, que tem como um de seus principais objetivos o enfrentamento do problema do financiamento empresarial, uma das mais importantes fontes da corrupção.

Mas as organizações da sociedade civil estão mobilizadas em torno da reforma política. Um dos principais pontos na luta pela reforma política é a

retirada do financiamento empresarial do caminho que liga o eleitor ao eleito. Há em andamento duas grandes iniciativas populares de luta pela reforma política, o “Projeto de Iniciativa Popular de Reforma Política e Eleições Limpas (reformapoliticademocratica.com.br) e o “Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político” (plebiscitoconstituente.com.br). Há anos o Congresso Nacional resiste em fazer a reforma política. Se o Congresso Nacional não vem até o povo, o povo vai até ele, através dos canais institucionais de democracia direta que alimentam as duas campanhas populares mencionadas.



A IMPORTÂNCIA DO VOTO NAS ELEIÇÕES PARA O PODER LEGISLATIVO

Jornal do Brasil - 12/8/2014

Nas atuais eleições brasileiras, há quase 25 mil candidatos, se considerarmos todos os cargos em disputa: presidente e vice-presidente, governador e vice-governador, senador e suplente, deputado federal e deputado estadual. Desse total, 17.785 concorrerão para a câmara dos deputados e 7.018, para os legislativos estaduais. Nos últimos anos, tem crescido muito o número de candidatos. Há 32 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral. Os eleitores são 142,8 milhões.

É muito menos custoso para o eleitor obter informações sobre os candidatos aos cargos executivos, por serem menos numerosos, do que para os cargos legislativos. As eleições parlamentares, sobretudo para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas, casas que, junto com o Senado, serão renovadas nas próximas eleições, reúnem, em cada estado da federação, várias centenas de candidatos, distribuídos em três dezenas de partidos. Essa pulverização de candidatos facultada pelo sistema proporcional de lista aberta, que valoriza muito mais a competição entre indivíduos que entre legendas partidárias, deixa o eleitor médio perdido em um universo amplo de opções. Muitos eleitores decidem o voto na última hora, assim como tem sido comum o eleitor se esquecer em quem votou.

Não há sistema parlamentarista, nem em Brasília e nem nos Estados. Ou seja, na democracia brasileira, o Executivo não se origina do Legislativo. Há duas eleições paralelas nos pleitos de todas as unidades federativas, uma para o Executivo e outra para o Legislativo. Desconsiderando os votos brancos e nulos, o eleitor que tem preferência por um determinado candidato ao Executivo Federal ou estadual deveria votar, para os cargos legislativos, por uma questão de coerência programática, ou em candidatos da mesma legenda partidária do seu voto para presidente ou governador ou em candidatos coligados a essa candidatura. Em caso contrário, poderá haver um descolamento muito grande entre os votos em candidatos ao Executivo e os votos em candidatos ao Legislativo. Imagine-mos, por exemplo, uma situação em que os 40% de votos válidos que tenham elegido um determinado governador tenham votado, para o cargo legislativo, em um candidato da oposição. Esse governador não poderia contar com uma base parlamentar no Legislativo para implementar seu programa de governo, o que implicaria um problema político de governabilidade.

No caso do Congresso Nacional, esse desalinhamento tem sido uma realidade. Lula e Dilma, por exemplo, concorreram pelo PT em 2002, 2006 e 2010 e venceram, mas seu partido não teve a mesma proporção de votos para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal que suas candidaturas presidenciais vitoriosas receberam no primeiro turno. Para citar um caso, em 2002, Lula teve, no primeiro turno, 46,44% dos votos. Se todos os eleitores que votaram nele tivessem votado em candidatos do PT, a bancada desse partido, na Câmara dos Deputados, teria tido 238 parlamentares, mas, na verdade, as urnas só lhe proporcionaram 58 integrantes, ou seja, 11% da bancada total, composta por 513 cadeiras.

Tem havido alto índice de fragmentação partidária no Senado e na Câmara dos Deputados. As bancadas dessas duas casas legislativas distribuem-se em um número muito grande de partidos. Devido a isso, o presidente da República eleito precisa fazer coalizões com um amplo leque de partidos. A ciência política chama isso de presidencialismo de coalizão. Atualmente, por exemplo, há 10 partidos na coalizão governista na Câmara dos Deputados: PT, PMDB, PDT, PCdoB, PP, PR, PTB, PSD, PRB e PROS. Sendo muito ampla, a coalizão tem que lidar com o complicado problema da heterogeneidade interna. Quando a presença na coalizão é muito mais motivada pelo interesse de cargos na máquina pública do que pela afinidade programática, seus próprios membros, ao ficarem insatisfeitos com a patronagem, podem obstruir votações de interesse do governo, votar contrariamente, ausentar-se etc.

Apesar das dificuldades da atual coalizão governista, que ocorreu também com governos anteriores, várias medidas importantes foram aprovadas no Congresso nesse ano de 2014, como o Marco Civil da Internet, o Supersimples, o Plano Nacional de Educação e as Cotas para Negros. Por outro lado, há também temas importantes, como a reforma política, que continuam travados. Outros temas mal têm aparecido no debate, mas seria recomendável que aparecessem, como a implementação de um sistema progressivo de tributação, para que os mais ricos paguem, proporcionalmente, mais impostos que os mais pobres. No Brasil, diferentemente de muitos países ricos, acontece o inverso, quem tem renda menor paga mais.

Em junho de 2013, os manifestantes das ruas mostraram sua insatisfação com as instituições representativas (partidos, parlamentos e parlamentares) e, ao mesmo tempo, demandaram melhores serviços públicos de transporte, saúde, educação, segurança e moradia. O atendimento das demandas dos eleitores depende não só dos Executivos, mas também da composição do Legislativo, em Brasília e nos estados. O eleitor consciente está convocado não só a comparecer às urnas, mas a fazê-lo criteriosamente, procurando informar-se para, entre outras coisas, manter uma mínima coerência interna nas múltiplas escolhas que faz na máquina de votação, escolhendo candidatos para o Executivo e o Legislativo, na União e nos estados, que estabeleçam entre si uma relação de coerência político-programática, o que requer que o eleitor identifique o partido/coligação de um e de outro. Por outro lado, mesmo havendo 32 partidos, há ainda quem prefira anular o voto ou votar em branco. Seja essa preferência uma boa escolha ou não, também é um direito democrático.



POR ENTRE IDEIAS E CARGOS, NÃO SERÁ QUE A IDEOLOGIA AVANÇA?

Jornal do Brasil - 19/8/2014

O trágico acidente aéreo que tirou a vida de Eduardo Campos, assessores e pilotos alterou a competição eleitoral para a Presidência da República. Mas este artigo não vai prospectar sobre possíveis cenários eleitorais resultantes. A preocupação aqui é com uma questão teórica encerrada no desafio político enfrentado pelo PSB: o que fazer?

No início de século XX, ao analisar os partidos políticos, o sociólogo alemão Max Weber distinguiu dois grandes princípios em que eles se baseiam: conquista de cargos ou concretização de ideias. Na política real, os partidos acabam combinando os dois princípios, sendo que em uns, talvez a maioria, os cargos tendem a subordinar as ideias – desnudando sua precariedade ou condição secundária – e em outros, provavelmente minoritários, essas últimas esforçam-se para legitimar os cargos sem os quais não têm como se concretizar.

Parece estar fora de dúvida que a Coligação Unidos pelo Brasil (PSB, Rede, PPS, PPL, PRP e PHS), a começar pelo partido que Eduardo Campos liderava, vai escolher Marina Silva como cabeça de chapa. Essa escolha, ao menos em tese, parece significar uma opção pelas ideias, embora mantida a ressalva weberiana de que, na prática e em regra, os partidos combinam os dois princípios em que se baseiam. As pressões internas por uma escolha motivada pelos cargos

apareceram e foram explicitadas na mídia. Alguns membros da Executiva do PSB manifestaram-se refratários ao nome de Marina Silva, entre outros motivos, porque, em caso de sua vitória eleitoral, o Palácio do Planalto cairia nas mãos da Rede. Mas, prevalecendo a escolha de que aquela que formalmente ainda é a candidata a vice-presidente seja a locomotiva da candidatura, a balança pende para a manutenção do empenho de Eduardo Campos de se desenvolver uma terceira via ou projeto alternativo ao representado pelo PT e PSDB, que dominam as preferências nas disputas pelo Executivo Federal desde 1994.

PT e PSDB, embora em nada desapegados aos cargos, são também os partidos orgânicos dos dois principais projetos em disputa no país desde 2003, respectivamente, o social-desenvolvimentismo e o neoliberalismo. Possível ou não de se concretizar, a ideia da terceira via foi o desafio ao qual Eduardo Campos se propôs. Em artigo anterior nesta coluna, eu indagava, criticamente, sobre até que ponto a candidatura de Campos não estava inclinada a ser uma espécie de neoliberalismo renovado, dado o desgaste de seu congêner original. Por dois motivos eu não indaguei, na ocasião, que a terceira via poderia ser um social-desenvolvimentismo renovado. Em primeiro lugar, porque a estrutura sociopolítica do social-desenvolvimentismo é constituída pelos trabalhadores e capitalistas do setor produtivo, o que não se observava – e me parece que até agora nada mudou – na Coligação Unidos pelo Brasil. Em segundo, a assessoria econômica e algumas das propostas nessa área afastavam-se do social-desenvolvimentismo e aproximavam-se do ideário neoliberal, como a preocupação com a formalização da autonomia operacional do Banco Central e com metas de inflação mais rígidas. Seja como for, a hipótese de que a terceira via poderia ser um neoliberalismo renovado mantinha-a no terreno que propicia a legitimação da disputa pelos cargos por estes servirem também à concretização de ideais.

Silva parece reforçar uma tendência positiva em um pequeno núcleo da política partidária brasileira no sentido de dar lugar a algumas ideias em um universo de relações políticas povoado pela patronagem nua e crua. A presença do social-desenvolvimentismo, desde 2003, com suas conquistas e limites, tem a ver com esse renovado movimento ideológico no campo político. Não à toa, Dilma Rousseff, Aécio Neves e Eduardo Campos, nessa ordem, estavam à frente em todas as pesquisas de intenção de voto divulgadas até o dia 13 de agosto. Essas três candidaturas continuarão, no novo contexto pós-tragédia, a centralizar a disputa. As que contam com mais máquina partidária são as duas primeiras.

A CONVERGÊNCIA LIBERAL DOS PRINCIPAIS CANDIDATOS DE OPOSIÇÃO

Teoria e Debate - 3/9/2014

“Ou há duas Marinas Silvas ou há dois Aécios Neves”. Assim o jornalista Janio de Freitas, em artigo na *Folha de S. Paulo*, formula a constatação de que os programas de governo dos dois principais candidatos de oposição à candidatura à reeleição de Dilma Rousseff são tão semelhantes que, na essência, são idênticos.

Eu tenho escrito nessa coluna que há dois grandes campos políticos em disputa no Brasil, o social-desenvolvimentista e o neoliberal. Na esfera político-institucional, isso se expressa na oposição entre PT e PSDB, os dois principais partidos de cada um desses respectivos campos. Na verdade, trata-se de dois modelos de capitalismo. Além das tendências estruturais da economia internacional, a área de política fundamental para a conformação desses dois modelos é a política macroeconômica, pois, por meio dela, o governo tenta influenciar o comportamento de agregados econômicos, como crescimento, emprego, renda, inflação e balanço de pagamentos. Três áreas são muito importantes na macroeconomia, na perspectiva da ação governamental, as políticas monetária, cambial e fiscal.

O coordenador do programa econômico de Aécio Neves é Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central no segundo mandato de Fernando Henrique

Cardoso, investidor e executivo do setor financeiro. O núcleo de assessores de Marina é composto por André Lara Resende e Eduardo Gianetti da Fonseca (economistas liberais) e Neca Setúbal (bilionária do Grupo Itaú). A aproximação da assessoria dessas duas candidaturas em relação à coalizão de rentistas e financistas parece ser evidente. As propostas de ambos caminham no sentido de confirmar essa hipótese.

Os dois enfatizam uma política monetária mais austera, visando, em um primeiro momento, alcançar o centro da meta de inflação, hoje em 4,5%, e, em seguida, diminuir ainda mais. O instrumento de combate inflacionário que o sistema de metas de inflação dispõe para a ação política do Banco Central é a taxa de juros. A proposta desses dois candidatos, portanto, implica elevação acentuada da taxa de juros, que favorece rentistas e financistas. Ambos também propõem uma medida defendida pela coalizão entre rentistas e financistas, a formalização da independência ou da autonomia do Banco Central, a depender de como cada um denomina esse objetivo. Mas não parece haver descontrole inflacionário no país. Veja-se o que diz matéria recente da *Folha de S. Paulo*: “A média da inflação anual no período de Armínio Fraga foi de 8,78%. No período Lula, foi de 5,79% nos dois mandatos. Sob Dilma, a inflação média deve ficar acima de 6%”.

Por outro lado, como o aperto monetário impacta no aumento das despesas com a dívida pública, ou seja, no pagamento aos credores do Estado (rentistas e financistas), a proposta de ambos enfatiza uma maior arrecadação de superávit primário, a reserva orçamentária para pagar os juros. Em relação à política de valorização permanente do salário mínimo, que implica benefícios sociais e custos para os cofres públicos, Eduardo Gianetti da Fonseca disse o seguinte: “Corrigir o salário mínimo pelo crescimento de dois anos atrás e o IPCA do ano anterior não tem o menor sentido. Também é complicado reajustar o benefício previdenciário pelo salário mínimo. Atrelar perpetuamente ao salário mínimo não faz sentido” (*Folha de S. Paulo*, 21/10/2013). Ocorre que a dívida líquida do setor público vem baixando ano a ano. Em dezembro de 2002, era de 60,4% do PIB e caiu para 33,6% do PIB em dezembro de 2013. Durante esse período, a taxa Selic, que é a taxa básica de juros da economia, tem se mantido em patamares compatíveis com a redução dos custos da dívida pública.

Em relação ao câmbio, um preço fundamental da economia, a convergência liberal das duas propostas aposta na mera flutuação cambial, não mencionando um problema muito sério, a valorização da moeda brasileira resultante da entrada maciça de dólares. O programa de Marina Silva, por exemplo, diz que

vai “manter a taxa de câmbio livre, sem intervenção do Banco Central”. Embora uma desvalorização muito acentuada da moeda não seja recomendável, pelo impacto no aumento da inflação, a mera flutuação cambial, sem alguns instrumentos administrativos de controle (operações de compra e venda de dólares no mercado aberto, IOF etc.), pode apreciar muito a moeda e agravar tendências à vulnerabilidade externa, a crises cambiais e a ataques especulativos. Temos convivido desde 1994 com uma tendência de apreciação da taxa de câmbio e de vulnerabilidade externa e as políticas neoliberais têm muita responsabilidade nisso. Retirar mecanismos de controle administrativo da autoridade monetária reforçará a tendência à sobreapreciação.

Enfim, há uma convergência liberal nos principais candidatos de oposição ao governo federal. Ela é evidente nas propostas de política macroeconômica, a principal área de política que distingue os dois grandes modelos de capitalismo em disputa, o social-desenvolvimentista e o neoliberal.



O IMPERIALISMO AINDA EXISTE

Jornal do Brasil - 10/9/2014

Entre os principais intelectuais brasileiros que vêm elaborando o novo desenvolvimentismo – processo de mudanças que, no Brasil de Lula para cá, alguns preferem denominar social-desenvolvimentismo – está o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira. Para o bem da verdade, esse intelectual foi pioneiro nessa empreitada intelectual, usando o termo novo desenvolvimentismo já nos idos de 2003. Mais de dez anos depois, ele prossegue na construção da reflexão novo-desenvolvimentista. Em trabalho recente, ainda inédito, ele faz a crítica ao que qualifica como imperialismo por hegemonia.

Ele argumenta que os países pioneiros na revolução capitalista, que envolve a formação do Estado moderno, o Estado-nação, e na revolução industrial (no sentido amplo do termo, e não meramente aplicado ao Reino Unido) foram nacionalistas e desenvolvimentistas. Elites dos Estados capitalistas pioneiros, antes mesmo da Revolução Industrial do século XVIII e das instituições do liberalismo político, ou seja, no período mercantilista de transição e de regime absolutista, associaram-se à burguesia comercial e manufatureira (pré-maquinofatura) e a estratos mais modernos da aristocracia para promover, em âmbito nacional, a economia de mercado e o desenvolvimento. A política comercial protecionista, as guerras comerciais e o colonialismo dos séculos XVI ao XVIII foram uma das expressões do nacionalismo

desenvolvimentista das nações pioneiras na marcha capitalista, como Reino Unido, França e Holanda.

Com o avanço da industrialização, por volta da virada do século XIX para o XX, o economista inglês John Robson é pioneiro em identificar e abrir o debate sobre o novo imperialismo, um imperialismo moderno, estruturado a partir das relações capitalistas de produção, o imperialismo também abordado pelo economista marxista austríaco Rudolf Hilferding, no qual Lenin se apoiou para escrever sobre o tema. Trata-se de um imperialismo do capitalismo industrial, motivado pelo excesso de capitais, que busca não só exportar mercadorias, mas exportar os próprios capitais para os países atrasados. Até a Segunda Guerra Mundial, esse imperialismo teve, principalmente, uma característica colonialista, especialmente sobre países da Ásia e África. China e Índia, até meados do século XX, foram casos paradigmáticos da violência, exploração e desindustrialização da produção manufatureira local promovida pelo colonialismo imperialista. No pós-1945, com a independência das colônias, esse imperialismo passa a apresentar, principalmente, embora não exclusivamente, uma face econômica, sendo seus interesses políticos, em muitos casos, implementados por meios diplomáticos, organizações multilaterais ou pela associação com as elites políticas e sociais dos países dependentes que se subordinam aos interesses imperiais. Bresser-Pereira denomina essa nova face predominante do imperialismo de imperialismo por hegemonia, o que, por outro lado, não significa que o imperialismo militar tenha desaparecido do mapa geopolítico. Tal como no imperialismo colonialista, “o objetivo [do imperialismo por hegemonia] é sempre a ocupação dos mercados internos dos países em desenvolvimento, é a apropriação de parte do excedente econômico gerado pelo país através do comércio desigual, dos financiamentos e dos investimentos diretos [estrangeiros] [IDE]”.

Uma contribuição importante de Bresser-Pereira é considerar que os países em desenvolvimento, salvo exceções, não precisam de capitais externos. Esse economista tem sido um dos principais críticos da estratégia de crescimento com poupança externa, propugnada nas últimas décadas pelo imperialismo neoliberal. Os países ricos, conforme referido, industrializaram-se por meio de ideologias e políticas nacionalistas e desenvolvimentistas, mas, uma vez na dianteira da concorrência capitalista global, propõem aos pobres e emergentes políticas que não praticaram, ou dificultam que os retardatários implementem projetos baseados em seus próprios interesses nacionais. Uma absorção intelectual das pressões imperialistas estaria na estratégia do desenvolvimento

dependente associado, do final da década de 1960. Como as multinacionais, para contornar as barreiras protecionistas, tiveram um novo estímulo para se instalarem nos países da periferia e, aparentemente, contribuíram para o esforço de desenvolvimento desses países, ficaria sem sentido as críticas ao caráter anti-industrial do imperialismo. Nesse sentido, a teoria da dependência associada conciliou dependência, desenvolvimento e imperialismo, ao considerar que os investimentos das multinacionais se associavam ao capital privado nacional, não havendo mais conflito de interesses entre centro e periferia, ao mesmo tempo que descartou, obviamente, a tese dependentista-radical de que, na ausência de uma burguesia nacional e de uma revolução nacional-burguesa, só restaria a alternativa socialista.

O imperialismo neoliberal aumentou as pressões sobre países da América Latina e de outras regiões. Além dos problemas financeiros ligados ao endividamento externo, os países latino-americanos foram pressionados a promover privatizações, a vender suas empresas estatais às multinacionais e a implementar as aberturas comercial e financeira. No Brasil, as reformas foram feitas nos anos 1990, mas o crescimento não veio e, ainda por cima, as desigualdades aumentaram. Inúmeras empresas nacionais, públicas e privadas, passaram ao controle de grupos econômicos estrangeiros. Mas o aumento do IDE assim como o ingresso de capital especulativo implicaram valorização cambial e substituição da poupança interna pela poupança externa. Ou seja, o ingresso de poupança externa, na forma de investimentos estrangeiros diretos, de portfólio ou de financiamentos em moeda estrangeira, não se fez acompanhar pelo aumento dos investimentos no país, pelo contrário, direcionou-se para o consumo. Além disso, essa poupança externa e as divisas obtidas com as commodities apreciam a moeda nacional e, salvo em períodos excepcionais, geram déficit em conta corrente. O resultado é que perdemos duplamente para as multinacionais, tanto nos mercados de exportação quanto no mercado interno. A presença de produtos chineses no país é apenas um exemplo disso.

Ao invés da dependência da poupança externa, Bresser-Pereira realça a necessidade de o modelo de desenvolvimento perseguir a perspectiva de alcançar o superávit da conta corrente. Nesse sentido, uma medida importante é limitar a ocupação do mercado nacional pelas corporações multinacionais, condicionando sua entrada a exigências que possam ser úteis ao país, como transferência tecnológica ou ampliação das exportações. Além disso, ele tem defendido a adoção urgente de medidas para desvalorizar a moeda, sendo que uma das principais tendências de valorização cambial advém da exportação de

commodities, cujas divisas apreciam o câmbio e acabam por prejudicar a exportação de produtos industriais, especialmente os de tecnologia mais avançada.

Assim, diferentemente da corrente de pensamento econômico neoliberal, que diz que o imperialismo acabou, que o IDE é bom para o país e para os consumidores e que o comércio deve se apoiar meramente em princípios ricardianos, a reflexão novo-desenvolvimentista de Bresser-Pereira evidencia a presença do imperialismo por hegemonia e a necessidade de que ele seja enfrentado com base em uma estratégia de desenvolvimento centrada no interesse nacional, sob pena de regredirmos no sentido da desindustrialização e da estagnação econômica. A elaboração desse autor vai ao encontro de diversas formulações teóricas sobre o Estado desenvolvimentista, que mostram o quanto importante é o nacionalismo econômico.

SOBRE O SENADO

Jornal do Brasil - 16/9/2014

No Brasil, o Poder Legislativo, no âmbito da União, ou do governo federal, é bicameral, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Essas duas casas legislativas formam o Congresso Nacional. A Câmara dos Deputados é composta por representantes do povo e o Senado, por representantes dos Estados e do Distrito Federal, ou seja, por representantes das unidades federativas subnacionais. Este artigo aborda o Senado.

O Senado Federal foi instituído pela Constituição de 1824, Carta Magna decorrente do processo de independência do Brasil, que, até então, era uma colônia de Portugal. Alguns anos antes da independência brasileira, os Estados Unidos da América haviam declarado sua independência em relação ao Império Britânico. A Constituição dos EUA, ratificada pelas treze colônias que, em 1775, deflagraram a guerra de independência contra a Grã-Bretanha, foi o primeiro documento constitucional moderno importante que instituiu um Poder Legislativo bicameral, composto pelo Senado e pela Câmara de Representantes. O bicameralismo foi pensado como um dispositivo de freio e contrapeso, para evitar que uma eventual maioria de representantes do povo, em um parlamento unicameral, ferisse interesses da minoria rica, os proprietários de terra. A forma concreta de viabilizar isso foi considerar que todos os estados confederados, que haviam participado na guerra de independência, deviam ser tratados como

soberanos e, nessa condição, fazer-se representar igualmente, no caso, com dois representantes cada, em uma casa legislativa específica, que coexistiria, no processo de produção das leis, com a casa dos representantes do povo.

O Poder Legislativo brasileiro inspirou-se no modelo bicameral norte-americano. Parece haver alguns exageros nas funções do Senado Federal. Ele não lida apenas com questões referentes aos estados, conforme pode ser visto no artigo 52 da Constituição Federal, que trata de suas competências privativas. Além disso, o artigo 65 garante ao Senado operar como casa revisora de decisões da Câmara dos Deputados. Se o Senado rejeitar uma matéria iniciada na Câmara, ela será arquivada, mesmo que não tenha nenhum conteúdo federativo. Em algumas democracias importantes, como Reino Unido e França, a Câmara Baixa (no Brasil a Câmara dos Deputados) desfruta de poder relativo maior que o da Câmara Alta. O mandato do deputado federal é de quatro anos, ao passo que o do senador é de oito anos. Há propostas de redução do mandato dos senadores para quatro ou seis anos. Se um senador eleito se afastar do cargo por algum motivo, quem ingressa em seu lugar é o suplente de senador, que não é votado. Alguém sabe, por exemplo, quem é o suplente dos candidatos Romário ou César Maia à vaga em disputa para representar o estado do Rio de Janeiro no Senado nas eleições em curso? Há propostas de reforma política no sentido de que os suplentes de senador também sejam eleitos. Por outro lado, temos 81 senadores, representando os 26 estados e o Distrito Federal. Cada unidade federativa elege três representantes no Senado Federal. Se os representantes dos 14 estados menos populosos, que totalizam cerca de 15% da população, se unirem, eles somarão 42 votos, que é metade mais um, ou seja, a maioria absoluta dos 81 senadores que compõe o Senado. Nesse sentido, há sugestões tanto de se instituir uma composição do Senado com um critério intermediário entre a atual composição paritária e a composição proporcional, como de se acabar com a Câmara Alta no Brasil. Alguns países pequenos e unitários, isto é, que não são federações, têm poder legislativo unicameral, como Suécia, Dinamarca e Finlândia, entre outros.

Sei que a reforma política depende de consenso e que sua obtenção é muito difícil. A reflexão que trago aqui sobre o Senado Federal é menos voltada a propor mudanças imediatas, pois várias delas parecem estar fora de cogitação em termos de capacidade política de concretização, do que para informar e instigar a reflexão do leitor.

DECISÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO

Jornal do Brasil - 30/9/2014

Os dados sobre o desemprego em agosto, divulgados pelo IBGE, evidenciaram a menor taxa para o mês nessa série da pesquisa, que vem sendo feita desde 2002. A taxa foi de 5%. Embora o crescimento esteja em um ritmo baixo, o desemprego também é baixo, o que é um indicador muito positivo apresentado pela política econômica. No entanto, é sabido que a próxima administração pública terá que tomar decisões políticas estratégicas para aumentar o nível de crescimento, uma vez que tende a ser difícil sustentar, por muito mais tempo, esse baixo nível de emprego sem que alguns limites para a atividade produtiva sejam superados. Além disso, um modelo de desenvolvimento que combine crescimento com distribuição de renda e exclusão social depende de recursos públicos. Sem níveis consistentes de crescimento, os recursos públicos para as políticas sociais tendem a se tornar escassos.

Um dos principais problemas que precisa ser enfrentado é o da produção industrial. Indo além dos dados conjunturais e setoriais e pensando em termos gerais, a indústria brasileira está posta diante do desafio de apresentar um desempenho melhor, ou seja, ter mais competitividade e incrementar cadeias produtivas de maior valor adicionado. Tem havido, ao longo das últimas décadas, uma queda da participação da indústria no PIB do país. Por outro lado, o desenvolvimento industrial é chave para uma estratégia de desenvolvimento. Ele

tende a propiciar aumento da renda nacional e do nível de vida da população. Na história do país no período pós-1930, o crescimento industrial foi um fator causal importante do crescimento econômico.

A produção industrial depende de um ambiente macroeconômico adequado e de incentivos setoriais, ou seja, de política industrial. A política macroeconômica que algumas entidades representativas do empresariado produtivo têm demandado requer juros baixos e câmbio competitivo, ou seja, um câmbio menos valorizado do que o atual. O câmbio valorizado prejudica as exportações, sendo estas um fator importante para alimentar o circuito de expansão da indústria de transformação. Por outro lado, uma excessiva desvalorização cambial pode comprometer o poder aquisitivo dos consumidores. Além disso, incentivos horizontais e verticais para a indústria, através de políticas industriais, também são importantes e, nos últimos anos, foram retomados nas ações governamentais.

Mas o consenso entre os atores políticos envolvidos é um elemento essencial a ser considerado. Uma estratégia de desenvolvimento industrial envolve atores governamentais, do empresariado e dos trabalhadores assalariados. Instituições que estimulem acordos tripartites, nos quais os governantes ganhem com a arrecadação de impostos e legitimidade, os empresários, com lucros e novos investimentos, e os assalariados, com emprego, renda salarial e políticas sociais, são fundamentais. No início de seu primeiro mandato, o presidente Lula instituiu o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), que jogou um papel importante como arena de concertação do desenvolvimento. Várias políticas públicas tiveram origem nos debates e sugestões do CDES.

Caberá ao novo governo a ser eleito em outubro aproveitar sua legitimidade eleitoral para debater, formular e implementar com os setores produtivos uma estratégia de desenvolvimento industrial que possa tirar a indústria dos constrangimentos atuais e contribuir para a elevação da renda nacional e para novos patamares de bem-estar social.

A LÓGICA POLÍTICA DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO TURNO

Jornal do Brasil - 7/10/2014

Tenho dito nesta coluna que há dois grandes projetos em disputa no país, o social-desenvolvimentista e o neoliberal, que se fazem representar, no plano partidário, respectivamente, pelo PT e pelo PSDB, os partidos à frente das alianças que cada um dos campos constitui.

O resultado da apuração dos votos depositados nas urnas domingo, em todo o país, confirmou a tese da polarização de projetos. A candidatura encabeçada pelo PT obteve 41,59% dos votos válidos e a do PSDB, 33,55%. A vantagem do primeiro colocado foi de 8,04%. Ambas irão ao segundo turno. Se olharmos em uma perspectiva histórica mais ampla e abstrairmos diferenças contextuais, a história brasileira, desde a Revolução de 1930, tem sido pontuada pela disputa, no plano das ideias e práticas econômicas, entre desenvolvimentistas e liberais. No período 1945-1964, o plano partidário dessa disputa opunha a aliança PSD-PTB à UDN.

A disputa é entre dois modelos de capitalismo, e não entre capitalismo e socialismo. Se, na perspectiva da minoria mais extremada à esquerda, um e outro são a mesma coisa, para a grande maioria dos eleitores não é essa a visão que predomina. Em 11 estados, a candidatura do campo social-desenvolvimentista obteve, ontem, mais de 50% dos votos válidos (Piauí, Maranhão, Ceará, Bahia,

Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Amazonas, Pará, Amapá e Tocantins). Em Alagoas, alcançou 49,94%. Com exceção do Amazonas, há em comum o fato de que são unidades federativas das regiões mais pobres do país, Nordeste e Norte, que possuem PIB per capita abaixo de R\$ 15 mil (IBGE, 2011).

Em outros 11 estados, a candidatura do campo liberal obteve mais votos que a situacionista (Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Acre, Roraima e Rondônia). Apenas os catarinenses conferiram mais de 50% dos votos à candidatura liberal. Com exceção dos três estados do Norte, os outros pertencem às regiões do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, em linhas gerais, mais desenvolvidas, com PIB per capita acima dos referidos R\$ 15 mil, sendo que, em quatro deles, esse indicador ultrapassa os R\$ 25 mil.

A campanha no segundo turno tenderá a ser acirrada. Essas eleições presidenciais, que já tiveram um primeiro turno pleno de surpresas, continuarão, até 26 de outubro, a ser um desafio à arte da política, das alianças, dos discursos, das réplicas e tréplicas, das estratégias de marketing político, enfim, um belo show de democracia, cujo resultado definirá o futuro das políticas públicas, internas e externas, nos próximos quatro anos. Cabe ao eleitor encará-las com toda a seriedade, posicionando-se nas urnas com base em uma reflexão minimamente consistente. O voto é uma das principais formas de exercício da soberania popular. Uma variável-chave para o desfecho dessas eleições será a distribuição, no segundo turno, dos votos dos eleitores que votaram nos candidatos que ficaram de fora.

O SOCIAL-DESENVOLVIMENTISMO E O SEGUNDO TURNO

Jorna do Brasil - 14/10/2014

O desenvolvimento requer boas instituições e políticas públicas, mas, obviamente, também requer atores, sobretudo, liderança política, elemento menos abordado nas análises. Devido à heterogeneidade social e política, a liderança desenvolvimentista se concretiza em uma coalizão de forças, conforme mostra a história da ação estatal orientada para o desenvolvimento. O artigo aborda a perspectiva da coalizão tomando como objeto a estratégia social-desenvolvimentista e a sua candidatura que disputa o segundo turno, com a chapa Dilma Rousseff/Michel Temer, da coligação (coalizão partidária) entre PT, PMDB, PR, PRB, PROS, PDT, PCdoB, PP e PSD.

O governo Dilma está inserido no campo político social-desenvolvimentista, que passou a ser configurado com a eleição de Lula em 2003. Aquela vitória eleitoral da liderança petista, no contexto de crise das políticas neoliberais, alterou a relação de forças. O movimento sociopolítico foi o seguinte: por um lado, os trabalhadores e suas organizações representativas ascenderam politicamente na conjuntura; por outro, Lula, desde a campanha eleitoral, atraiu politicamente o empresariado produtivo para uma coalizão sociopolítica e político-partidária, seja através da escolha do empresário José Alencar como candidato a vice-presidente, seja por meio de várias medidas governamentais,

a começar pela criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), ou pela via da coalizão parlamentar. Assim, a ação política dos atores na nova conjuntura inseriu-se em um processo estrutural de rearranjo tanto das relações entre classes e frações como da coalizão político-partidária de sustentação ao governo federal. Esse rearranjo de caráter estrutural em contexto democrático teve como conteúdo a aproximação programática entre trabalho e capital produtivo. Apesar das diferenças e tensões, as classes e frações abarcadas por esse campo sociopolítico produtivista, por assim dizer, têm em comum o interesse na atividade produtiva, da qual provém o lucro, a renda do capital, para os empresários, e o salário, a renda do trabalho, para os assalariados. Além da inclusão produtiva, os trabalhadores e alguns setores empresariais têm interesse na redução das desigualdades através das políticas sociais. As elites políticas e burocráticas envolvidas na conformação dessa coalizão têm interesse, por sua vez, em garantir uma arrecadação para o Estado que dê suporte financeiro para a implementação de seu programa de políticas públicas e para o custeio e aquisição de novos equipamentos para o aparelho de Estado.

O termo social-desenvolvimentismo, para caracterizar as transformações de política econômica e nas relações entre Estado e sociedade ensejadas pela conjuntura de 2003, foi cunhado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, em 2007. É importante que liderança política formule seu projeto para o país, para a nação. A principal liderança política da coalizão neoliberal foi Fernando Henrique Cardoso, que teve o mérito de organizar seu exército de apoiadores e de explicitar a perspectiva programática cujo carro-chefe foi o Plano Real, implementado durante o ano de 1994, que lhe propiciou a vitória nas eleições presidenciais daquele ano.

Avalio que a estratégia social-desenvolvimentista ainda precisa ser devidamente formulada e, sobretudo, explicitada com mais clareza para a sociedade. Por não se tratar apenas de um programa eleitoral, essa explicitação deve ser uma preocupação político-ideológica permanente, mas, para fins imediatos e mediatos, um melhor diálogo da candidatura Dilma com os eleitores e os atores sociais no segundo turno parece estar dependendo de elucidar para a opinião pública que, desde 2003, com acertos e erros e passando por conjunturas ora mais ora menos propícias, uma coalizão social-desenvolvimentista se constituiu. Sua forma institucional, conteúdo e intensidade não são algo de antemão definidos, uma vez que dependem do processo político interno das forças envolvidas, de iniciativa, de variáveis contextuais etc. No entanto, em termos de conteúdo

geral, essa estratégia envolve o crescimento com geração de emprego e renda, o enfrentamento da desigualdade social e protagonismo na política externa, em defesa dos interesses nacionais. Em termos de forma, ela se caracteriza pela concertação social entre os atores vinculados a esses interesses. Como o desenvolvimentismo envolve um Estado ativo na indução do crescimento e com capacidade financeira, as forças da coalizão neoliberal, nucleada nos rentistas e financistas, são oposição a ele. No entanto, a coalizão social-desenvolvimentista, em tese, tem capacidade de abranger um amplo espectro de classes e frações: os assalariados manuais e de escritórios (dos setores privado e público), o subproletariado, diversas frações do grande, médio e pequeno empresariado produtivo, da indústria e do agronegócio, a intelectualidade, profissionais liberais ideologicamente progressistas, camponeses pobres, sem-terra, excluídos, microempresendedores, estratos da pequena-burguesia, enfim. Se observarmos quem apoia a presidente Dilma, ela tem base eleitoral em todos esses setores. Ou seja, o social-desenvolvimentismo e sua candidatura têm um caráter nacional. Não se trata meramente de uma candidatura para os pobres ou para os nordestinos, dos que recebem Bolsa Família ou dos que têm renda limitada a cinco salários mínimos. Basta verificar que as políticas públicas, desde 2003, destinam-se a todos os setores mencionados, algumas mais a uns, outras mais a outros: Plano Brasil Maior, várias ações de política externa, como o avanço na integração na América do Sul e o acordo que criou o banco de desenvolvimento dos Brics, obras de infraestrutura do PAC, em aeroportos, portos e rodovias, obras de energia, mobilidade, abastecimento de água, política de valorização permanente do salário mínimo, reconhecimento das centrais sindicais, Minha Casa, Minha Vida, Reuni, Prouni, Pronatec, Ciência Sem Fronteiras, Bolsa Família, Mais Médicos, Territórios da Cidadania, Luz Para Todos etc.

Por outro lado, no governo Dilma, o CDES perdeu parte de seu protagonismo, prejudicado por uma postura mais centralizada e tecnocrática da gestão presidencial. Mas o espaço institucional de concertação é chave para a consolidação do projeto social-desenvolvimentista. Para que a coalizão avance, é preciso haver canais de participação para os atores na formulação das grandes ideias desenvolvimentistas, como ocorreu nos dois mandatos de Lula, sobretudo no âmbito do CDES e das conferências e conselhos nacionais de políticas públicas e direitos. Outro aspecto imprescindível é o discurso sistemático para a nação explicitando esse projeto pluriclassista, social-desenvolvimentista. Nessas eleições, esse discurso sistemático poderia ser uma estratégia adequada de diálogo social com os eleitores e a sociedade civil.

Por fim, falta esclarecer para o país quais serão as medidas destinadas a superar os limites enfrentados pela produção industrial, tanto na política macroeconômica quanto na política industrial. Os problemas do crescimento têm relação com isso, e não só com a crise internacional. Há em alguns segmentos do grande empresariado produtivo, mas não em todos, uma diminuição da confiança em Dilma. As lideranças do campo social-desenvolvimentista, desde já, precisam responder a isso. O pano de fundo dos problemas do desenvolvimento tem a ver, do ponto de vista político, com divergências ou insuficiências no interior do campo social-desenvolvimentista sobre como seguir em frente. O devido equacionamento entre os interesses produtivos do grande empresariado e a visão social do campo democrático-popular ainda precisa ser encontrado, sem que isso signifique eliminar as diferenças internas. Sabe-se que as políticas sociais dependem de recursos públicos e que estes dependem da atividade econômica. É um imperativo a melhor explicitação dos seguintes pontos: o propósito social-desenvolvimentista da coalizão em curso desde 2003 e agora vinculada à candidatura Dilma, o caráter amplo dessa coalizão, as medidas de retomada do crescimento, sobretudo na produção industrial, e, por fim, o mecanismo de concertação social e democrática em que se baseia o diálogo entre as forças que constituem a aliança. A real disputa em curso na conjuntura é entre o capitalismo neoliberal e o capitalismo social-desenvolvimentista. O último precisa estruturar melhor sua coalizão e explicitar para a nação a sua estratégia.

O PARTIDARISMO NA GRANDE IMPRENSA

Jornal do Brasil - 21/10/2014

Nos últimos meses, a pesquisa Manchetômetro (bit.ly/1rRUYTV), produzida pelo Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj), tem tido destaque nas redes sociais. Essa pesquisa registra, diariamente, as menções, em manchetes de primeira página dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, aos candidatos líderes nas pesquisas eleitorais. Registra também as notícias diárias no *Jornal Nacional* nas quais esses candidatos são citados. Após o registro dos dados, eles são classificados em quatro classes: positivo, negativo, neutro ou ambivalente. Nessas eleições presidenciais, o Manchetômetro tem feito tal levantamento desde o início oficial da campanha, que teve sua primeira semana entre 6 e 12 de julho. De lá para cá, considerando os dados acumulados ao final de cada semana – 13 já se passaram –, a valência contrária aos candidatos apresenta a seguinte média: Dilma, 47.15, Marina, 5.92, Aécio, 3.38. Em entrevista ao Portal Terra, o cientista político João Feres Júnior (Iesp-Uerj), coordenador da pesquisa, destaca que há uma predominância de manchetes negativas, mas que a proporção dessa negatividade sobre a candidatura de Dilma Rousseff é muito maior, conforme os dados evidenciam. Antes de avaliar se Dilma tem sido injustiçada por essa grande mídia, a coordenação do Manchetômetro fez o levantamento da cobertura jornalística ocorrida no contexto da candidatura à reeleição

do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), ocorrida em 1998, sob a legenda do PSDB. Então, a candidatura tucana estava na situação, posicionando-se hoje na oposição, enquanto ocorre o inverso para o PT. Em meu entendimento, os resultados dessa comparação permitem constatar que a grande mídia apresenta um comportamento de dois pesos e duas medidas na já tradicional disputa entre PT e PSDB. Em 1998, o candidato FHC acumulou 33 menções favoráveis, 18 contrárias e 95 neutras, sendo que, para Lula, esses números foram, respectivamente, 2, 26 e 44.

Porém, o partidarismo da grande imprensa no Brasil tem feito parte da história do país. Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* apoiaram o golpe militar de 1964, sendo que o último conspirou ao lado dos golpistas. O jornal *O Globo* recentemente se desculpou pelo apoio editorial ao golpe de 1964. A Rede Globo foi fundada em 1965, mas já nasceu apoiando o regime militar. Na campanha das Diretas Já, em 1984, essa emissora escondeu até quando pôde de seu noticiário que havia milhões de brasileiros nas ruas lutando pela aprovação da emenda constitucional que visava restabelecer as eleições diretas para presidente da República. Nas eleições de 1989, a mesma emissora tomou partido a favor da candidatura de Fernando Collor de Mello, contra a de Lula, em um contexto de acirrada disputa, conforme o executivo da Rede Globo, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, assumiu em 2011. Em 1994, setores da grande mídia apoiaram a candidatura de FHC, o líder do Plano Real, vinculando a luta contra a inflação à eleição do candidato de sua preferência. Certa grande mídia repetiu a dose na campanha de FHC à reeleição, em 1998, a começar por não fazer, com exceção da *Folha de S. Paulo*, a devida investigação das irregularidades ocorridas no processo de aprovação da emenda constitucional que permitiu que ele concorresse novamente ao pleito. Ademais, naqueles idos, o chamado pensamento único, o ideário neoliberal, ao qual o candidato tucano se alinhava, tinha maior guarida na imprensa do que ainda tem hoje. Os exemplos são muitos, não é o caso de esgotá-los. Destaco apenas que amplos segmentos da intelectualidade, a começar pelos juristas, avaliam que a grande imprensa exerceu uma influência-chave em todo o processo de julgamento da Ação Penal 470. Por fim, certas corporações da grande imprensa estão se comportando com explícito partidarismo nessas eleições, sendo o *Manchetômetro* uma porta de acesso importante, entre outras possíveis, ao conjunto de evidências que dão base a essa avaliação.

Por outro lado, a centralização do capital nas grandes empresas de mídia é muito alta e os processos de fusão e aquisição, que, desde os anos 1990, estão ocorrendo em vários setores empresariais, têm sido responsáveis por aprofundar

a concentração da propriedade nos meios de comunicação social no Brasil, tanto horizontal como verticalmente. A concentração horizontal ocorre quando uma área de atividade, por exemplo, a televisão, é controlada por poucas empresas. A concentração vertical se dá quando um mesmo grupo de mídia controla várias etapas de uma cadeia produtiva de um serviço de comunicação (todas as fases de produção, edição, comercialização e distribuição de um jornal, por exemplo). Há ainda a concentração cruzada, quando um grupo controla diferentes mídias (TV, rádio, jornal, internet).

Acontece que, sem pluralidade de proprietários, a diversidade de opiniões fica prejudicada. Por outro lado, a Constituição Federal estabelece o seguinte: “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”. Urge a regulamentação desse dispositivo constitucional. Em 2009, no governo Lula, foi realizada a Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), com a participação de representantes da sociedade civil. Entre outras propostas aprovadas na Confecom está o Projeto de Lei da Mídia Democrática, a ser encaminhado na forma de iniciativa popular legislativa. Ele apresenta uma proposta de regulamentação dos artigos da Constituição Federal que tratam da comunicação social, como a de limitar a concentração da propriedade nas grandes empresas de mídia.

Não à toa, se fala no Brasil, criticamente, que existe liberdade de empresa, e não de imprensa. Noutras vezes, os críticos apontam que a opinião pública é substituída pela opinião publicada. Além disso, cada vez mais se fala em PIG (Partido da Imprensa Golpista). Até quando vai predominar na democracia brasileira a tendência ao unísono nos meios de comunicação social, devido à centralização da propriedade nas empresas de mídia? Até quando a diversidade de opinião vai ser prejudicada pela inexistência de pluralidade de proprietários no mercado de comunicação social? Até quando algumas grandes empresas de mídia vão se comportar como partido político? Até quando as forças democráticas que denunciam essas irregularidades serão rotuladas, por algumas grandes corporações midiáticas, como defensoras da censura à imprensa livre, quando se trata exatamente do contrário, uma vez que a centralização da propriedade é o que impede a diversidade de opinião? Se o Supremo Tribunal Federal está prestes a anunciar que a contribuição financeira das empresas às campanhas eleitorais é inconstitucional, o que é o partidarismo da grande mídia a não ser o patrocínio da imagem de alguns candidatos e a desconstrução de outros por parte de grandes corporações? O que os candidatos têm a dizer sobre essas questões pertinentes à qualidade da democracia?



CONSERVADORES, REACIONÁRIOS E DIREITISTAS NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Jornal do Brasil - 28/10/2014

As eleições gerais de 2014 aprofundaram a democracia brasileira, especialmente pela presença dos eleitores nas urnas e sua participação nas ruas. Mas a acirrada disputa na corrida presidencial trouxe à tona uma série de conteúdos políticos que alimentam ambientes não democráticos. Vou abordar três conceitos caros à ciência política, três pares de adjetivos seguidos de seus respectivos substantivos: reacionário/reacionarismo, conservador/conservadorismo e direita/direitismo. Todos eles têm origem na modernidade, na história política contemporânea, particularmente na Revolução Francesa e na reflexão sobre ela.

O termo conservador diz respeito ao comportamento político de apego às instituições sociais e políticas tradicionais e de resistência às mudanças. Na história das lutas políticas, as forças conservadoras opõem-se às progressistas. Na Revolução Francesa, os conservadores se opuseram, por exemplo, ao fim da monarquia e à separação entre Igreja e Estado, sendo a cruz e a coroa duas instituições fundamentais para os saudosistas do Antigo Regime. Na filosofia política, o conservadorismo é uma formulação, mais ou menos sofisticada, de argumentos e conceitos em defesa da ideologia conservadora.

O reacionário quer fazer a roda da história retroceder, para resgatar o status quo perdido por certos interesses socioeconômicos e sociopolíticos no processo

das lutas entre os atores sociais. O movimento correspondente é o reacionarismo que, na história da França, apareceu, por exemplo, na Restauração da Monarquia, em 1815, após o fim das Guerras Napoleônicas. Em um processo de transformação social, os conservadores de ontem, nas suas manifestações mais radicais, convertem-se nos reacionários de hoje, ao passo que, em suas expressões mais moderadas, investem na desaceleração das mudanças.

A palavra direita identifica os políticos conservadores, reacionários, tradicionalistas e sua base sociopolítica com tendências afins. Eles constituem o partido da ordem, conforme foram denominados na França revolucionária, ou seja, do status quo contrarrevolucionário. Essa denominação remonta às instituições representativas criadas no processo da Revolução Francesa, a Assembleia Constituinte e a Assembleia Legislativa, uma vez que os conservadores se sentavam à direita do presidente desses parlamentos, situando-se o conjunto dos progressistas à esquerda.

Aos poucos a palavra direita foi sendo usada para qualificar uma determinada ideologia, cujos traços gerais podem ser assim resumidos: defesa do status quo e resistência às mudanças que visam alterá-lo, oposição ao incremento da intervenção do Estado na economia e na redução das desigualdades promovidas pelo livre mercado capitalista, propensão ao autoritarismo, concepção minimalista da democracia etc. Na prática, nem todas essas características sempre estão presentes. Há direitas intervencionistas e autoritárias, como as forças que sustentaram os governos militares no pós-1964. Há também uma esquerda autoritária. Por outro lado, as forças políticas podem distribuir-se em um contínuo, não sendo sempre tão opostas, aproximando-se, por exemplo, no centro, e podem também constituir alianças complexas, como acontece no Brasil, só inteligíveis pela análise das características políticas, institucionais e sociais do país.

Mas o mais importante aqui é observar que a direita, os conservadores e reacionários, o partido da ordem, das oligarquias mantenedoras dos privilégios colocados em questão pelo processo de mudança em curso no país foram às ruas, partiram para a mobilização, aproximando-se de comportamentos até então mais vinculados à esquerda: uma militância organizada, empenhada, debatendo ideias, por mais precárias que fossem. Há, por outro lado, um lado negativo nessa ofensiva da direita: algumas paixões políticas expressaram-se de um modo preocupante, por agredirem a racionalidade das instituições e da sociabilidade democráticas. Houve manifestações de autoritarismo social, inclusive de defesa de um regime não democrático. Houve manifestações de intolerância e preconceito contra a oposição política. E novamente emergiu a determinação golpista

de algumas organizações da grande mídia, que, mais do que veicularem ataques indiscriminados à política, aos políticos e aos partidos, em especial sob a rubrica do antipetismo, tentou alterar o resultado do pleito por meio de artifícios casuísticos. Ou seja, essas formas de expressão não tiveram um substrato democrático.

A próxima legislatura do Congresso Nacional terá uma maior presença da direita conservadora, aquela direita que não respeita as diferenças, que, em última perspectiva psicológica, é abarcada por políticos e eleitores com personalidade autoritária. São contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo, são contra a descriminalização do aborto, alguns deles não veem de bom grado as políticas sociais. Por outro lado, esse aumento da bancada conservadora, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), implicou redução da bancada defensora dos interesses trabalhistas. Esse conservadorismo antidemocrático também tem guarida nas instituições políticas das unidades subnacionais, pois ele representa uma subcultura política com raízes na sociedade brasileira, conforme se viu nas ruas.

Diante desse quadro, há uma longa caminhada a ser percorrida para que a democracia não seja apenas um regime político, mas, sim, uma cultura democrática alicerçando uma sociedade democrática. A presidente Dilma, vencedora do pleito, em seu discurso da vitória, destacou o anseio por mudanças, por melhoras na ação governamental, convocou todas as forças sociais ao diálogo, à união nacional e se comprometeu a encaminhar a reforma política. Há de haver uma sinergia entre, por um lado, as mudanças institucionais, as políticas públicas de retomada do crescimento e de inclusão social e, por outro, o fortalecimento da cultura democrática na sociedade, que possibilite se não a superação, ao menos o abrandamento, não das tendências de direita em si, não do conservadorismo em si, mas de suas formas de expressão autoritárias, algumas até profascistas.



CONCERTAÇÃO POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO

Jornal do Brasil - 4/11/2014

Crescer ou crescer. O crescimento é um imperativo. Sem ele, conquistas atuais como o elevado nível de emprego e a melhora da renda per capita das famílias podem regredir, a arrecadação do Estado tende a minguar e os gastos com as políticas sociais podem ser pressionados. O crescimento é um dos principais móveis do desenvolvimento, processo que envolve mudanças de vários tipos, nas estruturas produtivas e sociais, nas instituições públicas e privadas, em todos os níveis da educação etc. A abrangência do processo de desenvolvimento torna-o um empreendimento político por excelência, um desafio nacional, de modo que ele requer direção política e coalizão sociopolítica.

Em minha disciplina acadêmica, que é a ciência política, os pesquisadores atuais que se referem à perspectiva de coalizão, em geral, dão a ela um enfoque político-institucional. O termo mais comum nesse tipo de abordagem é “presidencialismo de coalizão”. Quando esse conceito foi seminalmente usado por Sérgio Abranches, tal coalizão político-institucional foi explicada com base em uma abordagem de forte recorrência a fatores históricos e sociológicos da sociedade brasileira. Em tempos atuais, muito dessa sociologia política foi abandonada. Por outro lado, coalizão pode ter uma dimensão mais ampla que a político-institucional, uma dimensão que também envolve a esfera sociopolítica, as classes e frações, os interesses sociais, organizados e não organizados.

Enfim, uma coalizão, se considerarmos seus propósitos e seu impacto, envolve o Estado como um todo, na condição de pacto de dominação, regime, aparelho e produtor de políticas públicas. A dominação do Estado é inseparável dos vínculos políticos historicamente constituídos das elites políticas e da burocracia pública com as forças e interesses sociais. Tais vínculos ocorrem em determinados ambientes político-institucionais (democracia, autoritarismo etc.), contam com bons ou maus recursos organizacionais e humanos e têm a finalidade de responder, através de políticas públicas, acima de tudo, aos interesses das forças mais capazes de se fazer presente na coalizão sociopolítica dominante e de dar direcionamento às ações do Estado.

Não há Estado e desenvolvimento sem coalizão. No Brasil Republicano, observa-se uma coalizão oligárquica na Primeira República, inserida em um modelo agroexportador. Porém, a modernização industrial abre-se com uma coalizão nacional-desenvolvimentista no pós-1930 e prossegue com a tríplice aliança, costurada no governo Juscelino Kubitschek, mas consolidada durante o regime militar implantado em 1964. Após o colapso do Estado nacional-desenvolvimentista e de sua aliança sociopolítica constitutiva, no início dos anos 1980, há uma perda de rumo, a década perdida. Uma tentativa de reorganização do Estado se deu com a coalizão neoliberal, nos anos 1990, tendo como carro-chefe o Plano Real. Seu insucesso abriu as portas para a ação política do então oposicionista PT, que, desde a candidatura de Lula, em 2002, sinalizou no sentido de uma coalizão social-desenvolvimentista, que se expressou a partir de 2003. Após vários sucessos, essa coalizão, de estrutura mais ou menos formal e também informal, encontrou obstáculos importantes para avançar no governo Dilma, sobretudo em função de não conseguir alcançar um adequado nível de crescimento.

Enquanto nos governos de Lula a estratégia de concertação social e política ganhou prioridade, sobretudo através do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e das Conferências Nacionais de Políticas Públicas e Direitos, toda essa complexa estrutura institucional de diálogo do Poder Executivo com a sociedade civil organizada foi deixada em segundo plano no governo Dilma, o que ajuda a explicar os problemas políticos enfrentados, expostos, entre outros, na recém-fimda e acirrada disputa eleitoral. Até 2010, várias das medidas que chegaram ao Congresso Nacional, como, por exemplo, o reconhecimento das centrais sindicais (Lei nº 11.648/2008), a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar nº 123/2006), o Programa Minha Casa, Minha Vida (Lei nº 11.977/2009), enfim, tiveram origem em debates e proposições dos fóruns institucionais de concertação social.

Porém, em seu discurso da vitória, na noite de 26 de outubro, a presidenta Dilma Rousseff afirmou que o compromisso número um de seu segundo mandato será o diálogo. Disse também que vai dar impulso à atividade econômica, em especial ao setor industrial. Além disso, a presidenta levantou bandeiras que dialogam com a esquerda petista e social, como a reforma política, a questão da regulação da mídia e a criminalização da homofobia. Essas diretrizes, se forem implementadas, são promissoras. A chave está no diálogo. É através dele que pode haver um melhor encontro entre governo e interesses sociais. A política social tende a ficar comprometida sem a retomada do crescimento. Por outro lado, o fortalecimento da industrialização é essencial. A indústria é o motor do progresso técnico, da inovação, pode gerar empregos de melhor qualidade, tende a pagar melhores salários que a agricultura e os serviços e seu fortalecimento, seja no mercado interno como no externo, pode reduzir a vulnerabilidade externa, o déficit em transações correntes.

Enfim, o diálogo é o caminho para o fortalecimento da coalizão ou pacto social-desenvolvimentista, que tem um corte estrutural social-democrático, devido à presença dos trabalhadores e organizações populares na cena política, interessados em um modelo de capitalismo que não seja contraditório com seus anseios transformadores, um capitalismo que promova a industrialização, o emprego, a inclusão social, eleve a renda das famílias, com tributação progressiva, enfim, um capitalismo alternativo à barbárie do neoliberalismo, que levou quase uma centena de milhão de pessoas ao desemprego devido à crise de 2008.



REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA *VERSUS* ELITISMO CONSERVADOR

Jornal do Brasil - 11/11/2014

As manifestações de junho de 2013 e a campanha eleitoral recém-finda evidenciaram o desejo de milhões de brasileiros de participar mais nas decisões políticas, especialmente sobre as políticas públicas. Embora as ruas também tenham sido ocupadas por uma minoria que, lamentavelmente, defenda o caminho autoritário, a grande maioria, distribuída em espectros ideológicos diferenciados, tem como referência o regime democrático. Essa maioria apoiou diferentes candidatos no primeiro e no segundo turnos, em todos os níveis de disputa.

O desejo de participação observado nos últimos anos no Brasil tem raízes na história social e institucional do país. A despeito das diferenças conjunturais, ele retoma, de modo ainda mais massivo, um ciclo participativo e de lutas por justiça social originado na década de 1980, coroado na Constituição de 1988, que, nos princípios fundamentais, diz: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. A partir dessa diretriz de complementaridade das formas democráticas, o artigo 14 faculta o exercício da soberania popular por três instrumentos de democracia direta, o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular; além disso, outros artigos ensejam toda a rica estrutura dos conselhos gestores de políticas

públicas, assim como outros espaços públicos de participação, as audiências, consultas, fóruns, orçamento participativo etc. O Brasil é um laboratório internacionalmente reconhecido de produção dessa experiência criativa de coexistência entre democracia representativa e participativa, resultante da vontade de participação da sociedade civil e dos movimentos sociais e de uma avaliação de que a democracia representativa, por si só, não dá conta do aprofundamento dos vínculos democráticos entre Estado, eleitores e forças sociais, necessário para que a nação construa uma ordem política ampla, plural, inclusiva, à sua imagem e semelhança. Por ter sido elaborada nesse contexto histórico participativo, Ulisses Guimarães, presidente do Congresso Constituinte, denominou a atual Carta Magna de Constituição Cidadã.

Mas, na contracorrente da vontade de participação democrática emersa nas últimas eleições, dois dias após o término do segundo turno, surgiu a primeira castração pós-eleitoral: a Câmara dos Deputados, reunindo às pressas uma coalizão conservadora, nucleada por parlamentares opositores do DEM e do PSDB, mais alguns peemedebistas, colocou em votação e aprovou o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.491/2014 que revogava o decreto presidencial que instituíra a Política Nacional de Participação Social. Uma segunda castração do desejo de aprofundar a cidadania nacional e democrática veio imediatamente: novamente, as principais lideranças do PMDB no Congresso Nacional posicionaram-se contra a proposta da presidenta Dilma Rousseff, formulada, primeiramente, durante as manifestações de 2013 e reposta na campanha eleitoral, de se realizar um plebiscito oficial para que os eleitores decidam sobre a convocação de uma Assembleia Constituinte Exclusiva para fazer a reforma política. Os conservadores alegam que é um erro a reforma política ser remetida à consulta popular e que é um erro a Constituinte Exclusiva. Têm uma concepção elitista: o poder decisório deve ser obra de um círculo restrito de políticos supostamente capazes. Veem as massas como desprovidas de atributos para interferir no Estado, a não ser através do voto nas eleições. Algumas de suas bases sociais de apoio avaliam que analfabetos não deveriam votar, que nordestinos não sabem fazê-lo etc. Essa postura das lideranças parlamentares conservadoras, além de implicar perda de oportunidade do parlamento e dos partidos se reconciliarem com a maioria da nação, que vem criticando essas instituições há muito tempo, é também uma usurpação de prerrogativas que a Carta Magna concedeu à soberania popular. Ora, o direito constitucional do povo realizar o plebiscito para destravar a reforma política está nas mãos de um Congresso que, por um lado, há anos não consegue realizá-la e, por outro, tendo a prerrogativa formal

de convocar a consulta, usa-a para castrar essa soberania popular do eleitorado, mantendo-a em uma espécie de cabresto. O impotente e prepotente Congresso regula castradoramente um direito político da nação em termos de definição de seu rumo em relação às instituições políticas.

Há, portanto, um desencontro entre representantes e representados na questão da reforma política. Ele só pode ser resolvido pela luta política democrática, pelo conflito de ideias e pela mobilização popular. As sondagens de opinião feitas no contexto das manifestações de rua mostraram que a população quer a reforma e que há boa aceitação em relação à proposta do plebiscito. Entre outros problemas, não dá mais para conviver com o financiamento privado das campanhas eleitorais. A grande mídia, que gosta de colocar na pauta o problema da corrupção, não se posiciona contra o financiamento privado das campanhas e omitiu, por exemplo, que, em setembro, quase oito milhões de brasileiros votaram em um plebiscito popular, de caráter não oficial, a favor da realização do plebiscito proposto pela Dilma, que precisaria ser convocado pelo Congresso.

Uma tentativa de castração da vontade democrática da maioria já havia ocorrido três dias antes do pleito, quando a revista *Veja* tentou interferir de modo fraudulento no resultado das eleições, publicando uma denúncia sensacionalista e mentirosa contra os presidentes Lula e Dilma, em um contexto em que a candidata à reeleição, segundo as pesquisas de intenção de voto, superava, em curva ascendente, o candidato opositor Aécio Neves.

Há no país uma ofensiva conservadora contra um conjunto de direitos, sociais, políticos e civis. Além de ações contra a democracia participativa e direta, instituídas na Constituição de 1988, há também preconceitos contra a legislação que estendeu direitos trabalhistas aos empregados domésticos, contra programas sociais como o Bolsa Família, que se desdobraram em estigma contra nordestinos, assim como há resistência contra a extensão de direitos civis, como a *união estável* entre pessoas do mesmo sexo, há posição contrária à criminalização da homofobia etc. Enfim, enquanto muitos querem o aprofundamento da república democrática, alguns conservadores querem preservar o quanto possível a república oligárquica, os componentes oligárquicos da estrutura social.

Os acontecimentos atuais no Brasil podem ser iluminados recorrendo-se, por exemplo, à clássica disputa política em torno da revolução democrática, brilhantemente exposta em uma obra magistral de Alexis de Tocqueville, publicada em 1835 e 1840, como resultado de suas análises sobre os Estados Unidos da América: “Uma grande revolução democrática se realiza entre nós; todos a veem, mas nem todos a julgam da mesma maneira. Uns a consideram

uma coisa nova e, tomando-a por um acidente, esperam ainda poder detê-la; enquanto outros a julgam irresistível, porque ela lhes parece o fato mais contínuo, mas antigo e mais permanente que se conhece na história”. O principal conteúdo da revolução democrática identificada por Tocqueville é a igualdade das condições. Ou seja, o processo democrático é igualitário, opõem-se às múltiplas formas de expressão da desigualdade das condições, sociais, econômicas, políticas, de gênero, raça e assim por diante.

A democracia é o caminho para a construção de uma nação forte, uma nação inclusiva, próspera, criativa e influente no cenário internacional. A democracia institui o conflito. Não há outra solução para o avanço da cidadania nacional e democrática a não ser a luta política contra o elitismo conservador e oligárquico, cujo projeto é castrá-la. Como Tocqueville iluminou, enquanto uns querem conter a revolução democrática, para outros ela é irresistível.

A REFORMA POLÍTICA DEPENDE DE DISPUTA POLÍTICA

Jornal do Brasil - 18/11/2014

A reforma política é necessária. Obviamente, nem tudo que é necessário é possível. Será possível a reforma política? Sim. Para que haja ação política é necessário haver atores e um propósito, assim como o contexto também é importante. Há atores com o propósito de fazer a reforma política dentro e fora do Congresso Nacional, e o tema está na agenda pública. Analisemos a questão.

Desde os anos 1990, há iniciativas de realização da reforma política iniciadas no Congresso Nacional. Na primeira década da virada do milênio, o processo da reforma política foi ganhando adeptos na sociedade civil organizada. Cito os dois exemplos atuais mais representativos: a “Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas”, composta por 95 organizações e movimentos da sociedade civil, entre os quais a CNBB e a OAB, que está à frente do “Projeto de Iniciativa Popular de Reforma Política e Eleições Limpas”, já tendo arrecadado mais de 500 mil assinaturas, e a campanha do “Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político”, apoiada por 69 organizações e movimentos, entre os quais Abong, CUT, MST e PT. Em setembro, a campanha do plebiscito popular arrecadou quase 8 milhões de assinaturas de eleitores brasileiros. A coleta de assinaturas da Coalizão, para a iniciativa

popular legislativa, é mais difícil, pois os signatários, que são abordados nas ruas, precisam ter em mãos os dados do título de eleitor.

Além das forças parlamentares e partidárias que atuam no interior do Congresso a favor da reforma política, outra frente institucional de luta ocorre no STF, que está julgando uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI), com pedido de medida cautelar, de autoria da OAB, questionando o financiamento privado de campanha garantido pelas legislações partidária e eleitoral. A votação no STF está 6 votos a 1 a favor da ADI da OAB, mas, desde o início de abril, a ação está nas mãos do ministro Gilmar Mendes, que pediu vista do processo.

Em julho de 2013, a Fundação Perseu Abramo (FPA) publicou sua primeira pesquisa de opinião sobre a reforma política. Foram entrevistados 2.400 eleitores e seguidos os critérios estatísticos de composição da amostra. Nas respostas a perguntas direcionadas, 89% são favoráveis à reforma política, sendo que 75% consideram-na muito importante. 65% preferem que sejam eleitos representantes só para fazer essa reforma, enquanto 25,8% pensam que os atuais parlamentares devem fazê-la. 92% julgam as campanhas eleitorais caras ou muito caras e 72% compreendem que as empresas fazem doações por esperarem fazer negócios por meio dos políticos por elas financiados. 68% defendem que as empresas sejam proibidas de doar recursos financeiros para as campanhas eleitorais e 44% apoiam a proposta de que elas sejam financiadas apenas por doações de pessoas físicas. 25% defendem o financiamento público exclusivo. Ou seja, há amplo questionamento do financiamento empresarial. Há um campo sociopolítico aberto para a mudança desse dispositivo legal.

Ao se comparar dados de pesquisa de opinião pública sobre reforma política de 2006 com a pesquisa específica sobre o tema realizada em 2013, a preferência pela lista aberta caiu de 63% para 48%, o apoio à lista flexível, combinando voto em lista partidária com voto preferencial, subiu de 14% para 21% e a defesa da lista fechada cresceu de 5% para 11%. O apoio à lista fechada aumenta para 63% quando ela é vinculada à proposta de sua composição basear-se na alternância de gênero. Ou seja, cresce o apoio à instituição de alguma modalidade de voto não preferencial, mesmo que combinado com o voto preferencial. Por outro lado, nas respostas não direcionadas, há problemas no entendimento técnico do que seja uma reforma política, uma vez que demandas sobre políticas públicas são misturadas a alterações nas regras constitutivas do sistema representativo (eleições e partidos).

O processo da reforma política existe, ele tem acumulado forças ao longo dos anos, possui base nas principais organizações e movimentos do campo

democrático e popular e ganhou um novo impulso de 2013 para cá, com as manifestações de junho, que evidenciaram insatisfações com o sistema político. Há apoio também entre os eleitores, seja para o fim do financiamento eleitoral privado, seja para a Constituinte Exclusiva da Reforma Política.

Se o Congresso não consegue reunir uma maioria para realizar a reforma política, a Constituição de 1988 disponibiliza instrumentos de democracia direta que podem ser mobilizados para destravar o impasse. Mas, como o plebiscito e o referendo dependem também de decisão do Poder Legislativo, a Constituição garante a liberdade de expressão, reunião e organização e as forças do campo democrático e popular que defendem a reforma política vão continuar se organizando para fortalecer o processo da reforma política. Algumas entidades representativas têm levantado a perspectiva de pensar o processo da reforma política como um movimento de massas, como foi o das diretas já.

Em relação à proposta da presidenta Dilma Rousseff, lançada em junho de 2013, de se fazer uma Constituinte Exclusiva para a Reforma Política, reproduzo aqui o pensamento do constitucionalista Ives Gandra Martins, que a defende, desde que legitimada por meios de democracia direta: “Os povos evoluem, e cada geração tem o direito, em regime democrático, de decidir seu próprio destino [...] se, mediante plebiscito ou referendo, o povo optar pela alteração de disposições relativas a regimes jurídicos ou políticos, democraticamente, isso será legítimo, podendo até mesmo a alteração atingir normas pétreas institucionais. [...] O plebiscito ou o referendo, conforme o teor da emenda a ser aprovada, representa a vontade popular em determinado período histórico, valendo, a meu ver, mais que a vontade dos constituintes passados”.

Como diz o título desse artigo, a reforma política depende de disputa política. A mudança social requer reunir consenso, mas a democracia também institucionaliza o dissenso e o conflito. Há atores e propósitos favoráveis e contrários à reforma política. Há divergências sobre quais mudanças devem ocorrer. O tema está na agenda pública, nas esferas sociopolítica e político-institucional. A luta política democrática é o caminho para que a vontade popular de alterar algumas regras do sistema político possa vir a ser respeitada.



O NOVO MINISTÉRIO E O CAPITAL

Jornal do Brasil - 25/11/2014

No capitalismo, o capital e os capitalistas que o representam possuem poder público. Há uma limitação estrutural aos governantes no sentido de manter níveis minimamente aceitáveis de atendimento das demandas do sistema econômico baseado nas relações capitalistas de produção. Sem acumulação de capital, não se realizam três rendas fundamentais: lucro, salário e receita tributária (renda pública).

O poder público estrutural do capital, obviamente, não é indiferente à conjuntura, sobretudo à relação de forças entre capitalistas e trabalhadores. Uma virada na conjuntura pode, também, provocar um efeito estrutural, de duração mais longa, na relação de forças. Desde 2003, essa relação de forças, em linhas gerais, movimentou-se em dois sentidos. Por um lado, configurou um maior equilíbrio entre capital e trabalho; por outro, deslocou, em alguma medida, o capital produtivo – até então subordinado ao setor hegemônico da coalizão neoliberal, constituído pelas forças da financeirização –, atraindo-o para o ambiente estrutural de propensão a uma coalizão social-desenvolvimentista.

A tarefa da presidenta Dilma e de seus aliados, sobretudo no PT, de constituir o novo ministério é uma equação muito difícil. Afora as pressões conservadoras vindas do ambiente internacional, em 2014, houve queda dos investimentos

e crescimento baixo, apesar do alto nível de emprego. Por outro lado, do ponto de vista da concepção de gestão de política macroeconômica dos interesses neoliberais, a meta de superávit primário não será cumprida e a inflação está alta, embora sem ultrapassar a banda superior. Não parece ser exagero considerar que, em alguma medida, houve, em 2014, o clássico exercício do poder de veto do capital, que se expressou na queda dos investimentos, embora a racionalidade da incerteza propiciada pela acirrada disputa eleitoral possa também ajudar a explicar a queda da taxa de investimentos. Os acontecimentos de 2014 coroaram o enfraquecimento da chancela do braço empresarial, sobretudo na grande indústria, à coalizão social-desenvolvimentista durante o governo Dilma, em função, principalmente, do perfil centralizador da presidenta, que não deu a necessária ênfase às instituições de concertação política, inclusive com os movimentos sociais. Ademais, a coalizão tem também a dimensão político-institucional, sendo que o principal aliado do PT, o PMDB, é um grande partido de centro. Por fim, o escândalo de corrupção na Petrobras, que se processa no exato contexto de composição do novo ministério, está na agenda pública, não tem como ser ignorado e influencia as decisões políticas.

Por tudo isso, a mera recorrência à força de vontade da presidenta e de seus aliados para compor o ministério, sobretudo na área econômica, pode ser ingênua. Para um governo de centro-esquerda, governar com a oposição do capital, sobretudo com o agravante de uma conjuntura plena de dificuldades, não é fácil e pode mesmo ser um erro estratégico para uma perspectiva reformista. O anúncio de que Joaquim Levy, homem do Grupo Bradesco, ocupará a pasta da Fazenda, Nelson Barbosa, o Planejamento, e que o Banco Central (BCB) continuará a ser presidido por Alexandre Tombini tranquilizou os investidores. Levy é homem de confiança do mercado financeiro, ocupou cargos no governo de Fernando Henrique Cardoso e foi secretário do Tesouro Nacional no início do primeiro mandato de Lula. Barbosa esteve na cúpula da Fazenda de 2006 a 2013 e é desenvolvimentista, tal como Dilma, enquanto Tombini, funcionário de carreira do BCB, afinou-se bem com a perspectiva de política macroeconômica da presidenta em seu primeiro mandato. Entendo esse trio como uma síntese de múltiplas determinações, como diria Marx, com claro peso político dos interesses capitalistas de uma burguesia brasileira que, como tem dito Luiz Carlos Bresser-Pereira, é ambígua, nacional-dependente.

Por outro lado, há o programa que venceu as eleições e o programa derrotado. Essa síntese precisa, por meios mediatos, ser comprometida com o social-desenvolvimentismo, e não com o projeto neoliberal, para evitar que o

governo a ser empossado em janeiro perca legitimidade em suas próprias bases. Os ajustes a serem feitos e o direcionamento da política econômica têm que almejar a retomada do crescimento com inclusão social via empregos e a destinação de recursos para redistribuição de renda e políticas de bem-estar, sobretudo nos sistemas de saúde e educacional, transporte, segurança e moradia popular.

No quadro atual, as baterias mais à esquerda das forças da revolução democrática devem priorizar bandeiras como a reforma política, a política nacional de participação social, a regulação da mídia, a criminalização da homofobia, os direitos humanos etc. Em relação à política econômica, é preciso zelar para que essa transição para contornar a perda de credibilidade dos mercados seja rápida, tenha seu caráter desenvolvimentista maximizado e as ações de contração na economia sejam minimizadas. Para as forças de esquerda, sair criticando, desde já, o segundo mandato de Dilma pode significar erro de foco. É preciso enxergar a árvore e a floresta. O foco é o seguinte: desenvolvimentismo na economia, em contraposição ao rentismo, inclusão social via políticas de desmercantilização e reformas democráticas.



DESAFIO POLÍTICO DA ESQUERDA DESENVOLVIMENTISTA

Jornal do Brasil - 3/12/2014

Semana passada, participei de um seminário internacional cujo título, traduzido para o português, foi “Crescimento, Crise, Democracia: A Economia Política das Coalizões Sociais e das Mudanças de Regime de Políticas Públicas”. Tal temário visou atrair pesquisas que contribuíssem para avaliar o pressuposto de que um determinado regime estruturado de políticas públicas, sobretudo as políticas econômicas e as políticas sociais, está vinculado a uma coalizão social e, portanto, uma mudança desse regime de políticas públicas depende da constituição de uma nova coalizão. O pano de fundo foi, por um lado, o neoliberalismo, sua crise e recalcitrância, e, por outro, o capitalismo desenvolvimentista e social, os dois principais modelos econômicos que inspiram os atores sociais-chave nas democracias dos países desenvolvidos e emergentes.

Essa reflexão tem muito a ver com as escolhas políticas no Brasil atual, um dos principais países emergentes. Após algumas importantes conquistas do que tenho denominado de campo social-desenvolvimentista, observa-se, com a escolha do novo ministro da Fazenda, um movimento que aponta para um relativo recuo. Uma versão mais organicamente autêntica daquilo que foi a gestão de Antonio Palocci retornará em janeiro. Creio que, de todas as variáveis econômicas, a que mais explica esse recuo político é o baixo crescimento que,

por sua vez, tem uma grande relação com a taxa de investimento. Esta, em 2014, ficará em torno dos 16,5%, aquém não só dos 24% que Dilma desejava ter alcançado, mas também dos 19,2% de quando ela tomou posse. O crescimento tem alta correlação com a taxa de investimento.

Apesar de alguns dados positivos, como o elevado nível de emprego e a manutenção das políticas sociais, tivessem os empresários investido mais, o crescimento teria sido maior e muito provavelmente a história de 2014 teria sido outra. Mas o fato é que a ofensiva da coalizão neoliberal, observada na acirrada disputa eleitoral, inclusive se esforçando por rearticular o conjunto da burguesia no apoio à candidatura de Aécio Neves, tem muito a ver com o resultado fraco em termos de crescimento. A questão de fundo é a seguinte: o lado social do social-desenvolvimentismo foi mais bem-sucedido que o lado desenvolvimentista. Para uma referência, entre 1951 e 1981, ou seja, antes da quebra do Estado nacional-desenvolvimentista, o Brasil cresceu, em média, 6,6% ao ano. Se a atual conjuntura internacional não é a mesma dos Anos Dourados, Índia, Rússia e África do Sul tiveram uma média de crescimento melhor que a brasileira no triênio 2011-2013.

No referido seminário, apresentei, em coautoria, dois trabalhos abordando historicamente a relação entre duas variáveis: ação desenvolvimentista do Estado e coalizão sociopolítica. A Inglaterra não teria chegado à Revolução Industrial e à condição de nação liberal não fosse a coalizão entre elites do Estado monárquico e forças sociais (burguesia comercial e setores modernizadores da aristocracia agrária) durante o mercantilismo. O mesmo raciocínio se aplica à Alemanha de Bismarck, à social-democracia após 1945, assim como ao Brasil de Vargas e à tríplice aliança durante o regime militar iniciado em 1964. Quanto ao período histórico aberto em 2003, os avanços institucionais da coalizão social-desenvolvimentista foram maiores com Lula que com Dilma. Os espaços formais e informais de diálogo e concertação recuaram, deram vez a uma postura política de corte mais tecnocrático e voluntarista.

A face desenvolvimentista do movimento estrutural conscientemente orquestrado por Lula desde que escolheu José Alencar como seu candidato a vice, em 2002, e que resultou em um maior equilíbrio de classes entre capital e trabalho, essa face precisa ser tão objeto de preocupação do governo Dilma quanto o é a face da inclusão social. Se os empresários do setor produtivo não participarem efetivamente da construção do caráter desenvolvimentista do Estado e da formulação das políticas públicas de desenvolvimento, a coalizão neoliberal se apresentará diante dessas frações de classe (indústria e

agronegócio) como alternativa ao governo do PT, como fez nas eleições de 2014. Em última análise, o financiamento da política social provém das relações de produção. Sem crescimento, o Estado social fica comprometido economicamente e politicamente, a não ser que a relação de forças fosse bem mais à esquerda do que efetivamente é.

A esquerda terá condições de avançar em novas etapas da revolução democrática, promovendo, por exemplo, a tributação progressiva, aprofundando a valorização do salário mínimo e melhorando os sistemas de saúde e educação, se for competente na ocupação de todos os espaços possíveis para ser força dirigente de uma coalizão com a burguesia produtiva, baseada em um compromisso de classe de promoção de um capitalismo nacional, antineoliberal, a serviço da nação, que supere a dependência em relação ao capital estrangeiro, que desacelere a exploração imperialista do mercado interno, um capitalismo social-desenvolvimentista, includente, promotor da equidade social possível na sociedade de classes. Encerro lembrando Antonio Gramsci: “A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece”.



CORRUPÇÃO: GEORGIA E BRASIL

Jornal do Brasil - 9/12/2014

Em 2002, o Brasil ocupava a 45ª posição no Índice de Percepções da Corrupção da Transparência Internacional (IPC-TI), que abrangeu 102 países. Em 2014, encontra-se no 69º posto nesse ranking, entre 175 países. No mesmo período, a Geórgia migrou da 85ª posição para a 50ª. Ou seja, o Brasil caiu no ranking, a Geórgia subiu e encontra-se em uma posição melhor que a brasileira. O que se passa lá e cá?

Começando pelo lado de cá, uma conclusão apressada e errônea seria que a corrupção no Brasil aumentou a partir do governo Lula, empossado em 2003. Na verdade, sabe-se que, nesse período, houve fortalecimento das instituições de controle e combate e a criação de novas, como a Controladoria-Geral da União, em 2003, a Lei nº 12.527/2011, de acesso à informação, e a Lei nº 12.846/2013, conhecida como lei anticorrupção, que torna mais rígidas as regras para punir empresas praticantes de atos contra a administração pública. Nesse novo contexto institucional, os resultados do combate às práticas ilícitas que envolvem os setores público e privado foram mais efetivos e se tornaram públicos através da mídia. Nesse último aspecto, o Manchetômetro, pesquisa produzida pelo Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj), não deixa dúvida quanto ao partidarismo da grande imprensa, posição política

que impacta muito na cobertura tendenciosa que ela faz da corrupção. Não é novidade que grupos empresariais da grande mídia usam as denúncias de forma seletiva contra os governos federais do PT. A cobertura que a mídia oligopólica fez da Ação Penal 470 e tem feito da Operação Lava Jato é, em sentido amplo, partidária. Nas eleições desse ano, a grande mídia procurou favorecer, o quanto possível, as candidaturas presidenciais de Marina Silva e Aécio Neves, principalmente associando Dilma a escândalos de corrupção. Por fim, a Operação Lava Jato tem inovado em matéria de combate à corrupção, prendendo executivos de grandes corporações empresariais e deixando claro que o maniqueísmo que opõe o mal público ao bem privado é pura ideologia.

Quanto à Geórgia, ela conquistou sua independência em 1991, em meio ao colapso da União Soviética. Em maio daquele ano, elegeu seu primeiro presidente, que foi deposto por um golpe de Estado militar sete meses depois. Do final de 1992 até meados de 1994, houve guerra civil, na qual motivos separatistas de duas regiões do novo país, Abkházia e Ossétia do Sul, apoiadas pela Rússia, jogaram papel importante. Eduard Shevardnadze foi, primeiramente, presidente de fato (1992-1995) e, em seguida, de direito, após ter sido eleito pelo partido União dos Cidadãos da Geórgia (UCG). Mas o regime político, na verdade, era uma oligarquia liberal-autoritária, diferente do antigo regime soviético. Devido à falta de efetividade do governo, o UCG foi se fragmentando, com seus líderes constituindo novas agremiações. Isso atrapalhava os planos eleitorais de Shevardnadze. Mas a transição no Estado, no regime e na economia produzia a emergência de uma nova sociedade civil. Em 3 de novembro de 2003, eclodiu a Revolução das Rosas, uma revolução democrática e conduzida por meios não violentos, cujo estopim foi a fraude eleitoral nas eleições parlamentares ocorridas no dia 2, sendo que o contexto dos atores era de descontentamento com a crise econômica e a gestão governamental corrupta que impregnava inúmeras áreas e serviços de interesse público. A mobilização de massas, com intensa participação da juventude, através do movimento de resistência cívica Kmara, criado em abril de 2003, e dos partidos de oposição, principalmente o Movimento Nacional Unido (MNU), provocou, em 20 dias de combativas manifestações pacíficas, a mudança no poder político, com a renúncia de Shevardnadze à presidência da Geórgia, em 23 de novembro.

Em janeiro de 2004, Mikheil Saakashvili, principal líder do MNU, foi eleito presidente com 96% dos votos. Seu programa eleitoral destacou reformas anticorrupção e na economia. Diferentemente do Brasil, uma democracia com eleições limpas, uma das demandas importantes na Geórgia era contra a fraude

eleitoral. Entre as medidas de combate à corrupção do novo governo, destacaram-se a acusação de funcionários de alto escalão, a aprovação de leis específicas, a adesão e execução das convenções internacionais, uma ampla revisão da polícia, com redução de mais da metade de seu contingente, seguida da elevação dos salários, e a dissolução da polícia de trânsito, vista como altamente corrupta. Os funcionários públicos também foram cortados, uma vez que as reformas tinham um caráter orientado para o mercado, mas os salários foram aumentados quase 15 vezes, o que impactou na diminuição do pequeno suborno, prática até então generalizada. Foi implementado um novo sistema de recrutamento de servidores públicos, baseado na competição e no mérito.

Como mencionado, em 2002, a Geórgia ocupava a 85ª posição no IPC-TI. Os acontecimentos de 2003, como a fraude eleitoral, fizeram com que o país subisse para o 124º posto, mas, em 2006, caiu para 99º, 79º em 2007 e 67º em 2008, estando, no ano atual, no mencionado 50º. Não se trata de considerar que a Geórgia se tornou um país de padrão escandinavo em matéria de corrupção. Nem que ela tenha se tornado um modelo institucional de democracia participativa para enfrentar o problema. Sua posição no ranking mostra que ainda há muito que fazer. Não se trata também de fazer uma avaliação política abrangente dos dois mandatos do governo de Saakashvili, que esteve na presidência até novembro de 2013. O foco é evidenciar e tentar entender a velocidade no avanço no combate à corrupção naquele país, enquanto no Brasil, por uma junção de fatores, alguns já mencionados, além da cultura sociopolítica de maior tolerância em relação às práticas ilícitas envolvendo setor público e setor privado, a percepção da população em relação à corrupção aumentou.

Resguardadas as diferenças substantivas nas realidades da Geórgia e do Brasil, entre as lições que se pode extrair do país caucasiano destacam-se a intolância popular em relação à corrupção, a mobilização de massas, a liderança política, o contexto econômico pró-reformas de mercado e as mudanças institucionais adotadas.

Por outro lado, na última campanha eleitoral, Dilma apresentou cinco propostas de combate à corrupção, sendo que três delas têm semelhanças com leis já em tramitação no Congresso. Uma modifica a legislação eleitoral, para criminalizar o caixa dois. Outra pretende punir mais rigorosamente os funcionários públicos que apresentarem enriquecimento cuja origem não possa ser comprovada. Por fim, ela pretende modificar o Judiciário no que diz respeito ao julgamento de autoridades que cometam irregularidades e possuam foro privilegiado.

As duas propostas de conteúdo novo ainda não foram enviadas ao Congresso, sendo uma a ação civil pública de extinção de domínio, visando confiscar a propriedade ou bens provenientes de atividade ilícita, e a outra pretende acelerar o julgamento de processos judiciais relacionados a desvio de recursos públicos. Como o tema da corrupção está na agenda pública, é de se esperar que, na próxima legislatura, novas medidas sejam examinadas, a começar por essas propostas de Dilma. Outra proposta do governo Dilma e de sua candidatura tem sido a reforma política, uma vez que, como os fatos têm deixado cada vez mais claro, várias das irregularidades no Brasil têm a ver com o financiamento das campanhas eleitorais.

Tomando como base as lições da Geórgia, um desafio brasileiro é superar a tolerância com a corrupção, a visão de que ela é uma endemia nacional inelutável, um modo de expressão do jeitinho brasileiro etc. Que é uma endemia, em termos metafóricos, não há dúvida, mas quanto à sua inevitabilidade, têm ocorrido avanços que mostram ser possível combatê-la! Afinal, trata-se de um problema político, social e cultural, difícil, mas não natural.

A mobilização massiva que ocorreu na Geórgia em 2003 e as manifestações de junho de 2013 mostram o potencial transformador dos processos de revolução democrática. A referida Lei Anticorrupção foi aprovada no clamor das jornadas de junho, assim como a proposta presidencial de se realizar uma Assembleia Constituinte Exclusiva para a Reforma do Sistema Político surgiu no bojo daquelas manifestações nacionais. Uma provável diferença entre lá e cá talvez seja que, no caso da Geórgia, a vitória eleitoral do MNU foi avassaladora, enquanto o Brasil, em termos de projetos políticos, está passando por uma intensa disputa entre desenvolvimentismo e neoliberalismo, evidenciada na campanha eleitoral para a Presidência da República e na contraditória escolha do novo ministro da Fazenda, cuja filiação ideológica situa-se no campo do programa derrotado nas urnas. Ademais, a composição do Congresso Nacional que tomará posse em 2015 será mais conservadora do que já é hoje. A decisão recente de derrubar o decreto presidencial que instituía a Política Nacional de Participação Social e as resistências ao plebiscito sobre a reforma política evidenciam que os atuais parlamentares colocam barreiras bem claras contra avanços na democratização e no controle social do Estado. A república carece do controle público da cidadania ativa para avançar no combate à corrupção.

REVITALIZAR O “CONSELHÃO”

Jornal do Brasil - 16/12/2014

Apesar das ofensivas da oposição, as aprovações, pelo Congresso Nacional, da mudança na meta de superávit primário para 2014 e, pelo Tribunal Superior Eleitoral, das contas de campanha da candidatura de Dilma Rousseff propiciam à cúpula governamental um relativo alívio para prosseguir na escalação da nova equipe ministerial e operar os demais preparativos para o segundo mandato. No discurso da vitória, em 26 de outubro, a presidente Dilma disse que seu primeiro compromisso será o diálogo. Nessa perspectiva, as instituições participativas de concertação entre atores sociais e de proposição de políticas públicas jogam um papel fundamental, sendo este o caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), ou “Conselhão”, como ficou conhecido.

O CDES foi criado por Lula, em 2003, composto por lideranças sindicais, empresariais, sociais e religiosas, intelectuais das ciências e das artes, personalidades dos esportes e militantes das causas da cidadania. Sua “Primeira Carta de Concertação”, de 13 de fevereiro de 2013, dizia: “A vitória do atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no processo eleitoral de 2002, amparado numa ampla aliança de classes sociais, diferentes partidos e vontades políticas plurais, oferece uma oportunidade ímpar para a sociedade brasileira [...] O processo de concertação, que ora iniciamos, pressupõe a busca, através do diálogo e do debate, de diretrizes e propostas consensuais ou majoritárias em

questões estruturais para o desenvolvimento econômico e social do Brasil”. O documento explicitava também o entendimento de que consenso e conflito entre os atores da aliança em constituição não eram, e realmente não são, mutuamente excludentes. A “Segunda Carta de Concertação”, de 10 de abril de 2003, assim prosseguia: “Queremos [...] avançar na construção de um grande acordo. Um novo pacto firmado entre forças políticas, representações empresariais, sindicais e de vastos setores da sociedade civil. Este avanço deve estar informado pelos debates que travamos, sem a ilusão de que não temos divergências, mas a partir da confiança de que é possível estabelecermos marcos de consenso: um espaço comum no interior do qual podemos disputar posições, em busca de um sentido aceito por todos e que fundamentará as nossas ações políticas”.

Nos dois mandatos de Lula, o “Conselhão” desempenhou um papel importante. Formulou, entre outros trabalhos, a “Agenda Nacional de Desenvolvimento”, comprometida com “uma ampla e pública discussão sobre as alternativas políticas para a superação dos entraves estruturais ao desenvolvimento nacional”. Foi no CDES que surgiu a proposta do Fórum Nacional do Trabalho, sendo um de seus desdobramentos o reconhecimento das centrais sindicais (Lei nº 11.648/2008), que alavancaram a política de valorização do salário mínimo. De suas entranhas emergiu também a sugestão de criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, para fins de gestão da política industrial. O CDES participou, direta ou indiretamente, no processo de produção de políticas públicas importantes em diversas áreas, como as reformas tributária e previdenciária, combate à desigualdade, política de crédito, incentivo às micro e pequenas empresas, agricultura familiar, habitação (Programa Minha Casa, Minha Vida), educação, energia, segurança pública (Programa Nacional de Segurança Cidadã – Pronasci) etc.

No primeiro mandato de Dilma, o “Conselhão” continuou a existir, mas perdeu o protagonismo que teve entre 2003 e 2010. A revitalização do CDES é fundamental para articular politicamente a retomada do crescimento, com geração de emprego, distribuição de renda e inclusão social. A mudança na relação de forças produzida em 2003 continua em pé, aproximando estruturalmente capital produtivo e trabalho assalariado. As duas vitórias de Lula e a eleição e reeleição de Dilma têm a ver com a nova relação de forças. No entanto, esse ambiente favorável à coalizão precisa ser devidamente convertido em instituições de concertação para maximizar seu potencial de impulsionar as políticas do social-desenvolvimentismo, a começar pelo crescimento econômico – de onde provêm as rendas do capital, do trabalho e do Estado –, especialmente

no setor industrial, que propicia melhores empregos e salários, novas tecnologias e divisas de exportação. As bases estruturais da coalizão devem operar como alavanca sociopolítica de ações que promovam a sua conversão em organização institucional. Nessa empreitada, o papel das lideranças políticas é chave. A coalizão apenas no plano do presidencialismo de coalizão não é suficiente e nem capaz de dar conta das profundas tarefas de transformação no Estado, na sociedade, na política e na economia requeridas por um processo de desenvolvimento conduzido em contexto democrático, com a ampliação das bases sociais dos interesses envolvidos, em uma nação complexa como é a brasileira.

Como já referido, não se trata de negar ou sonhar com a eliminação do conflito entre as classes e frações. O conflito é inerente ao capitalismo. No entanto, a conjuntura aberta em 2002 e 2003 explica-se pela crise das políticas neoliberais no Brasil e na América do Sul. Uma alternativa de centro-esquerda, encabeçada, na esfera partidária, pelo PT, venceu as eleições e constituiu um governo de coalizão entre frações do capital produtivo e trabalhadores, portador de um mandato político-programático de corte social-desenvolvimentista, decorrente da nova relação de forças. No entanto, a coalizão neoliberal não sumiu do mapa, está aí, conseguiu um bom desempenho nas últimas eleições e faz oposição raivosa ao governo Dilma. A melhor resposta à coalizão neoliberal – que já logrou emplacar o novo ministro da Fazenda e manifesta arroubos direitistas – é a constituição mais breve possível das condições para a implementação de uma política econômica e de desenvolvimento de corte social-desenvolvimentista, concertada, democraticamente, entre frações do capital produtivo, trabalhadores, demais representações da sociedade civil e, é claro, partidos e parlamentares do Congresso Nacional. Nessa perspectiva, o CDES é uma instituição com papel estratégico a cumprir, ao lado de outros arranjos participativos que também ficaram em segundo plano no primeiro mandato. Propostas políticas acordadas no CDES chegam ao Congresso com maior base de apoio. Oxalá, já na posse de Dilma 2, tenhamos um Ano Novo de boas novas, com o “Conselhão” revitalizado organizando a concertação social e política. Se a presidenta fizer isso, cumprirá a promessa de priorizar o diálogo.



QUAL DESENVOLVIMENTISMO?

Jornal do Brasil - 23/12/2014

Às vésperas da posse do governo Dilma 2 e considerando o problema do baixo crescimento em Dilma 1, a discussão sobre o desenvolvimento continua na agenda pública. O projeto vencedor nas eleições de outubro foi o social-desenvolvimentista, que defino como um processo objetivo, apoiado em determinada relação de força entre as classes e frações, cuja lógica interna baseia-se em um modelo de capitalismo no qual o Estado desempenha um papel ativo na economia e tem base social nos trabalhadores do setor formal, subproletariado, excluídos, estratos das classes médias urbanas, camponeses pobres e setores do empresariado produtivo. Embora tenham ocorrido impactos institucionais do projeto/processo social-desenvolvimentista, não necessariamente eles se dão mediante imediata correspondência com a pujança das forças que o suportam, pois dependem de concertação política e capacidades de vários tipos para serem devidamente implementados.

O novo núcleo da política econômica terá, na Fazenda, um nome proveniente do setor privado e, a rigor, identificado com o projeto derrotado. Por outro lado, o Planejamento será comandado por um economista desenvolvimentista e o Banco Central continuará presidido pelo mesmo quadro que hoje o dirige. A presidenta Dilma é desenvolvimentista. Se a orientação de política econômica, mesmo que não no plano imediato, devido ao aperto

fiscal conservador que se anuncia, mas, ao fim e ao cabo, como resultante dos próximos quatro anos de governo, será de oposição à primazia dos mercados, conforme esperam os desenvolvimentistas, que modelo de desenvolvimentismo eles almejam para o Dilma 2?

Uma relevante síntese desse debate foi feita por Pedro Paulo Zaluth Bastos (2012), da Unicamp, no artigo “A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo”. O trabalho aborda duas grandes concepções estratégicas para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil delineadas desde a vitória de Lula, nas eleições de 2002, em decorrência da crise do neoliberalismo. Por um lado, o “novo-desenvolvimentismo”, cujo conteúdo mais denso ele chama de desenvolvimentismo exportador do setor privado. Por outro, o “social-desenvolvimentismo”, qualificado como desenvolvimentismo distributivo orientado pelo Estado.

Apesar de serem atuais, ambos têm enraizamento no tradicional pensamento econômico estruturalista latino-americano. O novo-desenvolvimentismo teria sua origem no PSDB, na crítica interna ao partido ao monetarismo prevalecente no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Brasília Sallum Jr., em 1999, já identificava uma tensão entre fundamentalismo neoliberal e liberal-desenvolvimentismo em FHC 1 e 2. Essa visão enfatiza a função indutora do desenvolvimento desempenhada pela política macroeconômica, especialmente pela taxa de câmbio, cuja apreciação demasiada, através da elevação dos juros para fins de combate à inflação e de cobertura no déficit em conta corrente, prejudica as exportações. Bastos cita Luiz Carlos Bresser-Pereira, o maior expoente acadêmico do novo desenvolvimentismo, que já não tem mais nenhum vínculo como o PSDB e, publicamente, declarou seu voto em Dilma nas últimas eleições: “o novo desenvolvimentismo aposta na capacidade dos países em desenvolvimento de exportarem produtos manufaturados de médio valor agregado ou produtos primários de alto valor agregado”. Crítico rigoroso da estratégia de crescimento por meio de poupança externa, Bresser-Pereira defende uma taxa de câmbio adequada não apenas ao equilíbrio das transações correntes, que poderia ser alcançado pela exportação de commodities, mas, mais que isso, adequada ao equilíbrio industrial, para estimular indústrias de transformação que utilizem tecnologia no melhor estado da arte internacional. Para o novo desenvolvimentismo, a primazia está na política macroeconômica, e não na política industrial, que é vista como uma política setorial complementar, embora também importante. No limite, a melhor política industrial é uma boa política macroeconômica. Ademais, um

modelo de crescimento apoiado na exportação de commodities é insustentável na perspectiva do desenvolvimentismo exportador do setor privado.

A visão de Bresser-Pereira coloca em evidência um elemento essencial: sem o concurso dos capitalistas, não há desenvolvimento econômico capitalista, muito menos políticas de bem-estar. Sua obra identifica na apreciação cambial um entrave estrutural chave da política econômica aos investimentos produtivos e ao crescimento sustentado. Ele visualiza na indústria, em especial nas exportações industriais, o móvel para o crescimento, inclusive para a expansão do mercado interno, rejeitando a dicotomia entre os modelos *export led* e *wage led*. Sem competitividade cambial, ou seja, sem a desvalorização da moeda, a indústria nacional perde mercado interno e externo para os concorrentes estrangeiros, não só para os produtos chineses. Uma dificuldade da abordagem exportadora é política: cadê as forças sociais concertadas em sua defesa?

Por outro lado, o social-desenvolvimentismo encontrou maior apoio, seja no governo Lula, seja na intelectualidade desenvolvimentista, embora sem contar com uma adequada sistematização acadêmica. Essa corrente unifica-se na “ênfase no mercado interno e no papel do Estado para influenciar a distribuição de renda e a alocação de investimentos”. Entre seus expoentes no governo, Bastos destaca Guido Mantega, Luciano Coutinho e a presidenta Dilma Rousseff. Segundo ele, o termo social-desenvolvimentismo é válido para “interpretar o crescimento ocorrido sob o empuxe das pressões para elevação do salário mínimo, do crédito ao consumidor e das políticas sociais a partir de 2005”, mas “difícilmente pode descrever, sem ambiguidades, uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo”. A capacidade de o componente “social” operar como fator de impulso do desenvolvimento capitalista já apresentava sinais de esgotamento em 2010. Consciente dessa restrição, um autor dessa corrente, Ricardo Bielschowsky, em 2012, argumentou que a estratégia de desenvolvimento deveria apoiar-se em três fontes de expansão e de indução do investimento: o consumo de massa, os recursos naturais e a infraestrutura. Cada um desses motores, por sua vez, deveria ser maximizado por dois “turbinadores”, a inovação tecnológica e a reativação de encadeamentos produtivos tradicionais. De qualquer modo, o foco é no mercado interno, sendo as exportações vistas como secundárias.

Bastos, no atacado, crê mais no desenvolvimentismo distributivo orientado pelo Estado que no novo desenvolvimentismo. As potencialidades do primeiro lhe “parecem mais realistas, ao contar com a ampliação, integração e diversificação do mercado interno para induzir investimentos”. Mas, no varejo, concorda

que houve erros na política macroeconômica de Lula e que Dilma estaria tentando corrigir (o texto foi publicado em 2012). Acontece que o crescimento não veio com Dilma, mesmo que o governo tenha procurado fazer uma gestão desenvolvimentista da política macroeconômica, investir em infraestrutura, fortalecer algumas cadeias produtivas tradicionais e manter a política social. Se o novo desenvolvimentismo tem pouca base política, o social-desenvolvimentismo experimentou, em Dilma 1, uma relativa falta de efetividade. Resultado: a coalizão neoliberal, que é forte, embora derrotada eleitoralmente, emplacou um ministro da Fazenda mais ao seu feitio.

Enfim, os brasileiros democratas e progressistas, mais que isso, a nação espera que os desenvolvimentistas de dentro e fora do governo formulem uma síntese virtuosa de ideias capaz de conduzir o país ao crescimento com justiça social.

ESTADO, REGIME E POLÍTICA NO GOVERNO DILMA

Jornal do Brasil - 30/12/2014

Uma avaliação menos factual e mais conceitual dos desafios mais amplos do governo Dilma 2, e não só a composição do novo ministério, pode mobilizar as principais categorias de análise formuladas pela teoria política, mais especificamente por algumas perspectivas teóricas nesse campo de conhecimento. Embora a indicação dos nomes dos próximos ministros ainda não tenha sido concluída, o exercício de análise sugerido pode ser feito, conforme já o fiz, em alguma medida, em artigos anteriores nesta coluna, uma vez que seu propósito vai além da escolha do corpo ministerial.

Não há Estado sem governo e vice-versa, mas ambos não se confundem, especialmente quando se concebe o Estado como a instituição suprasumo do poder político, poder cujo enraizamento principal não está na endogenia do Estado enquanto aparelho ou organização, mas na estrutura social, ou seja, tem um fundamento sociopolítico. Nesse aspecto, uma das principais bases desse enraizamento são as relações de produção. O conceito de dependência estrutural do Estado em relação ao capital ilumina bastante o constrangimento posto diante dos governantes pelas relações de poder econômico na sociedade capitalista. As rendas dos empresários, trabalhadores e do Estado provêm das relações de produção, de modo que o poder político, em circunstâncias normais, é induzido a zelar pela sua manutenção e reprodução. Sendo

verdadeira essa concepção sociopolítica do poder de Estado, então, quanto mais sólidas as fundações que estruturam os nexos das instituições do Estado às classes e frações e orientam o conteúdo das políticas públicas correspondentes, assim como quanto melhores forem os resultados da ação estatal desse modo delimitada, mais estável será a dominação política. Nesse aspecto, o principal problema a partir da emergência e agravamento da crise das políticas neoliberais no Brasil é a refundação alternativa do poder do Estado. A principal alternativa objetiva e subjetiva ao capitalismo neoliberal, aqui e acolá, é o capitalismo desenvolvimentista. O socialismo não está na ordem do dia, depende ainda de muitas mediações. No caso do Brasil, dado o maior equilíbrio de forças entre capital e trabalho existente desde a eleição de Lula, em 2002, há uma forte tendência estrutural no sentido do social-desenvolvimentismo. Um governo encabeçado por um partido de esquerda, como é o caso do PT, com base nas classes trabalhadoras, não pode renunciar, sem pagar caro, à busca de melhorias das condições de vida das massas para se entregar a aventuras irresponsáveis. Mesmo o comprometimento com reformas progressistas dentro da ordem e com um modelo econômico mais focado na produção revela-se uma tarefa complexa e difícil. Note-se que, apesar das quatro derrotas eleitorais sucessivas da coalizão neoliberal, suas bases sociopolíticas e político-institucionais não desapareceram, estão presentes na cena política, na sociedade civil, nos interesses econômicos, em partidos políticos e nas instituições políticas da União, estados e municípios.

A construção de um poder de Estado mais estável no Brasil passa pela resolução de uma tarefa imensa e difícil, ainda não superada: a hegemonia do projeto social-desenvolvimentista sobre o projeto neoliberal. Esse é o maior desafio político da revolução democrática em curso. Sua superação, com os ganhos de legitimidade que traria, ajudaria muito no enfrentamento de outros problemas, como a corrupção e as dificuldades de governabilidade no Congresso Nacional. A hegemonia do social-desenvolvimentismo sobre o neoliberalismo depende de liderança política, ou seja, depende da conformação da coalizão social-desenvolvimentista e da efetividade de suas políticas públicas. Uma das frentes dessa coalizão é a frente político-institucional, que é necessária, mas não suficiente. A outra frente fundamental é a frente sociopolítica. Como o pensador marxista Antonio Gramsci expôs com maestria em seus *Cadernos do Cárcere*, o Estado, nas sociedades capitalistas complexas, há muito tempo deixou de ser uma casamata fechada e ocupada por tiranos. Ele é enraizado na sociedade civil. O desafio é dar um direcionamento político a esse enraizamento. Se o enraizamento for caótico, sem uma lógica clara, se ele se estruturar em nexos pluralistas

confusos, a dominação política pode não apresentar uma organicidade programática consistente. Essa insuficiente consistência na definição do modelo de capitalismo brasileiro tem acontecido, apesar dos inegáveis avanços em termos de geração de emprego, renda, inclusão social etc. A política macroeconômica, por exemplo, ainda não superou a contento o ideário neoliberal, dificultando o impulso do projeto desenvolvimentista. Ainda temos juros, câmbio e taxa de investimentos públicos desfavoráveis. Não há clareza em relação à rota para a retomada do crescimento, mas isso não pode continuar assim. Não à toa, a oposição emplacou um executivo do Grupo Bradesco na Fazenda, para fazer o ajuste fiscal neoclássico, de modo que o social-desenvolvimentismo vai ser submetido a um freio liberal em 2015.

Direcionar o enraizamento do Estado desenvolvimentista passa pela ativação dos mecanismos de concertação política que propiciem o fortalecimento institucional da coalizão social-desenvolvimentista. Nessa perspectiva, o “Conselhão” é fundamental, conforme já escrevi aqui em artigos anteriores. Fundamental também é a retomada dos mecanismos de democracia participativa que foram desenvolvidos pela Secretaria-Geral da Presidência da República desde 2003. Dilma recuou na concertação com empresários, trabalhadores e a sociedade civil em geral.

Outro aspecto do Estado é o regime político. Um Estado desenvolvimentista pode existir em regimes autoritários ou democráticos. No Estado Novo e no regime militar, o desenvolvimentismo foi implementado em regimes autoritários, mas, entre 1946 e 1964, em regime democrático. Agora, há uma democracia consolidada. O país passa pela sua mais consistente experiência democrática. A democracia é difícil, libera vozes, interesses, atores, institucionaliza o conflito, mas também faculta acordos, pactos e se baseia na tomada de decisões pela regra da maioria, conforme ocorre nas eleições majoritárias e nas disputas parlamentares. Dizer que a democracia é difícil não significa que a ingovernabilidade lhe é intrínseca. O Plano Real foi uma resposta efetiva para a longa crise inflacionária e de projetos de país. De 1994 a 2002, ele reestabeleceu uma hegemonia, a coalizão de dupla face, conforme mencionado acima, e a governabilidade do neoliberalismo. A democracia torna ainda mais complexa a tarefa de costurar a coalizão, sobretudo, como é o caso no Brasil, quando, além das várias frações da burguesia, os trabalhadores, excluídos, movimentos sociais etc. têm também organizações representativas de suas demandas, de modo que as políticas públicas são pressionadas a ter um caráter nacional, no sentido de destinar-se à nação. Outra dificuldade é que, no sistema político brasileiro, vários

partidos atuam muito mais como grupos de interesse, inclusive regionalmente delimitados, do que como agremiações efetivamente comprometidas com um projeto de país. Esse é um dos motivos da importância da reforma política.

Algumas análises dos nomes anunciados por Dilma para compor o novo ministério destacaram que ela busca melhorar sua relação com o Congresso. Nesse sentido, escolheu alguns ministros, de diversos partidos da base aliada, com cargo no parlamento ou com influência no Congresso, como Gilberto Kassab (SP), que é presidente do PSD, Cid Gomes (PROS-CE), os deputados federais Edinho Araújo (PMDB-SP) e George Hilton (PTB-MG), os senadores Kátia Abreu (PMDB-TO), Armando Monteiro (PTB-PE) e Eduardo Braga (PMDB-AM). A despeito de críticas que se possa fazer a alguns desses indicados, é louvável a tentativa de Dilma de se aproximar do Poder Legislativo, que lhe causou problemas no primeiro mandato, principalmente evidenciados na Câmara dos Deputados. Essa iniciativa é coerente com a sua verbalização, no discurso da vitória, de que pretende estabelecer mais diálogo. Mas outra grande expectativa é em relação ao “Conselhão”, órgão que, no primeiro mandato, foi transferido da Secretaria de Relações Institucionais para a Secretaria de Assuntos Estratégicos, e, ao fim e ao cabo, acabou tendo suas atribuições um tanto quanto esvaziadas, sendo que ele foi concebido pelo governo Lula para ser peça-chave na concertação social-desenvolvimentista.

Enfim, o desafio de Dilma e de todo o campo político social-desenvolvimentista – a começar pelo PT, pelos trabalhadores e intelectuais progressistas e, também, por algumas lideranças mais conscientes do empresariado produtivo, ou seja, menos oscilantes em relação ao lado em que se posicionam nessa disputa entre modelos de capitalismo – é fazer do governo Dilma 2 uma alavanca para aprofundar a construção das bases sociopolíticas e político-institucionais do Estado social-desenvolvimentista, levando em conta o caráter democrático do regime político e os anseios de participação dos atores sociais e econômicos nas decisões políticas e tendo claro que a legitimidade do pacto de dominação e de sua coalizão constitutiva vai depender da efetividade dos resultados a serem alcançados. A afirmação do Estado social-desenvolvimentista será a trincheira avançada da superação do capitalismo neoliberal. Adeus ano velho. Feliz Ano Novo!

DUAS REFORMAS DEMOCRÁTICAS

Jornal do Brasil - 6/1/2015

Desde os anos 1960, as forças progressistas brasileiras – especialmente as esquerdas e os nacionalistas democráticos –, que lutam contra o conservadorismo em diversas esferas da estrutura social e das relações sociais, ergueram bandeiras de luta por reformas como meio de impulsionar as conquistas democráticas em uma sociedade historicamente marcada pelo autoritarismo social e, frequentemente, político-institucional, e pelas desigualdades de vários tipos. Nesse trajeto, defenderam, por exemplo, já antes do Golpe de 1964, as reformas agrária, urbana, fiscal, bancária, universitária, eleitoral e partidária. Na transição democrática e na Constituinte de 1987-1988, a mobilização política de atores da sociedade civil pelas reformas reemergiu e resultou em vários avanços institucionais e organizativos. Após o retrocesso dos anos 1990, período de contrarreformas, os anos 2000 ficaram marcados por uma nova onda de conquistas sociais e democráticas, especialmente a nova geração de políticas sociais e a revitalização de mecanismos de democracia participativa, ambas originadas em ações dos dois governos de Lula. Ao final do primeiro lustro dessa segunda década do terceiro milênio, o governo Dilma 2, progressista – embora não isento de contradições – e recém-empossado, tem o propósito de encaminhar duas reformas muito importantes, a reforma política e a regulamentação dos meios de comunicação social.

O caráter democrático da reforma política dependerá de suas decisões, especialmente de sua capacidade de acabar com a presença do poder econômico empresarial no financiamento das campanhas eleitorais para todos os cargos do sistema representativo. Esse problema não é exclusivamente brasileiro, mas o fato é que aqui ele alcançou um nível insustentável e há amplo apoio na opinião pública para que as empresas sejam proibidas de doar recursos financeiros às campanhas eleitorais. O financiamento empresarial das campanhas eleitorais produz a oligárquica e antidemocrática figura do representante censitário. Há muito tempo o voto, no Brasil, não é mais censitário, é universal, ou seja, o direito de voto não depende da condição econômica do eleitor. No entanto, o eleito, em regra, é um representante censitário, uma vez que, cada vez mais, os vencedores são os que mais arrecadam recursos para financiar suas campanhas. Ao invés das eleições serem uma disputa pelo voto dos eleitores, elas transformaram-se, primeiramente, em uma disputa por recursos financeiros, que passam a ser a locomotiva dirigente dos vagões de votos assim conquistados pelos candidatos contemplados com as milionárias doações empresariais. A ampliação da participação das mulheres na política, a rediscussão do sistema partidário, que virou uma indústria de proliferação de partidos artificiais e fisiológicos, a alteração do regime de voto personalista nas eleições proporcionais, que induz os eleitores a orientarem seus votos em uma miríade de indivíduos, e não em partidos, ou seja, em entidades coletivas com propostas abrangentes para a atuação parlamentar, todas essas são também tarefas importantes de uma reforma política democrática.

Por outro lado, o governo Dilma 2, tendo à frente o novo ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, está disposto a implementar a política regulatória dos meios de comunicação social, em especial a regulação econômica do setor. Segundo o artigo 220 da Constituição Federal, “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”. No entanto, por ausência de regulamentação, os cidadãos convivem, sobretudo em relação ao espectro eletromagnético da radiodifusão (televisão e rádio), com uma elevadíssima concentração da propriedade. Ademais, o artigo 221 determina que “a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família”. A referida

lei até hoje não foi feita. O fato desses dois artigos constitucionais não estarem em vigor, por falta de regulamentação, fere a diversidade de opinião, pois ela depende de pluralidade de proprietários de meios de comunicação, além do que os conteúdos audiovisuais acabam se concentrando no Rio-São Paulo, prejudicando a produção independente. Se a revolução democrática é um processo irresistível de igualização, conforme teorizado pelo pensador liberal Alexis de Tocqueville, a regulamentação econômica dos meios de comunicação social, destinada a corrigir distorções que atentam contra a igualdade de condições, é um imperativo para o fortalecimento da democracia brasileira.

Tanto a reforma política quanto a regulação econômica dos meios de comunicação social podem corrigir estruturas institucionais, na política e no mercado de mídia, muito prejudiciais à igualdade democrática de condições. Os direitos da cidadania, os direitos políticos de homens e mulheres concorrerem às eleições em situação menos desigual, a participação das mulheres na política, a diversidade de opiniões e o direito humano à comunicação têm muito a avançar com essas duas reformas/revoluções democráticas, que se situam na corrente histórica das bandeiras de mobilização política das forças progressistas e nacional-populares.



AMNÉSIA ELEITORAL E OUTROS MALES

Jornal do Brasil - 13/1/2015

Um problema relevante do sistema representativo da democracia brasileira é a amnésia eleitoral, especialmente a relacionada aos candidatos proporcionais, ou seja, deputados federais, deputados estaduais e vereadores. Essas candidaturas são proporcionais, porque os partidos ocupam os mencionados cargos legislativos de acordo com a proporção de votos que obtêm. Se, em uma Assembleia Legislativa, houver 50 vagas em disputa e o partido (ou coligação) X obtiver 10% dos votos, ele ocupará cinco cadeiras, se obtiver 20%, conquistará 10 vagas etc. Por que os eleitores esquecem em quem votaram?

Para citar dois exemplos, uma pesquisa do Instituto Datafolha, realizada em 2010, apenas 12 dias após o primeiro turno, constatou que 30% dos eleitores não se lembravam em que candidato a deputado federal haviam votado. Outro levantamento, divulgado pela Expertise em 30 de setembro de 2014, verificou que a informação sobre esse mesmo voto já havia sido esquecida por 44% dos entrevistados. A recordação do voto do eleitor é mais elevada no caso dos cargos ao Poder Executivo. Segundo o referido levantamento da Expertise, 91% lembram quem escolheram para presidente e 82%, para governador.

Análises dos cientistas políticos elencam várias causas para a elevada amnésia eleitoral nas eleições proporcionais, como a tradicional primazia do Executivo na política brasileira, restando para as eleições Legislativas um papel

secundário (inclusive para o Senado Federal), a falta de informações dos eleitores sobre as candidaturas, o excessivo número de partidos e a predominância, no caso das vagas proporcionais, de campanhas eleitorais centradas no protagonismo dos candidatos, e não no protagonismo dos partidos enquanto entidades coletivas. Esse último aspecto é muito relevante. Vale a pena examiná-lo.

A modalidade específica do sistema eleitoral proporcional brasileiro é a lista aberta. Os eleitores podem votar em candidatos ou em legendas partidárias. Apesar de os votos nos partidos serem a base para o cálculo da proporcionalidade, a grande maioria dos eleitores não vota nos partidos, vota diretamente em candidatos. Mas, com muita frequência, não sabem a qual partido pertence o candidato que escolhem para votar. Nesse quadro em que as eleições proporcionais se caracterizam por campanhas centradas em candidatos e votos centrados em candidatos, o custo de obtenção de informação para o eleitor é muito alto.

As eleições estão cada vez mais competitivas. Em 1994, 3.008 candidatos, em todo o Brasil, disputaram as 513 cadeiras da Câmara dos Deputados. Em 2014, foram 7.018 candidatos, ou seja, houve um crescimento de 133% em relação a 1994. No mesmo período, o número de eleitores cresceu 50%, passando de 95 milhões para 142,8 milhões, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O número de candidatos tem crescido a uma velocidade maior que a do crescimento dos eleitores. A obrigatoriedade, desde 1997, de que pelo menos 30% dos nomes da lista de candidatos de cada partido ou coligação sejam mulheres é um dos fatores que levou ao crescimento do número de candidatos. Outra causa desse crescimento é o aumento do número de partidos políticos. Enquanto a ampliação da participação das mulheres na política é bem-vinda, o surgimento artificial de partidos é um problema cada vez mais preocupante. Atualmente, 32 partidos possuem registro no TSE, sendo que oito deles surgiram de 2005 para cá e há dezenas de pedidos de registro de novos partidos em análise. Ou seja, há uma indústria de proliferação de partidos.

A lista aberta induz à competição não só entre candidatos de partidos concorrentes, mas entre candidatos do mesmo partido. Se, no primeiro exemplo acima, o cálculo proporcional conferir cinco vagas a um partido e considerando que o critério de ocupação delas é o número de votos obtido por cada candidato, isso implica que companheiros e companheiras do mesmo partido são lançados à competição pelo voto do mesmo eleitor para ocupar essas cadeiras destinadas à legenda. Em uma mesma comunidade ou zona eleitoral, por exemplo, candidatos do mesmo partido competem entre si, de modo que a figura do partido como uma unidade coletiva programática fica em segundo plano perante

o protagonismo de milhares de candidatos. Isso confunde até mesmo os eleitores mais inteligentes. A campanha eleitoral gratuita das eleições proporcionais na televisão e no rádio foca em pessoas, isto é, no personalismo, e não em legendas partidárias com propostas gerais para o Legislativo em disputa. O custo de informação para o eleitor é muito alto. Por outro lado, uma vez que a legislação permite o financiamento privado das campanhas eleitorais, a conquista do voto do eleitor em um quadro de intensa competição personalista induz à caça aos recursos financeiros. O personalismo da lista aberta também alimenta o oportunismo da candidatura de figuras da mídia que, na maioria das vezes, mesmo não tendo nenhuma história de participação partidária, escolhem um tanto quanto aleatoriamente uma legenda e se candidatam com o suporte do capital midiático que possuem.

A combinação de todos esses fatores ajuda a entender o motivo pelo qual entre as instituições com a imagem mais desgastada perante a opinião pública estão os partidos e o Poder Legislativo (em todas as esferas de federação). Embora o personalismo não seja uma característica absoluta dos partidos, ele os enfraquece devido às suas forças centrífugas. Um impacto negativo importante da lista aberta, forma institucional através da qual o clássico personalismo brasileiro impregnou-se no sistema eleitoral, é a elevada fragmentação partidária na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, tornando custosa a gestão política do presidencialismo de coalizão. A já alta fragmentação partidária da Câmara dos Deputados será ainda maior na próxima legislatura, que tomará posse em 1º de fevereiro: o número de partidos parlamentares aumentará dos atuais 22 para 28. A falta de uma mais adequada correspondência entre os votos na candidatura ao Executivo e nos candidatos ao Legislativo tem relação com essa fragmentação. Exemplo recente: apenas 31,33% dos votos obtidos por Dilma foram obtidos pela bancada de deputados federais do PT, que elegeu 70 parlamentares.

O personalismo na relação entre candidatos, eleitores e financiadores nas campanhas eleitorais e entre representantes e representados no exercício dos mandatos alimenta o clientelismo, relação política na qual os políticos demandam apoio político e votos e ofertam favores. No sistema político brasileiro, o clientelismo é uma prática generalizada. No parlamento, partidos e seus parlamentares estabelecem, com o Poder Executivo, a relação clientelista popularizada pelo termo fisiologismo. Apoiam o governo em troca de cargos e, sempre que podem, forças da coalizão governista em exercício procuram, para usar uma linguagem do futebol, valorizar seu passe, ou seja, fazer mais

exigências. Para atender suas clientelas locais, procuram aprovar emendas ao orçamento formuladas de modo fragmentado, sem critérios de planejamento. E para saldar seus compromissos políticos com os empresários que os financiam defendem, de modo lícito, mas também ilícito, os interesses dos donos do dinheiro, os grupos de poder econômico.

O que se pode fazer para enfrentar a amnésia eleitoral, o clientelismo, o relativo enfraquecimento dos partidos e a fragmentação partidária, que possuem relação com a lista aberta – embora esses males também tenham outras determinações? E o que se pode fazer para enfrentar a influência dos donos do dinheiro no resultado das eleições? De antemão, deixe-se claro que não se trata de ter uma visão maniqueísta do sistema político. Não é o caso de enxergar o inferno para sonhar com o paraíso. Há análises que procuram destacar que as instituições políticas brasileiras operam bem e que seus problemas não são diferentes dos existentes em outras democracias. Mas há também análises que observam os custos políticos do presidencialismo de coalizão e defendem reformas. Identifico-me com a segunda perspectiva, entendendo que as mudanças não devem ser encaradas como a panaceia para todos os males. Em relação ao sistema eleitoral proporcional de lista aberta, ponto central da discussão aqui levantada, a alternativa é a lista pré-ordenada, que mantém o método da proporcionalidade, mas, para fortalecer a relação dos eleitores com os partidos e os próprios partidos, implica que as convenções partidárias, democraticamente organizadas e com critérios internos de proporcionalidade entre as chapas concorrentes, organizem as listas de candidatos em ordem de prioridade. Se o partido eleger um candidato, este será o primeiro da lista, se eleger dois, serão os dois primeiros e assim por diante. A aposta nessa mudança considera que ela pode, ao longo do tempo, amenizar o problema da amnésia eleitoral, fortalecendo a relação dos eleitores com um número limitado de partidos, e não com milhares de candidatos cuja filiação partidária é frequentemente ignorada pelo eleitorado. Essa medida também visa fortalecer os partidos, incentivando-os a aprimorarem seus mecanismos internos de disputa democrática e a saírem unidos na campanha eleitoral em busca dos votos dos eleitores em suas legendas com base em propostas programáticas, enquanto hoje a eleição é um imenso mercado persa político em que personalidades buscam se eleger caoticamente, financiadas com recursos empresariais, disputando não apenas contra seus “inimigos”, mas também contra seus “amigos” de agremiação partidária. A lista pré-ordenada facilitaria muito a execução de outra mudança fundamental da reforma política: o fim do financiamento empresarial das campanhas eleitorais,

preferivelmente através do financiamento público exclusivo, para propiciar mais igualdade entre os candidatos. Medidas como o fim das coligações proporcionais, através da introdução da federação de partidos, e critérios mais rigorosos para a existência de partidos também são bem-vindas.

Ou o sistema eleitoral permanece como é e se investe em educação política para que um belo dia o eleitor escolha com critérios mais consistentes seus candidatos proporcionais, ou, sem prejuízo da educação política, altera-se e qualifica-se para o eleitor a quantidade e o foco de informações que ele precisa manipular para votar de modo mais consciente. Se a fonte principal da informação continuar sendo a oferta de milhares de candidatos capitaneada pelo financiamento empresarial, e não partidos disputando o voto com base em propostas de ação no Legislativo, a possibilidade de experimentar uma mudança para melhor do quadro de elevada amnésia eleitoral e de descrença em instituições políticas chaves do sistema democrático-representativo será desperdiçada. Forças representativas da sociedade civil organizada defendem as mudanças aqui sugeridas. Mas há também as forças da inércia.



DEMISSÕES NAS MONTADORAS: VITÓRIA NA VOLKSWAGEN E MOBILIZAÇÃO NA MERCEDES-BENZ

Jornal do Brasil - 20/1/2015

Após 11 dias de greve, os 13 mil trabalhadores da Volkswagen, em São Bernardo do Campo, que paralisaram toda a linha de produção da empresa reivindicando a suspensão das 800 demissões ocorridas no início de janeiro, conquistaram a vitória. A companhia revogou as demissões, que haviam sido motivadas pela queda na venda de veículos em 2014. As negociações dos operários grevistas com a empresa foram conduzidas pela direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (filiado à Central Única dos Trabalhadores – CUT) e pelo Comitê Sindical da montadora. A Volks informou que, como resultado da revogação das demissões, fará uma adequação do efetivo da fábrica, que envolve, entre outras medidas, a implementação de um programa de demissão voluntária e a reestruturação da terceirização dos empregados temporários, substituindo vagas terceirizadas por vagas efetivas. Além disso, como resultado das negociações, a montadora anunciou que a fábrica em que ocorreu a greve receberá uma nova plataforma internacional de produtos e modelos inéditos de veículos. Além disso, houve acordo em relação à proposta de reajuste salarial em 2016, que será, ao menos, conforme a variação da inflação.

No final de 2014, a Mercedes-Benz, também em São Bernardo do Campo, demitiu 244 metalúrgicos que estavam em regime de suspensão temporária do

contrato de trabalho (layoff). Desde o início de janeiro, com a volta das férias coletivas, os operários vêm organizando mobilizações de solidariedade contra essas demissões. No dia 9, pararam a produção por 24 horas e fizeram manifestação em frente à fábrica, com a presença de seus familiares. Porém, ainda hoje (escrevo em 18 de janeiro) não lograram avanço nas negociações com a montadora.

Esses fatos são elucidativos. Entre outros aspectos, evidenciam o papel ativo dos trabalhadores na luta pelo emprego e a vulnerabilidade a que estão sujeitos devido às oscilações na economia, decisões empresariais de redução da produção, demissões, aperto salarial etc.

A existência, desde 2003, de governos federais encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores – mesmo que, na esfera político-institucional, sejam de coalizão – ajuda muito na explicação da tendência declinante da série histórica da taxa de desemprego e do alto índice de emprego observado no primeiro mandato de Dilma. Nesse longo período, de um modo geral, a conformação da relação de forças entre capital e trabalho favoreceu um modelo de capitalismo mais voltado à produção e propiciou ao Estado alguns ganhos de autonomia relativa para implementar políticas de corte desenvolvimentista. Porém, a menor taxa de crescimento alcançada nos anos Dilma e a queda da produção e das vendas em alguns setores, como ocorreu na indústria automobilística, assim como a acirrada disputa eleitoral de 2014 entre os dois principais projetos em disputa no país, que alavancou certa retomada de ações dos interesses neoliberais, vêm ensejando que alguns capitalistas (setores da burguesia rentista e do próprio empresariado produtivo) tentem reverter conquistas dos assalariados, como emprego, salário, direitos trabalhistas e direitos sociais. Nessa perspectiva, forças do capital preconizam ajustes pró-cíclicos tanto na atividade produtiva quanto na gestão fiscal do Estado.

Por outro lado, os trabalhadores, na condição de força interessada tanto em políticas que favoreçam a inclusão no sistema produtivo, a geração de emprego e renda salarial, como nas políticas de desmercantilização (seguridade social etc.), reagem contra as iniciativas de arrocho no plano do mercado e na gestão do Estado. A vitória da greve na Volks comprova que uma das principais fontes de conquistas trabalhistas e sociais ocorridas nesse longo período histórico de maior equilíbrio entre capital e trabalho, que se processa desde 2003, é a presença organizada e mobilizada dos trabalhadores na cena política. Por outro lado, as ofensivas contracionistas na atividade produtiva e no trato do orçamento público, implementadas conforme a perspectiva ideológica do nono ministro da Fazenda,

evidenciam que os limites da efetividade das políticas públicas desenvolvimentistas abrem espaço para o clássico ajuste recessivo, de corte neoliberal.

A CUT agendou para 28 de janeiro o Dia Nacional de Lutas por Emprego e Direitos, no qual fará manifestações em todo o País. A maior e mais importante central sindical da América Latina, em sua luta pelo emprego, afirma o seguinte: “Não aceitaremos que empresas que receberam benefícios fiscais do governo, como isenção do IPI, demitam trabalhadores”. A geração e manutenção de empregos envolve, ainda que de uma maneira diferente, capital, trabalho e Estado, os três grandes atores institucionais da sociedade capitalista. Além disso, a CUT e as demais sindicais se reunirão nessa semana com alguns ministros para reivindicar a revogação das Medidas Provisórias 664 e 665, que alteram certas regras de acesso às pensões, auxílio-doença e seguro-desemprego.

Enfim, a revogação das demissões na Mercedes depende, por um lado, tal como ocorreu na Volks, da mobilização e negociação dos trabalhadores com a empresa e, por outro, de uma política macroeconômica que estimule a atividade produtiva em geral e de uma política industrial complementar, específica para esse setor de atividade fundamental na geração de lucros e salários, assim como na geração de receitas públicas.



MOROSIDADE E PRESSÃO: ANDAMENTOS CONSERVADORES

Jornal do Brasil - 3/3/2015

Em uma conjuntura hiperpolitizada, pontuada pelas lutas de classes em curso e em gestação, cujos contornos determinantes provêm do crescimento baixo e das mudanças na política econômica, do escândalo na Petrobras – embalado pela cobertura partidarizada dos oligopólios midiáticos – e da acirrada disputa nas eleições presidenciais, as forças conservadoras em emergência nesse cenário crítico, baseadas em diversas instituições públicas e privadas, e respaldadas por interesses internacionais no país, partem para a ofensiva política visando desestabilizar o governo e não apenas impedir o avanço das reformas de corte popular que ocorreram desde 2003, mas andar para trás, com contrarreformas. O prelúdio dessa movimentação política do conservadorismo militante ocorre no interior do Supremo Tribunal Federal (STF). Seu protagonista é o ministro Gilmar Mendes. A abertura da ópera conservadora apresenta-se na Câmara dos Deputados, sob a batuta de Eduardo Cunha.

Em 5 de setembro de 2011, o Conselho Federal da OAB protocolou no STF a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4650, que, através de pedido de medida cautelar, questiona o financiamento privado das campanhas eleitorais garantido pelas legislações partidária e eleitoral. Segundo a ADI 4650, “a excessiva infiltração do poder econômico nas eleições gera graves distorções. Em

primeiro lugar, ela engendra desigualdade política, na medida em que aumenta exponencialmente a influência dos mais ricos sobre o resultado dos pleitos eleitorais, e, conseqüentemente, sobre a atuação do próprio Estado”.

Naquele mesmo referido dia, o ministro Luiz Fux foi designado como relator. Em 11 de dezembro de 2013, iniciou-se o julgamento. Naquela primeira sessão, o relator votou favoravelmente, assim como o fez o então presidente Joaquim Barbosa. Na segunda sessão, realizada no dia seguinte, 12 de dezembro, Dias Toffoli e Roberto Barroso votaram a favor. Ainda na segunda sessão, Teori Zavascki pediu vistas, mas, três meses depois – e note-se que era um período de recesso forense –, em 24 de março de 2013, manifestou seu voto contrário. Na sessão de 2 de abril de 2014, o ministro Marco Aurélio votou parcialmente favorável aos pleitos da ADI 4650, enquanto Gilmar Mendes pediu vistas.

Falta apenas um mês para o pedido de vistas de Gilmar Mendes completar um ano. Essa evidente manobra jurídico-política de segurar a tramitação do processo ocorreu quando o placar da votação estava 6 x 1 a favor da ADI 4650. Tendo o STF onze ministros, a inconstitucionalidade do financiamento empresarial privado já está virtualmente reconhecida pelo STF, não havendo mais meio dessa ação ser derrotada. O artigo 134 do Regimento Interno do STF diz o seguinte: “Se algum dos Ministros pedir vista dos autos, deverá apresentá-los, para prosseguimento da votação, até a segunda sessão ordinária subsequente”. E o artigo 111 estabelece que o maior prazo para os Ministros, salvo acúmulo de serviço, é o de “trinta dias para o visto do Relator”. Estudo da FGV, publicado em 2014, sobre o tempo de tramitação dos processos no STF, além de reafirmar que a morosidade é um “problema crônico do Judiciário Brasileiro”, diz que o instituto do pedido de vista “pode ser utilizado de forma não recomendável”.

Realmente, não há nada mais contraindicado para o Estado de Direito Democrático e para o princípio republicano do que a posição de Gilmar Mendes, divulgada em reportagem da jornalista Tereza Cruvinel, que o entrevistou: “Se proibirmos as doações de empresas, ficarão permitidas as doações de pessoas físicas. Neste país de roubo, os que mandam nas estatais e nos fundos públicos em geral vão desviar recursos e distribuir dinheiros a militantes para que façam doações como pessoas físicas. É isso que estão querendo. Mas até dezembro meu voto sai”. Ainda segundo a referida reportagem, Mendes não tem pressa em manifestar seu voto. Ele “argumenta que, embora o financiamento empresarial favoreça a corrupção, a ação da OAB faz parte de uma manobra combinada com o PT para criar outra forma de favorecimento e perpetuação no poder”. Embora meu objetivo aqui não seja entrar na discussão do conteúdo do

que Gilmar Mendes pensa, mas sim questionar a condução que ele está dando à ADI 4650, é de conhecimento público que o PT defende o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, e não o financiamento por pessoas físicas. Além disso, a proposta da OAB defende limitar a doação de pessoas físicas a valores bem baixos (“pequenas doações de eleitores”), a serem definidos pelo Legislativo. Por outro lado, afirmar que “a ação da OAB faz parte de uma manobra combinada com o PT” é uma ofensa à honrada OAB e à sociedade civil que nela se vê representada, além de ser mais um ataque ao PT, postura que já se tornou rotineira entre as forças conservadoras.

Não seria muito mais plausível pensarmos em uma ação combinada do ministro e do presidente da Câmara dos Deputados, uma vez que o último acaba de constituir uma Comissão Especial para tratar da Reforma Política, com a motivação de fazer as mudanças até setembro, tendo como base a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 352/2013, que propõe o seguinte: “Os partidos políticos poderão financiar as campanhas eleitorais com recursos privados, com recursos públicos ou com a combinação de ambos, conforme decidido pelo órgão partidário competente”? Ou seja, pretende-se constitucionalizar o financiamento eleitoral empresarial, exatamente aquilo que o STF já considera virtualmente inconstitucional. Note-se que a presidência da referida comissão está nas mãos de Rodrigo Maia (DEM-RJ), parlamentar de um partido oposicionista que, no quiproquó conjuntural, apoiou a eleição do atual presidente da Câmara, que é do PMDB, partido formalmente governista. A protelação da conclusão da votação da ADI 4650, na qual Gilmar Mendes está empenhado, como explicitado na reportagem de Cruvinel, visa impedir que os defensores do fim do financiamento empresarial – na sociedade civil e no Congresso Nacional – possam dispor ao seu favor, nessa causa democrática, de uma decisão do STF que teria um significado histórico. A eventual mudança de regras para as eleições municipais de 2016 precisa ocorrer até 1º de outubro desse ano.

Ao reconhecer que o financiamento empresarial favorece a corrupção, mas, ao mesmo tempo, submeter seu voto a uma morosidade premeditada – enquanto seus pares votaram celeremente –, enraizada em uma teoria conspiratória, o ministro explicita o encaminhamento hiperpolítico de uma matéria jurídica de interesse público. Seja como for, há uma aliança conservadora e contrarreformista entre a morosidade de Gilmar Mendes e a pressa de Eduardo Cunha para barrar a reforma política democrática e implementar mudanças que vão na contramão da vontade da opinião pública, que é majoritariamente contra o financiamento empresarial das eleições, conforme evidenciam as pesquisas de

opinião pública sobre essa matéria.

É preocupante a crescente politização e partidarização de magistrados e ministros, no interior do Judiciário, que vem ocorrendo, sobretudo, desde o julgamento da Ação Penal 470 e se manifesta também no comportamento do juiz federal responsável por processos da Operação Lava Jato. Se até alguns anos atrás o bloco institucional de oposição era formado pela grande mídia oligopolizada e pelos partidos oposicionistas, unem-se a ele, no último período, forças do Poder Judiciário e da Polícia Federal. Como nunca, o aparelho do Estado torna-se uma arena das lutas das classes.

Se é idealismo pensar na autonomia absoluta do STF e de seus ministros em relação aos múltiplos interesses existentes na sociedade civil, é também inaceitável uma postura hiperpolitizada da instituição ou de quaisquer de seus membros que comprometa a autonomia relativa da Suprema Corte. Todo cidadão que, no exercício democrático da liberdade de expressão e opinião, defenda o fim do financiamento empresarial das campanhas eleitorais deve sentir-se desrespeitado pela condução que está sendo dada à ADI 4650. Para contrapor-se ao espetáculo institucional conservador de forças do Judiciário e do Legislativo, que se colocam tanto contra o Executivo legitimamente eleito, que defende a reforma política, como contra as forças democráticas e populares que desejam mudanças progressistas nas instituições políticas, não há outro meio a não ser a mobilização da sociedade civil, liderada pela “Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas” e pelo Plebiscito Popular.

TERRA EM TRANSE: CAPÍTULOS DE UMA CONJUNTURA CRÍTICA

Jornal do Brasil - 10/3/2015

O país passa por uma conjuntura crítica. Entre os principais componentes que sintetizam o cenário atual estão o baixo crescimento no primeiro mandato de Dilma e a queda do nível de atividade econômica; a ofensiva da grande mídia contra Dilma e o PT, apoiada, no último período, na Operação Lava Jato, iniciada em março de 2014; a acirrada disputa eleitoral para tentar impedir a quarta vitória do PT nas eleições presidenciais, que ocorreu com estreita margem de diferença; a emergência da direita, desde as eleições do ano passado, que, inclusive, se mobiliza nas ruas, levantando bandeiras contra a corrupção, mas exclusivamente a que acredita ocorrer no governo Dilma; o crescimento da bancada conservadora no Congresso Nacional, como resultado das urnas; a política econômica contractionista do ministro Joaquim Levy, que crava uma contradição entre o governo e suas bases sociais de sustentação e impacta negativamente na popularidade presidencial; a desorganização da base aliada e a perda de apoio da presidenta no Congresso, conforme revelam sucessivas derrotas de um governo que, formalmente, teria maioria parlamentar.

Nunca como antes na história recente do país, desde 2003, as alianças estruturais nas duas esferas, a sociopolítica e a político-institucional, se apresentaram tão inconsistentes, tão em estado de recomposição ou rearranjo. Nunca

como antes, nesse mesmo período, a contrarreforma neoliberal esteve tão segura de si, tão na ofensiva. Devido aos avanços da direita, a relação de forças se alterou, mas não a ponto de deixar os trabalhadores imobilizados; pelo contrário, há várias ações militantes dos trabalhadores, nas cidades e no campo, inclusive greves, mas não só, contra as demissões, os pacotões, os atrasos de pagamentos, os cortes de direitos etc. As centrais sindicais, a UNE, o MST e outras organizações populares estão convocando, para o próximo 13 de março, o “Dia Nacional de Lutas em Defesa dos Direitos da Classe Trabalhadora, da Petrobrás, da Democracia e da Reforma Política”, reivindicando a implementação do programa vitorioso nas urnas, através da reeleição de Dilma. A direita, por sua vez, agendou sua manifestação contra Dilma para o dia 15. Ou seja, a luta de classes está posta, a conjuntura é de contraposição entre reforma e contrarreforma, entre dois modelos capitalistas, um de corte social-democrático, outro neoliberal. A perspectiva socialista, embora exista, não está no páreo.

A coalizão social-desenvolvimentista, que não chegou a ser adequadamente estruturada, se desarticulou. As forças neoliberais, de dentro e fora do país, partiram para a ofensiva. O empresariado industrial, insatisfeito com Dilma, comandando um setor em maus lençóis, cuja participação no produto vem caindo, principalmente na indústria de transformação, observa atônito o ajuste fiscal, que abrange o fim das desonerações nas folhas de pagamento e pode comprometer investimentos. Por outro lado, a taxa básica de juro é elevada pela quarta vez consecutiva, desde outubro de 2014, passando de 11% para os atuais 12,75%, penalizando a todos, com exceção da minoria rentista ou financista; há aumentos nos preços administrados pelo governo etc.

Na Câmara dos Deputados, as forças do Executivo se enfraquecem, Dilma perde poder de agenda. Em fevereiro, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) é eleito com apoio de um baixo clero conservador, mas também com os votos da oposição, a começar pelo DEM. A casa aprova, em segundo turno, o orçamento impositivo, uma vitória da política paroquial, que obriga a execução orçamentária das emendas parlamentares. O deputado federal Leonardo Picciani (PMDB-RJ), político que declarou publicamente apoio à candidatura de Aécio Neves ao Palácio do Planalto, é eleito líder do partido na Câmara. A presidência da Comissão Especial da Reforma Política, nessa mesma casa, fica com Rodrigo Maia (DEM-RJ). Enquanto Gilmar Mendes, no STF, joga na defesa contra o fim do financiamento empresarial às campanhas eleitorais, Eduardo Cunha, na Câmara, parte para o ataque visando constitucionalizar o direito de colonização do capital sobre a competição eleitoral. A Câmara aprova a oitiva de todos os ministros de

Dilma. Se algum “convite” for recusado, a casa pode decidir pela vinda obrigatória do ministro resistente. Renan Calheiros (PMDB-RJ), presidente do Senado Federal, devolve ao Executivo a Medida Provisória nº 669, que, para fins de ajuste fiscal, estabelecia o fim das desonerações. O PSDB, que tem adoração por ajustes fiscais, aplaude Renan Calheiros. Imediatamente, a presidenta envia um projeto de lei, com pedido de urgência, sobre o mesmo tema. Com a adesão de 52 deputados da base aliada, a Câmara aprova requerimento propondo nova CPI da Petrobras. O presidente dessa comissão, Hugo Motta (PMDB-PB), é aliado a Eduardo Cunha, enquanto o relator, Luiz Sérgio (PT-RJ), tem seu poder esvaziado pela insólita instituição de sub-relatorias; presidentes e diretores da companhia mista são chamados para depor, mas os empresários são poupados. O Executivo propõe reajuste de 4,5% na tabela do IR, o Congresso aprova os 6,5%, mas Dilma veta. Esse veto será derrubado? Há uma clara emergência dos congressistas, sobretudo na Câmara dos Deputados, contra o Poder Executivo, que se vê acuado. Análise recente de um cientista político avalia que um presidencialismo semiparlamentar se afirma.

Não é novidade que reforma e contrarreforma ou revolução e contrarrevolução caminham juntas, são dois elementos contraditórios e dinâmicos de uma totalidade. Os limites de sustentabilidade do social-desenvolvimentismo, sobretudo sua dificuldade de promover uma concertação sociopolítica que se desdobrasse em instituições e ações efetivamente desenvolvimentistas, de modo a incrementar a indústria de transformação, aumentar o produto e a arrecadação tributária, elevar a renda nacional e promover o crescimento ajudam a explicar a ofensiva dos interesses neoliberais na esfera econômica. No longo prazo, as políticas sociais e a distribuição de renda não se sustentam sem uma sólida base produtiva competitiva (o contexto é de globalização), que, mediante a realização da mais-valia, gere lucros, salários e os impostos para o setor público executar políticas públicas. O ministro Levy e o ajuste fiscal representam o veto do grande capital à política econômica de Dilma 1 e uma ofensiva para enquadrar Dilma 2.

Na esfera político-institucional, que não é um universo apartado da economia, a direita cresce tanto em função da acirrada disputa presidencial como devido às dificuldades políticas de Dilma 1 e Dilma 2 no relacionamento com a base parlamentar, principalmente com o maior partido do centro, o PMDB. A derrota da candidatura de Arlindo Chinaglia (PT-SP) para a presidência da Câmara, com a conseguinte exclusão do PT da mesa da casa, resultou de falhas na coordenação política governista. Muito melhor teria sido buscar um acordo, conforme, segundo a imprensa, Lula defendia. Há um problema de liderança

política, que se agravou após as eleições de 2014.

Este artigo estava praticamente pronto quando Teori Zavascki, ministro do STF, divulgou a esperada lista de Rodrigo Janot e autorizou a abertura de inquérito sobre 34 parlamentares que, segundo informações adquiridas por delação premiada, estariam envolvidos nas irregularidades investigadas pela Operação Lava Jato. Esta decisão do STF joga mais lenha na fogueira de um país tropical com a temperatura mais quente do que nunca. Os conflitos na frágil base governista tendem a aumentar, sobretudo com parlamentares do PMDB, a começar pelos presidentes das duas casas parlamentares, ambos incluídos nos inquéritos que vêm pela frente. A reforma política democrática é mais que necessária, para, antes de tudo, afastar as empresas do financiamento eleitoral. É essa a questão de fundo na lista de Janot. Obviamente, o título se inspira em Glauber Rocha. A vida imita a arte?

A OFENSIVA DIREITISTA-LIBERAL CONTRA O ESTADO INTERVENCIÓNISTA E SOCIAL E SUA LIDERANÇA POLÍTICA

Jornal do Brasil - 17/3/2015

Ambas as manifestações pacíficas ocorridas em várias cidades do país, uma no dia 13 e outra no dia 15 de março, reuniram centenas de milhares de pessoas. Em função, sobretudo, da massiva manifestação de São Paulo, o dia 15 reuniu mais gente que o dia 13. Na sua imagem mais caricaturada, uma manifestação é o oposto da outra, configurando uma polarização política.

A intolerância política, inclusive o ódio, tem vindo muito mais das forças que se opõem ao governo Dilma. Com um conteúdo de direita, essas forças, algumas delas democráticas, outras defensoras de um regime autoritário, via intervenção militar, organizaram mobilizações de massas nas ruas, tradicionalmente ocupadas pela esquerda, levantando como principal bandeira o “fora Dilma” e o “fora PT”, aos quais se atribui comprometimento com a corrupção. A análise, ainda que breve, do que se passa no país requer uma ampla perspectiva de abordagem.

O grande economista polaco Michael Kalecki, em um artigo clássico, de 1943, publicado no contexto de análise da Grande Depressão e das políticas para combatê-la, de ascensão do fascismo e Segunda Guerra Mundial, abordou “a desconfiança dos grandes empresários acerca da manutenção do pleno emprego

por meio do gasto governamental”. Eles se opõem à obtenção do pleno emprego através do aumento da despesa pública por reprovarem três elementos: o ativismo estatal na questão do emprego; a despesa governamental dirigida ao investimento público e ao subsídio ao consumo; e as mudanças sociais e políticas resultantes do pleno emprego.

Em um sistema econômico tipicamente liberal, o nível do emprego depende da confiança dos empresários, termômetro que regularia a taxa de investimentos e o nível de emprego. Se esse termômetro liberal perde funcionalidade relativa em decorrência do uso do gasto público como meio de propiciar empregos, a burguesia sente-se perdendo a capacidade de influenciar as políticas do Estado, como acontece quando impera apenas a regulação através do mecanismo da confiança do mercado. “A função social da doutrina da ‘finança sadia’ é fazer com que o nível de emprego dependa do ‘estado de confiança”.

Ademais, quando a despesa governamental se destina ao investimento público e subsidia o consumo, interesses empresariais sentem-se ainda mais ameaçados. Por um lado, há o receio de que o Estado extrapole os limites de tolerância que setores da grande burguesia concedem ao investimento público, para que este não ocupe espaços atribuídos ao investimento privado. Por outro, a rejeição ao subsídio ao consumo popular, através das políticas sociais, é ainda maior, pois contraria o egoísmo ético do capitalismo de tônica liberal. Por fim, “sob um regime de permanente pleno emprego, a demissão de empregados deixaria de exercer sua função de medida disciplinar. A posição social do patrão estaria minada e cresceriam a autoconfiança e a consciência da classe trabalhadora”.

Em análise recente sobre a polarização política no Brasil, o economista Marcio Pochmann, com base no “comportamento de variáveis sínteses sobre a evolução da situação socioeconômica do conjunto da população”, distingue dois períodos, o de 1995-2003, no qual ocorreu o ganha-perde (em teoria dos jogos, é o jogo de soma zero, uma parte ganha, a outra perde), e o de 2004-2013, no qual ocorreu o ganha-ganha (jogo em que todos ganham). No primeiro período, alguns poucos melhoraram suas rendas, enquanto a maioria perdia. O desemprego aumentava e a renda média dos ocupados caía. No segundo período, todos melhoraram. O desemprego caiu e a renda média subiu. Embora a média do crescimento durante Dilma 1 tenha caído em relação aos oito anos de governo Lula, sobretudo em 2014 (cujo PIB ainda não foi divulgado), e considerando também que as previsões para 2015 não sejam boas, a deterioração do quadro econômico, sozinha, não explica a polarização, embora ela

esteja ajudando a abrir o caminho para que as forças de oposição, cuja espinha dorsal dos recursos de poder está na grande mídia, botem seu bloco na rua. Além do quadro econômico, o quadro político conta muito.

O primeiro antecedente relevante do processo de polarização, em uma perspectiva de sociologia política, da acirrada disputa ocorrida nas eleições de 2014 aconteceu em junho de 2013, quando estratos das classes médias, sobretudo tradicionais, descontentes com uma relativa elevação do nível dos preços, com as condições dos serviços públicos, como os associados à mobilidade urbana (que se agravou em decorrência do próprio crescimento da renda média, desde 2004) e com os fatos associados à Ação Penal 470, pegaram carona nas manifestações iniciadas pelos movimentos sociais e passaram a levantar as suas próprias bandeiras. O segundo momento ocorreu nos dois turnos das eleições de 2014. O terceiro momento da ofensiva do heterogêneo bloco de direita, com respaldo de massas, deu-se no último domingo.

Enquanto as bandeiras dos sindicalistas e movimentos sociais, principais bases do campo político democrático-popular, foram a defesa da democracia, da reforma política e a revogação das Medidas Provisórias nº 664 e 665, as manifestações do dia 15 foram essencialmente contra Dilma e o PT, ou seja, contra o partido que logrou quatro vitórias consecutivas nas eleições presidenciais e contra a presidente recém-empossada, que, segundo a Procuradoria Geral da República, não cometeu nenhuma irregularidade associada à Operação Lava Jato. Embora os manifestantes dos dois dias sejam contra a corrupção, fosse essa realmente a principal bandeira das forças sociais do dia 15, haveria de ser dirigida contra irregularidades em todas as administrações, haveria de atacar outros partidos com políticos envolvidos nas investigações autorizadas pelo STF, e, principalmente, haveria de destacar a reforma política, sobretudo o fim do financiamento empresarial das campanhas eleitorais. Nada disso emergiu no dia 15. Na verdade, o teor das manifestações de corte direitista é absolutamente antipetista: fora PT e Dilma. Talvez isso explique que os mais pobres não tenham ido às ruas no domingo. Afinal, eles ascenderam socialmente nos governos petistas. Quem realmente se mostrou comprometido com o combate à corrupção foram as lideranças das manifestações do dia 13, que destacaram a proposta da reforma política.

A reflexão de Kalecki apreende as reações do liberalismo econômico mais ou menos intuitivo de segmentos do grande empresariado contra o intervencionismo do Estado. Há um empresariado desenvolvimentista em alguns países, inclusive no Brasil, mas compartilho a avaliação de Bresser-Pereira: as

elites industriais aqui são ambíguas, nacional-dependentes, enquanto as forças neoliberais são internacionalistas.

Embora o contexto de 1943 e o do Brasil recente sejam distintos, há uma semelhança estrutural no que diz respeito à perseverança das duas grandes tendências de organização da economia capitalista, conforme distinguidas por Max Weber, Ralph Darendhorf e Chalmers Johnson, entre outros autores: a economia baseada na racionalidade de mercado e a economia planejada. A oposição ao PT e à presidente Dilma diz respeito aos conflitos entre mercado e Estado intervencionista, entre capitalismo neoliberal e capitalismo social-desenvolvimentista, os dois principais projetos em disputa no Brasil desde 2002.

As forças que querem, conscientemente, o impeachment de Dilma, alegando algum tipo de envolvimento ou negligência dela em relação às irregularidades na Petrobras, pertencem, principalmente, ao topo da pirâmide social, os ricos, à classe média alta ou à classe média tradicional. Elas não estão dispostas a participar do financiamento do Estado social-desenvolvimentista e, em alguns casos, temem construções fantasmagóricas, como bolivarianismo, castrismo e comunismo. O “Movimento Brasil Livre” (MBL), que mais convocou as manifestações de domingo, considera que o livre mercado é o meio de solução dos problemas brasileiros. Eles criticam, por exemplo, o Bolsa Família, falam em privatização da saúde e da educação e defendem o impeachment. O “Vem Pra Rua” só não defende o impeachment ainda por considerar que não há base jurídica, mas acredita que o governo está inchando o Estado e roubando o dinheiro dos contribuintes. Sua demanda é “Estado eficiente e desinchado”. Segundo esse movimento, o governo “suga os recursos da nação para sua causa populista e de perpetuação de poder”. O “Revoltados On Line” tem como foco a corrupção do PT, ou seja, não a corrupção em geral. Creio que esses dados servem para mostrar o caráter liberal da oposição sociopolítica ao PT e à presidente Dilma Rousseff, embora esteja em aberto qual é realmente a profundidade desse liberalismo no conjunto dos manifestantes.

Uma das medidas do ajuste fiscal imposto pelos defensores do termômetro liberal da confiança é exatamente o fim das desonerações das folhas de pagamento, que foi muito importante para garantir o pleno emprego vigente até o final de 2014, sobretudo nas empresas intensivas em mão de obra. Outras medidas do ajuste fiscal procuram reduzir despesas com pensões, auxílio-doença e seguro-desemprego, ou seja, direitos trabalhistas e sociais. A direita quer impedir a presidente e incriminar o partido que foi a principal alavanca

de promoção das mudanças que incluíram socialmente milhões de brasileiros, seja através da ativação do mercado de trabalho ou das políticas sociais.

Por outro lado, a presidente Dilma, cuja liderança política passa por um processo de queda livre, procura, com a política de ajuste fiscal, fazer concessões aos interesses rentistas e financistas, que alimentam o receituário neoliberal, o que enfraquece a estratégia e as forças políticas social-desenvolvimentistas. Embora a única clivagem evidente nas manifestações não seja a de classe, pois há clivagens ideológicas, por exemplo, salta aos olhos o caráter de classe distinto das manifestações dos dias 13 e 15. No dia 13, estavam os trabalhadores e seus aliados. No dia 15, o partido neoliberal foi o setor mais organizado e que mais procurou impor uma ordem racional a um movimento de massas pendente à direita.

Qual será o desfecho dessa disputa de projetos? Vitoriosa nas urnas, Dilma, de 26 de outubro para cá, recuou na política econômica. Esse recuo explica-se por erros e insuficiências na formulação das políticas desenvolvimentistas de Dilma 1, que não promoveram crescimento suficiente e geraram um problema fiscal, embora, até o final de 2014, em um quadro de pleno emprego. Os sindicalistas e movimentos sociais, por outro lado, embora mobilizados, foram às ruas para defender suas conquistas, e não para demandar novos direitos. Setores progressistas manifestam preocupação, medo ou desânimo com a evolução conservadora da conjuntura.

Na fala do ministro José Eduardo Cardozo, no domingo à noite, afirmou-se o comprometimento com a democracia, com o diálogo, com a ordem constitucional, com o combate à corrupção e à impunidade, inclusive com novas medidas a serem submetidas ao Congresso, e com a reforma política, a começar pelo fim do financiamento empresarial. Por sua vez, o ministro Miguel Rossetto afirmou o compromisso do governo com o crescimento e a geração de empregos e renda, mas reafirmou a necessidade do ajuste fiscal, que os trabalhadores rejeitam, a não ser que seja implementado com medidas que atinjam o andar de cima da pirâmide social.

Tendo a crise uma base econômica e outra política, sua solução, do ponto de vista da sustentabilidade do governo Dilma, depende da retomada, o mais rápido possível, de um ciclo virtuoso, de ganha-ganha, como ocorreu de 2004 a 2013 – mas agora o foco deve ser o aumento da taxa de investimentos e o fortalecimento da produção industrial, para garantir o financiamento das políticas sociais –, e das respostas às demandas contra a corrupção, o que pressupõe eficiência do Judiciário e do Ministério Público e capacidade de negociação com

o Congresso e com a sociedade civil organizada, tanto a que promoveu o dia 13 quanto a que foi às ruas no dia 15.

A relativa perda de legitimidade da presidente ancorou-se nos problemas da economia e na instrumentalização política, pelas forças de oposição, da bandeira da corrupção, mal que elas atribuem, acima de tudo e com certo sucesso, ao PT e ao governo Dilma. O atalho da corrupção, como base da ofensiva da direita com o governo Dilma, é pavimentado pelos problemas na economia. A depender da direita liberal, volta-se à situação do ganha-perde.

Para as forças progressistas, é vital o fim do financiamento empresarial e a regulação econômica dos meios de comunicação, visando garantir a diversidade de opiniões. A questão de fundo nessas lutas de classe é o caráter do papel econômico do Estado. Ele deve ser liberal ou desenvolvimentista e social? A legitimidade de um ou outro modelo de Estado capitalista tem sido uma questão recorrente, em vários países, desde a Grande Depressão. Quanto ao PT, só lhe resta renovar-se.

O PACOTE ANTICORRUPÇÃO DE DILMA

Jornal do Brasil - 24/3/2015

Conforme havia prometido em sua campanha eleitoral à reeleição, Dilma Rousseff enviou ao Congresso Nacional um pacote de medidas contra a corrupção. Como se sabe, desde março de 2014, em decorrência da Operação Lava Jato, o tema da corrupção ganhou relevância na agenda pública, tendo sido, nas últimas eleições, uma das principais pedras no sapato da então candidata Dilma. Mais recentemente, com as manifestações de rua, em vários estados do país, especialmente as do dia 15 de março, o problema da corrupção alcançou o ápice: segundo o Datafolha, 47% dos que foram à Av. Paulista no referido dia fizeram-no para protestar contra esse mal da vida política, que a direita tanto se esforça por denunciar quando não está no governo e tanto a ele recorre quanto nele está.

Antes de tornar as medidas públicas, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, apresentou-as às lideranças da base aliada, com o intuito de discutí-las para tentar facilitar sua tramitação parlamentar. Diante do agravamento das dificuldades na relação com o Legislativo, o governo está tentando reorganizar a sua base parlamentar, como se deu também, na semana passada, em relação ao delicado tema do ajuste fiscal.

O pacote é composto por sete medidas, duas de efeito imediato e cinco que dependem de aprovação pelo Congresso Nacional. As que não dependem do Congresso são o acordo de cooperação entre várias instituições públicas e

da área jurídica – como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Controladoria-Geral da União (CGU), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – visando agilizar processos e procedimentos judiciais e administrativos relacionados a atos ilícitos contra o patrimônio do Estado, assim como a aguardada publicação do decreto que regulamenta a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). Essa lei destina-se ao combate da corrupção no âmbito das pessoas jurídicas, ou seja, as empresas.

As medidas que dependem de votação no Congresso são um projeto de lei que criminaliza o caixa dois, estabelecendo prisão de três a seis anos para os envolvidos; uma proposta de emenda constitucional (PEC), que possibilita o confisco de bens adquiridos por meios criminosos envolvendo recursos públicos; a aplicação, aos funcionários nomeados para cargos de confiança, dos mesmos dispositivos vigentes na Lei da Ficha Limpa; e o pedido de urgência para dois projetos de lei, o 2.902/2011 e o 5.586/2005: o primeiro estabelece normas para medida cautelar de indisponibilidade de bens, direitos e valores de proveniência ilícita e o segundo tipifica o enriquecimento ilícito.

A presidenta tem realçado em seus pronunciamentos que os governos do ex-presidente Lula e os dela tiveram – assim como o atual mandato tem – compromisso com o fortalecimento das instituições públicas. Nesse sentido, as novas medidas anunciadas vêm se somar a outras já tomadas, como a reinvenção da CGU, órgão que ganhou uma dimensão qualitativamente nova e trabalha com a perspectiva de política integrada de combate à corrupção. Seus convênios com a Polícia Federal (PF), a Advocacia-Geral da União (AGU), Tribunal de Contas e Ministério Público têm sido fundamentais no aumento da efetividade e rapidez no combate a práticas ilícitas envolvendo recursos públicos. Outras medidas importantes foram a Lei de Acesso à Informação Pública (Lei da Transparência), a criação do Portal da Transparência (premiado pela ONU), a nova lei de combate à lavagem de dinheiro, a nova lei de combate às organizações criminosas e a Lei Anticorrupção, regulamentada agora pela presidenta Dilma.

Além da fundamental recuperação da economia e da articulação política com o Congresso, uma importante frente de ação necessária à recuperação da liderança política de Dilma, hoje em declínio, diz respeito à sua capacidade de convencimento quanto ao compromisso do governo como o combate à corrupção. Forças que têm defendido o impeachment da presidenta insistem que ela sabia ou teria sido conivente com as irregularidades na Petrobras tornadas públicas através da Operação Lava Jato. As medidas do mencionado pacote

anticorrupção inserem-se nesse contexto de resposta do governo Dilma às demandas da opinião pública.

A recuperação da imagem de Dilma nesse quesito – afinal, a chave geral está, sobretudo, no desempenho da economia – é uma batalha difícil. Se, por um lado, o fortalecimento das instituições de controle promove um aumento da transparência pública dos atos ilícitos, por outro, esse avanço republicano e democrático é apropriado politicamente pelos grandes meios de comunicação de massa, capitaneados pelas redes de televisão, e pela oposição como se significassem que a presidenta é, no mínimo, omissa em relação às irregularidades e seu partido exercesse o monopólio da prática da corrupção. Na verdade, o que se sabe é que alguns petistas estão envolvidos na investigação. Por outro lado, o envolvimento do PT, assim como do conjunto dos partidos, com o financiamento eleitoral privado, proveniente de caixa dois, fraudes ou de propinas vinculadas a negócios empresariais com o Estado, é um problema endêmico do sistema político, que urge ser enfrentado pela sociedade e pelas instituições políticas. Nesse sentido, outra frente de ação extremamente importante é a reforma política, em trâmite no Congresso Nacional (Câmara e Senado), na qual se trava uma batalha decisiva: o financiamento das campanhas eleitorais e dos partidos políticos (além do fundo partidário) continuará a provir do meio empresarial? É de se notar que a grande mídia alavanca a bandeira contra a corrupção, mas, ao mesmo tempo, pouco toca nesse ponto central do debate.



CRISE: FATO E ARTEFATO

Jornal do Brasil - 31/3/2015

Há na conjuntura atual uma crise real e uma crise fabricada com artefatos políticos. A crise é fato e artefato. As duas dimensões interagem. A segunda busca sobrepor-se à primeira e agravá-la, para que a versão vire fato. Como já abordei em artigos anteriores, a crise real tem elementos econômicos e políticos. Economicamente, o principal problema é o crescimento baixo – causado por insuficiências nas políticas destinadas ao desenvolvimento –, ao qual se somam, um tanto quanto artificialmente, embora não totalmente, as questões fiscal e inflacionária. Em termos sociopolíticos e político-institucionais, há uma desestruturação da coalizão social-desenvolvimentista e uma perda de legitimidade do governo Dilma, que se desdobra em perda de poder de agenda do Poder Executivo em relação ao Congresso Nacional, embora ainda não esteja configurada uma crise de governabilidade. No entanto, a esses elementos econômicos e políticos, por assim dizer, objetivos, são adicionados os alarmismos infundados provenientes da luta política da oposição, institucional e sociopolítica, contra o governo. Tais alarmismos são também objetivos, pois são mobilizados na disputa política democrática, mas, sob um determinado ponto de vista, são subjetivos, ideológicos.

O PIB de 2014, recém-anunciado pelo IBGE, foi de 0,1% e a inflação, 6,41% (IPCA), abaixo do teto de 6,5%. Para os alarmistas neoliberais, isso significa

estagflação. A média de crescimento no governo Collor (1990-1992) foi -1,3%, ou seja, houve uma conjuntura de recessão, enquanto a inflação em seu último ano de governo foi de 1.149,06% (INPC) e o desemprego, alto. Houve estagflação em Collor, mas pode o mesmo ser dito, a não ser na condição de artefato, em relação a 2014, que, além do que foi informado, terminou com alto índice de emprego? Estagnação, sim. Estagflação, não. O crescimento foi quase zero, mas a inflação não superou o teto da meta e o desemprego foi muito baixo. Esse alarmismo é rentista, bate palmas a cada aumento da taxa básica de juros implementado pelos operadores da política monetária, que pressiona no sentido da piora do quadro da dívida pública, produzindo um ciclo vicioso, de aperto monetário para combater a inflação e aperto fiscal para remunerar os credores. A atividade econômica fica prejudicada e, assim, toda a sociedade perde, com exceção da minoria rica. O problema fiscal do não cumprimento da meta de superávit primário poderia, em tese, ser resolvido com a regulamentação do imposto sobre fortunas ou com o aumento da tributação sobre heranças, ou seja, por medidas que atinjam o andar de cima, e não os trabalhadores. Se há uma dificuldade política em encaminhar esse tipo de solução, a opção para que os trabalhadores paguem a conta também cria problemas para um governo cuja presidenta é petista. A equipe econômica parece estar optando por uma melhor divisão política dos custos do ajuste, ao se propor a examinar a questão do aumento do imposto sobre heranças.

Em relação aos aspectos políticos da crise, o país está longe da crise de hegemonia, da crise do Estado em seu conjunto, que se configurou desde o início dos anos 1980, com o colapso do velho Estado desenvolvimentista, até o Plano Real, em 1994. Algumas das bases estruturais que foram erguidas do Plano Real para cá, especialmente desde 1999, com o fim da âncora cambial, não foram destruídas, como a inserção no contexto da globalização e o tripé macroeconômico (metas de inflação, câmbio flutuante e arrecadação de superávit primário). O que está sendo mudado é a orientação mais desenvolvimentista que foi dada por Lula e por Dilma ao arranjo institucional de política macroeconômica, embora não o suficiente para que o país superasse aquilo que Luiz Carlos Bresser-Pereira denominou de macroeconomia da estagnação. Está em questão também a coalizão social-desenvolvimentista que, em alguma medida, teve seu desenho estruturado desde 2003, novamente não na organicidade e efetividade que teria sido necessária para que os resultados em termos de crescimento e justiça social pudessem ter tido uma efetividade maior da que tiveram.

Os problemas de baixo crescimento, instrumentalização política pela grande mídia e pela oposição da corrupção revelada pela Operação Lava Jato e a acirrada disputa presidencial de 2014 jogaram lenha na fogueira dos conservadores, da direita e de estratos das classes médias descontentes com o governo Dilma. Por outro lado, insucessos na economia em Dilma 1, acompanhados por certo intervencionismo estatal via desonerações tributárias, combate aos juros elevados e spreads bancários e controle das taxas de retorno sobre projetos de investimento em infraestrutura foram respondidos por vários setores de burguesia com um relativo veto à presidenta.

Vários teóricos neomarxistas do Estado argumentam que os capitalistas têm poder de veto sobre as políticas do Estado. No Brasil, esse veto foi exercido em três eleições presidenciais, de 1989, 2002 e 2014, quando, respectivamente, o então presidente da Fiesp ameaçou que 800 mil empresários deixariam o país se Lula vencesse Collor, os agentes de mercado promoveram uma fuga de capitais que levou Lula a publicar a carta aos brasileiros e estratos da burguesia que haviam se aproximado dos governos petistas aproximaram-se das candidaturas de Marina Silva e Aécio Neves, abalando a pouco orgânica coalizão social-desenvolvimentista.

O poder de veto dos capitalistas prosseguiu no período pós-eleitoral com a nomeação de Joaquim Levy para comandar a Fazenda. Veto a quê? Às políticas que minavam a confiança dos empresários, a começar por aquelas que comprometiam a doutrina da finança sadia. Isso mostra que a autonomia do Estado é relativa, que o poder está muito situado nas forças estruturais do capital, e não principalmente nas forças que vencem as eleições. Mostra também que a política desenvolvimentista tem que ser mais efetiva na geração de crescimento por uma combinação entre mecanismos de indução estatal e forças do mercado e menos dependente de uma generalização de desonerações por parte do poder público. Isso não ajudou a promover o aumento da taxa de investimentos no setor privado.

Sobretudo em 2014 e na conjuntura pós-eleitoral, a coalizão social-desenvolvimentista foi desarticulada por suas contradições e insuficiências e por uma onda liberal. Os liberais em matéria de economia reemergiram, os trabalhadores não submergiram e os setores desenvolvimentistas de um empresário produtivo estruturalmente nacional-dependente olham mais ou menos insatisfeitos para um e outro lado de uma contraditória relação de forças em parte polarizada, em parte acomodada, entre os liberais e os social-democratas, mas têm mais medo dos últimos que dos rentistas e financistas, por motivos

óbvios. Os industriais apoiam o ajuste fiscal desde que não implique aumento de impostos, mas apenas pela via da redução das despesas. Houvesse a gestão petista de Dilma 1 sido mais competente na promoção do crescimento, a começar da indústria de transformação, o empresariado produtivo estaria menos contrariado e mais próximo de uma efetiva estratégia social-desenvolvimentista ou novo desenvolvimentista.

Por fim, há a crise de legitimidade de Dilma 2, expressa, principalmente, em sua perda de popularidade evidenciada nas pesquisas de opinião e perda relativa de liderança política. Se o que há de acomodação social-liberal ajuda a assentar a insatisfação das burguesias com a falta de efetividade do tipo específico de intervencionismo governamental implementado, ela desagradou os eleitores da presidenta, que não gostaram do ajuste fiscal, especialmente das medidas que reduzem benefícios previdenciários e trabalhistas. Esse contexto favorece o movimento de forças centrífugas, como o que se observa em setores do PMDB no Congresso Nacional, que têm logrado se distanciar do compromisso institucional com o governo Dilma. Por outro lado, parece que Michel Temer conseguiu amenizar a força centrífuga no que diz respeito a um elemento ponto, a tramitação do ajuste fiscal. Vamos ver.

Concluindo, há elementos econômicos e políticos na crise atual, mas ela não tem o caráter de crise do Estado, como ocorreu na década perdida até a hiperinflação ser equacionada pelo partido neoliberal. Não obstante, é mais grave que a experimentada por Lula em 2005, no contexto de afloramento dos fatos que resultaram na Ação Penal 470. O que caracteriza a crise em curso é que o crescimento baixo em Dilma 1, as consecutivas vitórias do PT nas eleições presidenciais e o problema de corrupção na Petrobras acirram a contradição entre projetos e ensejaram a ofensiva do partido neoliberal contra o partido social-desenvolvimentista. Este, ao fim e ao cabo, foi mais bem-sucedido no social que no desenvolvimento e, na gestão Dilma, perdeu musculatura originária do setor produtivo. A gota d'água das forças centrífugas vem sendo a desorganização da base governista e o ajuste fiscal, que desgastam a liderança e a legitimidade da presidenta. A farsa é que os defensores do ajuste fiscal, tendo à frente o PSDB de Beto Richa, por exemplo, estão cuspidos no prato em que costumam comer. Como diria Chico Buarque, “jogam bosta na Geni”, mas sua base social se beneficia do freio neoclássico à atividade econômica. Elogiam Joaquim Levy, mas, por motivos políticos, seus representantes no parlamento dificultam o quanto podem a tramitação das medidas de interesse do governo. Vários distintos analistas econômicos da grande

mídia jogam no time que faz da crise um artefato. Enquanto isso, a Standard & Poor's manteve o Brasil no grau de investimento. Não há nem sombra de crise financeira. Por que o oligopólio da mídia não enfatizou essa notícia real, mas produziu e veiculou o artefato crítico de que está ocorrendo estagflação?



E AGORA PT?

Jornal do Brasil - 7/4/2015

O fato de Dilma ter sido eleita com um programa que não previa o tipo de ajuste fiscal formulado pelo ministro Joaquim Levy, que inclui cortes em direitos previdenciários e trabalhistas, além dos aumentos de tarifas já executados, criou um problema político complicado de equacionar envolvendo o governo petista, os eleitores, o PT e os movimentos sociais. A reflexão aqui é sobre o PT, que emergiu, no último decênio, como o principal partido político do país, tendo suas candidaturas à Presidência da República vencido quatro sucessivas disputas eleitorais, desde 2002.

Em tese, o fato de um partido estar no governo não significa que as suas opções políticas e a do governo sejam e devam ser as mesmas. O governo responde à sociedade como um todo e é duplamente de coalizão, pois as alianças que o suportam – nem sempre com eficiência, devido às contradições intrínsecas e extrínsecas de várias naturezas – ocorrem nas esferas sociopolítica e político-institucional. Além disso, esses dois tipos de coalizões inserem-se na dinâmica da conjuntura, que, desde as acirradas eleições de 2014, tem se caracterizado por mudanças importantes. Quais? A mudança na relação de forças das frações do capital entre si e entre o capital produtivo e o trabalho assalariado. Nesse aspecto, segmentos empresariais mais próximos da tentativa de implementação de um projeto social-desenvolvimentista voltaram a se aproximar, de modo

relativo, do receituário liberalizante, apoiando o ajuste fiscal, desde que via redução de despesas governamentais, e não através de aumento de impostos ou de obrigações trabalhistas para o setor privado, como ocorreria no caso da proposta governamental de que o prazo de afastamento do trabalho para que o INSS se responsabilize pelo auxílio-doença passasse dos atuais 15 dias para 30 dias. Eles também não são favoráveis ao fim das desonerações da folha de pagamento, que implica aumento de impostos para os setores que haviam sido contemplados com essas medidas de incentivo à manutenção do emprego. Essa é a posição da Fiesp. A conjuntura político-institucional também piorou para Dilma, em função, sobretudo, da nova postura autonomista e conservadora de lideranças parlamentares do PMDB em relação ao Executivo.

Por outro lado, os trabalhadores, através da CUT e outras centrais sindicais, querem que o ajuste fiscal recaia sobre o andar de cima, por exemplo, com a regulamentação do imposto sobre grandes fortunas e o aumento do imposto sobre herança. Na nova conjuntura pós-eleitoral há menos espaço para arranjos políticos social-desenvolvimentistas, que propiciem ganhos ao empresariado produtivo e aos trabalhadores. A retração da economia e a opção ortodoxa de ajuste escolhida aumentam o conflito distributivo entre os de cima e os de baixo. Ao invés do ganha-ganha, a situação alterou-se para uma disputa do tipo jogo de soma zero, no qual um ganha e outro perde. Até o momento, quem está na ofensiva são os interesses dos rentistas e financistas, que se beneficiam com a opção que abrange o ajuste fiscal e as sucessivas altas na taxa básica de juros. No plano da atividade produtiva, essa política restritiva implica demissões e engavetamento de projetos de investimento. Enfim, a expectativa é de recessão, de queda do PIB maior que 1%, devendo ser mais acentuada no setor industrial. Ou seja, a opção do governo é, ao menos no curto prazo, antissocial-desenvolvimentista. E Dilma está pagando por isso, sua popularidade caiu bastante, mesmo com ela dizendo que o ajuste é necessário e que vai ser implementado sem tirar direitos dos trabalhadores.

Mas como fica o PT nessa conjuntura plena de contradições? Dilma, presidenta qualificada na campanha eleitoral como bolivariana pelos conservadores, vem sendo acusada, pelas oposições de direita e esquerda, de praticar estelionato eleitoral, por promover o ajuste de corte neoclássico que algumas das forças que a criticam, na verdade, defendem, como o PSDB. Mas, como dito, o governo responde à sociedade toda – que é estratificada em classes –, é de coalizão e a conjuntura mudou desde a campanha eleitoral. O PT é um partido governista, possui a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados, mas

sua atuação e representatividade extrapolam a dimensão político-institucional do presidencialismo de coalizão. Enquanto partido que visa não apenas cargos, mas também ideias, ele tem um programa estratégico, mas as atuais medidas atrapalham, ao menos no curto prazo, seu projeto para o país. Ele pode escolher ser um fiel apoiador de Dilma, apoiá-la moderadamente, procurando negociar mudanças, ou se opor às medidas antipopulares do ajuste fiscal. Se optar pela primeira possibilidade, estará virando as costas para as suas bases, que incluem alguns estratos sociais das classes médias, enquanto a segunda e a terceira opção permitem um canal de diálogo com os eleitores e movimentos sociais descontentes com a política econômica de Joaquim Levy e com a presidente Dilma, cuja liderança se enfraquece.

Em fevereiro, o Diretório Nacional do PT editou uma resolução do que estabelece a seguinte diretriz: *“Propor ao governo que dê continuidade ao debate com o movimento sindical e popular, no sentido de impedir que medidas necessárias de ajuste incidam sobre direitos conquistados – tal como a presidenta Dilma assegurou na campanha e em seu mais recente pronunciamento. Nesse sentido, é necessário formalizar o processo de diálogo tripartite entre governo, partido e movimento sindical e popular, principalmente no que se refere às Medidas 664 e 665, bem como a definição de uma agenda comum pelas reformas democrático-populares”*. Essa pode ser uma boa saída. O partido reconhece a necessidade das medidas, mas não quer que elas incidam sobre as conquistas dos trabalhadores. É uma posição semelhante à da Fiesp, que concorda com o ajuste fiscal, mas não com a incidência de seu custo sobre o sistema produtivo.

Em um evento recente, no qual bases organizadas do PT participaram, Lula defendeu o ajuste fiscal, enquanto a CUT, através de seu presidente, Vagner Freitas, se posicionou contrariamente. O ex-presidente mencionou que, em 2003, fez um ajuste ainda mais forte do que o atual, segundo ele, necessário. Aparentemente, as posições, por um lado, da principal liderança política que fundou o PT e, depois, a CUT, e, por outro, da liderança atual dessa central sindical estão em campos opostos. No entanto, Lula estava no evento e sua palavra foi ouvida com atenção e respeito. Embora Lula não tenha defendido que o ajuste fiscal recaia sobre o andar de cima, disse o seguinte, referindo-se aos ataques contra Dilma: *“Não temos problema com o andar de cima. Não queremos perturbar os do andar de cima, mas não perturbem a gente”* (*Folha de S. Paulo*, 1º de abril). Por outro lado, as informações disponíveis apontam no sentido de que Lula foi o fiador da nomeação de Joaquim Levy. O equilíbrio buscado pelo ex-presidente é delicado.

A posição do PT, que apoia Dilma ao considerar que o ajuste é necessário, mas defende o *diálogo tripartite entre governo, partido e movimento sindical e popular*, aponta para a perspectiva de uma solução de compromisso entre os interesses de Joaquim Levy e os das classes populares. A única saída honrosa para o PT depende de sua capacidade de colocar-se como efetivo mediador de um acordo que distribua melhor os custos do ajuste fiscal entre os ricos e os pobres. O Imposto sobre Transmissão 'Causa Mortis' e Doação (ITCMD) é hoje uma base de tributação estadual, mas, em todo o caso, é um tributo sobre a propriedade que, no Brasil, possui uma arrecadação bem inferior à dos países ricos. No Reino Unido, por exemplo, ele totaliza 4,2% do PIB, mas apenas 1,4% no Brasil, ou seja, um terço do país anglo-saxão. O governo estuda alterações nesse imposto. O fundamental é que há meios técnicos de evitar que os trabalhadores paguem a conta dos R\$ 66 bilhões de superávit primário que o governo quer realizar em 2015. O busílis é político.

A referida resolução do partido também propõe o seguinte: "Conclamar a militância a contribuir para a criação de uma articulação permanente de partidos, organizações, entidades – uma força política capaz de ampliar nossa governabilidade para além do Parlamento e de criar condições para realizar reformas estruturais no País". A política depende da relação de forças, não apenas no plano político-institucional, mas também no plano sociopolítico. Para os desígnios do PT de retomar o projeto social-desenvolvimentista de transformação, ora em relativo retrocesso, é fundamental que as classes trabalhadoras tenham capacidade de induzir a um padrão de capitalismo que gere crescimento, emprego e distribuição de renda, um capitalismo de corte social-democrático, com um Estado republicano, promotor do bem-estar, mas construído sobre um sistema econômico também forte. Não há social-desenvolvimentismo sustentável sem desenvolvimento industrial. Muita dependência de exportação de commodities é uma opção limitada. A questão do projeto de desenvolvimento é crucial para um governo de esquerda na sociedade capitalista, sobretudo no contexto de uma globalização hegemônica pela financeirização das relações econômicas.

Se a relação de forças evoluir ao encontro do padrão neoliberal de capitalismo, as classes trabalhadoras e populares serão as primeiras a perderem conquistas. Nesse sentido, a unidade popular proposta pelo PT é necessária. Além disso, o partido precisa reciclar-se, recuperar a sua imagem pública, desvincular-se de práticas irregulares de financiamento de campanhas eleitorais, parar de fornecer munição ao desígnio discricionário da grande mídia de

criminalizá-lo, para prosseguir renovado em sua trajetória histórica de agente transformador. Nesse sentido, a campanha do PT pela reforma política democrática e pela regulamentação econômica dos meios de comunicação de massa são outras frentes de ação fundamentais. A democracia requer partidos sólidos.



IMPACTO POLÍTICO-ESTRUTURAL DA COALIZÃO DO AJUSTE FISCAL

Jornal do Brasil - 14/4/2015

A comparação entre o comportamento dos componentes políticos da crise do governo Dilma observados no contexto das manifestações de 15 de março e no momento atual indica uma tendência no sentido de redução das tensões. Um elemento estruturante nessa tendência é a conformação e o relativo avanço da coalizão do ajuste fiscal, que impacta sobre os atores, as ruas e as instituições. Além disso, não há fato jurídico que possa fundamentar um processo de impeachment contra a presidenta Dilma, pelo contrário, seu nome não consta na lista que Rodrigo Janot enviou ao STF.

Já abordei nessa coluna que não há exatamente uma crise do Estado, ainda que ocorra uma intensificação da disputa em torno de suas políticas, sobretudo proveniente do partido liberal, no sentido amplo do termo. Crise de Estado ocorreu do colapso do Estado nacional-desenvolvimentista, no início dos anos 1980, até o Plano Real. Desde 1999, o arranjo institucional de política macroeconômica é o mesmo, o chamado tripé (câmbio flutuante, metas de inflação e arrecadação de superávit primário). Em Lula 1 (sobretudo desde a posse de Mantega na Fazenda), Lula 2 e Dilma 1, esse arranjo institucional, como ficou esclarecido em um artigo importante do hoje ministro do Planejamento Nelson Barbosa, foi submetido a uma orientação de política econômica de corte

social-desenvolvimentista. Assim o fazendo, algumas conquistas foram obtidas, como a melhora no ritmo de crescimento nos dois mandatos de Lula e em indicadores como dívida pública, emprego, mobilidade social ascendente etc. Em Dilma 1, apesar do elevado índice de emprego, o baixo crescimento, a elevação dos gastos públicos e os problemas de corrupção, a Ação Penal 470 e a Operação Lava Jato ensejaram, desde as eleições de 2014, a emergência de uma oposição com base popular e a alteração das relações políticas do conjunto do empresariado com o governo federal.

Por outro lado, a mudança na política macroeconômica desde Lula 1 não ocorreu na intensidade necessária para a efetiva superação da tendência de estagnação do crescimento. Luiz Carlos Bresser-Pereira é um dos economistas que tem esclarecido esse problema. Devido, entre outros fatores, aos limites da política macroeconômica, sobretudo a valorização cambial e os juros altos, ambos prejudiciais à indústria de transformação, a estratégia social-desenvolvimentista acabou chegando a um esgotamento, sendo desafiada a reciclar-se para uma eventual retomada. Nos governos Lula, essa estratégia apoiou-se no boom das commodities e em Dilma 1, principalmente na política anticíclica, sobretudo nas desonerações, em especial na folha de pagamento.

Com o esgotamento da estratégia social-desenvolvimentista nos termos em que ela foi implementada, emergiu uma contraofensiva liberalizante, cuja maior conquista foi a posse no cargo de ministro da Fazenda de um nome de confiança do mercado financeiro. Essa posse representa uma concessão das lideranças social-desenvolvimentistas às pressões neoliberais, explicável pela mudança na relação de forças resultante do processo eleitoral de 2014. Antes mesmo de empossado, o ministro, que tem a chancela do grande empresariado de todos os setores de atividade, inclusive o da estratégica grande mídia, anunciou as medidas de ajuste fiscal que ora estão sendo implementadas.

O amplo respaldo à redução do Estado, proveniente dos capitalistas e de manifestantes que foram às ruas em 15 de março e 12 de abril com bandeiras do ideário econômico liberal, mas também do virtual apoio político-institucional do PMDB à votação das medidas no Congresso Nacional (embora não necessariamente em sua totalidade), constitui o que denomino de coalizão do ajuste fiscal. Essa coalizão vem produzindo um impacto estruturante na (des)ordem política. As bases do PSDB no mercado financeiro e, inclusive, alguns de seus *think tanks*, como a Fundação iFHC, apoiam a equipe econômica de Dilma e consideram que esse novo núcleo ministerial, assim como a capacidade das instituições do Estado funcionarem adequadamente constituem um importante contrapeso em

relação ao agravamento da crise e ao movimento de impeachment (ver artigo de Sergio Fausto na *Folha de S. Paulo*, 9 de abril). Por outro lado, o sectarismo antipetista e anti-Dilma que tem predominado na campanha contra a corrupção encaminhada pelas forças de oposição serve de cruzada político-ideológica para aplinar o caminho da contraofensiva liberal em oposição ao processo de transformação social-desenvolvimentista do Estado. A mudança na orientação da política macroeconômica, que tem na perversa combinação entre elevação da taxa básica de juros e ajuste fiscal suas principais expressões, constitui o núcleo duro da contraofensiva liberal.

Há um elemento político de disputa sobre a composição do ajuste. Para o PT, resta tentar operar a difícil tarefa, nesse momento da conjuntura institucional, de fazer com que o ajuste não recaia ou recaia apenas minimamente sobre os trabalhadores, embora, na verdade, o crescimento do desemprego já seja um resultado negativo da política de produção da recessão. Por sua vez, o empresariado industrial quer que o ajuste recaia sobre os gastos do governo, e não sobre o setor produtivo. Ademais, para os parlamentares da base aliada não é tão simples aprovar, ao menos na íntegra, as medidas provisórias que alteram direitos trabalhistas e previdenciários.

As manifestações oposicionistas de 12 de abril contaram com uma participação expressivamente inferior à ocorrida em 15 de março. Mas elas não foram desprezíveis, pelo contrário. Embora a manifestação de São Paulo tenha sido novamente a maior, foi cerca de 52% menos massiva que a anterior, segundo o Datafolha. De qualquer modo, a curva de participação oposicionista nas ruas é declinante. Além disso, não há nenhum fato que possa ensejar processo de impeachment contra a presidenta Dilma, por mais que, segundo o Datafolha, 63% dos brasileiros avaliem, mediante uma consulta de opinião sujeita a críticas metodológicas, que um processo nesse sentido deveria ser aberto pelo Congresso Nacional, em função do que já foi revelado pela Operação Lava Jato. Outrossim, em março a queda na avaliação positiva do governo era vertiginosa, tendo se estabilizado no último levantamento do Datafolha. Esses elementos e os ganhos em termos de diálogo institucional do ministro Levy com o Congresso Nacional, sobretudo com o PMDB, para aprovar as medidas relacionadas à meta de superávit primário de 2015, são alguns dos indícios importantes do impacto estruturante da coalizão do ajuste fiscal que essas próprias manifestações reforçam, provendo, por vias tortuosas, respaldo sociopolítico à mudança liberal operada na política econômica.



UMA DECISÃO ESTRATÉGICA DO PT

Jornal do Brasil - 21/4/2015

O Diretório Nacional do PT acabou de tomar uma decisão que, se efetivamente confirmada, poderá provocar um impacto importante na dinâmica interna desse partido e em suas relações com a sociedade civil e o Estado: o encerramento do financiamento empresarial nas campanhas eleitorais e em outras atividades do partido. A decisão foi tomada dois dias após a prisão de seu tesoureiro, João Vaccari Neto, por determinação do juiz federal Sérgio Moro, que conduz a Operação Lava Jato.

Segundo o presidente nacional do PT, Rui Falcão, a agremiação terá como fonte de financiamento apenas doações de pessoas físicas. Essa decisão do diretório será submetida ao 5º Congresso Nacional do partido, que ocorrerá em junho. No entanto, ao que tudo indica, pela liderança que o Diretório Nacional exerce sobre o conjunto do PT, a tendência é a aprovação da proposta no próximo congresso, o que será uma decisão inédita no âmbito do sistema de partidos políticos brasileiros.

Desde o início dos debates e ações pela reforma política, na década de 1990, o PT se posicionou a favor do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais. No entanto, como a *Lei 9.504, aprovada em 1997, que normatizou as eleições, foi e é permissiva em relação ao financiamento empresarial, o PT, tal qual os demais partidos, acabou por se acomodar a esse padrão privatista de obtenção de*

recursos. Desde 2002, como se sabe, venceu quatro eleições presidenciais sucessivas e, nesse percurso, passou a integrar, junto com PSDB e PMDB, o seletivo grupo partidário de campeões em recebimento de doações das empresas, especialmente as grandes, dada a concentração do montante arrecadado em poucos doadores de peso.

O PT surgiu, no início de 1980, como um partido das classes trabalhadoras, inovador, propiciando espaços democráticos em suas instâncias decisórias para a participação democrática da base. Lutou contra a ditadura, alavancou a construção da CUT e se nutriu dialeticamente da emergência do campo popular e democrático da sociedade civil, como se verificou na Constituinte de 1987-1988. As derrotas nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998 serviram ao PT de reflexão, experiência e redefinição estratégica. Se, por um lado, a trajetória de um partido de esquerda que decide participar das eleições democráticas – em uma sociedade urbana, industrial e complexa – não meramente para marcar posição, mas para vencer, requer mudanças programáticas e o fortalecimento da estrutura interna burocrática, no sentido weberiano do termo, por outro lado, o PT deu uma guinada tão acentuada no sentido dessa integração ao *status quo* das práticas políticas tradicionais que acabou, ao gerar o novo bebê reformista e governista, a banhá-lo em algumas fontes de água suja. Algumas fontes, não todas elas, pois seu manancial democrático mais profundo nunca foi abandonado, pelo contrário, inspirou várias políticas públicas e a criação de direitos que, em uma medida importante, mudaram o país. Mas é chegada a hora de separar o bebê do que há de água insalubre.

Deve estar ficando clara, para quem acompanha o noticiário político, a relação entre financiamento empresarial de campanhas eleitorais e corrupção. Como disse o ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, durante as investigações da Operação Lava Jato, “é uma grande falácia afirmar que existe «doação de campanha» no Brasil, quando na verdade são verdadeiros empréstimos a serem cobrados posteriormente a juros altos dos beneficiários das contribuições quando no exercício dos cargos”. As pesquisas de opinião pública sobre reforma política, realizadas desde 2013, evidenciam que a maioria da população compreende a relação entre financiamento eleitoral empresarial e corrupção e é contra que as empresas financiem as eleições, de modo que há um virtual apoio para mudanças.

A mudança aprovada pelo PT tem o mesmo conteúdo da proposta da representativa “Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas”, que defende o fim do financiamento empresarial e sua substituição por pequenas contribuições de pessoas físicas. No mesmo sentido da rejeição ao

financiamento eleitoral caminha a votação da ação direta de inconstitucionalidade movida pela OAB contra a referida permissividade da legislação eleitoral. Por outro lado, na contramão de tudo isso, a Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados se move para tentar constitucionalizar o financiamento empresarial das eleições.

Seja qual for o resultado da reforma política em trâmite no Congresso Nacional, a proposta do PT é bem-vinda, tem o caráter de uma pedagogia do exemplo. Dada a importância dos partidos políticos nos regimes democráticos, é ruim que o PT tenha incorrido nos erros nos quais se envolveu, assim como é péssima a tentativa da mídia de criminalizar o partido, em uma ofensiva discricionária contra uma única agremiação política. A decisão do PT mostra que há saídas a serem construídas. Outro exemplo: em vários estados e cidades nos EUA, desde a década de 1990, têm surgido movimentos eleitorais de base popular que se denominam “eleições limpas”. Eles foram introduzidos por iniciativa popular e a adesão é voluntária, ou seja, não obrigatória. Onde essa política existe, os candidatos têm o direito a optar por serem financiados pelo modelo empresarial convencional ou exclusivamente por financiamento público. Escrevi um artigo sobre isso em 2011 (<http://bit.ly/UuRN91>). A rejeição ao financiamento eleitoral empresarial avança em vários países do mundo.



ONDA CONSERVADORA: NEM TSUNAMI NEM MAROLINHA

Jornal do Brasil - 28/4/2015

A mudança social pode ser progressiva ou regressiva. É progressiva quando a revolução democrática avança, criando e ampliando direitos e conquistas da cidadania em várias esferas, como a civil, a política, a social, a econômica, a cultural, a ambiental, a de gênero, a racial etc. E é regressiva quando a roda da conjuntura – que pode abranger um tempo histórico menor ou maior –, movida pela ação das forças sociais contextualmente determinadas, que se relacionam politicamente através de lutas, disputas, acordos, alianças, composições e oposições, gira para contrapor-se às tendências igualitárias. Mas, além das forças sociopolíticas, o Estado, a elas articulado, também desempenha um papel-chave na mudança social.

A conjuntura brasileira atual caracteriza-se pela emergência do conservadorismo, que surge como uma reação de classes, frações e estratos sociais às transformações progressistas implementadas no país a partir da vitória eleitoral de Lula, em 2003. A conquista do governo pelo principal líder do PT, em contexto de crise das políticas neoliberais na América Latina, alterou a relação de forças e propiciou a conformação, ainda que limitada, de um bloco sociopolítico e político-institucional de corte social-desenvolvimentista, que impactou na emergência de uma nova safra de políticas públicas. Seguiram-se uma série de mudanças

institucionais e socioeconômicas, que produziram inclusão social, através do mercado e das políticas sociais, ampliação de direitos e o fortalecimento de mecanismos de interação democrática entre Estado e sociedade.

No governo Dilma 1, houve um relativo desarranjo dos nexos democrático-institucionais que suportavam a aliança social-desenvolvimentista. Além disso, outros três problemas ocorreram: os escândalos de corrupção (julgamento da Ação Penal 470 no STF e Operação Lava Jato), o baixo crescimento e o acirramento do conflito distributivo, cujas primeiras expressões públicas mais claras foram as manifestações de junho de 2013 e os *rolezinhos* de janeiro de 2014. Apesar das quatro vitórias sucessivas nas eleições presidenciais, o PT e o governo da presidenta Dilma, mandatária reeleita em um contexto de acirrada disputa contra a coalizão neoliberal liderada pela grande mídia, foram acossados pela direita liberal-conservadora, que, como não é novidade, possui bases sociopolíticas e político-institucionais na sociedade brasileira. Apesar da reeleição de Dilma, o Congresso eleito em outubro de 2014 e empossado em fevereiro desse ano tem, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), o perfil mais conservador de todo o período pós-1964. Aumentou o número de parlamentares militares, religiosos e ruralistas, por exemplo, grupos com perfil político predominantemente conservador. No caso dos religiosos, o conservadorismo abriga-se, sobretudo, na bancada evangélica. E o número de deputados federais comprometidos com as causas sociais caiu.

Os conservadores têm apego às instituições sociais e políticas tradicionais e resistem às mudanças. Na história contemporânea, ocorreram várias reações conservadoras, como, por exemplo, na Europa, a partir do fim das Guerras Napoleônicas, com um conteúdo monárquico, antiliberal e antinacionalista e nos EUA, no século XX, contra as reformas progressistas e o New Deal. O referido conservadorismo europeu, aberto pelo Congresso de Viena, foi um tsunami continental.

No Brasil, a onda conservadora, que tem no presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), uma importante alavanca institucional, entre outras façanhas, se opôs à Política Nacional de Participação Social e está dando asas a projetos de lei como o Estatuto da Família, que vai de encontro aos direitos dos casais homossexuais, o Estatuto do Nascituro, que questiona pesquisas com células tronco, quer incluir o aborto na categoria de crime hediondo e aprovar a proposta do Dia do Orgulho Hétero, reduzir a maioria penal, constitucionalizar o financiamento empresarial eleitoral e instituir o chamado distrito, um sistema eleitoral ainda mais personalista e nocivo ao fortalecimento dos

partidos que o atual. Uma agressiva frente conservadora se observa no modo como a grande mídia e setores da oposição estão abordando os problemas de corrupção, especialmente a Operação Lava Jato. Enquanto os holofotes deixam em segundo plano a Operação Zelotes, que envolve bilionárias quantias de sonegação e fraude feitas por empresas e elites da burocracia pública, toda uma ofensiva é feita para associar a corrupção ao partido e aos governos que introduziram as mudanças progressistas que hoje estão em risco, ou seja, ao PT, Lula e Dilma. Como se não bastasse, o conservadorismo avança em duas frentes estratégicas, de grande impacto na economia: por um lado, na macroeconomia, com a retomada das altas na taxa básica de juros e o ajuste fiscal na gestão pública, por outro, na terceirização nas relações de trabalho.

Se hoje ainda não há um tsunami por aqui, também não se trata de mera marolinha. O conservadorismo representa uma coalizão de diversos interesses, incluindo o rentismo e a financeirização, nacional e internacional, a ofensiva do capital globalizado contra a força de trabalho regulamentada, a cobiça pela gestão neoliberal da Petrobras, à qual o modelo de partilha se opõe, a manutenção do *status quo* da desigualdade que alguns estratos das classes médias tradicionais não querem contribuir para alterar, certa fé obscurantista de lideranças religiosas etc. O que fazer para enfrentar essa onda conservadora é a grande questão a ser debatida e respondida pelas forças progressistas, que alavancam a revolução democrática.



A CIDADE EM RETALHOS: O VOTO DISTRITAL

Jornal do Brasil - 5/5/2015

Recentemente, a Comissão de Constituição de Justiça do Senado Federal aprovou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 25/2015, proposto pelo senador José Serra (PSDB-SP), que institui o voto distrital nos municípios com mais de 200 mil eleitores, que hoje somam 84, sendo 24 deles capitais. Eles contêm cerca de 40% do eleitorado brasileiro. Nessas cidades, quando nenhum candidato atinge o mínimo de metade mais um dos votos válidos, ocorre votação em dois turnos. O PLS foi encaminhado para a Câmara dos Deputados. Afinal, o que é voto distrital e como avaliá-lo criticamente?

Voto distrital é uma modalidade de sistema eleitoral majoritário. Sistema eleitoral é o mecanismo pelo qual os votos são convertidos em cadeiras parlamentares. No sistema majoritário, o mecanismo baseia-se na seguinte lógica: quem tem mais voto conquista tudo que está sendo disputado. No Brasil, as cadeiras do Senado Federal e os três tipos de cargo executivo (presidente, governador e prefeito) são preenchidos pelo sistema majoritário. Quem recebe mais voto fica com a vaga em disputa. No caso do Senado, a disputa é alternada, em uma eleição, uma vaga está em jogo, na seguinte, duas. Por outro lado, as cadeiras para deputados (federal e estadual) são preenchidas, conforme determinação constitucional, pelo sistema proporcional. Nesse sistema, as vagas em disputa são distribuídas aos partidos políticos proporcionalmente à votação por eles obtida. Quem recebe dez por cento dos votos ocupa dez por cento das vagas e

assim por diante. As cadeiras para o cargo de vereador também são preenchidas pelo critério proporcional, porém a Constituição não explicita essa necessidade. Diante dessa lacuna da Carta Magna, o referido PLS, que é uma matéria de teor infraconstitucional, está tentando incluir o sistema majoritário nas eleições legislativas municipais.

Voto distrital é a denominação que se dá no Brasil à proposta de instituir um sistema majoritário com uma cadeira em disputa em cada distrito. Em uma cidade com 30 vagas na Câmara Municipal, por exemplo, o Tribunal Regional Eleitoral dividiria o território em 30 distritos com número de eleitores igual ou quase igual e cada partido ou coligação apresentaria um candidato para concorrer à única vaga em disputa.

Os que defendem essa proposta alegam, principalmente, que ela aproximaria os representantes dos representados. Não há nada mais necessário no país que uma reforma política para melhorar a representação democrática, mas o voto distrital tem três conseqüências negativas: afunila o sistema partidário, tendendo ao bipartidarismo, paroquializa o debate e personaliza ainda mais um sistema político já altamente personalista. É conhecida na ciência política a chamada Lei de Duverger, segundo a qual o sistema majoritário tende a afunilar o sistema partidário, conduzindo ao bipartidarismo (EUA, Reino Unido etc.) ou algo próximo, como o sistema de dois partidos e meio (dois grandes e um médio), existente no Canadá. Na medida em que os partidos grandes tenderiam a vencer as eleições distritais, a mecânica do voto distrital implicaria uma forte tendência de enfraquecimento dos pequenos partidos e, ao mesmo tempo, de fortalecimento dos grandes partidos. Com o passar dos anos, as cadeiras da Câmara Municipal iriam sendo ocupadas por candidatos dos partidos maiores, até se chegar ao bipartidarismo ou algo muito próximo.

Por outro lado, o voto proporcional surgiu na Europa, na segunda metade do século XIX, como um questionamento a essa oligarquização do sistema partidário. A introdução do critério da proporcionalidade no sistema eleitoral foi uma das principais inovações institucionais da história dos regimes democráticos. Graças ao sistema proporcional, diversas minorias ou maiorias sub-representadas puderam acessar o sistema representativo, superando a barreira imposta pelo tudo ou nada do voto majoritário. No Brasil, os legislativos, com exceção do Senado, são constituídos pelo método proporcional. O problema é que a lista é aberta, de modo que o foco da campanha eleitoral acaba sendo nos candidatos e a relação de representação adquire um inadequado caráter personalista. Voltarei a esse ponto.

Por sua vez, a parouquialização decorre da representação distritalizada. Hoje, nas eleições municipais, o distrito eleitoral é a cidade toda. Os eleitores votam nos candidatos registrados para as eleições da cidade, independentemente de onde uns e outros moram. Com o voto distrital, a cidade é retalhada em distritos menores, tantos quantos forem as cadeiras existentes na Câmara Municipal. Mas, se isso acontecesse, pode-se perguntar: quem mora no centro de uma grande cidade tem os mesmos interesses em relação a essa área municipal que quem lá trabalha? Como o eleitor que trabalha no centro, lá passando grande parte de seu dia, embora morando em outra localidade, poderia influir sobre as políticas públicas dessa zona? Se cada vez mais as políticas públicas das grandes cidades são pensadas de modo amplo, inclusive intermunicipalmente, como acontece nas regiões metropolitanas e outras áreas, que consequências positivas teria uma dinâmica política municipal baseada na divisão da cidade em retalhos?

Quem se desloca cotidianamente por vários bairros do município, como os motoristas de ônibus, táxi e caminhões, por exemplo, tem seu interesse pela qualidade da cidade focado em sua estrita zona de moradia ou esse interesse é mais amplo? Os professores municipais pensam a educação na cidade como um problema distrital ou da totalidade cidadina? Uma liderança do conjunto dessa categoria conseguiria ser eleita para a Câmara de Vereadores se houvesse a distritalização, sendo sua base de atuação sindical a cidade toda? O mesmo raciocínio se aplica a outras lideranças de movimentos sociais, como o conjunto dos sindicalistas, estudantes, ambientalistas, militantes urbanistas etc. O território não é a única base que alavanca uma candidatura política. Essas bases podem também se assentar em trajetórias variadas, como os diversos tipos de associativismo (de classes e movimentos sociais), as bandeiras temáticas, de causas específicas (saúde, ambiente, religião, gênero, raça etc.), a condição intelectual (professores, economistas, jornalistas etc.).

Ademais, que tipo de políticos o voto distrital estimularia a existir, a não ser despachantes com o olhar fragmentado? E a que tipo de cidadão eleitor o voto distrital induziria? Se já há, na dinâmica da ordem social competitiva, uma tendência individualista, mesquinha, de se olhar para o próprio umbigo, quão esse comportamento não seria estimulado se o eleitor virasse uma espécie de cliente do representante distrital?

Como se não bastasse, ficaria muito mais fácil para o poder econômico local capturar os eleitos, direcionando recursos de campanha em alvos claramente delimitados. Por tudo isso, é fundamental que o conjunto do eleitorado,

especialmente o do campo progressista, acompanhe a tramitação dessa matéria no Congresso Nacional. Note-se que atores-chave na promoção e sustentação da onda conjuntural conservadora estão defendendo o voto distrital ou outra modalidade de sistema majoritário, que também acabaria com os partidos e realçaria o personalismo: o distritão.

A melhor alternativa para o sistema proporcional de lista partidária aberta, existente no Brasil, é a introdução de listas partidárias fechadas ou flexíveis, para que o eleitor passe a se relacionar com programas partidários, e não com políticos individuais. Muito dos problemas do sistema partidário brasileiro tem a ver com o caráter aberto da lista, e não com a proporcionalidade, que é altamente salutar. A lista aberta induz à fragmentação do comportamento partidário e à competição entre candidatos do mesmo partido.

BATALHA DAS IDEIAS OU DO DESENVOLVIMENTO?

Jornal do Brasil - 12/5/2015

Em artigo recente, de 5 de maio último, publicado no blog que aloja no sítio da *Carta Maior – O Portal da Esquerda*, o sociólogo Emir Sader enfatiza que a substituição do neoliberalismo requer vencer a batalha das ideias, uma vez que esse modelo de capitalismo teria como sua força maior a ideologia. Discordo dessa ênfase do colega nas ideias. O principal desafio na luta contra o neoliberalismo é a efetiva implementação do modelo de capitalismo social-desenvolvimentista, semiensaiado nos dois mandatos de Lula, com desempenhos importantes em vários indicadores, e infortunado em Dilma 1 por não prover uma das principais bases estruturais de sua sustentação, o crescimento econômico. Considero que as ideias são meios, extremamente importantes, para um fim. Obviamente o colega não discordaria que as ideias são meios, mas há um problema na estratégia implícita em suas análises, tanto no fim que deve orientar as ações da esquerda na etapa atual quanto na coalizão sociopolítica exigida pelo processo de transformação.

Após criticar “o estilo de consumo shopping center”, Sader conclui seu artigo assim: “Sem a crítica do egoísmo consumista dominante, da falta de solidariedade – especialmente com os mais frágeis –, não conseguiremos avançar contra a forte hegemonia ideológica do neoliberalismo e ganhar a decisiva batalha das ideias, decisiva nos enfrentamentos centrais do mundo de

hoje”.

Por outro lado, em artigo anterior, de 16 de janeiro do ano em curso, publicado no mesmo veículo, ele aborda o desenvolvimento e afirma o seguinte: “A contradição fundamental que vive o Brasil hoje [...] é aquela entre um modelo de desenvolvimento econômico com distribuição de renda, que amplia, como nunca, o mercado interno de consumo popular, e a falta de disposição do grande empresariado de adequar-se a esse modelo”. Diz que o maior desafio do segundo mandato de Dilma “é conseguir retomar um ciclo expansivo na economia”, o que requer “quebrar a resistência do mundo do dinheiro para voltar a investir e acompanhar a implementação do modelo apoiado majoritariamente pela população”, sem o que “a própria democratização social – a alma dos governos do PT – encontrará grandes obstáculos para seguir em diante”.

Mas por que motivo o empresariado não investiu? Parece que a explicação idealista, da suposta captura das consciências pelo consumismo neoliberal, é um modo de preencher a lacuna constituída pela não explicação do motivo pelo qual, a partir do início de 2014, o investimento produtivo foi sendo preterido em relação à especulação financeira. Então, haveria uma dupla hegemonia neoliberal, ideológica e econômica, ou seja, nas mentalidades e nas relações econômicas. Porém, no primeiro artigo mencionado, o autor diz que “o neoliberalismo fracassou como proposta econômica”. Acredito que, se o neoliberalismo fracassou como modelo de capitalismo gerador de empregos e promotor do bem-estar, os interesses da financeirização ainda são uma força centrípeta contra um novo-desenvolvimentismo que, no caso do Brasil dos governos petistas, tende a ter uma conformação social-desenvolvimentista.

Há dois equívocos: um é a explicação idealista e unilateral da hegemonia consumista; o outro é a tese implícita de que o empresariado, mesmo o vinculado ao setor produtivo, ao fim e ao cabo, é neoliberal, antinacional, entreguista etc. Mesmo que o campo democrático-popular seja numericamente minoritário, ele abrange uma sociedade civil organizada e progressista, qualitativamente impactante, com organizações como a CUT, o MST, a UNE e assim por diante. Por outro lado, penso que a imagem que melhor expressa a condição política das elites empresariais brasileiras é a formulada por Luiz Carlos Bresser-Pereira: elas são nacional-dependentes. A burguesia produtiva é ambígua, oscila entre o nacionalismo e a dependência. No período histórico aberto pela estabilização monetária implementada em 1994, essa oscilação expressou-se, em um primeiro momento, em seu alinhamento no bloco neoliberal, nos governos de Fernando Henrique Cardoso, mesmo tendo contradições com as políticas dos tucanos, mais

claramente evidentes nos anos 2001 e 2002. E, desde a campanha de Lula, em 2002, setores importantes dessa burguesia produtiva associaram-se ao projeto social-desenvolvimentista tentado nos governos do PT.

Uma decorrência política dos dois equívocos, nem sempre explicitada, é que o processo de mudança social progressista teria que ser liderado, desde já, por uma vanguarda constituída pela união das forças de esquerda, que, do ponto de vista sociopolítico, se desdobraria em uma aliança dos assalariados, camponeses pobres, classes médias progressistas e demais setores do campo-democrático popular, todos tendo em comum o não pertencimento ao campo capitalista. Obviamente, essa perspectiva tem um conteúdo socialista. Mas o socialismo está na ordem do dia? Se não se trata de socialismo, mas, sim, de combater o neoliberalismo nos marcos do capitalismo, então qual é a estratégia de desenvolvimento capitalista e como ela poderia ser implementada sem uma aliança com frações da burguesia?

A questão-chave, a meu ver não respondida adequadamente pelo colega sociólogo, é explicar o motivo do desenvolvimentismo dos governos do PT ter exposto suas insuficiências com mais clareza em Dilma 1. A guinada neoliberal do período pós-eleições de 2014, até hoje persistente, tem a ver com a mudança na relação de forças, resultante da ofensiva política liberal-conservadora contra as transformações social-desenvolvimentistas do Estado e da sociedade. Essa ofensiva contra a revolução democrática apoiou-se em duas grandes bases, por um lado, na maculção, por Dilma 1, da ortodoxia neoclássica endeusada pela oposição, através, principalmente, do aumento do déficit público e da taxa de inflação, sem ocorrer resultados desenvolvimentistas mais efetivos, a começar pelo crescimento e por melhorias na situação da indústria de transformação, e, por outro, nos problemas de corrupção ocorridos em contexto de oligopólio midiático a serviço da oposição rentista e financista. Ou seja, falhas na economia desenvolvimentista, mesmo que a geração de empregos até o final de 2014 tenha sido elevada, e o envolvimento de petistas com a Ação Penal 470, e, mais recentemente, com os escândalos da Operação Lava Jato, alimentaram o terreno político e ideológico para a emergência organizada, nas ruas e no Congresso Nacional, da direita.

Do ponto de vista econômico, o intervencionismo não efetivo de Dilma 1 e as incertezas em relação às eleições de 2014 não estimularam o espírito animal do empresariado produtivo, assim como houve um relativo exercício do poder de veto por parte das burguesias, inclusive estrangeiras – expresso na redução dos investimentos –, usado como arma política contra as falhas do governo, como a contabilidade criativa em contexto de diminuição da arrecadação, a querela

sobre as taxas de retorno nos projetos de infraestrutura etc.

Em Lula 1 e 2, a conjuntura internacional foi mais favorável. A economia brasileira navegou no boom internacional das commodities, as políticas sociais colaboraram para a operação do fator multiplicador, a concertação social teve maior institucionalização e alguns arranjos de política industrial foram experimentados, dando certa esperança aos capitalistas do setor produtivo, apesar da manutenção de duas tendências inadequadas da política macroeconômica, os juros altos e a valorização do real. Esse arranjo lulista, frágil em termos desenvolvimentistas por não fortalecer um pilar fundamental para a geração de empregos de melhor qualidade, que é a indústria de transformação, ou seja, aquela não produtora de commodities, só resistiu por dois anos à mudança da conjuntura internacional, iniciada em 2008. Na ocasião da posse de Dilma 1, em 2011, as respostas desenvolvimentistas que teriam sido necessárias para dinamizar a atividade não ocorreram, tendo se optado por uma sustentação da produção e do emprego pela via das desonerações e da política social, mas o crescimento não veio, a indústria manufatureira perdeu força, exauriu-se politicamente a alavanca erguida com base no gasto público e membros do principal partido governista se envolveram em corrupção.

A batalha primeira a ser vencida pela esquerda é a do desenvolvimento. Nesse processo, não se deve descuidar da transformação das consciências, mas querer transformá-las sem equacionar o problema estratégico do crescimento baixo, que o país enfrenta desde o colapso do Estado nacional-desenvolvimentista, é dar primazia à arma da crítica e deixar em segundo plano a crítica das armas, as armas da mudança social superadora das desigualdades, em regime democrático e no capitalismo.

Artigo recente dos economistas desenvolvimentistas Luiz Gonzaga Belluzzo e Julio Gomes de Almeida, também publicado pela *Carta Maior*, toca, já no título, no ponto-chave: como recuperar o vigor industrial. As ideias desse artigo são uma contribuição importante, mas não têm conteúdo ideológico anticonsumista. Em relação ao que ocorreu no Brasil nos anos 2000, a análise é precisa: “Bafejado pela liquidez internacional, antes e depois do estouro da bolha imobiliária, e abalroado pela demanda chinesa de commodities, o País foi condescendente com a ampliação e generalização do déficit comercial que afetou a maioria dos setores industriais, ao mesmo tempo em que o agronegócio e a mineração sustentavam um superávit global no comércio exterior”.

A atual esquerda governista precisa enfrentar o debate do desenvolvimento nas dimensões econômica, política, social, cultural e institucional. A principal

oportunidade histórica viável para a esquerda governista é conseguir ser mais competente na construção do social-desenvolvimentismo, iniciado com Lula. Isso passa pela construção de uma coalizão de classes e frações com a burguesia produtiva, mas uma coalizão mais efetiva, que faça o Estado promover aquele conjunto estratégico de arranjos desenvolvimentistas chamado por Peter Evans de autonomia inserida. Sem desenvolvimentismo não há social-desenvolvimentismo. As conquistas materiais e pós-materiais são duas faces da mesma moeda. Por fim, coalizão entre capital produtivo e trabalho assalariado não significa exclusivamente colaboração de classes, pois faculta tanto o consenso quanto o conflito democráticos.



REGULAÇÃO ECONÔMICA DA MÍDIA E DEMOCRACIA

Jornal do Brasil - 19/5/2015

As forças progressistas da sociedade brasileira nutrem a expectativa de que o Ministério das Comunicações, comandado por Ricardo Berzoini, apresente à sociedade e ao Congresso Nacional um projeto de lei sobre o novo marco regulatório da comunicação social. Essa tarefa tem um conteúdo democrático fundamental, uma vez que os meios de comunicação de massa são uma estrutura-chave para a realização dos ideais da democracia.

A regulamentação existente para o setor de comunicação é de 1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/1962). Ela é obsoleta, devido às mudanças de várias ordens ocorridas desde então, como a revolução nas tecnologias de informação e comunicação e nas formas de propriedade (privatizações, aumento da concentração, fusões e aquisições etc.).

Os constituintes de 1988, cientes das mudanças em curso, incluíram na Carta Magna duas determinações até hoje não regulamentadas por meio de legislação infraconstitucional: “Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” (artigo 220) e “A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; III - regionalização da

produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei” (artigo 221). A regulamentação dessas duas determinações é um núcleo da denominada regulação econômica da mídia, que as grandes empresas de comunicação, com o intuito de gerar confusão e impedir a mudança no status quo do setor, associam a censura, autoritarismo etc. Tal resistência é um caso clássico da relação entre interesses econômicos e políticos. Esses dois interesses dos grandes grupos de mídia são contrários a que o poder público, as instituições políticas do sistema democrático-representativo, alterem tanto a sua posição oligopólica no mercado quanto o espetacular poder de ação política propiciado pela detenção de poder econômico em um setor fundamental para a comunicação política, a comunicação de massa.

Enquanto um cidadão comum, através de seu fone móvel, por exemplo, fala com uma pessoa ou, pelos aplicativos, transmite mensagens para um número limitado de receptores, uma grande empresa de mídia possui recursos de propriedade que lhe facultam a produção e distribuição de imensos pacotes de mensagens para quantidades que podem chegar a dezenas de milhões de receptores. Ao longo da história brasileira, os grandes grupos de mídia, com certa frequência, saem do mero terreno da opinião – que, na verdade, nunca é um mero juízo de fato, senão seara de juízos de valor – e partem para a ação, como tem acontecido, sistematicamente, nos períodos eleitorais, desde as eleições de 1989. Recentemente, a pesquisa Manchetômetro mostrou que, mesmo nas eleições de 1998, quando o então candidato do PT, Lula, estava na oposição ao candidato à reeleição pelo PSDB, Fernando Henrique Cardoso, as referências negativas ao opositor foram muitíssimo mais frequentes no noticiário de três grandes jornais impressos, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, que as dirigidas ao situacionista, com o agravante de que a economia estava muito longe de navegar em céu de brigadeiro, pelo contrário, entre outros problemas, enfrentava um ataque especulativo devido às fragilidades da política de âncora cambial.

A democracia depende de um conjunto de liberdades políticas. Tais liberdades, no plano teórico, legitimam os regimes democráticos e, no terreno prático, a depender de sua forma real de existência, fazem com que a democracia se aproxime ou se afaste do ideal democrático erguido sobre a premissa da igualdade de condições. A liberdade de expressão e o poder de informar e informar-se compõem, entre outras liberdades e direitos, as liberdades políticas fundamentais, mas sua concretização não depende apenas da necessária garantia formal-constitucional de sua vigência, uma vez que elas requerem,

também, desdobramentos materiais minimamente iguais acessíveis à cidadania, ou seja, meios de expressão. Em síntese, a efetiva garantia material das liberdades de expressão, emissão e recepção de informação depende do acesso dos cidadãos aos meios de exercício dessas liberdades. Meios de expressão minimamente iguais não significa igualitarismo absoluto, mas um patamar mínimo de igualdade de condições para a viabilização material da liberdade de expressão. Não havendo a efetiva vigência desse patamar mínimo, compromete-se a igualdade democrática de condições, compromete-se a capacidade da democracia real mover-se em direção ao ideal democrático de igualdade. Como Tocqueville mostrou de modo brilhante, o conteúdo fundamental do processo democrático é a igualdade, e ele pode ser equacionado com a liberdade, para o que as instituições são essenciais.

Por outro lado, o que se verifica em relação à propriedade de mídia é uma gigantesca concentração, conforme vários estudos comprovam. Cerca de dez famílias controlam a mídia no Brasil. Entre os dez principais portais de notícia na internet brasileira, por exemplo, oito são controlados pelas principais empresas de mídia nacionais e dois por grupos estrangeiros. Tamanha concentração compromete a liberdade de expressão e a diversidade de opinião. A inexistência de uma efetiva pluralidade de proprietários, dada a alta concentração do mercado de mídia, opera contra a diversidade de opiniões.

Para mudar essa situação, a campanha “Para Expressar a Liberdade – Uma nova lei para um novo tempo” (<http://bit.ly/1FtqBbJ>), composta por dezenas de organizações e movimentos da sociedade civil, está encaminhando o *Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica (Lei da Mídia Democrática)*. No que respeita aos mecanismos para combater monopólios e oligopólios, o projeto estabelece o seguinte no artigo 14: “O mesmo grupo econômico não poderá controlar diretamente mais do que cinco emissoras no território nacional”. O artigo 15 diz: “O mesmo grupo econômico não poderá ser contemplado com outorgas do mesmo tipo de serviço de comunicação social eletrônica que ocupem mais de 3% do espectro reservado àquele serviço na mesma localidade”. E o artigo 16 propõe: “Uma prestadora não poderá obter outorga para explorar serviços de comunicação social eletrônica se já explorar outro serviço de comunicação social eletrônica na mesma localidade, se for empresa jornalística que publique jornal diário ou ainda se mantiver relações de controle com empresas nestas condições”.

Em relação à programação e aos mecanismos de incentivo à diversidade, há, entre outras propostas, a seguinte: “As emissoras afiliadas a uma rede deverão ocupar no mínimo 30% de sua grade veiculada entre 7h e 0h com

produção cultural, artística e jornalística regional, sendo pelo menos sete horas por semana em horário nobre” (artigo 19).

Enfim, existe regulação da mídia, mas ela está obsoleta. A radiodifusão é uma concessão pública, de modo que é justo haver uma mínima relação de reciprocidade na definição dos termos dessa concessão entre os beneficiados por ela e os outorgantes, que, no sistema democrático representativo, são os eleitores e seus representantes. É também importante que esse debate seja conduzido da maneira mais transparente, pública e democrática possível, com ampla participação da sociedade civil, de todas as partes interessadas na questão. Atualmente, existe uma estrutura dos meios de comunicação de massa que favorece uma minoria de grupos empresariais oligopólicos, ferindo a qualidade da democracia e as liberdades políticas, por atentar contra a indispensável igualdade mínima de condições requerida para a viabilização material do efetivo exercício da liberdade de expressão. Esse debate não é uma jaboticaba, já foi realizado em inúmeros países desenvolvidos. Jaboticaba é a campanha conservadora e difamatória contra a regulamentação econômica da mídia.

MANIFESTO DESENVOLVIMENTISTA DA ESQUERDA

Jornal do Brasil - 26/5/2015

Em 20 de maio, organizações da sociedade civil vinculadas ao campo democrático e popular, intelectuais e lideranças políticas (algumas do PT) publicaram um documento denominado “Manifesto pela mudança na política econômica e contra o ajuste”. Essa iniciativa vem ao encontro de ideias formuladas nessa coluna no sentido de que a principal perspectiva política da esquerda brasileira deve ser sua capacitação, teórica e prática, para apresentar à nação e implementar uma proposta de desenvolvimento alternativa às políticas neoliberais, que não promovem o crescimento e nem reduzem as desigualdades, pelo contrário, implicam contração da atividade econômica e aprofundamento das injustiças sociais, estando ancoradas em forças sociopolíticas e político-partidárias opostas às mudanças progressistas da revolução democrática.

O manifesto aponta os avanços ocorridos nos últimos 12 anos, mas identifica a virada na conjuntura, em curso desde o final das eleições de 2014, como configurando um “momento extremamente difícil”, que desafia o projeto de mudança implementado em Lula 1, Lula 2 e Dilma 1 a formular retificações para retomar sua implementação ora interrompida ou, pelo menos, bruscamente freada.

O documento defende a mudança da política econômica, tendo como norte a retomada da trajetória do desenvolvimento, que requer uma estratégia política apropriada ao enfrentamento dos desafios. “Um pressuposto fundamental desta

estratégia política deve ser o crescimento, com proteção dos empregos, evitando que o Brasil mergulhe numa recessão que se avizinha.”

Entre os signatários do manifesto estão a CUT (Central Única dos Trabalhadores), o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a CMP (Central de Movimentos Populares), mas também economistas como Luiz Gonzaga Belluzzo, João Sicsú, Leda Paulani e Marcio Pochmann, o ex-governador Tarso Genro (PT-RS) e o diplomata Samuel Pinheiro Guimarães Neto. Em relação ao ajuste fiscal, o documento critica tanto que ele recaia sobre os “mais pobres, trabalhadores, aposentados e pensionistas” quanto que ele seja o centro da agenda pública, pois seu efeito recessivo vai de encontro ao horizonte da retomada do crescimento, que parece perdido na ênfase fiscalista e monetarista da política econômica. Por um lado, promove-se o ajuste fiscal, por outro, o Copom tem aumentado sucessivamente a taxa básica de juros. O manifesto avalia que o desequilíbrio fiscal é uma consequência de uma economia não saudável em termos de capacidade de promover o crescimento. Argumenta que o corte de gastos e os contingenciamentos executados nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso promoveram a elevação do déficit nominal e da relação entre dívida pública e PIB. “Uma economia forte e dinamizada produz aumento da arrecadação, e o resultado é o equilíbrio fiscal. Durante o segundo governo do presidente Lula, a economia cresceu em média 4,7% ao ano e a dívida pública caiu como proporção do PIB de 45,5%, em 2007, para 39,2%, em 2010. E como resultado do crescimento econômico de 7,6%, em 2010, o déficit nominal foi reduzido para 2,5% do PIB.”

Embora não cite que o déficit nominal (indicador que inclui os juros) de 2014 tenha sido de 6,7% do PIB, o documento não nega o desequilíbrio fiscal. “As causas desse desequilíbrio foram a desoneração fiscal de mais 100 bilhões concedida pelo governo às grandes empresas, as elevadas taxas de juros Selic, que transferem recursos para o sistema financeiro, e a queda da arrecadação devido ao baixo crescimento no ano passado.” Como alternativa, os signatários propõem a tributação progressiva e referem-se ao imposto sobre grandes fortunas, até hoje não regulamentado. “Onde está a parcela de contribuição dos bancos e dos mais ricos?” Em relação aos bancos, um dia após a divulgação do manifesto, a presidenta Dilma anunciou que a alíquota de sua CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) subirá de 15% para 20%.

Outro aspecto importante quanto ao caráter desenvolvimentista e antineoliberal do manifesto é seu comprometimento com a industrialização. “É hora de radicalizar o projeto de desenvolvimento, com o fortalecimento da produção, investimentos na indústria nacional e na agricultura, desenvolvimento de

pesquisa, ciência e tecnologia e dinamização do mercado interno.” O manifesto também critica a terceirização e outras medidas que os conservadores têm defendido no Congresso Nacional.

Esse documento é uma expressão da luta política das forças sociais pelos recursos públicos e também pela distribuição do produto proveniente das relações de produção. Quem paga mais e menos imposto? Para onde vão os recursos do orçamento público? O salário e as condições de trabalho estão absolutamente a serviço da acumulação de capital ou há que se buscar um maior equilíbrio entre essas variáveis? O governo Dilma 2 vai se manter no horizonte neoliberal ou vai retomar uma rota desenvolvimentista? Sabe-se quem ganha e quem perde com cada uma dessas alternativas.

Um aspecto importante, mas não abordado no documento, diz respeito ao entendimento das causas que explicam o problema do baixo crescimento em Dilma 1. Qual a posição dos signatários, por exemplo, sobre a política cambial, que, no plano externo, prejudicou as exportações e, internamente, facilitou a presença dos produtos importados no mercado nacional, prejudicando duplamente a indústria?

Contudo, o documento é positivo, ele coloca publicamente a esquerda no debate sobre o desenvolvimento e, em tese, permite um diálogo com o empresário produtivo, no sentido de se buscar uma alternativa à financeirização. Ademais, evidencia o quanto o desenvolvimento é um tema de interesse dos trabalhadores.



REPRESENTANTES DO POVO OU DOS FINANCIADORES?

Jornal do Brasil - 2/6/2015

Após um represamento de cerca de 20 anos, a reforma política, que seguia uma rota incremental de mudanças pontuais e superficiais, tornou-se, desde os dias 26 e 27 de maio, objeto de uma ampla agenda de votação de matérias no plenário da Câmara dos Deputados. A decisão mais impactante em curso é a constitucionalização do financiamento empresarial. Até o momento, prevalece uma tendência conservadora nessa atual agenda institucional de reforma política, que, por isso, mais apropriadamente pode ser considerada uma contrarreforma. O termo reforma cabe ser aplicado a mudanças que caminham no sentido da igualdade de condições, que caracteriza o processo democrático. Não é isso o que está prevalecendo.

Em 25 de maio, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente da Câmara dos Deputados, fez um acordo com alguns líderes partidários de não colocar em votação o relatório da Comissão Especial da Reforma Política, constituída em fevereiro, e de designar o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) como relator de um projeto a ser submetido à votação direta no plenário da casa. A votação iniciou-se em 26 de maio, quando duas derrotas foram impostas ao conservadorismo, ao se recusar tanto o sistema eleitoral denominado distritão como a constitucionalização do financiamento empresarial. O distritão acabaria com o sistema

proporcional nas eleições para vereadores e deputados estaduais e federais e resultaria em um enfraquecimento ainda maior dos partidos e no fortalecimento da primazia do personalismo no sistema político brasileiro. A constitucionalização do financiamento empresarial encerraria a querela do financiamento político (partidos e eleições) a favor da manutenção de um esquema de provimento de fundos que já deixou mais do que claro o seu vínculo com a corrupção e o seu caráter absolutamente contrário à igualdade de condições na competição político-eleitoral. A derrota do distritão e do financiamento empresarial privado na noite de 26 de maio foi motivo de grande contentamento das forças que demandam uma reforma política democrática.

Porém, em 27 de maio – apoiado em uma manobra regimental, contra a qual os vencidos já entraram com recurso no STF, e em ameaças, uma delas colocando em risco os partidos pequenos com o fim das coligações proporcionais –, a Câmara dos Deputados, impulsionada pelo seu açodado presidente conservador, conseguiu recolocar em votação e aprovar a constitucionalização do financiamento empresarial. Sendo a permissão ou proibição do financiamento empresarial nas eleições a questão mais importante do debate da reforma política e o maior divisor de água entre manutenção do status quo e mudança, pode-se considerar que a decisão tomada foi conservadora. Resta a esperança de que a manobra regimental seja rejeitada pelo STF, prevalecendo, portanto, o que foi votado em 26 de maio e/ou que esse resultado desfavorável à mínima igualdade de condições na disputa eleitoral seja alterado no segundo turno de votação, uma vez que se trata de proposta de emenda constitucional.

Além da votação de matérias sobre sistema eleitoral e financiamento de campanha, foram votados, até o momento, também os temas da reeleição, das coligações proporcionais e da cláusula de desempenho. O fim da reeleição foi aprovado por ampla maioria, contando com votos da oposição e dos governistas. Por outro lado, as coligações proporcionais foram mantidas, para a tranquilidade dos partidos pequenos e pequenos. No entanto, aprovou-se uma cláusula de desempenho que propicia o acesso ao fundo partidário e ao tempo de televisão apenas aos partidos com pelo menos um representante parlamentar na Câmara ou Senado.

Já havia sido apontado nessa coluna que existia uma aliança política entre a morosidade de Gilmar Mendes para dar seu parecer na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4650, da OAB – que, por pedido de medida cautelar, questiona o financiamento privado das campanhas eleitorais permitido pelas legislações partidária e eleitoral – e a pressa de Eduardo Cunha em constitucionalizar

a contribuição empresarial, virtualmente proibida pelo STF, uma vez que o julgamento da referida ação está 6 votos a 1 a favor da inconstitucionalidade. Essa aliança conservadora entre forças da Suprema Corte e do Poder Legislativo está dando frutos.

Em termos literais, democracia significa poder do povo. A democracia representativa é o regime político ou sistema político-institucional que elege os representantes do povo. Se, na competição eleitoral, os candidatos ricos são eleitos, com base na arrecadação de fundos das empresas, enquanto os candidatos que não têm esse recurso de arrecadação perdem a disputa, então não é exagero dizer que a democracia representativa torna-se um sistema de representação do poder econômico. Esse tipo de recrutamento da representação política tem prevalecido na democracia brasileira. Afinal, há no Brasil uma democracia, governo do povo, ou uma plutocracia, governo dos ricos? Com certeza pode-se dizer que a democracia representativa está plutocratizada. Isso precisa ser modificado, mas os que ocupam cargos representativos no Congresso Nacional e se beneficiam desse esquema de financiamento eleitoral querem manter o status quo.



AS FORÇAS DESENVOLVIMENTISTAS E A POLÍTICA ECONÔMICA

Jornal do Brasil - 8/6/2015

A espinha dorsal de um direcionamento desenvolvimentista da atividade econômica, implementado em contexto democrático, é composta por dois atores fundamentais da sociedade capitalista: o empresariado produtivo e os trabalhadores. No Brasil, isso se verificou, de algum modo, na chamada democracia populista, de 1945 a 1964, e no período aberto com a vitória de Lula, em 2002, mas interrompido desde o final das eleições de 2014, com a guinada neoliberal na política macroeconômica. Como as forças sociais desenvolvimentistas têm se posicionado diante dessa virada?

Na Europa das décadas de ouro do capitalismo, a referida espinha dorsal impulsionou, sob várias nuances nacionais, ideológicas e conjunturais, modelos de economia mista, combinando mercado e planejamento econômico, nos quais os partidos social-democratas jogaram um papel fundamental, mas não só eles, como foi o caso da democracia cristã, partido conservador defensor pioneiro da economia social de mercado na Alemanha. Não se pode esquecer que uma pátria-mãe tanto da industrialização retardatária impulsionada pelo Estado quanto da política social foi o Império Alemão, sob Bismarck, mas, nesse caso, em regime autoritário.

O crescimento médio do Brasil nas décadas de 1940-1950 e 1950-1960 foi, respectivamente, 5,9% e 7,4%, ou seja, alto. Com exceção do primeiro lustro

dos anos 1940, a economia cresceu em contexto de governos democráticos. Foi também alto nas duas décadas seguintes, 6% e 8,7%, mas, então, na maior parte do tempo, sob regime autoritário.

No populismo, os trabalhadores foram incorporados à modernização industrial promovida mediante forte indução estatal, que passou pela criação do Ministério do Trabalho, da legislação trabalhista, da estrutura sindical atrelada ao Estado, do salário mínimo etc. Na clássica interpretação de Francisco Weffort, o populismo expressou a emergência das classes populares nas transformações que promoveram o desenvolvimento urbano e industrial no pós-1930, ainda que sua participação tenha sido, em boa medida, tutelada. Aqui importa destacar que a pressão popular é um fator de impulso tanto para a industrialização, que, em tese, gera empregos de melhor qualidade que os da agricultura, como para as políticas sociais. Por outro lado, o empresariado industrial contou com a alavancagem estatal à industrialização, que envolveu um leque de políticas imprescindíveis para a acumulação de capital nesse setor da atividade econômica.

Nos governos Lula 1 e 2, houve um ensaio desenvolvimentista, mais exatamente social-desenvolvimentista, pelo fato da base sociopolítica do PT assentar-se nos trabalhadores e em suas organizações, como a CUT, que ascenderam como forças sociais nos anos 2000. Embora o sistema político seja o presidencialismo de coalizão, que filtra as demandas sociais, as propostas e reivindicações da classe trabalhadora chegaram ao Estado de modo até então inédito na história brasileira. Por outro lado, a perspectiva de aliança democrática, não necessariamente bloqueadora do conflito, entre capital e trabalho se fez presente desde a campanha eleitoral de 2002 e se materializou, simbolicamente, na dobradinha entre o ex-metalúrgico e ex-sindicalista Lula e o empresário José Alencar.

Em síntese, essa aliança rendeu frutos enquanto suas deficiências desenvolvimentistas não foram explicitadas pela consolidação do impacto da mudança no cenário internacional, a partir da crise de 2008, na economia brasileira. À medida que caíam tanto a demanda por commodities como o preço delas no mercado externo, essa estratégia, fortemente apoiada na exportação de produtos industriais de baixo valor agregado e de produtos agrícolas e na redistribuição de renda que o modelo facultava, exibiu seus limites desenvolvimentistas. Ao longo do período, apesar das tentativas de política industrial, a indústria de transformação não conseguiu reencontrar o caminho do fortalecimento do qual se afastou desde a crise dos anos 1980. Daquela década para cá, salvo exceções, o país perdeu o rumo do crescimento.

O resultado é sabido. Havendo, em grande medida, dois modelos de capitalismo em disputa, o neoliberal e o desenvolvimentista, o fracasso do segundo abre espaço para o primeiro. Usando uma expressão do sociólogo Francisco de Oliveira, a presença de Joaquim Levy na pasta da Fazenda é um ornitorrinco do período pós-eleitoral. O projeto que venceu a eleição não governa efetivamente, ao menos por enquanto. Predomina uma agenda neoclássica, cujas principais preocupações são o ajuste fiscal, a arrecadação de superávit primário para diminuir o déficit nominal e a elevação da taxa básica de juros para colocar a inflação de 2016 no centro da meta, 4,5% ao ano.

A CUT, maior central sindical da América Latina, tem colocado no centro de sua ação a luta contra o ajuste fiscal, em defesa da redução da taxa de juros e de “uma política econômica que priorize de fato o crescimento da economia, a geração de emprego e renda, a redução da desigualdade social, o combate à pobreza e a distribuição de renda”. Além disso, a CUT está na linha de frente da luta contra a terceirização, cujo projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e encontra-se agora no Senado Federal.

Quanto aos empresários produtivos, tomo aqui como uma opinião representativa de suas posições alguns assertos do 1º vice-presidente da Fiesp, Benjamin Steinbruch, publicados na *Folha de S. Paulo*. Ele identifica três grandes males: “A carga fiscal, os juros elevados e o câmbio valorizado formam um tripé fatal para a economia”. Defende o ajuste fiscal, mas desde que focado no “controle de gastos correntes, não em aumento de impostos ou cortes de investimentos”. Por outro lado, critica “os engessamentos da legislação trabalhista, que elevam os custos e solapam a competitividade das indústrias”.

Em comum, as forças desenvolvimentistas são contra a política econômica recessiva, os juros altos, o encarecimento do crédito. Elas não querem que a conta do ajuste fiscal seja paga pelos atores do setor produtivo. Os trabalhadores criticam as medidas provisórias que restringem direitos trabalhistas e previdenciários. Propõem medidas como a regulamentação do imposto sobre grandes fortunas e o aumento das alíquotas da tributação sobre heranças. Os empresários criticam o intuito governamental de atenuar a renúncia fiscal gerada pela política anticíclica de desoneração da folha de pagamento, implementada desde 2011. Para eles, isso implicará aumento da carga tributária. Ambos divergem em relação ao tema da legislação trabalhista e terceirização.

Apesar das contradições ideológicas e das tentações rentistas, os industriais têm interesses desenvolvimentistas. Não dá pura e simplesmente para não os distinguir dos rentistas e financistas. Por outro lado, não se trata de negar que o

empresariado produtivo e os trabalhadores tenham divergências, mas também não se ignora que, tal como em outras partes do mundo e conforme orientação normativa da Organização Internacional do Trabalho, o Brasil fortaleceu, nos últimos anos, experiências frutíferas, em várias áreas de política, de diálogo social, negociação tripartite e arranjos participativos. Um ensaio importante foi o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) nos dois primeiros mandatos do presidente Lula, fórum institucional que aprovou a Agenda Nacional de Desenvolvimento e formulou importantes ideias para políticas públicas em áreas como tributação, previdência social, política social, relações de trabalho, crédito, habitação, micro e pequenas empresas etc.

Desenvolvimento requer projeto, estratégia de longo prazo, requer concertação e capacidades estatais, tanto políticas quanto técnicas. A principal via de saída da depressão econômica e, por que não dizer, psíquica que a atual política econômica causa nas forças desenvolvimentistas está em sua capacidade de formulação democrática e implementação de um projeto nacional, um projeto de crescimento com justiça social que possa atender a amplos interesses da nação, e não aos de uma minoria que se nutre de uma senhoriagem perversa erguida sobre a dívida pública. A precarização das relações trabalhistas, ou seja, o retrocesso social também não é o caminho para o desenvolvimento socialmente equilibrado. Como tem apontado o economista desenvolvimentista Luiz Carlos Bresser-Pereira, a não implementação da depreciação normal da moeda, que prejudicou as vendas da indústria nos mercados externo e interno, está sendo substituída por uma depreciação interna, constituída por ajuste fiscal, juros elevados, redução salarial e precarização do trabalho.

Enfim, apesar das restrições da globalização e das contradições entre capital e trabalho, o desafio virtuoso nacional tem caráter político: trata-se de encontrar o melhor denominador comum que possa conciliar desenvolvimento industrial e redistribuição de renda. Não se trata de utopia, como demonstram, mundo afora, inúmeras experiências bem-sucedidas de economia coordenada de mercado. Por fim, uma caricatura: o fracasso dos desenvolvimentistas é a vitória dos neoliberais e vice-versa.

5º CONGRESSO DO PT, GOVERNO DILMA E A CRISE

Jornal do Brasil - 16/6/2015

O 5º Congresso Nacional do PT, findo em 13 de junho em Salvador, aprovou uma resolução política de diretriz desenvolvimentista em relação à economia, afirmando o seguinte: “É preciso conduzir a orientação geral da política econômica para a implementação de estratégias para a retomada do crescimento, para a defesa do emprego, do salário e demais direitos dos trabalhadores, que permitam a ampliação das políticas sociais”. Essa formulação resultou de um acordo entre as duas principais correntes internas do PT. No mesmo evento, a presidenta Dilma Rousseff enfatizou, em seu discurso, que o país vai voltar a crescer. Por outro lado, a política pós-eleitoral de ajuste fiscal, cuja consequência é recessiva, tem sido o maior obstáculo à avaliação positiva do governo e a principal causa do aumento da reprovação à líder petista, maior mesmo que o escândalo, também impactante, da Operação Lava Jato. O desafio central é duplo, a transição da agenda do ajuste fiscal à da retomada do crescimento e a recuperação da imagem do PT. Abordarei o primeiro desafio.

Um cenário que pode iluminar a reflexão é a observação da crise da social-democracia na Europa nessa era de globalização. Nos anos 1990, as dificuldades dos partidos social-democratas têm a ver com a implementação das políticas neoliberais, no contexto do Tratado de Maastricht, da União Europeia. No período atual, aberto pela crise internacional de 2008, essa crise se tornou

mais forte, na esteira das políticas de austeridade exigidas pela troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) aos países endividados. A queda na votação vem atingindo partidos social-democratas em vários países, como Alemanha (SPD), Reino Unido (LP), Suécia (SAP), Dinamarca, Grécia (PASOK), Espanha (PSOE), Polônia (SDPL) e Hungria (MSZP).

Embora o PT tenha surgido em 1980, enquanto a social-democracia europeia, em geral, seja mais que centenária, há semelhanças estruturais entre os dois, pois ambos compartilham, por um lado, bases sociais nas classes trabalhadoras e suas organizações, a começar pelos sindicatos, e, por outro, o propósito de participar das eleições para ganhar, e não meramente para marcar presença. Para a centro-esquerda e esquerda, governar o capitalismo no contexto da globalização neoliberal é um desafio ainda mais difícil do que foi governá-lo nas décadas de ouro, ou seja, do pós-guerra até a crise de estagflação dos anos 1970. As desregulamentações financeira, comercial e produtiva configuraram um ambiente econômico perverso, colocando os governantes dos Estados nacionais diante do enigma esfíngico de decifrar, nesse cenário hostil, meios para domesticar as forças irracionais e injustas do capitalismo neoliberal, sob pena de deixarem a nação e os interesses nacionais serem devorados por elas.

As poderosas forças do capitalismo desregulado atuam no sentido de cobrar da esquerda governista um preço maior do que cobraram no contexto dos acordos de Bretton Woods. Se o preço então cobrado foi a aceitação do capitalismo, mas em troca de políticas de bem-estar e do pleno emprego, hoje o grande capital, hegemônico pela financeirização da economia mundial, quer, mais do que nunca, retirar as funções sociais do Estado e, no plano do mercado, ele precariza a reprodução da força de trabalho, rebaixa os salários e promove o desemprego. Um resultado dessa cobrança perversa sobre a social-democracia europeia foi a criação da Terceira Via, uma concessão ao processo histórico neoliberal na qual se engajaram, entre outros líderes, Tony Blair e Gerhard Schröder.

Se a esquerda possui algum meio de minimizar o custo político antipopular de governar o capitalismo nesse contexto de pressão pela fé nos mercados desregulados, isso passa por fazê-lo de modo mais competente, do ponto de vista dos interesses da maioria da nação, do que fizeram, fazem ou fariam os que pura e simplesmente aderem à ideologia neoliberal. Não se trata de uma perspectiva voluntarista, pois não se ignora a pujança das tendências estruturais selvagens do capitalismo desregulado. Mas o fato é que o Estado existe, ele importa, faz a diferença em matéria de promoção do desenvolvimento. O PT e a

presidenta Dilma têm uma inclinação programática desenvolvimentista e social. Para ambos, o Estado tem um papel-chave. Mas, se o objetivo é crescer, qual é a estratégia de crescimento na qual a austeridade fiscal se insere?

Um manifesto de lideranças sindicais do PT, dirigido ao Congresso de Salvador, foi claro ao dizer o seguinte: “Consideramos que a política de ajuste fiscal regressivo e recessivo inaugurada com a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda coloca o PT contra a classe trabalhadora e as camadas populares que sempre foram sua principal base de apoio. Trata-se de uma política econômica que diminui o papel do Estado, corta investimentos e eleva juros, acabando por restringir direitos sociais, rebaixar salários e aumentar o desemprego, com impactos negativos no PIB.” O PT está diante do grande perigo de perder sua base de sustentação. Por outro lado, o partido ainda existe, está em crise, mas vivo.

Eu seu discurso, Dilma exortou os delegados ao Congresso do PT a defenderem o governo. Partido e governo, este encarnado na presidenta, têm sido alvo de um ataque destrutivo poderoso, proveniente da combinação de forças neoliberais e conservadoras. O objetivo é, ao menos, jogá-los para escanteio para diminuir ou eliminar conquistas trabalhistas, sociais, políticas e civis e, também, preparar o terreno que impeça a volta de Lula em 2018. Essa ofensiva contrarreformista tem sua expressão máxima na Câmara dos Deputados, sob a liderança de Eduardo Cunha, que chegou a dizer o seguinte: “PT só ganha (votação) quando temos pena”. O partido, coerentemente, votou coeso contra o projeto de lei da terceirização, que ora está no Senado, para ser apreciado, mas votou majoritariamente a favor das MPs 664 e 665, que diminuem direitos trabalhistas e previdenciários. As contradições não são poucas.

O mais importante é compreender que as políticas sociais e o pleno emprego não podem estar desvinculados do crescimento. A social-democracia sueca, por exemplo, sempre teve isso claro. O país é uma pátria exemplar do Estado de bem-estar, mas tem também uma economia bastante industrializada, sendo sua pauta de exportações predominantemente constituída por produtos da indústria de transformação. A Alemanha, então, dispensa comentários.

Em Lula 1 e 2, o crescimento ocorreu apoiado na exportação de commodities, favorecida pela conjuntura internacional pré- crise de 2008 e pela marola que se seguiu até 2010. A Carta de Salvador, que foi aprovada como texto-base do 5º Congresso, mostra que o partido tem consciência disso. Ao se referir às dificuldades encontradas pelo projeto de desenvolvimento com inclusão social, que teria norteado os governos encabeçados por Lula e Dilma,

o documento afirma: “A eclosão da crise internacional [...] abalou o financiamento desse modelo de desenvolvimento, que muito se alimentava do excedente comercial crescente entre 2004 e 2010, com suas boas consequências para as finanças públicas.” Ademais, o texto-base critica o rentismo, que “inibe os investimentos privados e aprofunda o processo de desindustrialização, ao pressionar para cima o câmbio e reduzir a competitividade das exportações brasileiras”. Critica também a estratégia neoliberal de crescimento com a atração de poupança externa: “A oposição de direita, a mídia monopolizada e seus aliados mais conservadores defendem que a retomada do crescimento depende da atração de capitais externos a qualquer custo, através da redução relativa de salários e direitos, elevadas taxas de juros, privatizações e desregulamentações, diminuição dos gastos públicos e a inserção subordinada do País em acordos de livre-comércio e nas cadeias produtivas globais.”

Apesar do ajuste fiscal, parece estar emergindo, no governo e no PT, a consciência de que a política macroeconômica precisa ser mais favorável ao crescimento e que os populismos cambial e fiscal não têm efetividade desenvolvimentista, sendo o segundo, ademais, muito difícil de ser sustentado politicamente, sobretudo em contexto de crescimento baixo. Documento do deputado federal Sibá Machado (PT-AC), líder da bancada, divulgado em Salvador, ao final do 5º Congresso, e publicado no portal Carta Maior, afirma: “Este é o momento para uma nova agenda macroeconômica. Ele passa, necessariamente, pelo reposicionamento da taxa de câmbio de modo a torná-la compatível com os requisitos de competitividade da nossa indústria. Passa pela definição de uma política monetária capaz de estabelecer uma taxa de juros de longo prazo compatível com o investimento produtivo e o emprego. Passa por uma política fiscal que garanta ao Estado um papel ativo e sustentável de promoção do desenvolvimento econômico socialmente inclusivo.”

Enfim, Dilma anunciou, recentemente, a segunda etapa do Programa de Investimento em Logística, que prevê R\$ 198,4 bilhões em recursos até 2019. Anunciou também o Plano Safra 2015-2016, para o qual o governo federal disponibilizará R\$ 187,7 bilhões. Ainda esse mês, vai anunciar o Plano Nacional de Exportações. Não é novidade dizer que não há social-desenvolvimentismo sem que haja desenvolvimentismo. Mas tão importante quanto ter ideias, é preciso ter aliados. O clássico Max Weber é claro e objetivo: “A essência de toda política [...] é a luta, a conquista de aliados e de um séquito voluntário.” A estratégia desenvolvimentista requer capacidades estatais, institucionais, técnicas e políticas. Nesse sentido, a concertação é fundamental para a construção de

alianças sociopolíticas e político-institucionais. Sem concertação envolvendo governo, empresariado produtivo e trabalhadores, o retorno dos investimentos e empregos, que estão em queda, pode ser retardado. Sem concertação não será possível resgatar uma nova maioria social e institucional que opere uma virada nessa conjuntura difícil para as forças democráticas e progressistas. Experiências de crescimento nos regimes social-democratas e dos Estados desenvolvimentistas evidenciam a importância da concertação.



AVALIAÇÃO DO GOVERNO DILMA: PRIORIDADE É A ECONOMIA

Jornal do Brasil - 23/6/2015

A mais recente pesquisa de avaliação do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, divulgada no último final de semana pelo Datafolha, evidencia que sua impopularidade aumentou em relação ao levantamento feito em abril: 65% dos entrevistados avaliam que a gestão é ruim ou péssima. Apenas 10% dos eleitores consideram o atual mandato presidencial ótimo ou bom. A principal explicação para o aumento da rejeição popular à gestão Dilma 2 está no desempenho da economia.

No primeiro mandato, a taxa mais alta de aprovação a Dilma ocorreu na segunda quinzena de março de 2013: 65% avaliaram-na como ótima ou boa e 27%, regular. No levantamento de 28 de junho daquele ano, no calor das manifestações de rua daquele mês (que representaram a primeira grande corrente de virada da conjuntura no primeiro mandato), a taxa de ótimo/bom caiu para 30%, enquanto a de ruim/péssimo, que havia sido de 7% em março, passou para 25%. No entanto, como os que, então, atribuíram à presidenta uma avaliação regular somavam 43%, 73% aprovavam, ao menos moderadamente, seu governo. Esse nível de aprovação moderada acima de 70% se sustentou até dezembro de 2014, quando foi de 79%. Mas, em fevereiro do ano em curso, a aprovação caía para 55%; em março, 37%; abril, 40% e, agora, 34%.

Ou seja, desde março, a reprovação é majoritária.

Os 79% de aprovação moderada em dezembro de 2014, antes do início do segundo mandato, se sustentaram mesmo no contexto de realização das primeiras prisões de executivos das empreiteiras no andamento da Operação Lava Jato. Na ocasião, 84% dos entrevistados sabiam da ocorrência das prisões e 68% deles consideravam que Dilma tinha alguma responsabilidade em relação à corrupção na Petrobras. Para cerca de metade dos entrevistados, ela conseguia mostrar que tem comprometimento com o combate à corrupção, pois a percepção era de que seu governo investigava mais e punia as irregularidades como nenhum outro.

Assim, apesar dos crimes na Petrobras, após as eleições de 2014, 50% alimentavam a expectativa de que o novo governo seria ótimo ou bom e 26% acreditavam que ele seria regular. Apenas 21% previam uma gestão ruim ou péssima do governo federal. Não havia, então, preocupação relevante com o desemprego. A situação mudou bastante nos últimos seis meses. Ao invés da esperança, há pessimismo. Hoje, 73% preveem aumento do desemprego.

Os dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) referentes a maio contabilizam um saldo negativo de 115 mil vagas formais, o pior para o mês desde 1992. Só em março desse ano o salto foi positivo, mas totalizando somente 19.282 vagas. Entre os mais pobres, com renda familiar mensal de até dois salários mínimos – e sabe-se que a maioria deles votou em Dilma –, 63% consideram que serão os mais afetados pelo ajuste fiscal. Se em fevereiro 6% achavam que o principal problema do país era o desemprego, hoje esse dado subiu para 11%. Além do desemprego, os entrevistados temem a queda do rendimento salarial. Em todo o caso, na comparação com abril, a expectativa negativa em relação à situação econômica como um todo caiu de 60% para 53%. Mas seja contrastado que, em outubro de 2014, o otimismo predominava: 44% previam uma melhora na situação econômica, 33% criam que o quadro ficaria como estava e 15% anteviam a piora.

A percepção geral do desempenho do governo, cujo centro de gravidade está na economia, é a chave da questão. Se o país estivesse envolvido em problemas de segurança nacional, o comportamento do governo em relação a essa matéria fundamental poderia ser relevante também, mas não é o caso. Então como explicar que o desemprego não está sendo visto como o problema prioritário, pois os 11% de respostas indicando-o como principal problema nacional situam-no em terceira posição, atrás da saúde, 22%, e da corrupção, 21%? Provavelmente, uma explicação passa pelo fato de que saúde e corrupção também têm a ver com bem-estar, conceito que envolve múltiplas dimensões, no

centro delas, a econômica e a social. Isso é mais claro para a saúde. Porém, ainda que sejam necessárias avaliações rigorosas e haja também o efeito recessivo do ajuste fiscal, tornaram-se públicas, nos últimos seis meses, informações pertinentes ao impacto da Operação Lava Jato na deterioração da economia, não só por meio da redução dos investimentos na cadeia da Petrobras, a maior empresa do país, que mobiliza, por exemplo, a indústria naval, mas em relação às grandes empreiteiras, que conformam uma cadeia específica, a construção civil, fornecedora de serviços não apenas para a indústria de petróleo.

Mas o aumento da percepção da importância da corrupção como problema nacional tem a ver, também, com a instrumentalização política que a grande mídia e outras forças opositoristas fazem da Operação Lava Jato. O empenho da grande mídia não é com o mais que necessário combate à corrupção em geral, mas com a apropriação política dessa irregularidade criminosa envolvendo petistas e outros governistas. Em 2014, essa apropriação serviu de arma e munição contra o PT, o governo Dilma 1 e a candidatura da presidenta à reeleição. Em 2015, a apropriação visa a continuar na ofensiva política de criminalizar o PT, deteriorar a imagem pública do governo Dilma 2, promover a agenda neoliberal como única alternativa viável de políticas públicas e minar o terreno de uma eventual candidatura de Lula às eleições presidenciais de 2018. Fosse a grande mídia interessada em combater a corrupção, o público teria mais informações sobre a Operação Zelotes da Polícia Federal, por exemplo, que investiga um astronômico caso de sonegação fiscal, envolvendo a bagatela de R\$ 19 bilhões. De qualquer modo, é lamentável que o PT e forças do governo Dilma 1 tenham se envolvido em irregularidades.

Do otimismo predominante até o final de 2014 ao pessimismo atual, a economia sofreu o impacto da Operação Lava Jato, do ajuste fiscal recessivo, enfim, da crise de confiança. Já abordei em outro artigo nessa coluna, com base em Kalecki, que, em um sistema econômico tipicamente liberal, o nível de emprego depende da confiança dos empresários, que funciona como um regulador da taxa de investimentos. Se o gasto público passa a substituir o mecanismo da confiança, a burguesia perde capacidade de influenciar as políticas públicas.

Há uma ofensiva para que a grande burguesia, hegemônica pelas finanças, recupere o controle do Estado. O governo Dilma, em expressiva medida, está capturado por essa ofensiva no que diz respeito à política fiscal e monetária. O voluntarismo fiscal de Dilma 1, adotado como tentativa de substituir a imprescindível política macroeconômica desenvolvimentista, mostrou seus limites econômicos e políticos, pois o crescimento não veio, mas, sim, a oposição

ao gasto público mantenedor do emprego. O impacto econômico e político da corrupção na Petrobras também contribuiu muito para o governo Dilma 2 estar na situação em que se encontra. Não se trata de ser contra o gasto público anticíclico, mas de como fazê-lo. Sem concertação desenvolvimentista, não há desenvolvimentismo, assim como política macroeconômica e política industrial têm que operar em harmonia. O problema é que a ofensiva das principais forças antigovernistas não é desenvolvimentista, é neoliberal. Não à toa, a previsão para 2015 é de PIB negativo.

GREGOS DIZEM “NÃO” À AUSTERIDADE

Jornal do Brasil - 7/7/2015

Aprende-se na escola que a democracia tem origem na remota Antiguidade grega. Nesse ano de 2015, a Grécia está voltando a surpreender a Europa e o mundo em termos de invenção democrática. Em janeiro, o eleitorado grego elegeu a Syriza (Coalizão da Esquerda Radical) para comandar a democracia parlamentarista daquele país. A emergência desse partido, com cerca de apenas dez anos de existência, e sua vitória é a primeira invenção democrática grega consagrada no ano corrente. Na ocasião, escrevi nessa coluna que a esperança vencera o medo. A segunda invenção, de conteúdo histórico, ocorreu no último domingo, quando, novamente, da urna de votação, transmutada em caixa de Pandora, reemerge vitoriosa a esperança, reafirmando o “não” ao medo e outros males da austeridade.

61,3% dos votantes aderiram ao “não”, 31,7%, ao “sim”. Segundo o ministro da Economia da Grécia, autoridades do Eurogrupo, em especial do Banco Central Europeu, praticaram terrorismo, amedrontando os gregos, ao forçar no sentido do fechamento dos bancos, negando-lhes assistência financeira, para tentar pavimentar, a duras penas, a vitória do “sim”. Isso deixou a população em uma situação de penúria de recursos ainda maior do que a reinante há seis anos. Apesar da luta ferrenha do capital para subordinar a democracia grega, os eleitores disseram “não”. E não se trata de um “não” à união monetária, à zona do euro

e à União Europeia, mas à austeridade.

Ademais, não dá para deduzir, com base em algum modelo matemático, as consequências políticas e econômicas desse “não”. Não necessariamente esse resultado significará, pura e simplesmente, a saída da Grécia da zona do euro. Embora essa seja uma possibilidade, decepar membros da união monetária é politicamente complicado para a segurança do euro. Nem, tampouco, o “não” levará os credores a aceitar a redução da dívida grega em 30% e o prazo de pagamento em 20 anos, como quer o premiê Alexis Tsipras. Nem significa que os bancos reabrirão para os saques, pois os recursos em caixa, como diria Lula, estão no volume morto. Não se sabe também quais as consequências no mercado financeiro do calote da parcela que venceu no dia 30 de junho, ou seja, qual será a dimensão de seu efeito dominó.

O que precisa ser destacado, do ponto de vista da análise política, é precisamente a novidade histórica do surgimento de uma força nacional e democrática de resistência ao receituário padrão de austeridade, que, diferentemente do que pregam seus defensores, não tem tido efetividade na recuperação da atividade econômica e na retomada das políticas de bem-estar. Pelo contrário, ele tem caminhado exatamente na contramão dessas duas metas, gerando enorme recessão, altíssimo desemprego e mal-estar social. Além disso, a dívida pública grega teve uma trajetória de elevação durante o ajuste, e não de queda. Os gregos escolheram soberanamente, em 1999, pertencer à União Europeia e à zona do euro, mas eles também decidiram participar de uma Europa unida, para todos, solidária, democrática, com igualdade e liberdade.

Assim se expressou o grande filósofo grego Aristóteles: “A coragem é a primeira das qualidades humanas porque garante todas as outras.” Domingo, os helênicos optaram entre duas alternativas: continuar navegando em um mar de dificuldades, remando em galés de uma União Europeia que os subordina e humilha, ou enfrentar o oceano turbulento e os insensíveis adversários conduzindo suas próprias embarcações? A segunda opção, vitoriosa e historicamente relevante, é nacionalmente mais digna, condizente com uma Europa solidária e coerente com a vitória democrática da Syriza nas eleições de janeiro.

QUE CRISE É ESSA?

Jornal do Brasil - 14/7/2015

Tão importante quanto destacar os fatos e indicadores da crise em curso, é examiná-la em uma perspectiva conceitual. Afinal, que crise é essa pela qual passa o país desde o início do ano? Quais são seus principais determinantes?

Em uma resposta sintética, trata-se de uma crise, simultaneamente, econômica, de disputa pelas bases sociopolíticas de poder do Estado e político-institucional. A conjunção desses elementos de crise implica uma crise de legitimidade, que também está em curso e se expressa, principalmente, na reprovação do governo Dilma por 65% do eleitorado, segundo do Datafolha. Uma crise com esses conteúdos não se via desde 1993, o período anterior ao Plano Real. Mas esses elementos múltiplos de crise se manifestaram de modo mais intenso naquela ocasião, quando, além de estar em jogo a definição do projeto alternativo à crise do Estado nacional-desenvolvimentista da era Vargas, havia hiperinflação perseverante, crise de crescimento, ocorrera um impeachment presidencial, ingovernabilidade no âmbito do sistema político etc. O neoliberalismo, então, conquistou politicamente o Estado, superando, por um período, a crise de poder. Na crise atual, o projeto neoliberal, que havia perdido, de modo relativo, bases de sustentação social e institucional durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, tenta se colocar como

alternativa, devido aos insucessos do social-desenvolvimentismo em matéria de promoção do crescimento, problema explicitado em Dilma 2.

Entre 1994 e 2002, vigorou o projeto neoliberal, que enfrentou crises externas em 1998 e 1999 e dificuldades internas, como o apagão elétrico em 2000. Por outro lado, no referido período, apesar das reformas monetária e fiscal e de outras mudanças orientadas para o mercado, como as privatizações das empresas estatais, o desempenho da economia em termos de emprego e crescimento foi pífio. Como reação à crise do neoliberalismo no Brasil, foi sendo desenhado, a partir de 2003, um modelo social-desenvolvimentista, que, tendo enfrentado dificuldades em Dilma 1, desarticulou-se em Dilma 2. A crise atual, em uma perspectiva estrutural, é novamente uma crise de poder, de disputa entre as forças sociais sobre que projeto deve orientar a ação do Estado na economia. No momento, o bloco neoliberal retomou a iniciativa, por dentro e, sobretudo, por fora do governo. Mas, diferentemente do que se observou na longa conjuntura de crise que precedeu ao Plano Real, na situação atual não há uma incapacidade de as forças sociais se organizarem para reinventar politicamente o país, como aconteceu do fracasso do Plano Cruzado até 1993. Há, sim, a disputa entre dois projetos que já ocuparam a Presidência da República, sendo que um deles ainda a ocupa, embora em condições muito mais contraditórias e difíceis do que as existentes em Lula 1 e 2 e Dilma 1. São os dois principais projetos que, no plano institucional, vêm disputando o país desde 1994, tendo, por um lado, PT e seus aliados e, por outro, PSDB e seus aliados.

Apesar das diferenças de perspectiva entre os dois grandes projetos, a implementação prática do social-desenvolvimentismo não logrou superar, a contento, a macroeconomia neoliberal, que valoriza o câmbio, eleva os juros e pressiona contra o investimento público, por demandar arrecadação de superávit primário. Elevar os juros e, ao mesmo tempo, alcançar a hígidez fiscal são duas metas contraditórias nesse arcabouço de política macroeconômica, que favorece o rentismo vinculado à financeirização. O modelo lulista, apesar de inegáveis avanços, conciliou a estrutura institucional da política macroeconômica (metas de inflação, câmbio flutuante e arrecadação de superávit primário) com o objetivo de direcioná-la ao desenvolvimento. Mas essa conciliação mostrou-se limitada em termos de efetividade para o crescimento. Alcançou melhores resultados quando a economia internacional estava favorável e enquanto a China, principalmente, importava commodities brasileiras. Devido a esse limite, ao qual Dilma 1 procurou compensar mantendo o pleno emprego através do aumento dos gastos públicos, inclusive recorrendo às “pedaladas

fiscais” (hoje questionadas pelo TCU), e aos problemas de corrupção enfrentados pelos governos petistas (mensalão e, desde 2014, a Operação Lava Jato, que tem contado com os instrumentos da prisão preventiva e delação premiada), as próprias forças sociopolíticas limitadoras do modelo social-desenvolvimentista, estruturadas em torno do partido da grande mídia, reemergiram politicamente como alternativa social e institucional.

As conciliações e contradições entre social-desenvolvimentismo e neoliberalismo explicam a nomeação de Joaquim Levy para a pasta da Fazenda. Afinal, a política macroeconômica de Dilma 2 não é desenvolvimentista, pelo contrário, é recessiva (ajuste fiscal, inclusive restringindo direitos trabalhistas e previdenciários, e aperto na política monetária), e os interesses que a defendem foram derrotados nas eleições de 2014. A relação de forças se alterou. O empresariado produtivo apoia o ajuste fiscal, desde que ele não onere a produção. E o quadro político-partidário está confuso, como resultado das disputas nas esferas institucional e sociopolítica, ensejadas pelas limitações econômicas e pelo impacto da Operação Lava Jato.

O governo resultante da vitória eleitoral executa a política econômica derrotada. Os derrotados partiram para a ofensiva e tentam capitalizar politicamente a dádiva de não arcarem com o ônus de serem os promotores do ajuste fiscal que defenderam nas eleições de 2014, através do programa da candidatura de Aécio Neves. Apostam no quanto pior, melhor, entusiasmam-se ao criticar os insucessos econômicos, munem-se da arma destrutiva da bandeira contra a corrupção petista (não a corrupção em geral). Além disso, os derrotados lastreiam-se institucionalmente em bases parlamentares do Congresso mais conservador desde 1964, no interior do qual reina uma grande confusão entre o que é governo e o que é oposição, entre quem é ideologicamente neoliberal (e, de modo oportunista, comporta-se como se não o fosse) e quem é desenvolvimentista (mas sujeita-se a votar favoravelmente às medidas de ajuste fiscal). Registre-se que, na votação do projeto de lei de terceirização na Câmara, esquerda e direita alinharam-se cada qual em seu campo, com nitidez. Mas, em geral, as cartas estão embaralhadas e parte da bancada parlamentar do PMDB, partido grande que participa dos governos de plantão desde 1985, está se agrupando com a oposição, inclusive para tentar aprovar, nessa legislatura, a mudança para o regime parlamentarista. Mas, antes do eventual parlamentarismo, que vigoraria só após 2018, há o problema mais grave da tentativa de golpe branco contra a presidenta Dilma, via processo de impeachment, que depende de elementos jurídicos ainda não existentes. Porém, forças

institucionais de oposição, baseadas na Polícia Federal, Ministério Público, STF, TCU e Congresso, estão trabalhando nessa perspectiva.

A confusão salta aos olhos no principal partido do centro político, o PMDB e formalmente o principal aliado do PT na coalizão de governo. Os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente Eduardo Cunha e Renan Calheiros, principalmente o primeiro, tem se colocado, em várias votações e pronunciamentos, como oposição ao governo ou como uma força autônoma em relação à presidenta Dilma. Recentemente, o Senado, em geral menos problemático que a Câmara, aprovou a extensão do salário mínimo reajustado a todos os benefícios da previdência social. Como se não bastasse a perda de poder de Dilma e Temer em matéria de indicação de ministros do STF, em função da aprovação da PEC da Bengala, Renan e Cunha lançaram uma primeira versão do projeto de Lei da Responsabilidade das Estatais, para retirar poder do Executivo na nomeação dos presidentes dessas empresas. Enfim, a base governista, formada por uma heterogênea coalizão de dez partidos, está desarticulada e com a consistência programática mais volátil do que nunca. Dilma já havia enfrentado problemas com sua base parlamentar, que aumentaram muito no atual segundo mandato.

O peculiar da situação é que não há paralisia decisória. Pelo contrário, a Câmara dos Deputados, por exemplo, está em ativismo legislativo. O que há é uma disputa entre Executivo e Legislativo sobre quem governa, colocando em questão o tipo de governabilidade. O Congresso, como nunca, disputa o poder institucional no interior do sistema político. A designação de Temer para a negociação política com o Parlamento foi feita visando organizar a base institucional de apoio do Executivo. O PMDB quer mais cargos. A liberação de R\$ 5 bilhões para as emendas parlamentares, anunciada por Joaquim Levy, pode, talvez, amenizar um pouco as tensões. Além do desgaste na relação PMDB-PT, o segundo mandato registra um crescimento da oposição institucional.

O governo perdeu, embora não de modo absoluto, capacidade de implementar sua agenda legislativa. Parte de sua base se dispersou e passou a compor com a oposição, inclusive atraindo-a para a aprovação de alguns projetos, conforme ocorreu no caso da redução da maioria penal. Fatos institucionais importantes acontecem como se lideranças formalmente governistas fossem, na verdade, lideranças oposicionistas. Não se pode esquecer que Eduardo Cunha foi eleito à presidência da Câmara derrotando o candidato de Dilma, Arlindo Chinaglia, e com base na bandeira da autonomia da respectiva casa parlamentar.

Enfim, a natureza da crise contém elementos econômicos (não crescimento, pelo contrário, recessão), sociopolíticos (os fundamentos sociais da estrutura de poder estão em disputa, pondo em xeque a legitimidade do governo) e político-institucionais. Entre os últimos, destacam-se os problemas de padrão de governabilidade – presidencialista ou semipresidencialista? –, a relativa perda de controle da agenda legislativa por parte do Executivo, sobretudo em função da duplicidade do PMDB, que se comporta, ao mesmo tempo, como oposição e situação, e o andamento de investigações que embutem a ameaça de desdobramento em processo de impeachment. Enfim, a disputa política entre os dois principais projetos se espalhou, como nunca antes na história recente, em várias instituições do Estado, na sociedade civil organizada e alcançou as ruas. Trata-se da luta de classes, da disputa em torno do tipo de Estado e sociedade capitalistas em um país que tem a principal economia emergente da América Latina e que está inserido em uma crise internacional do modelo neoliberal.



OPERAÇÃO LAVA JATO GOLPEIA UMA CUNHA OPOSICIONISTA-CONSERVADORA

Jornal do Brasil - 21/7/2015

A informação dada ao juiz federal Sergio Moro, em contexto de delação premiada na Operação Lava Jato, pelo executivo Júlio Camargo, da companhia Toyo Setal, fornecedora da Petrobras, de que o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), recebeu uma propina de US\$ 5 milhões teve um efeito institucional imediatamente bombástico. Cunha tornou pública sua ruptura pessoal com o governo Dilma, passando às fileiras da oposição, onde, a bem da verdade, mais exatamente já se encontrava, embora não formalmente, desde que assumiu a presidência da Câmara Baixa, em fevereiro. Além disso, anunciou a criação de duas CPIs para acirrar a sua disputa contra o governo: uma do BNDES e outra dos fundos de pensão. Dado o caráter denso e disputado da dinâmica institucional em curso no país, envolvendo diversas instituições públicas, especialmente Polícia Federal, Ministério Público, Judiciário, Tribunal de Contas da União e Congresso Nacional, arriscar uma previsão da evolução dos fatos e processos é muito difícil. No entanto, aparentemente, um personagem que emergiu como um vulcão em erupção desde o final das eleições de 2014, uma espécie de versão atual do Fernando Collor de Mello de 1989, mas, desta vez, no interior do Congresso, e dirigindo seu discurso, em primeiro lugar, ao baixo clero parlamentar que lhe estruturou a vitória na eleição à presidência da

Câmara, ingressou agora no mesmo processo de perda de legitimidade que levou o mencionado ex-presidente ao impeachment. O desgaste já sofrido por Cunha, a despeito de suas bravatas em estado traumático, parece indicar que uma cunha oposicionista-conservadora do Parlamento foi golpeada. E isso pode significar um fôlego para o governo Dilma enfrentar, com um pouco mais de alívio, o inferno astral que tem sido esse segundo mandato.

A ascensão meteórica de Eduardo Cunha deu-se em meio à crise experimentada ao longo de 2014 pelas forças envolvidas no desenho e sustentação de uma coalizão sociopolítica e político-institucional de corte social-desenvolvimentista, que baseou os governos do PT desde Lula 1. Ela envolveu, principalmente, os trabalhadores, o subproletariado, a classe média emergente (“classe C”), setores industriais e os empresários da construção civil que ofertam serviços públicos. Começou a desmoronar em 2014, com a desaceleração do crescimento econômico, a explosão de denúncias contra políticos, diretores de estatais e empresários acusados de corrupção. Como resultado, emergiu uma crescente dificuldade de o governo federal sustentar um pacto político sem o apoio das classes médias tradicionais e da burguesia financeira.

O novo salvador da pátria conservadora, supostamente ameaçada pelo petismo, emergiu de cacique local do Rio de Janeiro a presidente da Câmara dos Deputados mobilizando um discurso de independência em relação ao governo Dilma. Representou o empenho pelo ressurgimento de uma liderança política nova e alternativa à polarização PT *versus* PSDB, à direita de ambos em questões relacionadas aos direitos humanos e civis.

Ele assumiu a presidência da Câmara explicitando sua orientação ideológica: na economia, liberal e antitrabalhista; na agenda dos direitos civis, moralmente conservador; nas relações políticas, dinheirização, patronagem e autoritarismo. Defende medidas como o fim da cota de conteúdo nacional para as compras da Petrobras, o financiamento privado de campanhas eleitorais e o Projeto de Lei nº 4.330/2004, que regulamenta a terceirização para todas as atividades empregatícias. Pronuncia-se abertamente contra projetos que legalizam o aborto e criminalizam a homofobia. Protagoniza o apoio ao projeto de redução da maioria penal e defende que seja votada a matéria legislativa de criminalização da “cristofobia”, em resposta à performance de uma travesti que se fantasiou de Cristo crucificado na última Parada LGBT, em São Paulo.

Se a maioria for progressista, dela esquiva-se, como o fez para evitar a derrota do financiamento privado de campanhas eleitorais, mas a ela apela quando tem composição conservadora, sendo este o caso na votação sobre a

redução da maioria penal. Fez manobras inusitadas para aprovar essas duas matérias, recolocando, de um dia para o outro, conteúdo legislativo perdido em votação, para ganhar a causa a qualquer custo, desrespeitando tradições procedimentais da Casa. Ao apostar no conservadorismo e em uma guinada ideológica antipetista, Cunha vinha acenando para a nova direita mobilizada e militante, que ocupa as ruas bradando palavras de ordem a favor do impeachment, do livre mercado e contrárias às políticas sociais. Inclusive, há novas manifestações dessas forças oposicionistas de rua agendadas para o dia 16 de agosto.

Isso tudo está longe de significar que Eduardo Cunha vinha alcançado êxito como uma liderança emergente capaz de induzir à organização de um novo pacto político. Embora seus discursos, recorrentemente, façam alusões à “maioria” e à “sociedade”, esse deputado notabiliza-se por ter apoio da bancada evangélica, cujo conservadorismo moral vem sendo cada vez mais criticado por forças representativas da sociedade civil organizada. Ademais, tem sido protagonista da defesa de pautas bastante impopulares, como a construção de um shopping center no Congresso, as terceirizações e o financiamento privado de campanha. No início de sua gestão, instituiu, mas logo teve que recuar da decisão, a destinação de recursos da cota parlamentar para a aquisição de passagens aéreas para as esposas dos deputados. Embora ainda não tenha sido denunciado pelo procurador Rodrigo Janot – e, se o for, terá amplo direito à defesa –, não surpreende que seu nome esteja envolvido nas irregularidades investigadas na Operação Lava Jato. Afinal, Eduardo Cunha encarna, de modo ímpar, as mais nefastas práticas clientelistas e patrimonialistas que pululam nas relações políticas brasileiras.

Com o protagonismo ameaçado, a fera ferida partiu para o ataque. Mas só o pequeno partido Solidariedade (SD), do deputado pró-impeachment, Paulo Pereira da Silva (SD-SP), presidente da Força Sindical, apoiou Eduardo Cunha em sua reação de ruptura com Dilma, insinuando que o Executivo influencia as ações do MPF e da Polícia Federal. O PMDB manifestou formalmente que a declaração de oposição se trata de uma posição pessoal do deputado carioca. Outro movimento aparente é o de interrupção da aproximação do PSDB e do DEM em relação ao presidente da Câmara, passando a se observar os primeiros indícios do processo contrário, ou seja, o afastamento.

Uma hipótese que se tornou mais provável é a do fortalecimento do vice-presidente Michel Temer, que preside o PMDB e tem sido fiel a Dilma. Nesse caso, perderiam espaço na agremiação os defensores do fim da aliança com o PT e as forças pró-impeachment se enfraqueceriam. Aliás, sendo a abertura de processo de impeachment uma prerrogativa da Câmara dos Deputados, Cunha,

que até então vinha rejeitando essa tese, qualificando-a como ilegal e golpista, evidenciou a volatilidade oportunista de seu programa político ao desgastar ofícios solicitando o impedimento da presidenta Dilma Rousseff. Mas, se a tese avançasse, que legitimidade ele teria agora para conduzi-la? Afinal, seu envolvimento na Operação Lava Jato tem efeito social na opinião pública. Se Janot denunciá-lo à justiça, ele se manterá no terceiro cargo mais importante na hierarquia política nacional da linha sucessória? Diante da trajetória de Eduardo Cunha, não há como não se lembrar das críticas de Oliveira Viana e Sérgio Buarque de Holanda ao personalismo que caracteriza a formação social e política brasileira. (Agradeço ao meu aluno Felipe Maruf Quintas pela formulação de ideias para esse texto.)

PSDB: DE PROGRESSISTA A CONSERVADOR

Jornal do Brasil - 28/7/2015

A crise política em curso no país tem impactado nos indicadores de preferências partidárias do eleitorado, embora seja difícil prever se as mudanças ocorridas se estabilizarão. Uma pesquisa do Datafolha, feita em meados de junho, evidenciou um crescimento da preferência pelo PSDB, agremiação que, desde 1994, tem sido a principal força política alternativa ao PT. Governou o país por dois mandatos sucessivos, entre 1995 e 2002, e seu candidato a presidente da República, senador Aécio Neves, teve um desempenho muito bom nas eleições de 2014, totalizando, no segundo turno, 51 milhões de votos, contra 54,5 milhões alcançados pela vencedora, Dilma Rousseff. No referido levantamento, os tucanos reuniram 9% das preferências dos eleitores, sendo este indicador, até o momento, seu recorde histórico, inserido em um movimento de ascensão observado desde o início do ano, ao passo que, com o PT, ocorre o inverso, uma queda. Na pesquisa de fevereiro, 5% consideram o PSDB como seu partido preferido; em abril, foram 7%. Qual é o conteúdo da força dos ventos que vem gerando energia política no PSDB?

O partido tucano originou-se em 1988, no espectro ideológico progressista, de centro-esquerda, nas lutas pela redemocratização. As lideranças originárias do PSDB saíram das entranhas do PMDB para criarem essa nova agremiação. No segundo turno das eleições de 1989, o partido apoiou, um tanto quanto

envergonhadamente, a candidatura de Lula, que disputou com Fernando Collor de Mello a Presidência da República. Desde o nascimento, deu sinais de que defenderia a modernização do capitalismo brasileiro, a perspectiva de construção de uma economia de mercado globalizada, competitiva, mas que comportasse uma rede doméstica de proteção social, algo próximo ao modelo espanhol da década de 1980, sob a presidência de Felipe González. Tais ideias já se fizeram presentes no programa do candidato tucano Mário Covas à primeira eleição presidencial depois da que havia elegido Jânio Quadros, em 1960.

Foi rápida a incorporação do PSDB às teses neoliberais. Em 1993-1994, consolida-se a adesão dos tucanos à perspectiva de superação do legado da Era Vargas e às teses da economia orientada para o mercado, que serviram de base normativa e técnica para o Plano Real e para as reformas ou contrarreformas implementadas por Fernando Henrique Cardoso (FHC) 1 e 2. A espinha dorsal político-partidária da vitória de FHC nas eleições de 1994 foi a aliança de centro-direita entre PSDB e PFL (hoje DEM). Ao contrário do PSOE espanhol, o PSDB nunca teve vinculações orgânicas com a base social típica de qualquer partido da social-democracia, a começar pelos sindicatos das classes trabalhadoras. Era fundamentalmente um partido de lideranças políticas e elites intelectuais que se autodenominavam social-democratas, contando também com alguma base na sociedade civil. Até o Plano Real, o PSDB carecia de um alicerce social mais claro, consolidado e expressivo em termos de influência sobre as decisões do Estado e outros recursos de poder. Essa lacuna sociopolítica foi preenchida pelo apoio sistemático da burguesia financeira e dos rentistas, que foram os principais beneficiários das reformas implementadas nos governos FHC, sobretudo a monetária, a cambial, a fiscal, a financeira, a previdenciária e as privatizações. Talvez seja equivocado, dadas certas características estruturais do capitalismo globalizado, reduzir o conjunto das reformas como sendo de interesse exclusivo dos rentistas e financistas, mas esses foram os que hegemonizaram politicamente aquilo que Nicos Poulantzas chama de bloco no poder.

Na política, o PSDB deparou-se com a oposição do PT, partido de orientação social-democrata e socialista democrática, com forte enraizamento nos sindicatos e em diversos movimentos sociais. O PT denunciou acerbamente a orientação das reformas defendidas pelo PSDB, criticando os interesses privilegiados aos quais serviam as políticas públicas nos governos FHC. Os pífios resultados apresentados na atividade econômica, infraestrutura, produção, emprego, renda e proteção social contribuíram para desgastar a gestão PSDB e para a vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002.

O relativo sucesso dos governos petistas, principalmente Lula 1 e 2, mas, em alguns aspectos, também em Dilma 1, com respaldo de importantes empresários do setor produtivo, no combate à pobreza, na expansão das políticas sociais, na promoção do emprego, na valorização do salário mínimo e na manutenção da estabilidade macroeconômica desnorteou o PSDB. O tucanato ficou sem discurso e apostou no moralismo contra a corrupção, na exaltação do mercado e de uma suposta “eficiência administrativa” tucana, contraposta às irregularidades supostamente exclusivas do PT, evidenciadas a partir do mensalão e, desde 2014, na Operação Lava Jato.

A guinada desenvolvimentista de Lula 2, a partir do final de 2008, em resposta à crise internacional, com ampliação do crédito público, redução dos juros, papel mais ativo das empresas estatais, crescente formalização do trabalho, ganhos salariais diretos e indiretos, sustentada socialmente nos trabalhadores, no subproletariado, na classe média baixa empreendedora e emergente e na burguesia industrial, deixou estratos das classes médias tradicionais e modernas, a burguesia financeira e os rentistas um tanto quanto não identificados e incomodados com as políticas de inclusão social do governo. Ascendeu, então, entre esses setores, por iniciativa da grande mídia, o discurso liberal antiestatizante e moralista, próprio dos que veem no intervencionismo a guarida da corrupção e da ganância fiscal. Os petistas passaram a ser chamados, por motivação agonística, de “petralhas”.

Diante das dificuldades de o governo Dilma 1 prosseguir nos avanços verificados em Lula 1 e 2, emergiram as manifestações de junho de 2013 e, com elas, a disputa política em torno de quem representava as heterogêneas demandas das ruas. A dinâmica das lutas políticas conduziu o PSDB, a partir de então, cada vez mais, à direita, afastando-se do centro, como se nele houvesse baixado o espírito da antiga UDN lacerdista. Assim, vai emergindo um tucanato conservador, ouvido e voz do povo das ruas, com um discurso moralista e tecnocrático, ao agrado de frações da classe média descontentes com o pretense bolivarianismo chavista que estaria sendo implementado no Brasil pelo PT.

Nas eleições de 2014, a candidatura presidencial do PSDB, encabeçada por Aécio Neves e tendo Aloysio Nunes Ferreira como vice, encampou claramente o discurso à direita, defendeu entusiasticamente o liberalismo econômico e relacionou o escândalo de corrupção na Petrobras ao suposto “estatismo” do PT, importando e nacionalizando o discurso ideológico da Guerra Fria. O inimigo, no Brasil e na América do Sul, seria o bolivarianismo venezuelano, sua versão lulopetista e seus aliados mais próximos, Cuba e Bolívia. Esse discurso

tucano-direitista-conservador foi apoiado por personalidades folclóricas da extrema direita, como o deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) e o Pastor Everaldo (PSC-RJ), que se candidatou à Presidência da República e se comportou, na campanha eleitoral, como linha auxiliar de Aécio Neves. Todos esses defenderam, já em 2014, a proposta conservadora de redução da maioria penal.

Após a derrota do PSDB nas eleições de 2014, delinear-se duas linhas de ação no interior da agremiação. Uma é liderada por Aécio Neves e pelo PSDB mineiro, que defende investir nos meios que levem à abertura de processo de impeachment contra a presidenta Dilma, seja por abuso de poder econômico durante a campanha, fraude eleitoral, desaprovação das contas governamentais pelo TCU etc. A outra é encabeçada pelo PSDB paulista, mais especificamente por Geraldo Alckmin, e defende a construção de uma agenda positiva que sustente uma eventual candidatura do governador paulista à sucessão presidencial. A ala de Aécio Neves, que é pró-impeachment ou a favor da redução do mandato de Dilma pela via da impugnação de sua vitória eleitoral pelo TSE, pega carona nos movimentos de direita e extrema direita, que se manifestaram massivamente em todo o Brasil em março e abril de 2015, endossando discursos raivosos e apelativos na esperança de representar as ruas. Além disso, tem apoiado ações no Congresso, sob a liderança de Eduardo Cunha, visando criar dificuldades fiscais e políticas para o governo Dilma.

A guinada ideológica à direita foi mais cruamente implementada pelo governador tucano reeleito pelo Paraná, Beto Richa, que justificou a intensa repressão policial aos professores da rede estadual, no primeiro semestre desse ano, alegando que os grevistas estariam a serviço do PT e de sindicatos esquerdistas. Por sua vez, os paulistas moderaram no discurso de oposição a Dilma e enfatizam a busca da construção de um modelo político de centro-direita liberal, que contemple os setores populares beneficiados pelos governos do PT, mas que, em decorrência das complicações econômicas e das sucessivas denúncias de corrupção, paulatinamente retiram o apoio aos petistas, sem, entretanto, ter algum alinhamento alternativo.

Enquanto os tucanos pró-impeachment alimentam-se exclusivamente do antipetismo crescente na sociedade, que não se limita mais às classes médias, conseguindo também certo apelo entre os mais pobres, ressentidos com as recentes dificuldades econômicas, os tucanos do PSDB paulista investem no ressurgimento de uma espécie de social-liberalismo, como alentado pelo governador reeleito Geraldo Alckmin, em seu discurso de posse em 2015.

A atual conjuntura é incerta e ninguém pode prever o que ocorrerá. Até

mesmo a estabilidade do PSDB enquanto principal oposição é relativa, dadas as investidas públicas de lideranças do PMDB ou por uma ruptura com o governo Dilma ou pelo lançamento de uma candidatura de oposição ao PT em 2018. Há, efetivamente, uma crise política no Brasil. No movimento dessa crise, embora ainda os resultados não estejam encerrados e definidos, o PSDB, que surgiu progressista em 1988 e caminhou para a centro-direita em 1994, vem percorrendo, desde 2014, uma trajetória à direita e conservadora, que busca se legitimar na atenção ao clamor das ruas e de outros segmentos do eleitorado. (Novamente agradeço ao meu aluno Felipe Maruf Quintas pela colaboração. Ademais, estou em mudança temporária para o Reino Unido, volto em 15 dias).



CRISE POLÍTICA E DEMOCRACIA: BRASIL E AMÉRICA LATINA

Jornal do Brasil - 11/8/2015

A atual crise brasileira desenvolve-se em uma conjuntura de liberação ou catarse de três tipos de vontades políticas oposicionistas, complementares e articuladas contra o governo petista de Dilma: conservadorismo, liberalismo econômico e autoritarismo. A conjunção dessas três vontades políticas é preocupante para a consolidação da democracia e atua contra o processo de revolução democrática aberto em Lula 1, que, com dificuldades, sobreviveu até Dilma 1, terminando por ser intensamente contra-arrestado desde o final das eleições de 2014 em diante, até hoje, em Dilma 2.

A visão da democracia como um processo de revolução democrática pode ser iluminada pelo liberalismo político de Alexis Tocqueville. Segundo ele, a democracia é um processo democrático que ocorre nas diversas sociedades há muitos séculos, assumindo características específicas em cada uma delas. A igualdade de condições, ou seja, a oportunidade de todos alcançarem status igual de pertencimento ao corpo de cidadãos, independentemente das diferenças de classe social, é o principal conteúdo do processo histórico democrático. A democracia possui uma força motriz igualitária, operando como uma lei de nivelamento que destrói as sociedades aristocráticas, nas quais a desigualdade de status é uma instituição social. Em alguns momentos, como ocorreu

em meados do século XIX nos EUA, o processo igualitário se intensifica, conformando uma revolução democrática.

Uma explicação estrutural para as sucessivas vitórias eleitorais do PT em 2006, 2010 e 2014 está no fato de que esse partido e os governos federais que ele constituiu, ainda que em condições de presidencialismo de coalizão, ancoraram uma revolução democrática que, embora não tenha sido acelerada e intensa, foi bastante significativa em termos de inclusão social, econômica e política. Por outro lado, a vitória de Lula em 2002 explica-se pelo fracasso das duas administrações do PSDB, capitaneadas por Fernando Henrique Cardoso, na promoção dos prometidos avanços econômicos e sociais, que seriam avanços na igualdade de condições.

Artigos anteriores nesta coluna já se referiram ao conservadorismo e ao ideário econômico-liberal que alimentam as principais forças oposicionistas, como o deputado federal e presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e os membros da bancada parlamentar que o seguem em Brasília, o novo PSDB de corte direitista, a grande mídia, os rentistas e estratos expressivos das classes médias tradicionais. Mas importa abordar também o autoritarismo, não só sob a forma de descaso com a democracia, como também sob formas mais explícitas.

Editorial da *Folha de S. Paulo*, publicado no último dia 8, ao abordar a crise política acelerada, avalia que “alguns atores buscam atalhos para o desenlace, demonstrando pouco apreço pelos ritmos desenvolvidos na normalidade democrática”. Em outra passagem, ao criticar as investidas do PSDB contra Dilma Rousseff, diz: “uma ala barulhenta do partido pensa que pode subordinar os meios jurídicos a seus fins eleitorais, vergando as regras da democracia para encurtar o caminho até o poder”.

Embora a democracia institucionalize o conflito, a disputa política entre governo e oposição, não havendo o devido apreço aos procedimentos institucionais do Estado Democrático de Direito, pode se constituir uma confusão entre o que é oposição política democrática e o que são meios não democráticos de ação e discurso. Sendo os partidos instituições basilares da democracia representativa, é um desserviço à cultura democrática da sociedade e um desrespeito às instituições democráticas o fato de que forças partidárias oposicionistas, desejando destituir um governo recém-eleito, considerem que seus almejados fins sejam mais importantes que o respeito aos meios democráticos. Ainda mais porque a crise política atual não está circunscrita às elites políticas. Ela é televisionada para quase todos os lares, envolve forças sociais, redes sociais, manifestações de rua etc.

Outro liberal e um dos Pais Fundadores dos Estados Unidos, Alexander Hamilton, escreveu, em *Os Federalistas*, que um Executivo fraco, incapaz de conter “o furor das facções e os projetos da ambição”, é sinônimo de execução fraca das leis e de liderança fraca sobre o país. O governo Dilma 2, legitimado há apenas dez meses pelo voto popular e empossado em janeiro, padece de “falta de energia”, novamente utilizando termos hamiltonianos, e enfrenta a mais grave crise brasileira desde o governo Collor.

O fato de Dilma enfrentar uma grande crise de legitimidade tem servido a algumas forças oposicionistas, conscientemente ou não, de motivo para alimentar o apetite contra a legitimidade da democracia. Os que vão com muita sede ao pote no caminho do impeachment, da cassação da chapa Dilma-Temer ou pressionam pela renúncia da presidenta não querem, na verdade, substituir a legitimidade democrática das eleições pela legitimidade populista-autoritária do golpe branco, sustentada em pesquisas de popularidade presidencial e em anseios antidemocráticos de poder de forças partidárias oposicionistas, de forças recém-organizadas da sociedade civil, como o Movimento Brasil Livre, o Vem pra Rua e o Revoltados On Line (que apreciam o liberalismo econômico e temem o suposto bolivarianismo e comunismo do governo petista), da grande mídia, rentistas etc.?

Em entrevista recente, o sociólogo Brasília Sallum Junior, que pesquisou sobre o impeachment do ex-presidente Collor, observou que, na crise atual, as ruas empurram os partidos. Em 1992, o “Fora Collor” foi uma bandeira dos partidos e de uma centena de organizações progressistas da sociedade civil. Mas, antes de tudo, houve fatos institucionalmente legitimados amparando o processo de impeachment, o que não existe hoje. Se vierem à tona, o que não parece provável, a história poderá ser outra, mas que a democracia não seja ferida por preferências político-partidárias ou ideológicas de quem perdeu a eleição ou se considera antipetista, conservador, de direita, anticomunista etc.

Crises políticas fazem parte da história da América Latina. O cientista político uruguaio Luis E. González, em um trabalho publicado em 2008, pesquisou sobre as crises políticas nas democracias latino-americanas desde o fim da Guerra Fria. Partindo de uma definição mínima de democracia, ele classifica as 17 democracias na região em genuínas poliarquias ou democracias consolidadas (Chile, Costa Rica e Uruguai), democracias eleitorais ou minimalistas (Argentina, Bolívia, Equador, Nicarágua, Paraguai, Peru e Venezuela) e casos intermediários, nos quais não há nem a consolidação democrática nem crises políticas agudas recorrentes (Brasil, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Honduras, México e

Panamá). Ele lança mão do conceito de “crises políticas agudas [...] aquelas que afetam as instituições políticas centrais”, que, “nas democracias eleitorais da América Latina [...] são os presidentes e as legislaturas”. Impeachments legais, conforme ocorreram no Brasil, Venezuela e Colômbia, não foram incluídos entre as crises políticas agudas.

O autor identificou dois períodos de oito anos nas crises, o que vai entre 1992 e 1999 e o situado entre 2000 e 2007. Em ambos os períodos, o número de crises foi similar, mudando, no entanto, a natureza delas. No primeiro período, ocorreram crises políticas que o autor caracterizou como “tradicionais”, lideradas pelas elites, nas quais, quando há participação das massas, ela não é decisiva; no segundo período, a maioria das crises foi “não tradicional”, devido à decisiva participação da população. Ademais, o autor fez previsões para o período seguinte, também de oito anos, 2008-2015.

No período 1992-1999, González identificou oito crises tradicionais. Quatro foram em 1992: duas tentativas falhas de golpe militar na Venezuela; autogolpe do presidente do Peru, Alberto Fujimori; e fechamento da Assembleia Nacional nicaraguense por Violeta Chamorro, findo em solução política. Em 1993, o presidente da Guatemala, Jorge Serrano, tentou um autogolpe, mas seguiu-se um contragolpe e a sua renúncia. O Paraguai experienciou, em 1996, uma tentativa fracassada de golpe militar. Em 1997, o Congresso do Equador declarou o presidente Abdalá Bucaram mentalmente incapacitado e, em uma semana, sucederam-se três presidentes. Por fim, em 1999, o assassinato do vice-presidente paraguaio, Luis Argaña, desdobrou-se no impeachment do presidente Raúl Cubas.

Entre 2000 e 2007, o referido autor observou dez crises, três delas no Equador, em 2000, 2005 e 2007. Nas duas primeiras, os presidentes enfrentaram pesadas pressões, inclusive oriundas de manifestações de massa. Na última, logo no início da presidência de Rafael Correa, a Justiça Eleitoral cassou o mandato de 57 dos 100 parlamentares. Na Bolívia, ocorreram duas crises políticas agudas, em 2003 e 2005, resultando na renúncia sob coerção, respectivamente, de Gonzalo Sánchez de Losada e Carlos Mesa. Em 2000, fracassou uma tentativa de golpe militar no Paraguai, conduzida por apoiadores do general Lino Oviedo, assim como caiu o presidente peruano Alberto Fujimori. Em 2002, falhou uma tentativa de golpe militar contra o presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Por fim, em 2005, na Nicarágua, uma aliança da oposição quase depôs o presidente Enrique Bolaños.

González explica tais crises na América Latina com base em duas variáveis: prolongadas insatisfações das expectativas populares e a natureza ainda precária

de muitas democracias minimalistas da região. Para estimar as expectativas insatisfeitas, ele recorre ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita e classifica os 17 países em três tipos, conforme a média decrescente desse indicador: melhores, piores e médios. Nos seis melhores, estão Chile, Colômbia, Costa Rica, Uruguai, Panamá e México. Os seis piores são Honduras, Equador, Bolívia, Peru, Venezuela e Nicarágua. Os cinco intermediários são Brasil, Paraguai, Argentina, El Salvador e Guatemala. Nos dois períodos, nenhuma crise ocorreu nos países com o melhor PIB per capita. Mas, onde esse indicador é pior, houve mais crises políticas agudas; cinco países desse grupo enfrentaram-nas. Dos cinco países do grupo intermediário, elas ocorreram em três.

Além do indicador social, outro componente da análise é político, tendo o autor optado pela avaliação da efetividade da justiça, sem a qual os direitos são mera formalidade. Nesse quesito, a relação de correspondência com os casos de crise política aguda foi, no referido trabalho, ainda maior do que no do PIB per capita. O Brasil ocupa a quarta posição entre os seis que pertencem ao grupo dos melhores. Nenhum desses seis países atravessou uma crise política aguda, ao passo que ela ocorreu nos seis países do grupo com o pior ranking em termos de efetividade da justiça. O que importa é a combinação das duas variáveis, a social e a política. Mas penso que a análise se enriqueça com a inclusão de outros fatores, como a conjuntura econômica internacional, regional e nacional, características específicas da formação social, do Estado, dos atores etc. González previu como improvável a ocorrência de crises políticas agudas nas três democracias consolidadas da América Latina, provável nos países da zona de risco e relativamente improvável nos que compõem a “zona provavelmente segura”, embora estes correriam maior risco que os primeiros. O Brasil foi incluído nessa última zona.

Grosso modo, os anos 1990 foram de vacas magras na América Latina, ao passo que, na primeira década, houve uma relativa bonança. Não à toa, as crises latino-americanas mais recentes são não tradicionais. Regimes políticos reformistas podem reforçar crises no processo de acumulação de capital, por mais que busquem se munir de políticas anticíclicas. Ademais, em conjunturas de mudança histórica, os atores e seus recursos de poder não são fixos, podendo emergir novos, enfraquecerem-se velhos etc. Eles também podem se comportar de um jeito no período de bonança e de outro na crise, quando tudo o que é sólido se desmancha no ar.

O país está diante de uma crise política aguda caracterizada pela tentativa de derrubar Dilma. Há uma síntese de múltiplos fatores, especialmente as dificuldades do primeiro mandato na promoção do crescimento, os problemas

fiscais, o impacto da Operação Lava Jato, as quatro sucessivas vitórias eleitorais do PT, a ação oposicionista da grande mídia oligopolizada, a opção do governo por uma política econômica que produz recessão e desemprego, o acirramento do conflito distributivo entre capital e trabalho, haja vista a lei das terceirizações, e dos rentistas contra as políticas sociais, enfim. Esses elementos têm ensejado ou fazem parte de uma ofensiva contra a revolução democrática e algumas forças oposicionistas estão mostrando pouco apreço pelas regras da democracia brasileira.

Dado o nível de confusão que caracteriza a conjuntura, com muitas forças centrífugas emergindo, governo e oposição em dificuldade etc., frações de classe que foram contempladas nas mudanças operadas desde 2003 e dependem do avanço da revolução democrática para melhorar suas condições de vida e cidadania têm se aproximado, talvez inconscientemente, do bloco contrário ao reformismo progressista, inclusive sendo, em alguma medida, capturadas pelos defensores de soluções que desvalorizam os ritmos da normalidade democrática. É o caso, por exemplo, do subproletariado de todo o país, que votou em Lula em 2006 e, em 2010 e 2014, em Dilma. O fato de Dilma não estar cumprindo o programa vencedor das eleições, que deveria ter conteúdo social-desenvolvimentista, é um elemento central, ajuda muito na explicação do desnorteamento geral da base social do PT. A escassez de peixe na maré da economia impacta também no esfacelamento da base governista no Congresso Nacional.

Alguns cruciais acontecimentos recentes no Brasil, capitaneados pelas forças de oposição em sua luta contra o governo Dilma e o PT, têm sido marcados por uma instrumentalização da disputa política democrática, que caminha na direção oposta à da consolidação da democracia. Enquanto os militares cumprem rigorosamente sua missão constitucional, é preocupante que forças partidárias oposicionistas, ávidas por se tornarem governistas e induzidas por algumas corporações da grande mídia e por atores emergentes da sociedade civil, estejam demonstrando pouco apreço pelo andamento normal das regras da democracia e, em vários casos, apreço pelo autoritarismo.

Há duas manifestações agendadas, uma da oposição, para o dia 16, demandando a renúncia de Dilma ou a abertura do processo de impeachment, e outra dos movimentos sociais, em defesa da democracia e dos direitos sociais. Participação de massas é bem-vinda e ela tem aumentado em toda a América Latina após o fim da Guerra Fria. Mas é preciso zelar pela separação das fronteiras entre democracia e autoritarismo. No limite, seria útil relembrar que o fascismo é mobilizador. Não está em curso um autoritarismo de massas, de baixo para

cima, que empurra forças partidárias de oposição à direita? O governo Dilma é muito distinto do governo Collor, que não tinha base partidária. Por mais que o PT esteja em crise, ele é um dos principais partidos do país, com real inserção na sociedade brasileira. O regime político do Brasil difere do de uma república recém-saída do autoritarismo. Três décadas ininterruptas de existência de uma democracia eleitoral de massas na maior economia da América Latina não é pouca coisa, mesmo que ainda haja muita estrada pela frente. E está claro que a responsabilidade pela crise é tanto do governo quanto da oposição. (Agradeço a Felipe Maruf Quintas pelo apoio.)



AGOSTO DE DESGOSTO E ALÍVIO PARA DILMA, ATÉ AQUI!

Jornal do Brasil - 18/8/2015

Enquanto importantes triunfos políticos logrados pelo fundador do Império Romano, César Augusto, no oitavo mês até então denominado Sextililis, inspiraram-no a se auto-homenagear, por meio de decisão do senado mudando o nome da referida divisão do ano solar para agosto, no país latino de língua portuguesa das Américas, esse mês tem pontuado tragédias ou dificuldades políticas excepcionais para os governantes: suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, renúncia de Jânio Quadros, em 1961, protestos de rua pedindo o impeachment de Fernando Collor de Mello, em 1992, morte trágica de Eduardo Campos em plena campanha eleitoral de 2014 e, agora, uma onda de fatos desfavoráveis pressionam a presidenta Dilma Rousseff. Mas, em meio à crise política galopante, há também alguns fatos que estão propiciando certo alívio à chefe do Executivo. Embora o mês ainda esteja no início da segunda metade e fatos políticos relevantes, alguns imprevisíveis, vêm aflorando a cada dia, um balanço da situação é útil e oportuno, sobretudo após as manifestações de rua do último domingo.

Entre os fatos políticos negativos para o governo no mês em curso podem ser destacados, em ordem cronológica, os seguintes: a prisão de José Dirceu, inserida em uma operação que visa o alvo maior, o ex-presidente e candidatável

às eleições de 2018, Lula; a reabertura do parlamento, pós-recesso, marcada pela aprovação, na Câmara dos Deputados, da análise, em regime de urgência, das contas dos governos Itamar Franco, FHC e Lula; a declaração de independência da base aliada do PDT e PTB, que somam 45 cadeiras na Câmara; o anúncio de que a rejeição a Dilma ultrapassa a alcançada por Collor; a aprovação da PEC 443, por acaçapante maioria, com 55 petistas votando contra o governo, na contramão do ajuste fiscal implementado por Joaquim Levy; e, por fim, as manifestações de rua do dia 16, em cidades de todas as unidades federativas, agregando um contingente não inexpressivo de descontentes.

Por outro lado, ressaltam os seguintes fatos políticos positivos, também cronologicamente: o pronunciamento de Michel Temer, exortando partidos e sociedade civil à reunificação do país, na forma de um pacto pela governabilidade, seguido de imediato apoio público da Firjan e da Fiesp; a divulgação da Agenda Brasil, por Renan Calheiros, visando superar as crises econômica e política e alcançar a retomada do crescimento, que recebeu imediato apoio do ministro da Fazenda e de Dilma Rousseff, lançando o Senado como possível contrapeso à Câmara, presidida pela principal força oposicionista, Eduardo Cunha; a manutenção do Brasil na condição de grau de investimento, pela agência Moody's, que avalia risco de crédito, embora aplicando ligeiro rebaixamento na nota do país; a reunião de Dilma, em Brasília, com lideranças dos movimentos sociais, que se comprometeram a defender a continuidade de seu mandato e um projeto nacional de desenvolvimento; o pedido de vista do ministro Luiz Fux à ação que tramita no TSE, por iniciativa do PSDB, pedindo a cassação dos mandatos de Dilma e Temer, por abusos políticos e fraudes; a decisão do STF de que a análise das contas do governo Dilma 1 deve ser feita por sessão conjunta do Congresso Nacional, e não isoladamente pela Câmara dos Deputados; por fim, as manifestações do último domingo, contraditoriamente, além do elemento negativo, também têm um importante componente positivo, pois dão seguimento à curva declinante que vem sendo desenhada desde as manifestações de rua de março desse ano.

O clima geral de insatisfação com Dilma, que se expressa em sua baixíssima popularidade, tem a ver, principalmente, com a política macroeconômica, cujo conteúdo contracionista, nas áreas fiscal e monetária, com implicações recessivas, alimenta a percepção de ter havido estelionato eleitoral. Ocorre que a maioria dos manifestantes de domingo, aos quais o PSDB se juntou oficialmente, não estava nas ruas contra a política econômica, em relação a qual suas lideranças inorgânicas não se opõem, e sim pela bandeira da anticorrupção,

cara ao tucanato neoliberal, desprovido de propostas mais amplas, e à grande mídia. Mas a efetividade dessa bandeira em termos de deposição presidencial depende de provas, ao menos até aqui inexistentes, sendo pouco crível que venham a se constituir.

Se a esquerda estivesse nas ruas contra a política econômica de corte neoliberal, a chance da renúncia talvez aumentasse, embora não do impedimento. Entretanto, a maioria das esquerdas organizadas (partidos, sindicatos e movimentos sociais), que é contra a política econômica, quando muito a suporta inconformadamente, defende a manutenção do mandato democrático de Dilma e é antipática às manifestações de rua de conteúdo conservador, que focam exclusivamente na anticorrupção para contestar a continuidade do atual mandato presidencial. Ainda assim, as ruas dos estratos de classe média com inclinação direitista e conservadora, bem como a grande mídia, contestam, efetivamente, apenas a corrupção petista, não a corrupção em geral, o que, junto com a inexistência de provas concretas contra Dilma, também opera no sentido de limitar o aumento da legitimidade e da efetividade dos protestos oposicionistas, pois carecem do elemento jurídico da legalidade e apresentam incoerência programática, pelo caráter casuístico e discriminatório de sua principal bandeira. Na verdade, a anticorrupção das ruas conservadoras é, acima de tudo, antipetismo. Mas o PT deixou isso acontecer, tem culpa no cartório. Outra limitação política importante para os que querem depor Dilma é que, com exceção da grande mídia, que, inclusive, embora oposicionista, parece frear sua adesão à perspectiva do golpe branco, as organizações e lideranças empresariais não estão investindo politicamente no impeachment ou renúncia. Em suma, tanto o impeachment formal, constitucional, baseado em alguma irregularidade e processado mediante os ritos institucionais jurídico-políticos, quanto o impeachment mais comum na América Latina, de natureza exclusivamente política, parecem carecer de sustentação na crise política em curso no Brasil.

Pérez, na Venezuela, Collor, no Brasil, e Fujimori, no Peru, sofreram impeachment por corrupção comprovada e implementaram políticas neoliberais. Cubas, no Paraguai, sofreu impeachment por se recusar a prender seu aliado político, o general Lino Oviedo, e em função dos desdobramentos políticos relacionados ao assassinato de seu vice-presidente. No mesmo país, em um processo extremamente politizado, Fernando Lugo, em 2012, sofreu impeachment, implementado em ritmo acelerado, sem a garantia de condições viáveis de defesa, tendo como fato deflagrador um incidente policial de remoção de

sem-terra, que provocou a morte de 17 pessoas, dos dois lados do conflito. No primeiro caso paraguaio mencionado, as políticas neoliberais ocorreram, no segundo, não.

Uma tensão parece pressionar aos atores políticos no capitalismo latino-americano: ser ou não ser neoliberal, ser ou não ser antineoliberal. Tanto uma quanto outra opção são difíceis. Outra pressão é a corrupção. A terceira variável nos casos de contestação presidencial é a existência ou não de maioria parlamentar. Nesse último quesito, Dilma perdeu base no segundo mandato, embora, desde a nomeação de Temer como articulador político, venha tentando reagir. O apoio de Renan Calheiros, com base na Agenda Brasil, em se confirmando, poderá melhorar um pouco a difícil relação do Executivo com o Congresso nessa legislatura.

De volta às ruas, o oposicionismo direitista, como dito, não critica a política econômica de Levy. A situação é realmente muito contraditória e atípica, ao menos quando se examinam as contestações de rua contra presidentes latino-americanos nas décadas mais recentes. Fernando de la Rúa, por exemplo, renunciou após vários meses contínuos de protesto contra sua política econômica de austeridade neoliberal. “¡Que se vayan todos!”, gritaram os manifestantes, em referência aos políticos. Mas há um fosso entre o descontentamento geral com Dilma, alicerçado na política econômica contracionista, e as manifestações de corte direitista. Nas ruas do último domingo, enquanto vários manifestantes, com faixas e cartazes, atacavam o suposto comunismo e pediam intervenção militar, quem representava, com propostas efetivas, o desempregado, a família de baixa renda, o estudante de graduação ou pós-graduação sem bolsa de estudo ou o usuário do SUS, ambos prejudicados com os cortes orçamentários, o camponês pobre, o sem-terra, o sem-teto, o microempreendedor individual que tem perdido clientela?

Em síntese, os que querem derrubar Dilma não têm a necessária base legal para fazê-lo, assim como a mandatária não aponta sinais de que vai renunciar. E o 16 de agosto representou para ela um alívio vindo em boa hora, não pelo bem que fez, mas pelo mal não tão dolorido que causou. Por outro lado, se o Congresso tem dificuldade de iniciar um processo de impeachment por corrupção, a disputa política foi levada também para o TSE e o TCU, visando, respectivamente, impugnar a chapa vencedora nas últimas eleições e rejeitar as contas de Dilma 1, o que, em tese, poderia se desdobrar em processo de impedimento por improbidade administrativa. Mas as instituições jurídico-políticas da União têm graus de autonomia relativa, como comprova a Operação Lava Jato, não sendo

tão facilmente passíveis de instrumentalização política por forças da oposição ou situação. Além do mais, vêm aí as manifestações da maioria da esquerda organizada, dia 20. No contexto do impeachment de Collor, não havia sociedade civil organizada ou mesmo inorgânica para defendê-lo.

Concluindo, recoloca-se a assertiva do título: agostinho de desgosto e alívio para Dilma, até aqui! Parece plausível essa avaliação, uma vez que o governo está sob intenso fogo cruzado, mas tem reagido contra a artilharia oposicionista. Se o agostinho conquistador de Augustus está fora de cogitação, por ora, mesmo havendo uma crise política aguda, também não se tem a intensidade do cenário dramático do oitavo mês do ano que levou Vargas ao suicídio ou Jânio à renúncia, apesar de manifestantes terem demandado um ou outro desses dois desfechos. Para o balanço, relevante é observar que não dá para analisar a democracia apenas através das instituições, abandonando o horizonte mais amplo das relações entre Estado e sociedade, classes, frações, grupos de interesse, corporações e seus recursos de poder. No caso específico do presidencialismo, essas relações incluem, entre outros elementos, o vínculo do chefe do Executivo com os eleitores.



AS GOVERNANÇAS DE LULA E DILMA

Jornal do Brasil - 25/8/2015

Operação Lava Jato à parte, em que medida as crises política e econômica em curso não têm uma raiz no perfil político mais tecnocrático e elitista de Dilma? Uma comparação entre o modo de fazer política da atual mandatária com o de seu antecessor pode ajudar a esclarecer o ponto. No dia em que Lula tomou posse, em janeiro de 2003, um de seus primeiros atos foi instituir uma ampla e representativa arena de concertação social, para discutir e formular ideias para o país, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), composto por 90 membros da sociedade civil organizada, principalmente empresários e trabalhadores, mas também alguns intelectuais, lideranças religiosas etc. e 14 autoridades governamentais. A presidência do CDES ficou nas mãos do presidente da República, indicando a importância que Lula daria a esse espaço institucional de diálogo social. Além disso, Lula realizou, em seus dois mandatos, 74 conferências nacionais de políticas públicas e direitos, expandindo muito e requalificando o papel dessas instituições de participação e deliberação.

Tanto o CDES quanto as conferências contribuíram para facilitar a relação do Executivo com o Congresso Nacional em termos de produção legislativa, proporcionando uma complementariedade entre o sistema representativo e os mecanismos participativos da democracia brasileira, conforme estabelecido na Constituição de 1988. Ambos também contribuíram para a aproximação entre

governo federal e sociedade civil, visando promover o crescimento e combater as desigualdades. Por outro lado, Dilma 1 não apostou nem no CDES nem nas conferências, afastando-se relativamente da sociedade civil organizada no processo decisório das políticas públicas. Além disso, teve vários problemas de relacionamento político com o parlamento, que se agravaram muito em Dilma 2.

O Estado expressa e articula um pacto de dominação, que vincula a burocracia e as elites políticas aos interesses de classes e frações. Obviamente, as relações que vinculam Estado e sociedade variam no tempo e espaço, ou seja, historicamente e de país para país. No entanto, em linhas gerais, a modernização, entendida como industrialização, urbanização e secularização, tende a aproximar os nexos entre um e outro. A expressão política mais significativa dessa aproximação é o regime democrático, que escolhe as lideranças políticas do Estado com base no voto dos eleitores. Não se ignora que a modernização pode se dar por meio do autoritarismo, como ocorreu no Estado Novo e na ditadura militar. Mas, no Brasil atual, a modernização autoritária foi superada, embora alguns manifestantes de rua, em 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto tenham pedido, extemporaneamente, a volta dos militares.

O país vivencia sua mais significativa experiência democrática e as instituições participativas implementadas em Lula 1 e 2, em sintonia com os anseios dos atores por interação com o poder público, contribuíram bastante para os resultados alcançados naqueles dois mandatos presidenciais, embora outros fatores, como as condições da economia internacional, também tenham relação causal com o que então aconteceu.

Dois documentos norteadores fundamentais para o direcionamento das decisões tomadas ao longo dos mandatos de Lula foram a primeira e a segunda Agenda Nacional de Desenvolvimento, aprovadas no âmbito do CDES, após ampla discussão e concertação. Essas duas Agendas lidaram com temas, áreas e desafios fundamentais da ação estatal, como o combate à desigualdade, a infraestrutura, o crédito, a política industrial, a agricultura familiar, a moradia popular e assim por diante.

Em linhas gerais, os governos de Lula optaram por avançar na inclusão econômica, política e social, baseada, por um lado, na intervenção moderada do Estado na economia, para promover o crescimento, incorporar a força de trabalho no processo produtivo e, com isso, arrecadar impostos para executar políticas sociais e, por outro, na abertura ao diálogo com os atores estratégicos e organizados da sociedade civil, sendo que alguns deles foram pioneiramente levados

em conta pela ação governamental, como moradores de rua e catadores de lixo, para ficar em um só exemplo de inovação.

Sendo o desenvolvimento um processo, por excelência, político e complexo, o diálogo e a parceria com os atores, por meio de instituições, para a definição e implementação dos projetos ou programas de ação, é um imperativo essencial para a efetividade das transformações. Nessa perspectiva, pode-se qualificar a perspectiva de governança de Lula como democrático-participativa.

Apesar do maior peso dado por Dilma às obras de infraestrutura, que são imprescindíveis para a competitividade e o crescimento, uma das principais diferenças dessa presidenta em relação à agenda de Lula foi a menor importância dada à concertação ou diálogo social, que se expressou no relativo abandono dos conselhos, do CDES e das conferências. Ao invés da governança democrático-participativa, Dilma implementou um padrão de governança de perfil voluntarista-tecnocrático ou elitista-democrático. Isso lhe trouxe problemas nas duas frentes políticas da democracia brasileira, a representativa e a participativa. Não à toa, em seu discurso da vitória, na noite de 26 de outubro de 2014, ela afirmou que o primeiro compromisso de seu segundo mandato seria o diálogo. Ele efetivamente virá?

Na sociedade capitalista, o Estado e a sociedade são estruturalmente dependentes do capital. A acumulação de capital é a fonte que propicia rendas fundamentais, como os impostos do Estado, os salários dos trabalhadores, os lucros dos capitalistas etc. Nesse sentido, os capitalistas têm poder público. Os governantes são constrangidos a levarem em conta os interesses do capital, sob pena de haver recessão, desemprego, crise, como a que agora está ocorrendo no Brasil. Não se está aqui fazendo apologia ou naturalizando a colonização do Estado pelo capital, mas se destacando um elemento estruturante da relação do poder público com a economia capitalista. Para um governo comprometido com os interesses dos trabalhadores e excluídos, que demandam políticas sociais e de inclusão no mercado de trabalho, é ainda mais importante costurar as condições políticas de sustentação do projeto social-desenvolvimentista. Em regra, os capitalistas não aceitarão financiar políticas sociais, por meio da tributação, sem que lhes seja garantida a valorização do capital. Além disso, resistirão a manter o pleno emprego e os ganhos salariais, como ocorreu durante o governo Dilma 1, se, havendo baixo crescimento, essas conquistas socioeconômicas ficarem na dependência da diminuição de seus lucros e da elevação do gasto público. Nunca é demais repetir que, sem desenvolvimentismo não há social-desenvolvimentismo sustentável.

Com a crise internacional desencadeada em 2008, as exportações de commodities brasileiras, que tinham sido uma das alavancas fundamentais do ciclo expansivo a partir de 2004-2005, caíram após 2010 e deixaram de desempenhar, em Dilma 1, o papel dinamizador que desempenharam até então, junto com o aumento da exportação de manufaturados para países da América do Sul e a expansão do mercado interno, inclusive para as vendas da indústria de transformação. Esse cenário crítico atualizava a importância do diálogo social entre Estado, capital e trabalho, na perspectiva de alinhar as diretrizes gerais da estratégia de desenvolvimento diante da nova conjuntura internacional e dos desafios estruturais da realidade econômica e social brasileira.

Porém, o governo Dilma não deu seguimento à governança democrático-participativa na qual Lula havia se empenhado, optando pelo já referido voluntarismo tecnocrático-elitista que, ao fim e ao cabo, a distanciou dos atores estratégicos, a começar dos empresários, mesmo que tenha tentado contemplá-los com as desonerações na folha de pagamento, por exemplo. Ela venceu as eleições de 2014 incorporando à sua propaganda eleitoral a promessa de “mudanças”, uma vez que era essa a expectativa dos eleitores. Literalmente, houve mudanças, mas não aquelas prometidas, e sim as que a então candidata negou que executaria. Os capitalistas, a começar pelos rentistas e financistas, embalados na quase vitória de Aécio Neves, nos resultados econômicos insatisfatórios (baixo crescimento e aumentos do déficit nominal e da inflação) e na Operação Lava Jato, cobraram o preço do voluntarismo da presidenta, demandando o ajuste neoliberal de Joaquim Levy, péssimo para a base de sustentação de Dilma, pois nada mais é que austeridade nos setores público e privado, fabricação política da recessão.

No passado, Dilma participou da fundação do PDT, partido cuja principal liderança foi Brizola, importante político, cuja falta se faz presente hoje, mas também portador de uma cultura política voluntarista, que dava pouca importância ao partido político e, provavelmente, à institucionalidade da democracia participativa. Ela saiu do PDT em 2001, para ingressar no PT. Ao escolher Dilma como sua sucessora, Lula não teria, mesmo sem prever, aberto mão da política em prol do voluntarismo tecnocrático? Não se trata de considerar a presidenta como a única culpada pela crise, mas de destacar um aspecto político relevante de seu perfil. Por outro lado, Dilma é digna, não é corrupta, não tem envolvimento com as irregularidades da Lava Jato e erros de política econômica não justificam as iniciativas de golpe branco.

MUJICA E A FRENTE AMPLA

Jornal do Brasil - 1º/9/2015

A ideia de que o homem faz a história, mas em circunstâncias determinadas, alheias e independentes de sua vontade, é conhecida, por ser de um pensador clássico. Não só classes, frações e grupos são os agentes da transformação. Indivíduos também podem mudar o mundo, sobretudo quando esse mundo é o Estado-nação à qual pertencem, e desde que conectados aos interesses de forças sociais mais amplas. Destacar a ação individual não significa aderir ao elitismo político, que separa, para todo o sempre, elites e massas, mas apenas reconhecer que há lideranças políticas singulares, com nome e sobrenome, como a história comprova aos montes, sendo este o caso de José Mujica, ex-presidente do Uruguai e atual senador, o popular e carismático Pepe dos uruguaios. Mas que não se esqueça, trata-se de uma liderança partidária, de modo que o partido precisa ser também destacado. Partidos também transformam o mundo.

Mujica foi eleito presidente do Uruguai em 2009, pela Frente Ampla, um partido de esquerda, e empossado em 2010 para um mandato de cinco anos, findo em 2015, que alcançou ótimo nível de avaliação dos eleitores. Deu vez a um novo mandato de Tabaré Vázquez, seu correligionário que o havia antecedido, tendo vencido em 2004 e, recentemente, em 2014. Essa terceira vitória consecutiva da Frente Ampla é uma expressão da Onda Rosa, que se manifestou na América do Sul desde o final dos anos 1990 e que, atualmente, vem enfrentando

resistências de forças de oposição, como ocorre no Brasil e na Venezuela. Rosa é o vermelho atenuado pelo branco, uma alusão à esquerda moderada, reformista, como é que caso da Frente Ampla, que busca compatibilizar ideais socialistas e desenvolvimento capitalista. Mujica vem sendo tratado como uma lenda viva por seus admiradores de dentro e fora do Uruguai, mas o exame de seu desempenho deve levar em conta sua condição de liderança partidariamente enraizada. Por outro lado, o partido não explica todo o seu mérito. Tabaré Vázquez, por exemplo, e José Mujica têm características pessoais distintas.

Pepe se notabilizou pelo comportamento sóbrio, simples, autêntico, mas também como gestor e liderança política nacional e regional, do Cone Sul. Após tomar posse, em 2010, continuou a morar na pequena e modesta chácara que mantém com sua esposa – senadora como ele, agora candidata à intendência de Montevidéu – e a dirigir o mesmo fusca modelo 1987 que possuía antes de alcançar o principal posto político da República Oriental do Uruguai. Em entrevistas e discursos, destaca a incoerência dos que se comportam de modo aristocrático em uma era formalmente republicana. Doou 90% de seu vencimento presidencial para organizações políticas e sociais e critica, com serenidade e transmitindo credibilidade, pela congruência com seu efetivo modo de ser, o consumismo e o estilo de vida comandado pelo espírito capitalista de acumulação. Assim, une, por um lado, a tradicional crítica de esquerda à alienação capitalista e ao reino fetichizado das mercadorias, por outro, os ideais ambientalistas, de sustentabilidade e consciência alternativa de inúmeros contingentes das novas gerações. Tem sido uma referência política para a juventude latino-americana e de outras partes do mundo, como ficou evidenciado recentemente em sua vinda ao Rio de Janeiro, onde recebeu da Federação de Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul (Federasur) o prêmio “Personalidade Sul 2015”.

Seu governo logrou aprovar leis polêmicas relacionadas aos costumes. Para combater o narcotráfico, legalizou a compra, venda e cultivo da maconha, mediante supervisão do Estado. O aborto anterior à décima segunda semana de gestação foi descriminalizado e legalizou-se o casamento de pessoas do mesmo sexo. Até a conservadora *The Economist* elogiou e premiou o Uruguai por essas reformas. A conquista de maioria parlamentar pela Frente Ampla, em seu mandato, facilitou muito a aprovação de sua agenda legislativa sobre direitos civis e outras matérias, como a Lei dos Meios, que reforma o setor de telecomunicações, visando garantir pluralidade de proprietários e diversidade de opiniões. Essa agenda progressista, ideológica e bastante atual retoma a trajetória do Uruguai de vanguarda da democracia na América Latina, portador de um

regime democrático consolidado, inclusive com sólida prática de democracia direta (plebiscitos e referendos), país que até os anos 1960 era conhecido como a Suíça sul-americana, que regularizou a prostituição em 1914, foi pioneiro na aprovação do voto feminino, na lei do divórcio, na adoção da jornada diária de trabalho de oito horas, em várias regulamentações educacionais progressistas e assim por diante.

Mas o ex-guerrilheiro tupamaro, hoje com 80 anos, 14 deles vividos na prisão, e seu partido sabem que as conquistas sociais e democráticas pressupõem condições materiais que só podem ser propiciadas pelo desenvolvimento capitalista. Por outro lado, eles têm claro que o mercado, deixado livre e sem que o Estado contrabalance suas injustiças, não se preocupa com as desigualdades que gera, pelo contrário, tende a tirar proveito delas. A relação de forças entre as classes e a capacidade de um Estado com forte representação dos estratos sociais populares mediar os interesses e conflitos distributivos e impulsionar o crescimento fornecem as condições para equacionar as variáveis acumulação de capital e justiça social.

Desde que a Frente Ampla assumiu o governo, em 2005, o Uruguai, país com cerca de 3,5 milhões de habitantes, vem experimentando crescimento acompanhado de expansão das oportunidades e inclusão social, por meio de políticas inovadoras, como as de transferência de renda. Cresceu 5,6% ao ano entre 2005 e 2013 (ou seja, com força e continuidade), o dobro do registrado na década de 1990. Entre 1999 e 2002, atravessou uma longa recessão. Nos últimos anos, o desemprego caiu bastante, chegando a 6,8% em junho de 2014, quando o PIB cresceu 3,3%. Houve também aumento da renda do trabalho. O salário mínimo de 405 dólares é o terceiro maior do continente. Além disso, o país da América Latina com os melhores indicadores sociais, tal como menos pobreza e indigência, seguido pelo Chile, continuou combatendo a desigualdade, que prosseguiu em queda, em harmonia com a mesma tendência em curso em toda a região. Foi implementada também uma política de melhoria da progressividade do sistema tributário. Melhorou ainda o acesso à educação e a oferta de trabalhadores com alta qualificação, assim como o crescimento forte permitiu incorporar ao mercado de trabalho, sobretudo na agricultura e construção civil, mão de obra pouco qualificada. E isso tudo ocorreu junto com a diminuição da diferença nas rendas salariais. Houve aumento do gasto público, para financiar as mudanças, mas a dívida pública está sob controle, tendo declinado muito nos últimos anos. Apesar da inflação estar em torno de 8,5%, que levou a um acordo recente com os empresários de congelamento de 1.578 produtos por 60 dias, os investidores

confiam no país e o nível de reservas cambiais é relativamente elevado. Ou seja, a gestão da Frente Ampla, desde 2005, e do governo Mujica, em 2010-2015, foi positiva em várias frentes de ação.

Os sistemas econômicos do Brasil e Uruguai são diferentes. O vizinho do extremo sul ainda tem uma economia primário-exportadora, de produtos agrícolas e minerais, enquanto o Brasil tem um sistema econômico bem mais complexo, embora em crise e desafiado a renovar-se. Desde o final dos anos 1990, o Uruguai tem sido pioneiro também no combate à corrupção, esforço no qual o Brasil parece estar se empenhando nos últimos anos. A história, a sociedade, a política, enfim, de Brasil e Uruguai são também diferentes e não se trata aqui de fazer comparações. O objetivo foi apenas chamar a atenção para uma experiência bem-sucedida de governo latino-americano de esquerda reformista, em que se destaca a qualidade da liderança individual e partidária. Não se trata de culto à personalidade e nem de endeusamento da Frente Ampla, tampouco de fechar os olhos para o papel protagonista que indivíduos e partidos socialmente enraizados podem desempenhar na história.

A COALIZÃO DA AUSTERIDADE

Jornal do Brasil - 7/9/2015

Por que o governo Dilma Rousseff, cuja presidenta foi eleita mediante um programa de campanha oposto ao que está sendo implementado, aderiu à austeridade neoliberal, um conjunto de políticas visando reduzir o déficit orçamentário, basicamente cortes de gastos e aumento de impostos, para dar sustentabilidade ao pagamento da dívida pública aos credores do Estado e induzir a um ajuste das condições de acumulação no setor privado, sacrificando empregos e salários? Responder a essa pergunta de modo abrangente é difícil, mas há pistas que podem ajudar a mapear o terreno do problema. Uma delas diz respeito às características estruturais das demandas do empresariado sobre o Estado e à sua disposição organizativa para conquistá-las.

Em primeiro lugar, o ambiente econômico e político da ordem internacional globalizada e dos principais países desenvolvidos e emergentes possui uma tripla característica complementar. Por um lado, as práticas econômicas neoliberais, o rentismo, a financeirização, a busca irracional de valorização dos ativos, a especulação de curto prazo continuam sendo tendências muito fortes entre os agentes, prejudicando um modelo de economia capitalista mais apoiado em perspectivas racionais e equilibradas de investimento e crescimento de longo prazo; por outro lado, as principais forças sociopolíticas comprometidas com esse modelo neoliberal se apoderaram nas últimas décadas, influenciam decisões

governamentais, detêm posições de poder nos diversos mercados e nas relações sociais em geral, possuem grande parte dos títulos públicos, são credores da dívida pública, controlam investimentos de monta e a grande mídia, financiam partidos políticos e campanhas eleitorais etc. Por fim, os Estados, as elites políticas e da burocracia pública, as lideranças partidárias e as decisões sobre políticas públicas são muito pressionadas a se adequarem às diretrizes emanadas desse ambiente econômico e sociopolítico do capitalismo financeirizado. Uma dessas pressões advém das agências de classificação de risco, que avaliam o grau de investimento dos países. Atualmente, o Brasil está sob ameaça de perder o grau de investimento conquistado desde 2009, no segundo mandato de Lula, entre outros motivos, devido ao déficit primário de 0,63% do PIB em 2014 e ao crescimento do déficit nominal, que inclui os juros.

Em segundo lugar, o modelo alternativo de economia capitalista, de corte desenvolvimentista, em contexto de regime democrático, embora seja difícil, é possível, como chegou a se desenhar a partir de Lula, mas depende de dois fatores importantes, entre outros: bases sociopolítica e político-partidária de sustentação e estratégia eficiente. O êxito de Lula foi maior por ter agregado mais apoio, mas também porque governou em uma conjuntura mais favorável da economia internacional, que possibilitou ao país arrecadar divisas e receita tributária com a ampliação das exportações de commodities para a China a preços relativamente elevados e de manufaturados para a América do Sul. Além disso, com a inclusão social, via aumento do emprego, da renda e dos gastos com políticas sociais, o mercado interno dinamizou-se. Por outro lado, quando veio a crise internacional, no final de 2008, as medidas anticíclicas, a começar pelo aumento do gasto público e a maior oferta de crédito pelos bancos públicos, foram utilizadas de modo eficiente. Após um PIB ligeiramente negativo em 2009, em 2010 o país cresceu 7,6%.

Ocorre que o ciclo de expansão verificado na América Latina no período 2002-2008 passou, a partir de 2009, a enfrentar restrições e o crescimento desacelerou. Em linhas gerais, o que ainda caracteriza o sistema produtivo da região é a produção e exportação de commodities, sendo que desde 2011, devido à crise, tem havido diminuição da demanda internacional e queda dos preços desses bens, a começar por petróleo, passando por energia, metais e minerais, matérias-primas agrícolas e alimentos. Segundo o Banco Mundial, essa queda dos preços nas principais commodities é extremamente rara e resulta da ampla oferta e baixa demanda. Nesse contexto, os países latino-americanos, inclusive o Brasil, passaram a depender relativamente mais da demanda doméstica. Quem

sabe em 2015, com a desvalorização do real, as exportações melhoram, conforme já se observa em produtos como calçados, vestuário e suco de laranja.

Mas Dilma assumiu o comando do país nesse contexto internacional de aterrissagem da crise na América Latina. A vulnerabilidade do sistema econômico ficou mais exposta. Os limites do sistema produtivo do almejado modelo social-desenvolvimentista demandavam e ainda demandam aumento da taxa de investimentos públicos e privados e fortalecimento da indústria de maior valor agregado, produtora de bens manufaturados mais sofisticados em matéria de tecnologia e inovação, cuja participação na pauta de exportações tem caído desde os anos 2000, sobretudo devido à valorização cambial. O Brasil tem regredido em matéria de sofisticação produtiva. Commodities, mesmo que industriais, não são suficientes e sua exportação é mais volátil. Por outro lado, a sofisticação produtiva tende a estender as cadeias industriais e propiciar melhores empregos e salários. Mas o fato é que o insucesso, em termos de impacto no crescimento e na taxa de inflação, das ações governamentais, passando pelo contingenciamento de despesas em 2011, depois pela opção desenvolvimentista de baixar os juros adotada até 2013 e pelo ciclo eleitoral de 2014, mudou o cenário favorável de relação com o empresariado que Lula havia logrado obter. As ações desenvolvimentistas de Dilma foram muito dependentes de gastos públicos e excessivas renúncias fiscais (como reconheceu o ministro Aloísio Mercadante em entrevista publicada no último domingo), sem que fossem enfrentados, simultaneamente, fundamentos importantes, que Lula também não havia enfrentado, situados, por um lado, na política macroeconômica de juros altos e câmbio valorizado e, por outro, na necessidade de reestruturação produtiva. Ademais, as políticas sociais foram mantidas, havia pleno emprego e os salários cresciam acima da produtividade.

Esse cenário econômico, brevemente resumido, provocou uma reação do grande empresariado, de todos os setores, contra o intervencionismo estatal. Em termos políticos, deve-se incluir o outro lado da mesma moeda, a debilidade dos mecanismos institucionais de diálogo com os empresários, tema várias vezes abordado nesta coluna. A reação contra a política econômica de Dilma se somou, por assim dizer, ao impacto negativo da Operação Lava Jato sobre o PT e outras forças da base governista, dando ensejo à aguerrida ofensiva da oposição, liderada pelo PSDB.

O problema não é que o déficit não exista, tampouco que ele seja gigantesco. Os problemas são dois. Por um lado, a mudança na relação de forças, com a reação do empresariado contra a política econômica de Dilma e a ofensiva

da oposição. Por outro, a opção de política, a escolha pela austeridade. A alteração na relação de forças evoluiu no sentido de favorecer a coalizão da austeridade. Após as eleições de 2014, Lula, para acalmar o mercado, defendeu o nome de Henrique Meirelles para ocupar a pasta da Fazenda, mas Dilma recusou. Lula então indicou o banqueiro Luiz Carlos Trabucco, presidente do Bradesco, que, por sua vez, sugeriu Joaquim Levy, na ocasião executivo do mesmo grupo financeiro. Levy já havia sido secretário do Tesouro Nacional em Lula 1, quando Antonio Palocci estava na Fazenda. Na ocasião, foi um campeão de arrecadação de superávit primário. Agora, diante das dificuldades para cumprir a meta de arrecadar 1,1% do PIB de superávit primário em 2015, teve que aceitar sua alteração para 0,15%. Na semana passada, cogitou deixar a pasta, contrariado com o envio ao Congresso, pelo Executivo, de uma proposta orçamentária com previsão de déficit primário de R\$ 30,5 bilhões para 2016, visando que os parlamentares assumissem sua responsabilidade com a situação fiscal.

Mas outro fato relevante foi noticiado nos últimos dias: uma reunião do ministro Levy com grandes empresários de diversos setores, tendo à frente Luiz Carlos Trabucco, incluindo, entre outros, o presidente do Iedi, Pedro Passos, Beto Sicupira, Edson Bueno, Carlos Jereissati e João Moreira Salles. Em seguida, após se reunir com Dilma, Trabucco garantiu a permanência de Levy no cargo e a manutenção da meta de arrecadar 0,7% do PIB em superávit primário para 2016. Os empresários querem evitar que o Brasil perca o grau de investimento. Eles estão preocupados com os negócios, e não envolvidos na fabricação de impeachment. Essa iniciativa desses grandes empresários é uma importante evidência empírica, entre outras existentes (ver matéria dessa coluna publicada em 14 de abril), da coalizão da austeridade, que vem enquadrando politicamente o governo Dilma 2. Veremos quais serão seus próximos desdobramentos institucionais. A austeridade, ocultando a ganância rentista por trás de uma política de combate à inflação através do aumento dos juros, que eleva os encargos da dívida pública, beneficia os credores e prejudica a prestação dos serviços públicos e a ação desenvolvimentista do Estado. Além disso, no setor privado, joga nas costas dos empregados o peso do ajuste da taxa de lucros, com demissões e rebaixamento salarial.

A austeridade, como mostram experiências atuais no mundo todo, não tem como ser uma boa alternativa para o conjunto da sociedade. Segundo Keynes, com o qual grandes economistas vivos, como Amartya Sen, concordam, “o boom, não a crise, é o momento correto para a austeridade do Tesouro”. Em palestra recente, criticando a austeridade, Sen disse: “Há, de fato, muitas evidências na

história do mundo indicando que a forma mais eficaz de reduzir os déficits é resistir à recessão e combinar a redução do déficit com crescimento econômico rápido.” As falhas fiscais em Dilma 1 deveriam ser corrigidas por uma opção efetivamente orientada para o crescimento sustentável. Manifesto divulgado em maio por desenvolvimentistas brasileiros afirma: “Uma economia forte e dinamizada produz aumento da arrecadação, e o resultado é o equilíbrio fiscal. Durante o segundo governo do presidente Lula, a economia cresceu em média 4,7% ao ano e a dívida pública caiu como proporção do PIB de 45,5%, em 2007, para 39,2%, em 2010. E como resultado do crescimento econômico de 7,6%, em 2010, o déficit nominal foi reduzido para 2,5% do PIB.” Ao que tudo indica, a opção atual, ao contrário de trazer rapidamente a volta do crescimento – na verdade, está incentivando a recessão –, colocará em risco conquistas sociais recentes, diminuirá a renda das famílias e prolongará uma travessia que poderia ser bem mais curta e menos dolorosa.

Enquanto a centro-esquerda falha nas virtudes desenvolvimentistas, a começar pelo crescimento, enfrenta a adversidade da crise internacional, não cumpre seu programa eleitoral e, ainda por cima, se envolve em corrupção, a coalizão neoliberal avança, submetendo a nação à austeridade, desmoralizando a mandatária eleita e prejudicando a imagem pública de seu partido como organização comprometida com os trabalhadores. A história recente, de 2003 em diante, mostra que não necessariamente o empresariado produtivo precisa participar dessa coalizão, mas, havendo desequilíbrio entre o social e o desenvolvimentismo ou entre Estado e mercado, ele se abrigará onde se sente mais seguro.



(NÃO)DEPOSIÇÃO E/OU (ANTI)AUSTERIDADE

Jornal do Brasil - 22/9/2015

Marx Weber, o brilhante sociólogo alemão, afirma o seguinte em sua obra máxima: “A essência de toda política [...] é a luta, a conquista de aliados e de um séquito voluntário.” Weber também argumenta que a razão de ser da política é a luta pelo poder. “Quem pratica política, reclama poder.” O objetivo de toda a associação política, como o Estado e os partidos modernos, é o poder. Essa análise weberiana da política cai como uma luva para a compreensão da corrente crise brasileira. Há uma disputa política em torno do poder de Estado no Brasil e, inevitavelmente, as partes envolvidas buscam formar alianças, coalizões para encaminhar suas aspirações. Nesse contexto, arriscar um mapeamento analítico dos interesses em disputa na conjuntura da crise brasileira, dos atores componentes das coalizões e de seus recursos de poder pode ser um exercício elucidativo, mesmo que sujeito a imprecisões, devido à complexidade do problema, entre elas e de tratar em bloco forças sociais e políticas que apresentam fragmentação.

Há dois grandes interesses em jogo estruturando as ações de coalizão, um político e outro de política econômica. O interesse político separa os favoráveis e os contrários à continuidade do mandato de Dilma, seja por impeachment ou renúncia. O interesse de política econômica divide as forças pró e contra a austeridade, cujas medidas mais recentes para equilibrar o orçamento

de 2016 dependem de votação no Congresso Nacional. A crise aumenta tanto a autonomia relativa entre política e economia como também a fragmentação e o oportunismo. Há forças liberais contra a austeridade, ao passo que contingentes desenvolvimentistas votaram a favor de medidas do ajuste fiscal. Há parlamentares de partidos da base aliada que estão na oposição etc. Para parte significativa dos atores dos dois lados, o interesse político está sendo mais relevante. Assim, os grupos organizados dividem-se e embaralham-se em relação à agenda em disputa, delimitando quatro tendências de coalizão, que envolvem as esferas político-institucional e sociopolítica. A tabela abaixo arrisca um mapeamento. O único ator não organizado nela incluído é a opinião pública.

COALIZÕES	DEPOSIÇÃO	NÃO DEPOSIÇÃO
AUSTERIDADE	Grande mídia, minoria da oposição parlamentar (1)	Partidos aliados, grande empresariado (2)
ANTIAUSTERIDADE	Partidos oposição, parte dos aliados, opinião pública, protestos das ruas, elites no aparato estatal (Pol. Federal, PGR, Judiciário e TCU) (3)	Partidos aliados, CUT, movimentos sociais (4)

Fontes: Congresso Nacional, Imprensa, Datafolha, Manchetômetro, outras.

Dois iniciativas recentes envolvendo forças do Congresso Nacional expressam com clareza as coalizões, na sua expressão político-institucional, no que diz respeito ao interesse político acima definido: o “Movimento Parlamentar Pró-Impeachment” e a “Declaração em Defesa da Democracia e do Mandato Popular”. Os pró-impeachment ou renúncia estão relativamente fortes, seja pela base parlamentar que possuem, pelo apoio de atores-chave nas instituições que investigam a corrupção e outras irregularidades (Polícia Federal, Ministério Público, Judiciário e TCU) e na grande mídia, poderosa força oposicionista, assim como pelo respaldo na opinião pública e nos movimentos de protesto das ruas, liderados por atores de direita-liberal da sociedade civil. Na tabela, estão nas posições 1 e 3.

A exigência de maioria qualificada de dois terços dos votos dos deputados federais para aprovar a abertura do processo de impeachment, número superior aos três quintos necessários para a aprovação de emendas constitucionais, torna a empreitada da oposição difícil, mas, diante da queda livre da capacidade de governabilidade de Dilma, tudo é possível, sobretudo se o

PMDB formalmente romper com o governo. Até mesmo a possibilidade de renúncia parece começar a ganhar corpo.

Cabe uma observação conceitual sobre a dimensão política da crise. Avalio que a crise política está implicando uma crise político-institucional. Recorro à teoria estrutural-funcionalista das ciências sociais, que conceitua instituições como estruturas e funções. Não há no país uma crise institucional no sentido de ameaça de ruptura da ordem constitucional, mas em termos de que a função presidencial está em profunda crise de legitimidade, impactando intensamente na governabilidade. O Executivo perdeu poder de agenda sobre o Legislativo e a sociedade reprova o governo Dilma, por implementar um programa oposto ao eleitoral e pelo envolvimento de forças governistas com a corrupção, tema que a grande mídia aborda com nítido partidarismo oposicionista.

Os que defendem o mandato de Dilma têm aliados sociopolíticos fortes: o grande capital de vários setores – que precisa de uma ordem política não prejudicial aos negócios, sendo o cenário de impeachment arriscado – e a CUT e os movimentos sociais organizados, em geral, baluartes dos partidos de esquerda no governo, cujas lideranças e bases votaram em Dilma e rejeitam o golpe branco. Nesse lado legalista, por assim dizer, há uma divisão entre defensores e opositores da austeridade. Entre os demandantes do ajuste fiscal que se pronunciaram sobre o recente pacote referente ao orçamento de 2016, banqueiros aprovaram a volta da CPMF e industriais criticaram. Se a situação política piorar, seja devido à precária governabilidade do ajuste fiscal, ou por uma eventual rejeição das contas de Dilma pelo Congresso, o empresariado aderirá à coalizão da deposição? O legalismo empresarial ocupa a posição 2 na tabela. Por outro lado, os sindicatos e movimentos sociais rejeitam o caráter recessivo do pacote, os cortes de gastos com políticas sociais e se mobilizam contra o ajuste. Estão navegando contra a maré da recessão. Na tabela, estão na posição 4.

Os aliados de Dilma no Congresso Nacional enfraqueceram-se bastante na virada do primeiro para o segundo mandato. A presidência da Câmara foi conquistada por Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que rompeu com o governo em julho, formalizando uma posição política que prevaleceu desde sua posse em fevereiro. Formalmente, os 9 partidos que assinaram o manifesto em defesa do mandato de Dilma, semana passada, representariam 301 votos contra o impeachment, montante que encerraria o sonho da oposição e o pesadelo da situação. São eles: PCdoB, PDT, PMDB, PP, PR, PROS, PSD, PRB e PT. Mas, na realidade, estima-se que 34 dos 67 deputados do PMDB apoiam o impeachment. Há também parlamentares do PP e PSD contra a continuidade do mandato de

Dilma. Segundo cálculos do deputado tucano Carlos Sampaio, líder do PSDB na Câmara, os signatários do movimento pró-impeachment já teriam quase 280 assinaturas. Mesmo que seja um número exagerado, não deixa de ser preocupante. São necessários 342 votos, pelo menos. Porém, o movimento pelo impeachment está contribuindo para o estado político do “quanto pior, melhor”, de modo que a pressão para a renúncia, também presente nos protestos de rua dos opositores, também atua na atmosfera política. Ademais, a própria base aliada tem se dividido em relação à austeridade. Na votação da MP 665 na Câmara, votaram contra o governo, por exemplo, o PDT, em bloco, quase metade do PP e cerca de um quinto do PMDB.

A coalizão da austeridade é forte, estruturante, mas a da antiausteridade também. E os grupos que desejam a deposição de Dilma estão empoderados. A pressão conjunta dos que querem derrubar a chefe do Executivo e dos críticos da austeridade é corrosiva e pode se tornar letal. Além disso, o empresariado e as forças partidárias de centro que apoiam Dilma podem avaliar que a continuidade do governo é mais custosa do que o risco de depô-lo.

Independentemente do desfecho do drama político do governo Dilma Rousseff, cabe uma digressão. Um dos principais problemas em jogo na situação atual é a viabilidade de um projeto de esquerda governista para o Brasil. Seria uma perda incomensurável para o esforço contra a imensa desigualdade brasileira e o déficit de cidadania que a esquerda ficasse orfã de uma liderança partidária. O historiador inglês e brasileiro Leslie Bethel, sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras, em palestra recente no Latin American Centre, no Reino Unido, avaliou que, ao longo da história do Brasil, a esquerda foi fraca, enfrentou ilegalidade, repressão, cooptação pelo Estado etc., mas que isso mudou com o surgimento do PT e com a vitória de Lula, em 2002, a maior conquista da esquerda latino-americana desde que Allende venceu as eleições no Chile em 1970, encabeçando a Unidade Popular, uma coalizão de esquerda. Para Bethel, o Brasil precisa de um forte partido de esquerda e a situação do PT está crítica. A decisão do STF de considerar inconstitucional as doações empresariais aos partidos e eleições é importantíssima e uma vitória das forças progressistas da sociedade civil. Oxalá essa decisão, a dolorosa experiência representada pelo envolvimento do PT na Operação Lava Jato e outros dilemas do período de governos petistas aberto em 2003 não sirvam de alavanca para a renovação da esquerda democrática brasileira.

POLÍTICA, INSTITUIÇÕES, CRISE

Jornal do Brasil - 29/9/2015

Ao abordar a crise brasileira, políticos e intelectuais têm destacado a variável política. Um dos principais componentes da instabilidade conjuntural nacional é de natureza política. Devido a isso, identifica-se uma crise política, embora haja também uma crise econômica interagindo dialeticamente com ela. Aldo Rebelo, Michel Temer, Luiz Carlos Bresser-Pereira e Fernando Henrique Cardoso (FHC), para citar alguns nomes entre tantos outros, explicitaram ou deixaram implícito o fundamento político da crise. Aldo Rebelo disse recentemente que o governo Dilma subestimou a política. Michel Temer argumentou que o país precisa de alguém com a capacidade de reunificar a todos. Bresser-Pereira defendeu um acordo político provisório. FHC avaliou que a solução da crise depende da “formação de um novo bloco de poder que tenha força suficiente para reconstruir o Estado brasileiro”. Examinemos alguns aspectos da questão política.

Em primeiro lugar, como já abordei aqui, avalio que a crise política aguda em curso possui também uma dimensão de crise institucional. A abordagem estrutural-funcionalista das instituições as considera como sendo simultaneamente estruturas e funções. A crise institucional existente não atenta contra a dimensão estrutural das instituições políticas, como ocorreu em 1964, mas coloca em xeque as funções de duas instituições-chave do regime representativo, a

presidência da República e o Legislativo, implicando problemas de legitimidade e governabilidade, que não ocorreram em todos os momentos da atual ordem constitucional, originada em 1988.

Não à toa, há um movimento parlamentar pró-impeachment (com respaldo em grupos da sociedade civil), embora, por carecer de base jurídica, é tentativa de golpe branco promovida por uma coalizão entre conservadores, liberais e autoritários. Inexistindo o voto de desconfiança, instituição típica do parlamentarismo, a oposição, descomprometida com os procedimentos da normalidade democrática, quer arremedar o impeachment ao dispositivo de um sistema de governo que o Brasil não possui. Para quem quer a deposição de Dilma, mais condizente com a democracia é pressionar pela sua renúncia. Também não à toa, há um problema de governabilidade, uma vez que o Executivo apresenta uma base parlamentar fragilizada e tem sofrido várias derrotas legislativas ao longo do ano, como as “pautas-bomba” contra o ajuste fiscal. Isso desafia uma tese consagrada na literatura institucionalista de ciência política sobre o Brasil de que o presidencialismo de coalizão é intrinsecamente estabilizador, devido aos poderes presidenciais e à centralização decisória usufruída pelos líderes partidários sobre suas bases no Legislativo. A relação de forças entre Executivo e Legislativo, comparada com a existente nos dois mandatos de FHC e Lula, vem mudando, desde Dilma 1, e especialmente em 2015, de modo favorável ao Congresso, embora o jogo ainda esteja sendo jogado. Recentemente, a base aliada conseguiu um trunfo, manteve 26 de 32 vetos presidenciais relacionados ao ajuste fiscal, mas, dos 205 deputados que votaram contra o governo, 74 (36%) foram de partidos da situação. Por outro lado, o governo, apesar de lograr manter os vetos, conseguiu apenas 183 votos, menos, portanto, que os alcançados pela oposição, que, no entanto, precisaria de 257 para tê-los derrubado.

O relativo acirramento do conflito democrático entre Executivo e Legislativo desde que Eduardo Cunha (PMDB-RJ) tornou-se presidente da Câmara dos Deputados, a criação da frente parlamentar pró-impeachment, a fragilidade da base governista, as insatisfações da opinião pública com a política econômica de austeridade e com a corrupção de forças da situação e os protestos nas ruas são elementos pertinentes a processos de crise presidencial. E isso tudo ocorre menos de um ano após Dilma ter sido reeleita com 54,5 milhões de votos. Por outro lado, o Executivo, em hipótese alguma, quer fechar o Congresso, como ocorreu em crises presidenciais mais intensas na América Latina, mas forças do Legislativo e da sociedade civil querem depor a presidente, tendo já protocolado pedido de impeachment na Câmara. Coalizões políticas de ambos os lados da

trincheira, pró e contra a deposição de Dilma, estão em ação e disputa. Há uma desunião na nação.

Dilma, que não está envolvida diretamente em escândalos, só tem uma alternativa promissora, uma moeda política de dupla face, recompor a base aliada e resgatar sua legitimidade perante a nação com uma política econômica que reverta, o quanto antes, a recessão, o desemprego e outros indicadores negativos e aponte, com clareza, o caminho de retomada do crescimento. Nessa perspectiva, projeto de desenvolvimento e comunicação são variáveis-chave. Outra opção, prejudicial ao país e politicamente arriscada, seria manter-se formalmente na Presidência da República, mas à frente de um governo ruim e fraco.

A negociação de novos ministérios com o PMDB, inserida na reforma administrativa em elaboração, é a primeira face da moeda. Ajudou na votação de importantes vetos, mas outros ainda precisam ser votados, como os que reajustaram os vencimentos dos servidores do Judiciário e as aposentadorias e pensões. Há também o pacote fiscal para 2016. Alguns cientistas políticos destacam a importância, para a estabilidade da governabilidade no presidencialismo de coalizão, que os gabinetes ministeriais sejam, o quanto possível, compostos proporcionalmente à bancada de cada partido. A aplicação do indicador formulado para avaliar essa proporcionalidade (índice de coalescência) aos diferentes governos, revela que FHC 1 e FHC 2 foram mais proporcionais. Naqueles oito anos, substantivas reformas liberalizantes foram implementadas com a participação do Congresso. Mas é sabido que o presidente tucano terminou seu segundo mandato com baixíssimos índices de popularidade. Ou seja, o conteúdo das políticas públicas importa. Lula 1 e Lula 2 apresentaram uma proporcionalidade menor, mas os resultados foram melhores em várias áreas de ação do Estado e o petista entregou a faixa presidencial para Dilma com alto nível de aprovação. Após ter um desempenho legislativo, em seu primeiro mandato, inferior ao de Lula, a presidente iniciou seu segundo governo com uma proporcionalidade melhor que a de seu antecessor, com dois terços de ministros indicados por partidos aliados ou independentes e um terço de petistas, mas, mesmo assim, o governo está em profunda crise política. Se, por um lado, um melhor gerenciamento político da coalizão governista é necessário – e, nesse momento, não ceder ao PMDB pode ser letal –, por outro, isso não basta para superar a crise econômica. É preciso conteúdo, qualidade da ação governamental. E o que estrutura o direcionamento político da ação governamental são as alianças.

Mas a concepção de coalizão precisa ser ampla. Nesse sentido, o sociólogo, ex-presidente e líder da estabilização econômica de 1993-1994 toca no ponto-chave ao abordar o problema político do país. “Bloco de poder não é um partido, nem mesmo um conjunto deles, é algo que engloba, além dos partidos, os produtores e os consumidores, os empresários e os assalariados, e que se apoia também nos importantes segmentos burocráticos do estado, civis e militares.” O Plano Real, que teve FHC como maestro, foi implementado simultaneamente à construção de um bloco no poder neoliberal. A crise de governabilidade, que os cientistas políticos institucionalistas diagnosticavam estar em curso desde o fracasso do Plano Cruzado, desapareceu do debate com a coalizão sociopolítica e político-institucional de conteúdo neoliberal construída no processo de estabilização monetária e demais reformas orientadas para o mercado.

A atual crise política é também uma crise da coalizão nessa apreensão ampla do termo. É muito difícil haver uma coalizão institucional sustentável sem que ela esteja vinculada às forças sociais, mesmo que através de mediações complexas. As classes e frações são fragmentadas, podendo conformar grupos de interesse. O bloco no poder, quando estruturado, articula diversos interesses e produz uma hegemonia, um trem de consenso com locomotiva e vagões, para propiciar uma imagem simplificada do desafio. Na crise atual, há uma ofensiva dos interesses neoliberais, visando à retomada da condição de locomotiva do crescimento, que ocuparam nos anos FHC, mas sem lograr êxito. Como, ao fim e ao cabo, a política macroeconômica de Lula e Dilma não rompeu com o conhecido tripé, ainda em vigor, a atual mandatária deu pedaladas fiscais, a dívida bruta em relação ao PIB aumentou, a inflação também, enfim, por tudo isso, pelo crescimento baixo e devido à Operação Lava Jato, os interesses rentistas se apresentaram novamente ao conjunto do empresariado como salvação da lavoura e, assim, emplacaram o ministro Levy na Fazenda. Só que a austeridade, conforme previsto, está implicando seca e ausência de colheita.

Ocorre que devido à autonomia relativa entre política e economia, a frente parlamentar do principal partido do neoliberalismo, após a grande mídia, que é o PSDB, tem votado no Congresso contra as medidas de austeridade, enquanto o PT, cujos governos ensaiaram a alternativa social-desenvolvimentista, por lealdade a Dilma, vota contra os interesses de sua própria base social. A confusão ideológica no interior do Congresso, com a centro-direita votando como se fosse centro-esquerda e vice-versa, é uma expressão da acirrada disputa em curso no país entre os dois grandes projetos em jogo desde 1994, da força dos neoliberais e do desafio que significa construir um projeto desenvolvimentista e social. Parece

simples imaginar que uma solução seria uma grande coalizão PT-PMDB-PSDB, como já ocorreu na Alemanha, no primeiro mandato de Angela Merkel como primeira-ministra, em 2005-2009, unindo democratas-cristãos, social-cristãos e social-democratas, uma vez que nenhum dos dois principais blocos partidários conseguiu, sozinho, formar um governo majoritário. Só que lá o regime é parlamentarista, o Executivo se origina do Legislativo, enquanto aqui vota-se separadamente para um e outro poder. E nada no Brasil aponta para a união nacional, pelo contrário, há intolerância radical, sobretudo das forças de oposição a Dilma e ao PT, no Congresso e nas ruas. Um exemplo é o tratamento violento e obscurantista que a direita social deu a João Pedro Stédile, em Fortaleza, na semana passada. Enfim, soluções mágicas à parte, Dilma e seus apoiadores, a começar pelo PT e pela ala governista do PMDB, precisam construir sua base institucional e sociopolítica de apoio e iniciar a reversão da crise econômica para recuperarem a legitimidade e a governabilidade da agenda legislativa presidencial. A volta da CPMF, a partir de 2016, poderia abrir uma luz na névoa, mas Temer tem dito que esse tributo não passará no Congresso. Haja coração!



IGUALDADE POLÍTICA EM RISCO?

Jornal do Brasil - 6/10/2015

Em decisão histórica tomada em 17 de setembro, o Supremo Tribunal Federal (STF), por 8 votos a 3, considerou inconstitucionais os dispositivos legais que até então vinham propiciando que fundos empresariais financiassem campanhas eleitorais. A decisão deixa claro que a proibição de financiamento empresarial já será válida para as eleições de 2016. Em decorrência disso, a presidente Dilma – ao sancionar, no último dia 29, a minirreforma eleitoral formulada na Lei nº 13.165/2015 – vetou o conteúdo que contrariava a referida decisão do STF. Essas duas decisões consolidam a vitória de uma longa luta das forças democráticas e progressistas da sociedade civil que, no bojo das demandas pela reforma política, colocavam como prioridade o fim do financiamento das eleições e dos partidos pelo poder econômico. Entretanto, como será visto no artigo, todo cuidado é pouco para que não haja retrocesso nessa decisão histórica.

A sentença do STF é a conclusão do julgamento da Ação Direta de Constitucionalidade (ADI) 4650, de autoria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), cuja petição inicial foi protocolada em 5 de setembro de 2011. O pilar do argumento dessa vitoriosa ADI foi a igualdade política e a delimitação de quem é portador de direito político: “a excessiva infiltração do poder econômico nas eleições gera graves distorções. [...] ela engendra desigualdade

política, na medida em que aumenta exponencialmente a influência dos mais ricos sobre o resultado dos pleitos eleitorais, e, conseqüentemente, sobre a atuação do próprio Estado [...] prejudica a capacidade de sucesso eleitoral dos candidatos que não possuam patrimônio expressivo para suportar a própria campanha e tenham menos acesso aos financiadores privados, detentores do poder econômico [...] cria perniciosas vinculações entre os doadores de campanha e os políticos, que acabam sendo fonte de favorecimentos e de corrupção após a eleição. [...] Se não há igualdade política entre os cidadãos, o sistema político se constitui não como democracia, mas como aristocracia, como governo de elites. Com a captura da esfera política pela esfera econômica, a desigualdade que caracteriza a segunda é transferida para a primeira, o que leva, tendencialmente, à formação de um governo dos ricos, a uma 'plutocracia'. [...] A doação para campanhas ou partidos se insere no sistema integrado pelos direitos políticos, que são restritos ao cidadão: não se trata de direito individual, passível de ser estendido também às pessoas jurídicas.”

A petição do CFOAB, a decisão do STF e o veto de Dilma ao financiamento empresarial vão ao encontro do que a grande maioria da população, segundo várias pesquisas de opinião pública, pensa em relação às campanhas eleitorais: que são caríssimas, que as empresas as financiam para favorecer seus negócios através dos políticos financiados e que as pessoas jurídicas devem ser proibidas de prover esses recursos financeiros. As fontes de financiamento eleitoral que continuam permitidas são o fundo partidário, a propaganda eleitoral gratuita e as contribuições de pessoas físicas.

No entanto, virando as costas para a opinião pública e para a mais que evidente relação causal entre financiamento eleitoral e corrupção, alguns parlamentares e lideranças políticas ficaram inconformados com a decisão da Suprema Corte, a começar pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que arrecadou R\$ 6,4 milhões de reais em sua campanha para deputado em 2014, a maior parte proveniente de empresas cujos setores de atuação ele defende no parlamento, como mineração e telecomunicações. No dia 30, Cunha manobrou para impedir a continuidade da apreciação, pelo Congresso, dos vetos presidenciais a medidas de impacto fiscal (reajuste dos servidores do Judiciário e de benefícios previdenciários) enquanto não fosse colocado em votação o veto que, no dia anterior, Dilma havia conferido ao financiamento eleitoral empresarial. Renan Calheiros (PMDB-AL) não quis desrespeitar o Regimento do Congresso, quanto ao procedimento de apreciação de vetos, e nem atropelar o STF, Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Dilma,

ao passo que Cunha é inescrupuloso em relação aos ritos institucionais, como demonstra sua gestão na presidência da Câmara dos Deputados, por exemplo, recolocando em votação, de um dia para outro, matéria derrotada no dia anterior. Por outro lado, Michel Temer (PMDB-SP) foi procurado pela bancada da oposição (PSDB, DEM, PPS, PSB, SDD e PSC) para discutir a questão e manifestou publicamente seu compromisso, no próximo período, com a retomada da proposta de emenda constitucional que constitucionaliza a contribuição empresarial.

Essas movimentações podem colocar em situação de risco a igualdade política no processo eleitoral, reconhecida pela recente decisão histórica do STF. Se o financiamento empresarial já está proibido e não há mais tempo hábil de mudar essa norma para as eleições de 2016, há forças políticas desejosas de que ele volte a ser permitido a partir das eleições gerais de 2018. Mas, a partir da decisão do STF, há toda uma linha de raciocínio entre os juristas que considera a igualdade política como cláusula pétrea, de modo que tentar reverter a decisão da Suprema Corte causará muita polêmica jurídica e política. As forças democráticas e progressistas da sociedade civil devem zelar contra o retrocesso e, além disso, demandar por demais medidas que garantam o cumprimento das novas regras eleitorais, como a criminalização do caixa dois, conforme disse o ministro Dias Toffoli, presidente do TSE.

A igualdade político-democrática no exercício do direito de votar e ser votado é o recurso básico que os cidadãos têm para eleger seus governantes e legisladores e, assim, contrabalançar as injustiças que os mercados produzem, movidos pela competição e pela ganância de acumulação de capital e, em geral, controlados por uma minoria de gigantescas corporações. E sabemos que o Congresso não espelha proporcionalmente a diversidade social, racial e de gênero do povo brasileiro, sendo majoritariamente composto por brancos, ricos e homens. A igualdade política é um princípio fundamental para que a democracia brasileira de um passo à frente em seu caráter democrático.



MÍDIA E GOLPE BRANCO

Jornal do Brasil - 13/10/2015

Na tentativa de golpe branco em curso no país, o papel de liderança da grande mídia salta aos olhos. O termo grande mídia diz respeito ao reduzido número de poderosas corporações de imprensa que controlam os meios de comunicação, em desacordo com determinações da Constituição de 1988 (carentes de regulamentação), que proíbem monopólio ou oligopólio nesse setor. Algumas dessas corporações – proprietárias, simultaneamente, de redes de televisão aberta e fechada, emissoras de rádio (AM/FM), jornais, revistas e portais na Internet – lideram, na esfera sociopolítica, sobretudo desde o início da Operação Lava Jato, uma campanha de oposição ao governo federal, que tem funcionado como alavanca-chave de poder do movimento de deposição da presidente Dilma Rousseff, por impeachment ou renúncia.

Essa campanha da grande mídia articula-se com forças partidárias e do Congresso Nacional, procurando fornecer legitimidade às ações da frente institucional da coalizão do golpe branco, os políticos de oposição, o movimento parlamentar pró-impeachment. A crise política está evidenciando como nunca o quanto a concentração da propriedade da mídia compromete a igualdade política como fundamento da democracia. No limite, é a disputa pela opinião pública entre quem tem ou não voz, mesmo sabendo que o governo, formalmente, não é mudo. As corporações midiáticas e seus aliados estão promovendo

uma campanha desigual contra um partido político e suas lideranças, cuja síntese é o movimento para tentar derrubar uma presidente da República eleita a menos de um ano sem que ela tenha cometido crime de responsabilidade. Isso tudo é tão danoso à igualdade política democrática quanto o financiamento empresarial das eleições. Uma outra regulação da comunicação política é fundamental para a democracia brasileira evoluir.

A grande mídia tem feito a cobertura da corrupção através de um sensacionalismo seletivo e partidarizado, praticamente sem discutir suas causas. Ela se omite, por exemplo, sobre a questão do financiamento empresarial de campanhas eleitorais (só muito recentemente abolido da legislação). Não discute a relação entre desigualdade política e captura do Estado pelo interesse econômico das grandes corporações, sendo o financiamento empresarial da política um meio de produção da síntese das duas primeiras variáveis e, assim, elo para a corrupção ativa e passiva. Motivo da omissão: é preciso manter a política como uma espécie de escrava a ser perversamente usada e maltratada pelo senhor, o poder econômico. Motivo do sensacionalismo: corrupção é escândalo, gera audiência, atrai anunciantes, vende jornal. Motivo do partidarismo: um partido de esquerda, que promoveu mudanças sociais importantes em um dos países mais desiguais do mundo, não interessa à coalizão neoliberal, do rentismo e da financeirização, à qual a grande mídia se vincula. Combater a pobreza e, se possível, a desigualdade social tem custos que os supostos defensores da sociedade meritocrática não querem bancar. A ideologia liberal informa a grande mídia em relação a temas como inflação, juros, orçamento público, Estado, políticas sociais e segurança pública. Por outro lado, corrupção é um mal a ser universalmente combatido, doa a quem doer, mas a mídia tem abordado o problema com a velha máxima: aos amigos, tudo, aos inimigos, a lei. Para Eduardo Cunha e suas contas milionárias na Suíça, com recursos provenientes de desvios na Petrobras, tolerância. Para o mensalão e “trensão” tucanos, tolerância também. E por aí vai.

A pesquisa semanal do Manchetômetro evidencia a cobertura negativa que a mídia tem feito de Dilma desde 2014. Há inúmeras evidências, algumas de grandes proporções, de que se trata de um viés antipetista da grande mídia, pois ocorreu discriminação contra Lula também nas três campanhas presidenciais em que ele foi derrotado, 1989, 1994 e 1998, ou seja, quando, até então, o PT não havia se envolvido em problemas de corrupção. Em 1989, a Rede Globo, por exemplo, na reta final do segundo turno, em contexto de acirrada disputa entre Collor e Lula, tomou partido ainda mais incisivo a favor do primeiro, conforme

assumiu em 2011 o ex-executivo da emissora, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho. Em 1994, a mesma emissora, que, sob pretexto de apoiar o Plano Real, apoiava, na verdade, o candidato FHC, envolveu-se no escândalo da antena parabólica, com o ministro da Fazenda. Em 1998, o *Manchetômetro* mostra que a cobertura dos jornais na corrida presidencial apresentou mais conteúdos contrários a Lula, então candidato de oposição, que a FHC, candidato à reeleição. Em 2010, pode-se destacar o episódio da bolinha de papel arremessada na cabeça do candidato José Serra, que disputava com Dilma Rousseff, durante um evento de campanha no Rio de Janeiro, em local escolhido criteriosamente pelos autores do espetáculo farsante. O *Jornal Nacional* noticiou que Serra teria sido agredido por um objeto contundente atirado por militantes petistas e, devido a isso, precisou fazer exames médicos em um hospital. A armação foi desmascarada. O fato inspirou um grupo de sambistas cariocas, liderados por Tatinho da Mangueira, a comporem o hilário *Samba da Bolinha de Papel*. Em 2014, às vésperas do segundo turno, a revista *Veja* antecipou a publicação de sua edição semanal e estampou na capa, exibida também nas redes de televisão, fotos de Lula e Dilma com a seguinte manchete, escrita em vermelho: “Eles sabiam de tudo”. O objetivo era vincular Dilma e Lula ao escândalo político-midiático que tem sido a cobertura da Operação Lava Jato pelas corporações da radiodifusão e imprensa.

A campanha oposicionista da mídia não é contra a corrupção, é contra uma agremiação partidária de esquerda. A recente cobertura da apreciação das contas da União pelo TCU não dizia respeito a problema de corrupção, mas às chamadas “pedaladas fiscais”. No entanto, um arranjo de comunicação política foi montado, com a colaboração de um politizado TCU, visando fazer da divulgação do esperado resultado desfavorável à presidente da República mais um gol espetacular da coalizão da deposição a ser exibido nacionalmente para a audiência, em horário nobre. Desde a campanha eleitoral de 2014, que acabou resultando na quarta vitória consecutiva de presidentes petistas, a pressão oposicionista, sectária e golpista da mídia tem aumentado e não só servido de suporte organizativo para contestações de rua e pannels, como também, indiretamente, para as manifestações de intolerância e ódio que estão ocorrendo no país contra políticos petistas, lideranças de movimentos sociais, intelectuais e eleitores do PT em geral. Trata-se de uma campanha contra a esquerda enquanto ideologia social e política e organização. Fanáticos, por assim dizer, falam em chavismo e bolivarianismo, chavões vocalizados na mídia oposicionista, como se fossem heresias e associam o petismo a elas. Referem-se a Cuba, onde empreiteiras brasileiras fizeram obras de infraestrutura, como se fosse a pátria do anticristo.

Obama que se cuide desses brasileiros, após ter reestabelecido relações diplomáticas com a Ilha!

Salvo raras exceções, os meios de comunicação oligopolizados atacam, direta e subliminarmente, a política e o Estado, deixando implícito que o mundo da virtude é o mercado. Mas o fato é que, na esfera das relações econômicas em mercados competitivos, as corporações, nacionais e internacionais, envolvem-se, corriqueiramente, em ilicitudes de inúmeros tipos, fraudes contábeis, manipulação de licitações públicas, cartéis, espionagem industrial, concorrência desleal, sonegação fiscal etc. A Operação Zelotes, de fraudes com dívida tributária envolvendo burocracia pública e grandes empresas, investiga irregularidades que somam quase 20 bilhões de reais, mas os telespectadores pouco sabem sobre ela. O que isso tudo tem a ver com o golpe branco midiático? Quem endeusa o mercado, sobretudo estando em um país em desenvolvimento e profundamente desigual, demoniza as forças que defendem políticas de desmercantilização, mesmo que em todo o mundo capitalista desenvolvido elas tenham sido implementadas. Essas políticas também existem no Brasil, mas os neoliberais resistem à sua expansão. Quem endeusa o mercado cobiça uma companhia mista do porte da Petrobras, acha um bom negócio comprá-la ou vendê-la, ou, ao menos, que ela não exerça a função de operadora única do pré-sal. Quem endeusa o mercado não se preocupa com política industrial, não tem simpatia por bancos de desenvolvimento como o BNDES, não quer investir em política externa independente, Mercosul, Brics etc. A cobertura econômica da grande mídia tira o chapéu para os mercados desregulados. As políticas desenvolvimentistas e sociais implementadas, com resultados positivos e negativos, por Lula e Dilma, provocam visível repulsa nos porta-vozes dos mercados, no oligopólio da radiodifusão e imprensa. Não à toa, emergiu em estratos das camadas médias tradicionais uma crítica vulgar, por exemplo, ao programa Bolsa Família.

Recentemente, o jornalista Ignacio Ramonet, do *Le Monde Diplomatique*, afirmou o seguinte, referindo-se à América do Sul: “Nos últimos 15 anos, todos os governos progressistas que chegaram ao poder democraticamente na região vêm sendo mantidos por via eleitoral. Nenhum deles foi derrotado nas urnas. Por isso, a resistência à mudança vem sendo cada vez mais brutal, apelando para novos tipos de golpes, alguns com fachada judicial, parlamentar, e sempre com forte ajuda da mídia.” Dois exemplos de golpe branco são a Venezuela, em 2002, e o Paraguai, em 2012. O primeiro caso foi, inclusive, caracterizado de golpe midiático, embora tenha fracassado. O assédio moral da mídia ao PT se dá de várias maneiras: pelas críticas às políticas de seus governos e aos problemas

de corrupção, pelo modo de divulgação e precário nível de esclarecimento de procedimentos de instituições de controle externo que podem ser prejudiciais ao governo petista, como ocorreu na semana passada no TCU, pelas manipulações políticas, algumas acima mencionadas etc. A mídia está meramente exercendo a imprescindível liberdade de imprensa ou, sob esse guarda-sol, também a liberdade de empresa interessada e o papel de partido político? Então, é preciso regular melhor esse mercado de comunicação.

Em um de seus trabalhos, o sociólogo Francisco Weffort argumenta que, quando a mídia vai além da emissão de opiniões e parte para a ação, ela se comporta tal como partido político, que possui ideias e atua para colocá-las em prática. Assim, ele avalia que atuou a grande imprensa brasileira em 1964. Se já no dia a dia a mídia não emite mera opinião, mas juízos de valor, como fica para a democracia se um pequeno oligopólio de meios de comunicação resolve mesmo partir para a ação para depor um governo eleito? Obviamente, a mídia não é a única força em jogo, não se trata disso. Em 1964, o desfecho foi o golpe militar. Hoje, com instituições democráticas fortes, a opção do regime autoritário está descartada, mas a síntese entre autoritarismo sociopolítico, crise econômica, politização da ação técnica de alguns atores institucionais, em vários órgãos públicos, oportunismo parlamentar e estabilidade da democracia eleitoral pode ser, prevalecendo o interesse da coalizão liberal-conservadora, com a grande mídia à frente, o golpe branco. Que a democracia brasileira resista, dentro da lei, e não dê passagem a esse retrocesso vexaminoso! Que o Congresso Nacional não se deixe aventurar pelo caminho da irresponsabilidade! Que o STF garanta o respeito à Carta Magna! Que a sociedade brasileira enfrente o problema da estrutura concentrada da mídia, para garantir condições mínimas de igualdade democrática de produção e veiculação de informação e comunicação, dentro da ordem capitalista e com plena liberdade de imprensa, como já fizeram outros países sul-americanos e do norte desenvolvido!



COALIZÃO ANTI-IMPEACHMENT

Jornal do Brasil - 20/10/2015

Após o TCU ter rejeitado, por unanimidade, as contas de Dilma, uma das reações da presidente, entre outras, foi discursar firmemente contra o impeachment perante suas bases sociais, na abertura do 12º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em São Paulo. Lula também tem intensificado sua participação na conjuntura para defender o mandato de Dilma. Ademais, intelectuais progressistas tomaram uma importante iniciativa pública na semana passada contra a tentativa de deposição presidencial. Aos poucos, o campo político-ideológico de esquerda, que compõe a coalizão anti-impeachment – na qual o outro campo importante é o empresarial –, vai buscando reconstruir um posicionamento ativo na cena política, reagindo às pressões adversas oriundas da ofensiva conservadora e da política econômica de austeridade, ambas ainda em curso.

A coalizão social-desenvolvimentista, que aproximou, relativamente, lideranças dos governos petistas, empresários do setor produtivo e trabalhadores, visando implementar políticas públicas alternativas ao neoliberalismo, funcionou melhor nos dois mandatos de Lula, enfraqueceu-se bastante ao longo de Dilma 1, tendo desaparecido após as eleições de 2014, devido à opção presidencial de iniciar o governo Dilma 2 com o programa econômico da consolidação fiscal.

As crises política e econômica embaralharam as cartas das alianças nas esferas sociopolítica e político-institucional. Os grandes empresários, dos setores financeiro e produtivo, uniram-se em torno das políticas de austeridade, mas não aderiram à coalizão do impeachment, pelo contrário, estão contra ela, com exceção das organizações da grande mídia. Por outro lado, os trabalhadores organizados e os movimentos sociais de esquerda, embora também sejam contra o impeachment, rejeitam a política econômica de corte recessivo, por razões óbvias. Em síntese, a coalizão social-desenvolvimentista desfez-se por falta de consenso em relação ao principal conteúdo de sua sustentação, as políticas das áreas econômica e social, mas suas principais forças são contra o impeachment.

Por outro lado, os defensores do golpe branco na esfera político-institucional, tendo à frente o PSDB, têm votado contra as medidas de austeridade que defenderam não apenas no passado, mas também no programa da candidatura presidencial de Aécio Neves. Isso é um indicador, entre outros, da politização dos processos decisórios públicos na crise em curso no país, tendência que se faz presente em várias instituições.

Na abertura do Congresso da CUT, estavam presentes, também, o MST e o MTST, dois importantes movimentos sociais brasileiros, cujas direções e base, em geral, apoiaram a reeleição de Dilma. Em seu discurso, Dilma argumentou que, devido aos seis anos de resistência fiscal contra a crise internacional, o governo chegou ao limite orçamentário, daí o ajuste. Após mencionar vários programas sociais ainda mantidos e seu compromisso com a redução do desemprego e a retomada da criação de postos de trabalho, a presidente disse que a superação da crise econômica requer estabilidade política. Criticou a oposição que, tendo perdido as eleições, quer encurtar seu caminho ao poder através de um golpe, a construção artificial do impedimento de um governo eleito com 54 milhões de votos. Essa postura, segundo Dilma, significa apostar no quanto pior para a população, melhor para a oposição, que quer retroceder o projeto de transformação executado sob a inspiração das forças sociais que ela representa, por ser uma continuidade do governo Lula. Atacou os que criticam sua integridade ética, afirmou que os golpistas não alcançarão seu objetivo, convocou os trabalhadores para a defesa da legalidade e disse contar com as forças democráticas do Congresso e com a serenidade dos tribunais.

Lula, por sua vez, retomou, desde o final de agosto, uma presença sistemática na cena política, para ajudar o PT a tentar reverter a crise, tendo, inclusive, deixado em aberto a possibilidade de ser candidato em 2018. O ex-presidente participou ativamente das articulações políticas da reforma ministerial, que

resultaram em mais poder ao PMDB e no fortalecimento da posição de homens de sua confiança no ministério: Jacques Wagner, que passou a comandar a Casa Civil, no lugar de Aloizio Mercadante; Ricardo Berzoini, alocado na nova Secretaria de Governo, para compor o primeiro time da articulação política com o Congresso; e Edinho Araújo, que já estava na Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Além disso, em reunião recente com a bancada de deputados do PT, Lula, segundo o que vazou para a imprensa, defendeu dois pontos polêmicos, sensíveis à direita, ao centro e à esquerda. Por um lado, criticou novamente a política econômica, defendeu a transição para uma agenda de retomada da atividade produtiva e, mais que isso, defendeu a demissão de Joaquim Levy. Por outro lado, teria orientado a bancada a não comprar briga com Eduardo Cunha agora, uma vez que o governo ainda não tem maioria na Câmara para aprovar as medidas de seu interesse, como vem acontecendo com a votação dos vetos à pauta-bomba, parada há duas semanas por manobras do presidente da Casa articuladas com a oposição. O presidente do PT, Rui Falcão, também defendeu, em entrevista à imprensa, publicada no último domingo, a mudança da política econômica e fez críticas à gestão de Levy. Em resposta, Dilma declarou, durante sua viagem à Suécia, que o ministro da Fazenda permanece no cargo. O congresso da CUT tomou posição contra a austeridade. Ademais, dois grupos de intelectuais desenvolvimentistas apresentaram, nas últimas semanas, propostas para a superação da crise econômica, de modo que as forças antineoliberais do meio acadêmico também estão se lançando ao debate público.

Por fim, outra iniciativa das forças da coalizão anti-impeachment foi o lançamento do manifesto intitulado “A sociedade brasileira precisa reinventar a esperança”, assinado por importantes intelectuais brasileiros, como Antonio Cândido, Alfredo Bosi, Dalmo Dallari, Fabio Konder Comparato e Paulo Sérgio Pinheiro. O documento afirma: “A proposta de impeachment implica sérios riscos à constitucionalidade democrática consolidada nos últimos 30 anos no Brasil. [...] Na verdade, procura-se um pretexto para interromper o mandato da Presidente da República, sem qualquer base jurídica para tanto.”

Com a recente decisão do STF, deferindo três liminares de Mandados de Segurança encaminhadas por deputados governistas, questionando o rito de impeachment enunciado por Eduardo Cunha, o governo ganha tempo para se movimentar e tentar recompôr sua base. Pelo encaminhamento do presidente da Câmara dos Deputados, a iniciativa do processo de impeachment deixaria de ser sua prerrogativa. Trata-se de uma manobra combinada com a oposição para tirá-lo da linha de frente do golpe branco. Pela manobra, se Cunha engavetasse

um pedido de impeachment, um recurso contra isso poderia ser submetido a votação em plenário e, sendo aprovado por maioria absoluta de votos, seria instalada uma comissão especial. O STF, defendendo a ordem legal, rejeitou, em caráter provisório, esse procedimento, considerando-o em desacordo com o que o regimento da Câmara estabelecesse em relação à tramitação de denúncias de crime de responsabilidade. Cunha tem um prazo para se posicionar no STF em relação ao rito suspenso.

Enfim, as forças da coalizão social-desenvolvimentista, que se rompeu de 2014 para cá, estão unidas contra o impeachment e desunidas em relação ao projeto econômico para o país. A esquerda democrática da sociedade civil e o PT estão correndo atrás do prejuízo e tentando se posicionar assertivamente na conjuntura, seja para garantir o mandato democrático de Dilma, ameaçado pela coalizão do impeachment, liderada institucionalmente pelo PSDB e na esfera sociopolítica pela grande mídia, seja para mudar a política econômica e retomar uma agenda pública de estímulo à produção. O principal desafio imediato da coalizão anti-impeachment, para avançar no destravamento da crise política, é superar a desorganização da base governista na Câmara dos Deputados, recompor uma maioria e virar a página dessa ameaça de golpe branco. Essa coalizão, em tese, tem meios para fazer isso. Afastar logo Eduardo Cunha facilitaria as coisas para o governo.

PARA A RECONSTRUÇÃO DA COALIZÃO DESENVOLVIMENTISTA

Jornal do Brasil - 27/10/ 2015

A crise brasileira tem ensejado algumas reações importantes de diversos atores interessados na produção de uma inflexão que logre a retomada de uma trajetória econômica, social e política progressista, superando as poderosas forças regressivas em curso nessa complexa onda conjuntural emergida ao longo de 2015. Entre esses atores, as forças desenvolvimentistas, na sociedade e no Estado, são essenciais para formularem ideias-força e implementarem iniciativas que possam contribuir para fortalecer as demandas vivas por uma virada na conjuntura. As forças desenvolvimentistas compõem a coalizão desenvolvimentista. Um modo de contribuir para esse esforço progressista é refletir sobre o tema das coalizões.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) tem reclamado dos juros altos e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em nota pública divulgada no final de agosto, chegou a criticar o ministro da Fazenda: “Pelo visto, para o ministro, terminar o ano com fechamento negativo de 1,5 milhão de empregos a menos parece não ser um problema.” No final de setembro, um grupo de intelectuais desenvolvimentistas, entre os quais se destacam professores do Instituto de Economia da Unicamp, publicou dois volumes com o título “Por um Brasil justo e democrático”, sendo o subtítulo do primeiro “Mudar

para sair da crise: alternativas para o Brasil voltar a crescer” e o do segundo “O Brasil que queremos: subsídios para um projeto de desenvolvimento nacional”. Além disso, no início de outubro, o “Grupo Reindustrialização”, coordenado pelo professor Yoshiaki Nakano (FGV-SP), publicou uma carta-proposta com seis medidas para retomar o crescimento. Recentemente, Lula e o presidente do PT, Rui Falcão, criticaram a política econômica da austeridade. Por sua vez, movimentos sociais de esquerda, com apoio de alguns partidos, criaram a Frente Brasil Popular, “para construir um projeto nacional de desenvolvimento democrático e popular”.

Essas forças sociais e eventos, por heterogêneos que sejam, compartilham o anseio pela superação da recessão, pela retomada da atividade produtiva, com respaldo do Estado, por novos investimentos e geração de empregos. Embora a incorporação ao mercado de trabalho não seja suficiente para combater a desigualdade, que depende também da incorporação social, via políticas sociais, o crescimento econômico é um móvel-chave desse processo, pois gera recursos tributários para a redistribuição de renda pelo Estado. Por outro lado, uma boa sinergia entre incorporação pelo mercado e incorporação social pode criar um círculo virtuoso entre uma e outra. Exemplo: a política educacional qualificando a mão de obra para empregos mais sofisticados, que propiciam melhores salários, aumento de produtividade e da renda nacional.

Coalizões se formam, fortalecem, desfazem-se ou enfraquecem no processo histórico. Podem ser mais duradouras ou mais efêmeras. Não são estruturas políticas necessariamente fixas, nem obrigatoriamente instáveis. Elas disputam entre si, enfrentam suas próprias contradições internas, podem estar no governo ou na oposição, assim como podem fazer composições umas com as outras, ter linhas divisórias mais ou menos claras, a depender de uma série de variáveis estruturais, conjunturais, econômicas e políticas. As coalizões podem também ser mais ou menos coerentes com seus almejados propósitos e mal ou bem-sucedidas em suas ações. Por fim, elas têm uma dupla dimensão, sociopolítica e político-institucional. A primeira diz respeito às classes e frações envolvidas, interesses e ideias. A segunda diz respeito às elites políticas e burocráticas, aos partidos e parlamentos. Conceitos como bloco histórico, bloco no poder e pacto de dominação são formas de abordar as coalizões e, de um modo ou de outro, seus nexos com o Estado, seja para explicar uma determinada estrutura de poder ou para se referir às lutas entre projetos distintos. Na abordagem institucionalista predominante na ciência política brasileira, coalizão passou a ser sinônimo de presidencialismo de coalizão, mas o tema

das alianças, embora envolva, no caso do Brasil, as relações entre Executivo e Legislativo – que são constituídos por mecanismos distintos do procedimento parlamentarista –, é mais amplo e complexo do que isso.

Em termos gerais, há três grandes coalizões no capitalismo industrial: a neoliberal, a desenvolvimentista e a socialista. Considero que o que está em jogo na maior parte dos países do mundo é a disputa entre neoliberalismo e desenvolvimentismo. Sem coalizão desenvolvimentista não há desenvolvimentismo, assim como a efetivação dos interesses neoliberais depende da coalizão correspondente.

Em se tratando de desenvolvimento capitalista, a história mostra que os empresários precisam fazer parte da coalizão e contribuir para a sua legitimação. Desde a fase mercantilista do capitalismo, o empresariado faz alianças com as elites estatais. Por outro lado, apesar da difícil diferenciação, no capitalismo financeirizado, entre inversão produtiva e especulação, é exagerado considerar o grande empresariado como um bloco homogêneo. Luiz Carlos Bresser-Pereira, para explicitar as contradições da burguesia no Brasil, qualifica-a como nacional-dependente. Ao longo do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, empresários da indústria e da agricultura, que haviam apoiado as reformas orientadas para o mercado, ficaram descontentes com as políticas neoliberais, o crescimento baixo, o desemprego, a desnacionalização e o enfraquecimento da indústria. Aproximaram-se do então candidato Lula e, depois, do novo governo empossado em 2003.

Essa aproximação não foi obra do acaso, nem é uma determinação do destino. Em regime democrático com partido de esquerda relativamente forte, como é o caso do Brasil (apesar dos problemas atuais enfrentados pelo PT), a coalizão desenvolvimentista tende a ser ampla, englobando várias classes e frações, a começar por empresários e trabalhadores. Por esse motivo, a coalizão que se desenvolveu a partir de 2002-2003 acabou sendo denominada como social-desenvolvimentista.

A dinâmica da formação de coalizões e da disputa entre elas envolve, em tese, vários elementos de ordem histórica, econômica, social e política, como, entre outros, a conjuntura nacional e internacional, as relações de forças entre classes e frações, os atores da sociedade civil, a opinião pública, fatores culturais, os campos ideológicos, consenso, dissenso, instituições públicas e privadas, aparato estatal, especialmente a burocracia e os recursos financeiros, e partidos políticos. Considerando a atual fase de financeirização da economia capitalista, o desafio do crescimento acelerado e prolongado, com ativa participação do

Estado, é bastante difícil, mas não impossível. No entanto, a coalizão social-desenvolvimentista não se sustenta se depender apenas das condições macropolíticas e ideológicas favoráveis, como a mudança nas relações de força e a expectativa de atores-chave e eleitores pela dupla incorporação, via mercado e políticas sociais. Essas condições gerais são muito importantes, mas não são suficientes para a sustentabilidade do projeto desenvolvimentista, pois este depende da efetividade dos resultados. Esta depende, por sua vez, de duas capacidades estatais: a política e a técnica. A dimensão política tem a ver com a construção institucional da aliança, para que ela, partindo de seus fundamentos sociopolíticos, entrelace seus tentáculos em agências operativas do Estado, corporifique-se em conselhos consultivos ou de formulação de ideias-força para as decisões do poder público. No caso do Japão, por exemplo, o MITI (Ministério do Comércio Internacional e da Indústria) colocou em prática aquilo que Peter Evans define como “autonomia inserida”. Um Estado com relativa autonomia e burocracia capacitada, do tipo weberiano, estabelece vínculos de parceria com o setor produtivo para conduzir a transformação industrial. As medidas legislativas propostas pelo MITI chegam ao parlamento com legitimidade, de modo que sua aprovação se dá, em geral, com relativa facilidade. Esse é um exemplo concreto da dimensão institucional da coalizão desenvolvimentista, mas observe-se que ela é dupla, envolvendo, por um lado, a burocracia pública e o setor privado e, por outro, o Legislativo. O outro aspecto institucional é o elemento técnico, a boa política pública, que causa impacto na realidade em que está atuando e aumenta o bem-estar coletivo.

No período aberto em 2003, o Brasil avançou expressivamente na dupla incorporação. As políticas de Lula e Dilma, até 2014, abriram portas para milhões de brasileiros entrarem no mercado de trabalho formal. Retomou-se a política industrial em um nível que nenhum outro país da América Latina fez no período. O país foi internacionalmente reconhecido no combate à pobreza e caminhou também em termos de diminuição da desigualdade de renda entre ricos e pobres. Mas é quase um consenso que a indústria precisaria ter sido ainda mais objeto de fortalecimento para a reversão de sua trajetória declinante em termos de participação no PIB. Fazendo uma avaliação geral do período, a política macroeconômica, apesar dos esforços de Guido Mantega, não conseguiu se libertar o suficiente das amarras neoliberais às taxas de juro e câmbio, o que prejudicou a indústria etc.

Apesar da conjuntura internacional mais favorável usufruída por Lula devido ao boom das commodities, uma hipótese em relação ao melhor

desempenho de seu governo em comparação com o de Dilma é que ele avançou mais nos mecanismos institucionais de conversão da coalizão sociopolítica em coalizão institucional, tanto em agências do Executivo como nas relações com o Legislativo. Nesse sentido, ele desempenhou-se melhor na referida capacidade política, na institucionalização do diálogo, o que também parece ter ajudado na qualidade técnica das decisões. Dois grandes exemplos, embora não sejam os únicos, é que Lula não só criou como manteve ativo o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), que Dilma deixou em segundo plano; além disso, deu um impulso extraordinário às Conferências Nacionais de Políticas Públicas e Direitos, também secundarizadas pela atual presidente.

Enfim, construir um Estado desenvolvimentista e social no contexto da financeirização é uma obra colossal. Requer estratégia e, também, sólida coalizão, conectando institucionalmente a sociedade política e a sociedade civil no processo de formulação e implementação do programa de transformação industrial e de combate às desigualdades. Essa obra é um desafio essencialmente político, e não tecnocrático. Coalizão pode propiciar legitimidade, um dos principais fundamentos da dominação.



LIMITES DE CULTURA POLÍTICA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Jornal do Brasil - 3/11/2015

Há consenso de que o Brasil possui um regime democrático. No entanto, se pensarmos em democracia não apenas como regime político, mas como fundamento normativo e cultural de uma ordem social, que, portadora de uma riqueza de bens simbólicos e valores, pode ser considerada como uma sociedade democrática, o Brasil ainda tem uma longa caminhada a percorrer para se democratizar.

Desde a Constituição de 1988, ocorrem eleições regulares e não fraudadas nos três níveis da federação, com sufrágio universal e amplo direito de voto (inclusive para analfabetos e jovens, a partir dos 16 anos de idade); há liberdade de expressão, direito de organização da sociedade civil e à candidatura a cargos eletivos, plena liberdade partidária, um Legislativo com prerrogativas legais perante o Executivo, abrigando governistas e oposicionistas, Judiciário independente etc. Essa configuração institucional do sistema político propicia um regime democrático no Brasil. Por outro lado, a crise política em curso tem evidenciado a emergência concentrada na conjuntura de características de cultura política, historicamente persistentes no cabedal de valores da formação social brasileira e encarnadas em alguns estratos sociais, que são um obstáculo ao processo de desenvolvimento democrático naquilo que mais lhe diz respeito: a igualdade.

O pensador político que mais contribuiu para a concepção do conteúdo do processo democrático como fundado na igualdade foi Alexis de Tocqueville. Ele não se referia ao igualitarismo social de perspectivas socialistas, mas à igualdade de condições: “o desenvolvimento gradual da igualdade das condições é um fato providencial”. Mas note-se que, ao examinar a revolução democrática nos EUA, no século XIX, ele identificou os fundamentos cívicos e morais da igualdade: “Na América, o homem comum concebeu uma alta ideia de direitos políticos, porque ele tem direitos políticos; ele não ataca os direitos dos outros, de modo que ninguém viole o seu.”

Estamos longe disso em nosso país. Temos visto, com perplexidade, uma onda conservadora, antidemocrática, contra a igualdade, questionando um amplo espectro de direitos (civis, políticos, sociais, de gênero, raciais, de opção sexual, de minorias indígenas) a ela vinculados. Após um período de 12 anos de revolução democrática tocquevilliana no Brasil, país historicamente marcado pelas desigualdades e violência contra os direitos humanos, uma reação de direita emergiu, com expressões de fúria, para conter o processo de transformação.

Pela primeira vez na vida, estou vivendo temporariamente fora do Brasil e, assim, não mais na condição de turista, mas de habitante de um país desenvolvido da Europa, tenho testemunhado, na prática cotidiana, o que significam as conquistas societárias civilizatórias da igualdade de condições, o respeito aos direitos de cidadania, as relações sociais minimamente pautadas no mútuo reconhecimento pelos cidadãos de que possuem igualdade de status e, nessa condição, todos devem dar e receber tratamento digno. E estou na Inglaterra, a pátria-mãe do capitalismo industrial, mas onde há estado de bem-estar e a cultura política dos direitos de cidadania é valorizada, até mesmo pelos conservadores em matéria de políticas sociais e de intervenção do Estado na esfera econômica.

Mas, no Brasil, o que se tem visto, com intensidade ainda maior que o comum, é uma onda de cultura da intolerância, com atores sociais e políticos emergentes instrumentalizando as liberdades democráticas, os direitos de organização e manifestação, para cercear e constringer essas mesmas prerrogativas para quem é de esquerda, petista ou do MST, para quem opta por não ser heterossexual, para quem demanda o direito de interromper gravidez indesejada – na verdade, até menos que isso, pois o aborto legal está sendo objeto de tentativa de restrição (se depender de alguns deputados federais, talvez se chegue à proibição da pílula do dia seguinte). Há pessoas colocando o dedo na

cara de quem defende políticas de transferências de renda mediante condicionalidades, ou de quem é a favor do Estatuto do Desarmamento, ou de quem defende as políticas de cotas raciais.

O que está por trás dessa arrogância conservadora? É a cultura oligárquica, da segregação de classe e racial, a cultura do privilégio, do “sabe com quem está falando?”. A indignação de muitos indignados hipócritas das ruas não é contra a corrupção em geral, na qual estão, por exemplo, o mensalão e o “trensão” tucanos, mas é contra a corrupção atribuída a alguns petistas; não é contra o Ciência sem Fronteiras, que beneficia estudantes universitários de classe média, mas é contra o Bolsa Família, que se destina aos pobres; não é contra Eduardo Cunha, altamente envolvido em irregularidades, mas é contra outro Eduardo, o Eduardo Suplicy, pessoa de reputação ilibada, vítima recentemente, em São Paulo, de hostilidades de grupos anti-PT. A arrogância e indignação dos hipócritas é, na verdade, contra a igualdade democrática, é a arrogância secular do senhor sobre o escravo, do branco sobre o negro, do rico sobre o pobre, do homem sobre a mulher, da madame grã-fina sobre a empregada doméstica e assim por diante.

Nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, a situação econômica, em geral, era ruim, em comparação com o período 2003-2014, e houve problemas graves de corrupção, mas a indignação contra as irregularidades emergiu só quando ela envolveu governos federais petistas, que, como disse recentemente o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, fizeram algo internacionalmente inédito, o milagre, por assim dizer, de tirar 22 milhões de pessoas da pobreza. Não se trata, obviamente, de perdoar os petistas que cometeram irregularidades, mas de evidenciar o caráter seletivo e hipócrita da indignação de alguns estratos das camadas médias e elites sociais, para os quais a corrupção só importa, efetivamente, quando forças progressistas nela se envolvem. Corrupção da direita é tolerável, afinal, são homens ricos, brancos e limpos; corrupção da esquerda é crime de lesa-pátria, coisa de gente pobre e sem higiene.

Para esse tipo de mentalidade, pode-se aplicar a concepção de democracia ironicamente formulada pelo humorista Millôr Fernandes: “Democracia é quando eu mando em você, ditadura é quando você manda em mim”. Quatro vitórias eleitorais consecutivas do PT é ditadura bolivariana. Vitórias eleitorais consecutivas da centro-direita ou direita são a mais pura expressão da democracia. O PSDB venceu seis eleições seguidas no Estado de São Paulo, desde 1994, mas não há indignados nas ruas paulistas bradando que há uma conspiração para estabelecer lá uma ditadura tucana. Por outro lado, a cultura autoritária e

contrária à igualdade política é tão arraigada em certos grupos sociais que, para alguns manifestantes dessa atual safra de contestações conservadoras, ditadura nem sequer é problema, mas sim solução.

Essa seletividade que atenta contra a igualdade de condições, inclusive contra a igualdade perante a lei, que fundamenta o Estado de Direito, está presente em certos atores institucionais no Judiciário, Legislativo, Polícia Federal e Ministério Público, como se tem observado desde a Ação Penal 470, passando pela Operação Lava Jato, ainda em curso e, mais recentemente, na Operação Zelotes. O procedimento de estabelecer dois pesos e duas medidas está rolando solto, prisões de suspeitos fora dos padrões jurídicos costumeiros, escolha a dedos de investigados, uso seletivo da delação premiada, vazamento de informações sigilosas e muito mais. Juízes agem com os olhos mirando os holofotes da grande mídia golpista, acenando para segmentos da opinião pública nutridos por informações partidarizadas que ela fornece, ou para hipócritas indignados. A conjuntura está muito estranha.

Enfim, se valores autoritários e oligárquicos sobrevivem em níveis significativos, se cidadãos ordinários cultivam a intolerância em relação às forças políticas às quais são contrárias e a tolerância para com quem se identificam, então a igualdade de condições que caracteriza a democracia está submetida a grilhões. Só a participação cívica e o conflito democrático, isto é, dentro das regras desse regime político, podem libertar a democracia das amarras históricas nas quais a reação conservadora em curso quer mantê-la ancorada. Só a participação cívica e o conflito democrático, dimensões nas quais as forças progressistas da sociedade civil têm se engajado há décadas, podem propiciar avanços tanto no sentido de uma sociedade democrática, erguida sobre uma cultura democrática, como no caráter isonômico das instituições públicas.

A ENTREVISTA DE LULA AO SBT

Jornal do Brasil - 10/11/2015

No dia 5, quinta-feira passada, Lula concedeu uma longa entrevista ao SBT. O entrevistador foi o jornalista Kennedy Alencar. Goste-se ou não do PT e de Lula, o ex-presidente da República, que exerceu dois mandatos entre 2003 e 2010, é inegavelmente uma grande liderança política, característica fundamental para entender o processo de transformação das nações nas esferas política, econômica e social e avaliar os resultados alcançados. E não se trata de um líder que aposta no mero protagonismo personalista e voluntarista. Sua trajetória e seu discurso evidenciam que ele tem consciência de que a democracia é difícil, institucionaliza a disputa política, depende de muita negociação e diálogo e da construção de coalizão social e partidária. Mas a democracia é o único caminho que interessa aos trabalhadores, por abrir a eles, através da política, a possibilidade da inclusão social, pela implementação de um processo de desenvolvimento que combata a pobreza e a desigualdade.

Lula considera que há uma onda de incerteza e pessimismo no país e ela deve ser substituída pela perspectiva do desenvolvimento e da esperança. Cabe à presidente Dilma reverter essa situação, fazendo a roda-gigante da economia voltar a girar, nem que seja aos poucos, para abrir perspectivas de emprego, sobretudo aos jovens que, a cada ano, demandam ingresso no mercado de trabalho. Há ainda três anos de mandato e já existem algumas condições para

a mudança, ao passo que outras devem ser construídas através da política. Para mudar, ao invés da opção pela reintrodução da CPMF, ele preferiria uma forte política de crédito, envolvendo as cadeias produtivas, com grandes empresas sendo avalistas de suas fornecedoras, passando pelo crédito consignado para a indústria, liberação de financiamentos para governadores e prefeitos que têm capacidade de tomar empréstimos e algum crédito para o consumo.

Por outro lado, a perspectiva desenvolvimentista de Lula não se opõe à preocupação com a estabilidade. De fato, a integração dessas duas dimensões foi uma preocupação de seu governo, cuja política macroeconômica, orientada por uma metodologia gradualista, situou-se, sobretudo a partir de 2006, em algum ponto intermediário entre o neoliberalismo e o novo-desenvolvimentismo. O ex-presidente afirmou que tem obsessão contra a inflação. Defendeu o primeiro mandato de Dilma, que encerrou 2014 com alto nível de emprego, mesmo enfrentando uma conjuntura internacional desfavorável, devido a uma crise que alcançou proporções inesperadas até mesmo pelas lideranças do G-20 (grupo que reúne as maiores economias do mundo).

Mas Lula avalia que houve dois equívocos na política econômica de Dilma Rousseff e Guido Mantega, que concorreram para a perda de credibilidade dos capitalistas no governo, um sobre como combater a inflação e outro de natureza fiscal. O primeiro foi a contenção do preço dos combustíveis e o segundo, o excesso nas desonerações. Aliás, o líder petista assumiu que manifestou, em 2013, a opinião, destinada ao então ministro Mantega, de que, quem está há muito tempo no governo, precisa afastar-se para renová-lo. Os problemas fiscal e inflacionário e o acirramento das disputas políticas a partir da conjuntura aberta pelas manifestações de 2013, além de outras dificuldades não mencionadas por ele, como o baixo crescimento e o desequilíbrio em Dilma 1 entre, por um lado, o avanço do intervencionismo e, por outro, o recuo em relação às práticas de concertação com os empresários e movimentos sociais, provocaram a ruptura da coalizão social-desenvolvimentista lulista, que vinha sendo construída, e abriram caminho para a ofensiva neoliberal sobre as políticas do Estado, expressa na opção pela austeridade, que os grandes industriais apoiam, desde que não implique aumentos de impostos e não tarde em ser substituída por uma agenda de crescimento. Obviamente, o problema da corrupção, ingrediente importante da conjuntura desde 2014, assim como as consecutivas vitórias eleitorais do PT, a partir de 2002, e a eleição de um Congresso Nacional de composição conservadora também exacerbam a competição política entre oposição e governo.

Em relação à corrupção, afirmou que hoje, no Brasil, para as pessoas não

serem investigadas, elas têm que andar corretamente, pois seus governos e os de Dilma fortaleceram e continuam fortalecendo a Polícia Federal e estimularam e estimulam a autonomia do Ministério Público. Disse ser totalmente favorável às investigações em curso na Operação Lava Jato e Operação Zelotes, mesmo quando se dirigem a seus amigos ou parentes. No entanto, criticou os vazamentos seletivos de informações sobre os investigados e o que chamou de “república da suspeição”. Considera que as instituições não têm apenas que ser fortes, mas também responsáveis, pois detêm um poder que precisa ser exercido adequadamente, tanto para não franquear a impunidade contra os que comprovadamente cometeram irregularidades como para não cometer injustiças contra os suspeitos, como aconteceu no famoso caso da Escola Base, na cidade de São Paulo.

Enfim, os pontos principais da entrevista foram os grandes temas que caracterizaram os três primeiros governos de coalizão do PT: democracia, desenvolvimento, inclusão social e combate à corrupção. Infelizmente, houve problemas no último ponto, que prejudicaram o desempenho nas outras áreas também. Por outro lado, pode-se fazer o seguinte balanço rápido em relação aos outros três temas. Houve um inegável avanço no combate à pobreza e na inclusão social, internacionalmente reconhecido, iniciado em Lula e prosseguido por Dilma. Na questão da democracia, alavanca fundamental para o fortalecimento institucional da coalizão social-desenvolvimentista, Dilma recuou em relação ao caminho de concertação que Lula vinha perseguindo e isso contribuiu para explicar seu isolamento e o enfraquecimento da aliança entre classes, frações e partidos. Em relação ao desenvolvimento, Lula tanto se beneficiou de uma conjuntura internacional mais favorável quanto foi um líder mais consciente da dimensão política do processo de transformação, sobretudo por ter demonstrado, na prática, as virtudes da concertação, via conselhos e conferências, realizando, por exemplo, reuniões sistemáticas até mesmo com reitores de universidades públicas, como ele menciona na entrevista. Além da aproximação em relação às organizações da sociedade civil, construiu mais pontes com o Legislativo. Por outro lado, não houve avanços suficientes em relação à industrialização. Uma das principais raízes dessa dificuldade está nas pressões internas e externas desfavoráveis, embora não definitivamente impeditivas, a uma política macroeconômica desenvolvimentista.

Ao fim e ao cabo, a opção gradualista de Lula parece ter sido mais efetiva que a opção voluntarista de Dilma, que tentou dar um grande passo à frente nas políticas monetária, cambial e fiscal, mas, não tendo costurado a necessária concertação, acabou por ser forçada a dar dois passos para trás. O saldo

Líquido é bruto, pois o país está submetido, desde o início de 2015, a uma política econômica de austeridade, em recessão e atravessando uma crise política que dificulta o encontro de uma rota alternativa. Como diz o título de um artigo acadêmico recente do professor André Singer (USP), Dilma cutucou onças com varas curtas. Avalio que Lula lidou com essas mesmas onças, mas sem fazê-las sentir que estavam sendo atraídas para fora de seu ecossistema natural ou lideradas por um insensível e tecnocraticamente insulado diretor de parque nacional de felinos. Não à toa, entre o final de 2013 e o início de 2014, durante cerca de seis meses, grandes empresários de todos os setores e políticos pressionaram fortemente pelo “Volta Lula”. Ele ainda é uma grande liderança nacional, apesar dos pesares.

ESPERANÇA NA FAZENDA?

Jornal do Brasil - 17/11/2015

Na quinta-feira passada, o ex-presidente Lula e provável candidato à sucessão de Dilma Rousseff, afirmou, em Brasília, que o prazo de validade de Joaquim Levy, ministro da Fazenda, esgotou-se e defendeu publicamente sua substituição por Meirelles, que presidiu o Banco Central (BCB) entre 2003 e 2010. A declaração foi feita perante aliados de Lula, incluindo alguns membros do núcleo de articulação política do governo Dilma. Obviamente, a movimentação de Lula e apoiadores dirige-se à presidente Dilma, que, é sabido, não possui boas relações com Meirelles.

Lula está apostando que Henrique Meirelles é mais adequado para fazer a transição da atual política econômica contracionista para uma outra que combine duas preocupações, com a estabilidade e com a retomada de algum nível de dinamismo da atividade produtiva. A nova perspectiva seria colocada em prática por meio do método gradualista de implementação de mudanças, utilizado pela equipe econômica de Lula, em seus dois mandatos, para tentar abrir espaços ao crescimento em uma estrutura macroeconômica baseada em metas de inflação, câmbio flutuante e arrecadação de superávit primário, em contexto de globalização financeira, comercial e produtiva.

O nome de Meirelles é bem aceito por investidores, instituições financeiras e defensores da ideologia neoliberal. Ele foi presidente mundial do Bank

Boston. E por ter presidido o BCB nos dois mandatos de Lula, Meirelles tem trânsito entre elites políticas e burocráticas, inclusive no Congresso Nacional, a começar pelo PMDB, mas também entre alguns parlamentares opositores, inclusive do PSDB, agremiação à qual já foi filiado. Lula está tentando salvar os três anos que restam do mandato de Dilma e, para isso, quer que, até fevereiro de 2016, o clima de incerteza e pessimismo comece a dar lugar, aos poucos, a uma perspectiva de desenvolvimento e esperança. Essa mudança deve ser capitaneada pela roda-gigante da economia, que precisa voltar a girar. Alguns órgãos de imprensa informaram que Meirelles, por ser politicamente próximo do ex-presidente, proponente de seu nome, poderia implementar a política de crédito para a produção e o consumo que Lula tem defendido, como meio de impulsionar a mudança, conforme abordado nesta coluna na semana passada.

A consultoria norte-americana Brown Brothers Harriman afirmou em relatório que, diante da boa reação de agentes do mercado à eventual entrada de Meirelles na pasta da Fazenda, Dilma teria ficado mais inclinada a aceitá-lo. Mas, ao mesmo tempo, fontes próximas a Dilma, segundo a *Folha de S. Paulo*, afirmaram que ela só fará a troca se a situação da economia piorar ainda mais. Como a virada da conjuntura torna difícil colocar na Fazenda algum nome desenvolvimentista, Meirelles é uma alternativa-chave para os propósitos de Lula.

Mas Meirelles afirmou que só aceitaria o eventual convite se Dilma permitisse que a formulação da política econômica ficasse na alçada decisória do Ministério da Fazenda. Sabe-se que Dilma, que tem formação em economia, é propensa a ser a ministra da Fazenda, de fato, de seu governo. Isso aconteceu no primeiro mandato, quando o titular da pasta foi Guido Mantega e, em alguma medida, tem acontecido na gestão Levy. Porém, o recado de Meirelles pode também ter sido dirigido a Nelson Barbosa, atual ministro do Planejamento, de formação desenvolvimentista.

Diante do cenário recessivo e de falta de um horizonte que conduza à retomada do crescimento, a iniciativa de Lula é bem-vinda, não por alimentar os planos do PT para 2018, mas, principalmente, para o país. Aliás, diante da competitividade das disputas eleitorais – e ainda mais agora que o PT está na berlinda, devido ao envolvimento de alguns de seus quadros na Operação Lava Jato, e a oposição, na ofensiva, querendo reconquistar o governo federal –, os planos de qualquer agremiação partidária não podem estar distantes dos anseios dos eleitores. A crise política tem alimentado a crise econômica. Com o impeachment arrefecendo e Eduardo Cunha perdendo espaço na Câmara dos Deputados, oxalá a movimentação de Lula pelo ingresso de Meirelles possa

trazer a moribunda esperança de volta, com a superação, mesmo que gradual, da crise e da monótona política econômica contracionista nas áreas fiscal e monetária. (Nos próximos dois meses, escreverei, em regra, quinzenalmente).



PMDB E O FUTURO

Jornal do Brasil - 24/11/2015

Em 17 de novembro, terça-feira passada, a Fundação Ulysses Guimarães (FUG), vinculada ao PMDB e presidida pelo ex-governador e ex-ministro Moreira Franco, realizou um congresso para discutir o documento intitulado “Uma ponte para o futuro”, publicado em 29 de outubro. O documento e o evento, embora formalmente não representem diretamente o Diretório Nacional do partido, que adiou sua convenção para março de 2016, marcam um passo na trajetória recente do PMDB no sentido de aumentar o grau de autonomia relativa em relação ao governo Dilma Rousseff e ao PT e, ao mesmo tempo, de se apresentar como uma alternativa à sociedade brasileira para a superação da crise econômica e política. Lideranças do PMDB, como o senador Romero Jucá (RR), têm dito que o documento da FUG será uma referência programática tanto para a próxima convenção nacional do partido, que deverá debater sobre sua permanência em ou saída do governo Dilma, como para as eleições municipais do ano que vem.

Moreira Franco é aliado político do vice-presidente da República e presidente do PMDB, Michel Temer, que incentivou a elaboração da visão peemedebista de futuro, com nítido conteúdo liberal. “No Brasil de hoje a crise fiscal, traduzida em déficits elevados, e a tendência do endividamento do Estado, tornou-se o mais importante obstáculo para a retomada do crescimento econômico.” A ponte para o futuro desse grande partido, qualificado por cientistas

políticos como *catch-all* (pega-tudo), condena o passado recente, atribuindo ao governo Dilma 1 a responsabilidade pela crise fiscal. Além disso, critica Dilma 2, governo no qual ocupa sete ministérios, pela manutenção do país na inércia e imobilidade política. “Nos últimos anos é possível dizer que o governo federal cometeu excessos, seja criando novos programas, seja ampliando os antigos, ou mesmo admitindo novos servidores ou assumindo investimentos acima da capacidade fiscal do Estado.”

Feito o diagnóstico fiscalista, entre as principais propostas do documento para alcançar “um novo regime fiscal, voltado para o crescimento” e para tornar o ambiente econômico mais competitivo para as empresas destacam-se as seguintes: a) criação de “um novo regime orçamentário, com o fim de todas as vinculações e a implantação do orçamento inteiramente impositivo”; ou seja, as vinculações constitucionais e indexações de salários, benefícios previdenciários etc. seriam extintas, o que, obviamente, passa pela aprovação de emendas constitucionais, mas também pelo estabelecimento de um limite legal para as despesas públicas de custeio; b) “orçamento com base zero”, isto é, “a cada ano todos os programas estatais serão avaliados por um comitê independente, que poderá sugerir a continuação ou o fim do programa, de acordo com os seus custos e benefícios”; c) implementação da idade mínima para a aposentadoria, já existente no regime dos servidores públicos, também no regime geral do INSS; d) arrecadação de um montante de superávit primário suficiente para, em um primeiro momento, interromper a trajetória de crescimento da dívida pública e, em seguida, propiciar a sua redução; e) ajustar a taxa de inflação para o centro da meta de 4,5% (por meio da austeridade fiscal e monetária), o que, junto com o controle orçamentário, deverá resultar em uma taxa de juros mais próxima das existentes no mundo desenvolvido; f) execução de “uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada”; g) ampliação da política comercial para todas as regiões relevantes do mundo, com ou sem os parceiros do Mercosul, embora preferencialmente com eles.

Nos últimos meses, várias forças sociais e políticas têm formulado ideias para tirar o país da crise. O Brasil está sendo debatido e seu rumo político está em disputa. O PMDB, que não lança candidatura à Presidência da República desde 1994, está também entrando no debate de projetos e movimenta-se ou para lançar candidatura própria em 2018, ou para se fortalecer nas eleições de 2016 e chegar na sucessão presidencial com melhor capacidade de influenciar nas alianças políticas que ocorrerão.

Pelo conteúdo do documentado brevemente descrito, o movimento

do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que perdeu muito de sua força centrípeta com a retomada da democracia, vai no sentido de dialogar com o empresariado nacional, no qual possui bases desde os anos 1970. É um movimento que se desloca da centro-esquerda, espectro ideológico em que se situa sua aliança com o PT, para o centro e, quem sabe, para a centro-direita, a depender de variáveis ainda não configuradas, como a retomada de uma aliança com o PSDB, conforme ocorreu nas eleições presidenciais de 1998. Apesar da fragmentação, uma liderança tem tentado costurar certa unidade nesse partido: Michel Temer.

PSDB, PT e agora PMDB tentam se colocar como partidos com um projeto capaz de promover o desenvolvimento capitalista no Brasil. O PSDB fracassou no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso e, nas quatro últimas eleições, o PT venceu. Por outro lado, sobretudo desde meados de 2012, Dilma passou a perder apoio no meio empresarial e, no primeiro turno das eleições presidenciais de 2014, os donos do dinheiro se dividiram entre as candidaturas tucana, da Rede Sustentabilidade e da petista, esta última prejudicada não só pelo crescimento baixo e pelas opções de política econômica, mas pelo escândalo da Operação Lava Jato. Dilma venceu, mas os capitalistas impuseram a ela uma política econômica de austeridade.

Uma lição que se pode extrair desses fatos é a seguinte: o partido ou aliança de partidos (incluindo as classes e frações que dão respaldo), seja de direita, centro ou esquerda, que for capaz de promover o padrão de capitalismo que mais se adapte, por um lado, à lógica da acumulação de capital e, por outro, às demandas políticas do eleitorado por emprego, renda, serviços públicos de qualidade e por um sistema político republicano, com menos corrupção, tende a se fortalecer na política nacional. Mais do que poder de voto, os capitalistas têm poder de veto e poder público sobre as decisões políticas. Não só a ponte para o futuro do PMDB passa pelo capitalismo, a do PSDB e PT, também. Devido à histórica desigualdade da sociedade brasileira, a esquerda se faz necessária para impulsionar um padrão de capitalismo que promova a dupla incorporação do desenvolvimento nas democracias, via mercado e políticas sociais. Sem a esquerda, a lógica da acumulação tende a ser perversa, especialmente nesse tempo histórico de globalização neoliberal.



O LIMITE DO QUANTO PIOR, MELHOR

Jornal do Brasil - 8/12/2015

A decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, de aceitar a tramitação de um dos pedidos de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff que tramitava na Casa é o auge de um conjunto de ações políticas capitaneadas pelas forças sociopolíticas e político-institucionais de oposição ao processo de transformação colocado em prática desde 2003, quando Lula tomou posse. Mesmo parecendo mais provável que o impeachment não será aprovado, a sua admissibilidade, nascida com o vício de origem da chantagem de Cunha contra o PT e o governo, por não ter recebido apoio deles na Comissão de Ética da Câmara, que deverá sugerir ao plenário a cassação de seu mandato por quebra de decoro parlamentar, joga lenha na fogueira da crise brasileira.

Na metáfora do bebê e da água do banho, a corrupção é a água suja que as instituições democráticas estão jogando fora ou apurando e o bebê, a erradicação da miséria e diminuição da pobreza, internacionalmente aplaudida, a inclusão através do mercado de trabalho, como ocorreu até o final de 2014, o fortalecimento do mercado interno, o colchão de reservas internacionais para proteger a nação de crises cambiais e financeiras e assim por diante. Sob o pretexto de rejeitar a corrupção, que, indubitavelmente, deve ser rejeitada, embora toda ela, e não apenas a identificada no adversário político, o que está ocorrendo, na verdade, é a ofensiva dos interesses vinculados ao modelo de

capitalismo neoliberal contra o social-desenvolvimentismo em construção no país até o ano passado.

As duas grandes frentes de ação da ofensiva neoliberal contra o modelo social-desenvolvimentista implementado, com importantes virtudes e limitações, desde 2003 são a política econômica de austeridade fiscal e monetária e a histeria política moralista e seletiva contra a corrupção. Na linha de frente da reação neoliberal está a grande mídia, o oligopólio que, mais do que nunca, tem se comportado como o principal partido político da coalizão oposicionista contra o PT e seu governo. Qualquer leitor minimamente informado sabe que a política da austeridade em curso foi imposta ao governo Dilma, desde o final das eleições de 2014, pelos interesses do capitalismo financeirizado, aos quais se vinculam uma poderosa minoria de bilionários e milionários rentistas, bancos e outras instituições financeiras. Dilma foi eleita com um programa social-desenvolvimentista. Porém, como a grande burguesia possui mais poder de veto do que de voto, os investidores capitalistas vetaram a continuidade das políticas que estavam sendo implementadas e forçaram o governo Dilma a fazer uma gestão econômica austericida, de restrição fiscal e monetária. Essa é a frente de política econômica da ofensiva da contrarreforma, tendo na vanguarda o partido da grande mídia, o poderoso porta-voz da república oligárquica que se deseja preservar através do arrocho no orçamento público e da recessão.

Na frente de política competitiva e institucional da ofensiva neoliberal e conservadora estão, além da grande mídia e setores das classes médias tradicionais, os partidos de oposição, a começar pelo PSDB, aliado do chantagista Eduardo Cunha, prestes a ter seu mandato cassado. O grande programa dessa frente é o combate seletivo à corrupção. Descontando os excessos não desprezíveis e pensando no aspecto positivo, por que motivo há apenas um juiz federal do perfil de Sérgio Moro no país, não à toa influenciado pelo tucanato paranaense, ao invés de centenas, todos combatendo a corrupção? Porém, como o combate à corrupção está sendo feito pelas instituições fortalecidas pelos governos petistas, os falsos moralistas se lançam no quanto pior, melhor (não para o país, mas para eles), ou seja, no comportamento irresponsável de investir no caos político-administrativo, para usá-lo como argumento a favor do impeachment. Quando em editorial publicado em 13 de setembro, sob o título “Última chance”, a *Folha de S. Paulo* deu um ultimato a Dilma, em nome da austeridade, o que estava fazendo a não ser justificar o impeachment em nome do caos da produção, como pretensão meio de superação da crise econômica?

“Serão imensas, escusado dizer, as resistências da sociedade a iniciativas desse tipo. O país, contudo, não tem escolha. A presidente Dilma Rousseff tampouco: não lhe restará, caso se dobre sob o peso da crise, senão abandonar suas responsabilidades presidenciais e, eventualmente, o cargo que ocupa.” Essas foram as exatas palavras finais do referido artigo no qual o jornal efetivamente dá sua opinião. Um ultimato, quase que dizendo o seguinte: “obedeça-me, corte sem dó as despesas públicas ou será deposta”. Enquanto isso, Eduardo Cunha e seus aliados no PMDB e na oposição se encarregavam de dificultar esse mesmo ajuste fiscal demandado por seus financiadores eleitorais.

A divisão de trabalho operada pela frente neoliberal produz o quanto pior, melhor, a derrubada da economia e a paralisia da política. Agora, com a admissibilidade do impeachment, os abutres da nação organizam sua cartada decisiva contra a ordem econômica, social e democrática. Alguns estão em cima do muro ou provavelmente debandando para o golpismo, como os aliados de Temer, defensor do projeto neoliberal da Fundação Ulysses Guimarães, do PMDB. Porém, observam-se reações importantes contra o golpe branco nas forças progressistas. Os governadores de Alagoas (PMDB), Bahia (PT), Ceará (PT), Maranhão (PCdoB), Paraíba (PSB), Pernambuco (PSB), Piauí (PT), Rio Grande do Norte (PSD) e Sergipe (PMDB), ou seja, de todos os estados do Nordeste, assinaram conjuntamente uma nota pública contra o impeachment. PSOL, PDT e Rede Sustentabilidade posicionaram-se contra o golpe, assim como várias organizações da sociedade civil, entre elas OAB e CNBB. CUT, FUP, MST e MTST também estão na coalizão democrática. Nem todos querem fabricar politicamente, sem base jurídica, o impeachment para avançar na aposta do quanto pior, melhor. Pelo contrário, enquanto algumas forças querem a polarização política do país, a demanda da maioria do eleitorado é condizente com a vontade geral de Rousseau, tem conteúdo ético, visa a um Brasil melhor, produtivo e menos desigual. Era essa a trajetória do social-desenvolvimentismo até 2014, mesmo que com falhas, sobretudo na produção industrial.



DUPLA VIRADA?

Jornal do Brasil - 22/12/2015

Fatos recentes apontam para o ensaio inicial de uma virada na trajetória da crise, que pode estar alterando a relação de forças entre as coalizões pró e contra o impeachment e a austeridade. Se a tendência de mudança irá ou não progredir no sentido de amenizar os problemas econômicos e políticos não dá para prever, pois as forças opostas ao abrandamento da crise continuam operando na conjuntura. Em todo o caso, até a semana passada, os que defendem a legitimidade do mandato presidencial de Dilma estavam acuados diante de uma avalanche de acontecimentos desfavoráveis, a começar pela aceitação do impeachment pelo indecoroso Eduardo Cunha, político cujo comportamento, dentro e fora da Câmara dos Deputados, é um ultraje à democracia enquanto regime minimamente ético, mesmo não se ignorando que o reino da política está distante do paraíso. A decisão do STF, por sólida maioria, de desconstruir o procedimento do impeachment arquitetado por Cunha e demais opositoristas e a saída do ortodoxo Levy da Fazenda, que passa a ser comandada pelo social-desenvolvimentista Nelson Barbosa, podem passar a operar, embora não necessariamente, no sentido de um reencontro entre Planalto e planície.

No domingo, 13, dois grandes jornais brasileiros defenderam o afastamento de Eduardo Cunha da presidência da Câmara, mesmo que com intenções de se livrar dele para, assim, tentar purificar o impeachment da imagem maculada

refletida por sua origem na sujeira da chantagem. Um parêntese: o problema do impeachment não é meramente procedimental, mas também substantivo, uma vez que Dilma não cometeu crime de responsabilidade. Aliás, perdoem-me pelo trocadilho, mas quem o propõe e o apoia está cometendo crime de irresponsabilidade contra a seriedade com que o regime democrático deveria ser encarado. Um a um estão sendo investigados e processados os envolvidos em atos de corrupção, sejam políticos ou grandes empresários, mas o sectarismo de uma oposição que encarna e alimenta o autoritarismo social de certas subculturas políticas não se contenta com isso, deseja colocar o país no fundo do poço em nome de interesses ideológicos e materiais seus e de estratos conservadores do eleitorado aos quais se vincula. Mas, para o bem do país, o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados admitiu a ação contra Eduardo Cunha por quebra de decoro parlamentar. Além disso, Rodrigo Janot, procurador-geral da República, pediu ao STF, em caráter de medida cautelar, que Cunha seja afastado não apenas da presidência da Câmara, mas de seu próprio cargo de representante do povo no Congresso Nacional. A queda de Cunha, aguardada para o início de 2016, tende a ser positiva para a governabilidade.

Também no dia 13, os protestos de rua favoráveis ao impeachment evidenciaram uma significativa redução da participação, em comparação com os eventos anteriores promovidos pelos opositoristas. Por outro lado, no dia 16, milhares de militantes do campo democrático-popular, tendo à frente os paulistas, foram às ruas em diversas cidades do país defender o mandato democrático de Dilma e pedir a mudança da política econômica. Segundo o Datafolha, 40 mil manifestantes compareceram à Avenida Paulista contra Dilma, no menor protesto com esse mesmo propósito na cidade de São Paulo, mas 55 mil estiveram naquela via pública três dias após, para apoiá-la, embora não em sua política econômica. A curva da participação, por ora, mudou favoravelmente às forças de esquerda. Esses dados são coerentes com informações recentes do Datafolha sobre queda do apoio à deposição de Dilma, seja via impeachment ou renúncia. A reprovação ao governo também caiu, diminuiu seis pontos nos últimos quatro meses.

Um dia após os protestos pró-Dilma, o STF julgou a ação movida pelo PCdoB contra o procedimento do impeachment implementado por Cunha. Em decisão histórica, a Suprema Corte, por ampla maioria, invalidou a eleição da Comissão Especial do Impeachment através de chapa avulsa de deputados, passando por cima das decisões das bancadas parlamentares; rejeitou, também, a votação secreta utilizada e, além disso, considerou que o Senado não tem somente o

poder de julgar o mérito do impeachment, mas, antes disso, pode até mesmo arquivar, de antemão, eventual decisão da Câmara favorável à cassação do mandato presidencial.

Ademais, destaca-se o “Compromisso pelo Desenvolvimento”, iniciativa de seis centrais sindicais brasileiras que, tendo sido apoiada pela CNI, Abimaq, Anfavea e Fenavam, entre outras organizações de representação de interesses empresariais, constitui uma tentativa de retomada da coalizão social-desenvolvimentista, desenhada desde 2003, com virtudes e limites, a partir da mudança nas relações entre classes e frações, mas que se enfraqueceu durante Dilma 1 e se rompeu em 2014, como as eleições presidenciais e a nomeação de Levy para a Fazenda evidenciaram. O manifesto dessa ação sociopolítica (<http://bit.ly/1YnIJBz>), assinado em 3 de dezembro por grupos de interesse do capital e do trabalho assalariado e entregue para Dilma dia 15, diz: “É imprescindível mobilizar a vontade coletiva para viabilizar um modelo de desenvolvimento com valorização da produção e do trabalho. Para isso é preciso promover mudanças, sobretudo no sentido de priorizar o setor produtivo e não o capital especulativo.” O documento formula sete propostas: “· Retomar rapidamente o investimento público e privado em infraestrutura produtiva, social e urbana, ampliando os instrumentos para financiá-la, bem como criando ambiente regulatório que garanta segurança jurídica; · Retomar e ampliar os investimentos no setor de energia, como petróleo, gás e fontes alternativas renováveis, em especial na Petrobras; · Destruir o setor de construção, utilizando instrumentos institucionais adequados que garantam a penalização dos responsáveis e a segurança jurídica das empresas, com a manutenção da atividade produtiva e dos empregos; · Criar condições para o aumento da produção e das exportações da indústria de transformação; · Priorizar a adoção de políticas de incentivo e sustentabilidade do setor produtivo (agricultura, indústria, comércio e serviços), de adensamento das cadeias produtivas e de reindustrialização do país, com investimentos e contrapartidas sociais e ambientais; · Ampliar, em condições emergenciais, o financiamento de capital de giro para as empresas; · Adotar políticas de fortalecimento do mercado interno para incremento dos níveis de consumo, de emprego, renda e direitos sociais.”

Apesar da oposição, tendo o poder Legislativo como principal base institucional, estar apostando no caos político e econômico como meio de induzir os cidadãos a apoiarem o impeachment, o Judiciário, o Executivo, a minoria parlamentar da Câmara e talvez a maioria dos senadores, assim como forças organizadas da sociedade civil, enfim, estão resistindo tanto contra a tentativa

claramente inconstitucional de encaminhamento do golpe branco como contra a austeridade fiscal e monetária, políticas que só alimentam a crise. Pode-se dizer que a indústria do impeachment, na qual a grande mídia está engajada – e à qual, recentemente, a Fiesp, dirigida pelo peemedebista Paulo Skaf, politicamente próximo a Michel Temer, lamentavelmente, também aderiu –, sofreu, na semana passada, um contra-ataque fundamental do STF, guardião da Constituição, e dos atores sociais interessados na inversão produtiva do capital e no respeito às regras do jogo democrático, contra o golpismo.

Mas outra coroação institucional da virtual virada na conjuntura foi o pedido de demissão de Levy e sua substituição pelo social-desenvolvimentista Nelson Barbosa, que, desde o início do governo Dilma 2, ocupava a pasta do Planejamento. Barbosa não é adepto da irresponsabilidade fiscal, mas também não é neoliberal. Seu desafio será complexo, não só no plano da técnica econômica, mas na dimensão política, pois tende a enfrentar, ao menos no início, resistência das forças nada ocultas ou das mãos nada invisíveis provenientes dos mercados, a começar pelo seu porta-voz maior, a grande mídia oligopolizada.

A história mostra, inclusive a do Brasil recente, que desenvolvimento requer coalizão, ou seja, aliados, negociação, acordos, compromisso e espaço institucional consistente e permanente para encaminhar o processo de concertação. O Legislativo, por mais importante que seja, é apenas uma das instituições do Estado. A coalizão legislativa não é suficiente e, na prática, várias decisões que o parlamento toma são originadas de relações entre o Executivo e forças da sociedade civil, associadas ao processo de formulação de políticas públicas. Além disso, há decisões do Executivo, como ocorre no caso das políticas monetária, cambial e de rolagem da dívida pública que o Congresso passa ao largo, quando muito supervisiona-as à distância, após implementadas, ao passo que os grupos de interesse financeiro participam, por exemplo, na dinâmica institucional das gerências de relacionamento com investidores do BCB e da STN.

A retomada do crescimento requer concertação organizada, política macroeconômica adequada, política industrial e política social. A proximidade do Natal e do fim de ano parece ter trazido alguma esperança, tanto com as decisões do STF e de Dilma, ao escalar Barbosa para ocupar a posição de Levy, como com as movimentações do campo social-desenvolvimentista. 2015 não foi um ano bom para a cidadania brasileira. Apostemos em 2016. O país precisa de um Feliz Ano Novo! Seria uma dupla virada.



uff